

Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados de **São Paulo e Paraná** e seus respectivos municípios

Convênio SESAN 002/2014 SICONV 801975/2014



RELATÓRIO FINAL (2015-2019)

Botucatu, 2019



unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MANGUJA FILHO"

CAISAN
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



USP



UFPR

ONSEA
PARANÁ

SISAN

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



Realização:

INTERSSAN – Centro de Ciência Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Instituto de Biociências de Botucatu – UNESP

Ministério da Cidadania - *Secretária Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural*

Pesquisadores:

Maria Rita Marques de Oliveira - Coordenação (Unesp-Botucatu)

Regina Maria Ferreira Lang - Pesquisadora principal (UFPR)

José Giacomo Baccarin - Pesquisador principal (Unesp-Jaboticabal)

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani (Unesp – Tupã)

Ana Maria Cervato (USP)

André Paes de Almeida Montanha (Unesp-Botucatu)

André Ricardo Azevedo (Unesp-Botucatu)

Antonio Lázaro Sant'Ana (Unesp – Ilha Solteira)

Antonio Marcos Antunes (Unesp – Botucatu)

Cláudia Aparecida Oliveira da Silva (Unesp-Botucatu)

Davis Gruber Sansolo (Unesp- São Vicente)

Dorival Campos Rosssi (Unesp-Bauru)

Ellen Silva Lago Vanzela (Unesp- São José do Rio Preto)

Enzo Sobrino (Unesp – Botucatu)

Flávia Queiroga Aranha (Unesp-Botucatu)

Gerson Prestes (Unesp – Botucatu)

Humberto Perinelli Neto (Unesp-São José do Rio Preto)

Isabela Macedo Carlini (Unesp-Botucatu)

José Antonio Gomes Vieira (Unesp- São José do Rio Preto)

João Pimentel de Andrades (Unesp-Botucatu)

Karina Rubia Nunes (Unesp – Botucatu)

Kleper de Oliveira Rocha (Unesp – Bauru)

Laércio Fidelis Dias (Unesp-Marília)

Leandro Braga (Unesp-Botucatu)

Lilian Fernanda Galesi Pacheco (Unesp-Botucatu)

Luís Carlos Ferreira de Almeida (Unesp- Registro)

Luiz Roberto Alves de Camargo (Unesp-Botucatu)

Maria José Queiroz de Freitas Alves (Unesp – Botucatu)

Mario dos Santos (Unesp-Botucatu)

Milena Cristina Sendão Ferreira (Unesp Botucatu)

Milton Koji Nakata (Unesp-Bauru)

Mirian Claudia Lourenção Simonetti (Unesp – Marília)

Monica Schiavinatto (Unesp-São Paulo)

Noemia Ramos Vieira (Unesp – Marília)

Pablo Forlan Vargas (Unesp – Registro)

Pricila Veiga dos Santos (Unesp- Botucatu)

Raquel Regina Duarte Moreira (Unesp – Araraquara)

Renata Maria Galvão de Campos Cintra (Unesp-Botucatu)

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes (Unesp-Marília)
Silvia Maria Anaruma (Unesp – Botucatu)
Thabata Koester Weber (Unesp- Botucatu)
Thiago Assis Rodrigues Nogueira (Unesp – Botucatu)
Uly Carneiro Bragiato (Unesp-Jaboticabal)
Valdir Gonzales Paixão Júnior (Unesp – Botucatu)
Vladimir Eliodoro Costa (Unesp-Botucatu)

Bolsistas:

Adriano Hoffmann
Alexandrino Moreira Lopes
Ana Lenise dos Santos Correia
Ana Beatriz Placco Manzoli
Ana Cristina Stradiotti
Antonia Marília Coelho Silva
Auricilia Barros das Chagas
Brunna Martins Patricio
Bruno Marcondes Franques
Caline Mariele Alba
Camila Carvalho Brito
Carina Alcalá Garcia
Carla Maria Vieira
Carlos Augusto Vieira de Moura Macambira
Carolina Rosa Martins Mendes Tavares
Daniella Domingues Dziedicz
Danilo Nogueira Jorge
Débora Leticia Frizzi Silva
Domingos António Fernandes Vicente
Erika Rodrigues da Silva
Franciana Batista de Moraes
Gabriel Carrijo de Moraes
Gabriel Jucá Pereira Oliveira
Gabriela Canassa Loria
Gabriela da Silva Formoso
Gabriela Cunha Rodrigues
Gabriela Granghelli Gonçalves
Isabela Macedo Carlini
Isadora Helena da Silva
Jéssica Nataly Rosa
Jonathan Antonio Soldera Junqueira
Júlia Caroline Garcia Leal Sanches
Júlian Eduardo Medina Naranjo
Karina Rubia Nunes
Karina Salgueiro de Luca
Karolina Bueno Schezar
Lais Helena da Silva
Loren Margonar Souza

Lucas Castor da Silva
Luciana Maria Cavichioli Gomes Almeida
Maklecio de Sousa Pastor
Michele Novaes Ravelli
Michele Novaes Ravelli
Mônica Gemin Rodrigues
Nixon Antonio Guerra
Noémio Luís Fernandes
Pedro Antonio de Castro Ronqui
Pedro Henrique Toshi Ueta
Pedro Magalhães Albuquerque
Rafael Sicchieri
Rafael Sicchieri
Renata Ventura Batista
Roberta França Lopes
Sarah Cândido Franco
Solon Barbosa Veloso Neto
Thayná Regiani Pereira
Uly Carneiro Bragiato
Vitor Marchi Moreno Dias

Colaboradores do CONSEA E CAISAN/SP

Shirley Maria da Silva (Presidente CONSEA)

José Valverde Machado Filho (Ex-Secretário CAISAN e CONSEA)

Ana Cláudia Castilho de Almeida
Ana Nilce Ribeiro de Oliveira
Andrea Cristina da Silva Mardegan Bianchi
Angelo Petto Neto
Araci Kamiyama
Betzabeth Slater Villar
Cassiana Montesião de Souza
Cinira Regina da Silva Penasforte
Cinthia Baú Betim Cazarin
Claudio Silvério de Carvalho
Dênis Henrique Silva
Edson Luiz Pinto
Eduardo de Lima
Ernane Silveira Rosas
Fulvio Iermano
Gabriela Caetano
Giorgia Castilho Russo Tavares
Gislaine Oliveira dos Santos Gomes
Heloisa França Dias
Jacira Aparecida Bertasi

Jiane Penha Caleira
Karin Regina Frohmut
Leandra Alvarez de Paiva
LeonrdoRossatto Queiroz
Luiz Fernando de Freitas Pentead
Marcelo Henrique Nogueira Cunha
Michel Martins da Silva
Milene Gonçalves Massaro Raimundo
Paulo César Ferreira de Oliveira
Paulo Henrique de Assis Menegucci
Pedro Rodrigues Alves Silveira
Regiane da Silva Elias
Renata Prado de Lima Lopes
Rita de Cássia Dalmaso
Rosana Emília Gaspar
Rosemeire Aparecida Simone Dejavitte
Rudinéia Carla Augusto
Shirley Maria da Silva
Sonia Maria Martins Vitagliano
Suzely de Miranda
Telma Tânia Vendramini Ferreira de Carvalho
Terezinha Pinto de Arruda
Thais da Cunha Gomes
Vanuzia Teixeira de Souza

Colaboradores CONSEA E CAISAN-PR

Márcia Cristina Stolarski (secretária CAISAN)
Valéria Nitsche (ex-secretária CAISAN)
Iva Sandra Ferreira de Moraes (ex-secretária CAISAN)

Roseli Pittner (presidente do CONSEA)

Adriano Luiz Ceni Riesemberg
Ademir José Ferreira
Adriane Leandro
Alexsandro Ribeiro
Amantino Sebastião de Beija
Ana Maria Santos da Cruz
Ana Paula Kapazi
Angela Maria Martins da Silva
Antoninho Doryan Crispim
Aparecido José da Silva
Assis Francisco de Anhaia
Carlinhos Luiz Fornani
Célio Da Silva Correa
Claudia Pereira

Daniela Correia Capistrano
Daniele Cunha dos Santos
Dayanne Paola de O. Demozzi
Eder Ribeiro Barbosa
Edna Aparecida Sarro Siqueira
Eliane Aparecida Reis
Fernanda Brzezinski da Cunha
Gelson Luiz de Paula
Germânia Acosta Pereira
Islândia Bezerra
Ivo Barreto Melão
Ivone de Fátima da Silva dos Santos
Ivorí Aldomar Weide Fernandes
Jacir de Amaral Pará
Jandir José Teixeira
Jhony Alex Luchmann
Jorge Eduardo Wekerlin
José Fortunato Marcussu
Judite Bartzike
Juliana Maruszczak Schneider
Lediane Menezes Lourenço
Lílian Azevedo Miranda
Luci Maria Dias Onório
Manfred Scherch
Manuela Santos Barbosa
Margarete Machado Santana
Maria Arlete Ferreira da Silva
Maria da Conceição Santos
Maria de Lourdes Brandão Jacinto
Maria Isabel Corrêia
Maria Teresa Oliveira Gomes
Marilze Brandão de Assis
Marli de Freitas Mendes
Michele Cristina Ribeiro
Miriam Fuckner
Neide dos Santos Bonfim de Souza
Norberto Anacleto Ortigara
Patricia Chiconato
Priscila Antunes Tsupal
Rafael Cristiano Heinrich
Rafaela Lemes Machado
Rosangela Silva Ferreira
Rossana Dayse Melo Santo
Samuel Ronobo Soares
Shiguelo Yamamoto
Tammy Rafaelle Kochanny
Valdenise Batista Veloso
Vera Niedzieluk

Waldir Luiz Rech
Xaira Regina David

Outros Colaboradores:

Adalberto Sabino (São Pedro do Paraná – PR)
Alex Harley Crisp (Piracicaba-SP)
Edgard Aparecido de Moura (CONSEA Nacional)
Gabriel Beato (Rede-SANS/INTERSSAN)
Gisele Guedes da Silva Pereira (COOPDAI-SP)
Lilian fernanda Galesi Pacheco
Loiane Letícia dos Santos (São José do Rio Preto-SP)
Marcelo Mazeta Lucas (Rede SANS)
Marcio Luis Pedrero Vega (CASE PARANAGUÁ-PR)
Milena Cristina Sendão Ferreira (Rede SANS/INTERSSAN)
Randolfo dos Santos Junior (São José do Rio Preto-SP)
Rodrigo Machado Moreira (Instituto Giramundo Mutuando)
Sílvia Maria Bramucci da Rocha (Prefeitura Municipal de Curitiba-PR)
Suelen Franco (Rede –SANS/INTERSSAN)

Apoio:

Instituto de Biociências de Botucatu – Universidade Estadual Paulista (IBB-UNESP)

Diretor: Prof. Titular César Martins

Vice-Diretor: Prof. Adjunto Luiz Fernando Rolim de Almeida

Diretor Técnico Acadêmico: Sérgio Primo Vicentini

Diretora Administrativa: Marilena Jorge Nunes da Costa

Diretor Técnico de Informática: André Luis Alvarenga

Diretor Técnico de Serviços e Atividades Auxiliares: José Biondo Sauer

Supervisor da Seção Técnica de Comunicações: Marcos Cesar da Silveira

Supervisora da Seção Técnica de RH: Sílvia Helena Modolo

Supervisor da Seção Técnica Financeira: Ulysses de Castro Silva

Supervisor da Seção Técnica de Materiais: Daniel A. de A. Biasotti Correa

Supervisor da Seção Técnica Acadêmica: Enzo Sobrino

Supervisor da Seção Técnica de Apoio Ensino Pesquisa Extensão: Jairo Tavares Júnior

Supervisora da Seção Técnica de Graduação: Juliana Ramos

Supervisor da Seção Técnica de Pós-Graduação: Davi Barcellos de Oliveira Muller

Supervisor da Seção de Atividades Auxiliares: Marcos Araújo de Matos

Supervisor de Manutenção e Conservação: Sidiney de Lalla

Docentes do Departamento de Educação IBB/UNESP:

Alfredo Pereira Junior

Angelina Batista (Aposentada)

Flávia Queiroga Aranha

Lúcia Maria Paleari (Aposentada)

Luciana Maria Lunardi Campos

Luiza Cristina Godim Domingues Dias

Maria de Lourdes Spazziani

Maria Rita Marques de Oliveira

Marília Freitas de Campos Tozoni Reis (Aposentada)

Norka Beatriz Barrueto Gonzalez

Paulo Cesar Gomes

Renata Maria Galvão de Campos Cintra

Renato Eugênio da Silva Diniz

Thabata Koester Weber

Valdir Gonzalez Paixão Junior

Servidores Técnicos do Departamento de Educação IBB/UNESP:

Carla Beatriz de Souza

Maria Augusta Paulino Leite

Wanderley Inocêncio

Supervisora do CEATOX: Prof. Dra. Valéria Cristina Sandrim

Vice Supervisor do CEATOX: Dr. Antonio Francisco Godinho

Supervisor do Centro de Isótopos Estáveis: Prof. Dr. Vladimir Eliodoro Costa

Vice Supervisor do Centro de Isótopos Estáveis: Prof. Dr. Paulo Rodrigues Ramos

Supervisor de Transporte: Alexandre Alberto Gonçalves

Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI - Câmpus de SP

Núcleo de Educação à Distância e Tecnologias da Informação em Saúde (NEAD.TIS)

Coordenação: Ana Silvia S B S Ferreira

Núcleo de Apoio Pedagógico da Faculdade de Medicina de Botucatu

Apoio plataforma moodle: Denise Zornoff

Núcleo de Publicações Científicas - DGAA

Analista de Tecnologia: Lucas Frederico Arantes

Parceiros:

Universidade de São Paulo – USP

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-PR

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-PR

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo – CONSEA/SP

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná – CONSEA/PR

Executiva Nacional de Estudantes de Nutrição – ENE

Ministério da Cidadania – Governo Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Governo Federal

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná

Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária- Rede-SANS

Instituto Harpia Harpyia –INHAH

Agradecimentos:

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Ministro: Osmar Gasparini Terra

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural: José Roberto Carlos Cavalcante

Chefe de Gabinete: Jamaci Avelino do Nascimento Júnior

Diretor de Programa: José Paulo de Almeida

Diretor-Substituto do Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares e Coordenador-Geral de Apoio ao Sistemas Pública

Agroalimentares Locais: Élcio de Souza Magalhães

Analista Técnico de Políticas Sociais: Gediél Ribeiro de Araújo Junior

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretário: Gustavo Junqueira

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO- COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS

Presidente: Diogenes Kassaoka

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

Secretário: Norberto Ortigara

ABREVIATURAS

AI – Altura Idade

ACS – Agente Comunitário de saúde

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATP-A – Apoio Técnico em Extensão – nível A

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CAISAN – Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CGAN – Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição
CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa
COMUSAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CORESAN – Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (Paraná)
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRSANS – Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (São Paulo)
DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
DTI – Desenvolvimento Tecnológico
EAD – Educação a Distância
EBIA – Escala Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional
ENDEF – Estudo Nacional de Despesa Familiar
EqSF – Equipe de Saúde da Família
ERICA – Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes
ESAF – Estratégia Saúde da Família
e-SUS-AB - Estratégia-Sistema Único de Saúde – Atenção Básica
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Fem – Feminino
FLV – Frutas Legumes e Verduras
FOFA – Força-Oportunidade-Fraqueza - Ameaça
GT – Grupo de trabalho
HDL – Lipoproteína de Alta Densidade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M UF – Índice de Desenvolvimento Municipal da Unidade Federativa
IEA – Instituto de Economia Agrícola
IMC – Índice de Massa Corporal
INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INTERSSAN – Centro de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
IPAB – Índice de preços de Alimentos e Bebidas

IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo

IPPRI – Instituto de Políticas Públicas e Relações internacionais da UNESP

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPASAN – Mapeamento da Segurança Alimentar e Nutricional

Masc – Masculino

MCTIC – Ministério de Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MOOC – Massive Open Course (Curso Online aberto e em massa)

Moodle – Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (plataforma online)

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

NEAD-TIS – Núcleo de Educação a Distância da Faculdade de Medicina da UNESP

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

P/I – Peso/idade

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PIB – Produto Interno Bruto

PLANSAN – Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDS – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PNSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

PNSN – Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição

POF – Pesquisa do Orçamento Familiar

PPA – Plano Plurianual

PPV - Pesquisa sobre Padrões de Vida

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Rede-SANS – Rede de defesa e promoção da alimentação saudável adequada e solidária

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SEAD – Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

SESAN – Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

SICONV – Sistema de Convênios

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SSAN – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SUS – Sistema Único de saúde

TCC – Trabalho de conclusão de curso

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

USP – Universidade de São Paulo

VIGITEL – Vigilância dos Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

APRESENTAÇÃO

Este relatório reúne informações de atividades realizadas no período que vai desde 2013 quando o projeto “Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados de São Paulo e Paraná e seus respectivos municípios” foi concebido por atores da Rede-SANS (Rede de defesa e promoção da alimentação adequada saudável e solidária) e pactuado no âmbito do SISAN no Estado de São Paulo, até 2019, quando num processo de transição de governo, não se tem clareza ainda como será a condução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito Nacional, dos Estados e Municípios brasileiros. Sabe-se, no entanto, que no cenário mundial questões como fome, sustentabilidade, alimento, água, energia no contexto dos sistemas alimentares tem ocupado grande parte das pautas para políticas públicas. Também se tem reconhecida a importância de abordagens sistêmicas para a governança das políticas públicas, a importância da intersetorialidade e da participação social neste processo e também o ganho mútuo quando ocorre a aproximação da academia com a sociedade.

Para esse relatório foram selecionadas as informações mais relevantes, enquanto que detalhes poderão ser consultados numa série de 16 grupos anexos, disponibilizados junto com este relatório no site da Rede-SANS (www.redesans.com.br/relatórios/). Aqui serão apresentadas a metodologia do trabalho, uma breve linha do tempo, o cumprimento das metas, alguns indicadores de resultados, a justificativa para o uso dos recursos, as lições aprendidas com base na experiência do grupo e nas avaliações, assim como algumas considerações e conclusões. As referências bibliográficas irão aparecer ao final de cada sessão.

Os resultados aqui apresentados, como ocorre nos trabalhos em rede, mostram que essa rede em favor da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do SISAN teve/tem potencial para atingir mais agentes, mas também que ela é bem maior do que se possa imaginar e contou/conta com muitos outros agentes que não foram aqui elencados.

Equipe de coordenação do Projeto

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. INTRODUÇÃO.....	29
2. SÍNTESE DA PROPOSTA INICIAL.....	33
3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	34
4. LINHA DO TEMPO.....	41
5. CUMPRIMENTO DAS METAS.....	45
6. INDICADORES DE RESULTADOS.....	218
7. JUTIFICATIVA PARA O USO DOS RECURSOS.....	219
8. LIÇÕES APRENDIDAS.....	221
9. CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES.....	224

ANEXOS

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório reúne informações de atividades realizadas entre 2013-2019, desde quando o projeto “Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados de São Paulo e Paraná e seus respectivos municípios” foi concebido por atores da Rede-SANS (Rede de defesa e promoção da alimentação adequada saudável e solidária) e pactuado no âmbito do SISAN no Estado de São Paulo, até a conclusão do convênio entre a UNESP e o Ministério da Cidadania, em julho de 2019.

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

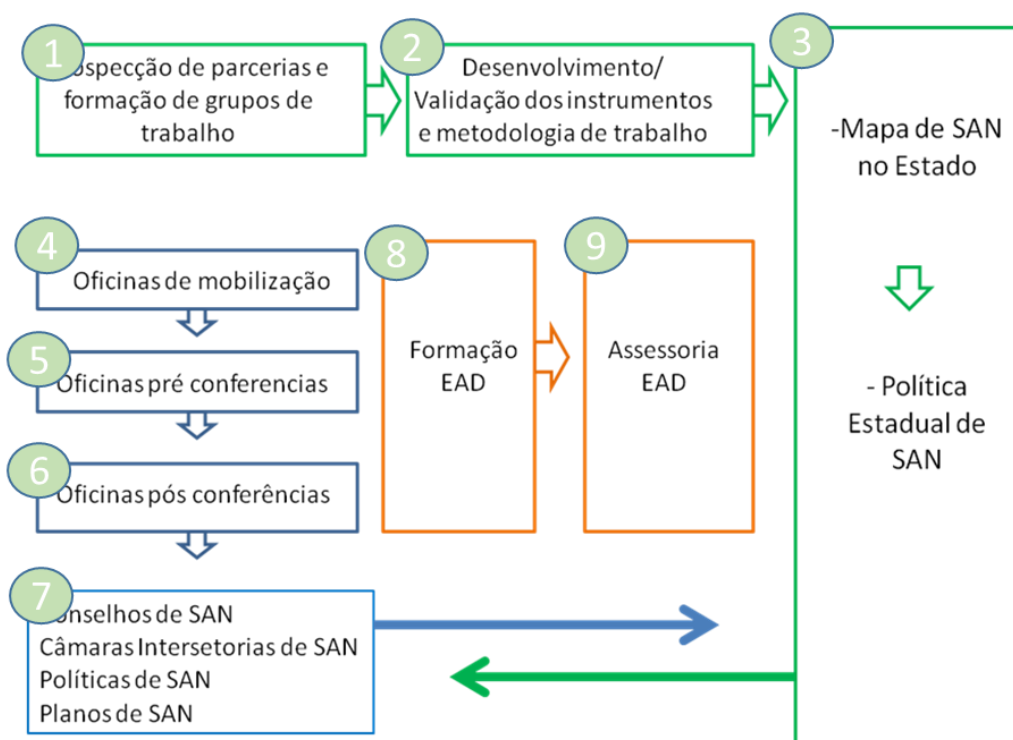


Figura 1 Infográfico do Projeto com novos significados (2019), conforme Quadro1.

Quadro 1 Atores, cenários e processos ao final do projeto, conforme a Figura 1, São Paulo e Paraná, 2019.

Atores	Cenários	Processos
<p>1 Foi idealizado a participação da academia, envolvendo outras instituições de ensino dos dois estados. No entanto, as parcerias foram mais bem efetivadas com o corpo técnicos dos Estados e os conselhos de SAN.</p>	<p>As discussões se deram bem mais nos cenários das CAISAN's e CONSEA's do que da academia.</p>	<p>O que se pretendia era fortalecer a presença da academia nos processos formativos. Os novos atores foram provenientes dos Conselhos de SAN e Comissões Regionais.</p>
<p>2 Foi idealizado um grupo de pesquisadores de pelo menos 3 instituições (UNESP, UFPR e USP). A Participação da UFPR e USP ficou prejudicada por questões burocráticas. Incluiu-se a figura do pós-doutorando.</p>	<p>Essa atividade ocorreu predominantemente na UNESP, com grande apoio das CAISAN's estaduais.</p>	<p>De estudos mais genéricos/globais inicialmente idealizados pela academia, foram elaborados estudos mais específicos, para atender o monitoramento da política de SAN.</p>
<p>3 A presença dos técnicos dos Estados na realização deste trabalho foi além das expectativas. A academia apoiou o processo, em especial na sistematização de informações.</p>	<p>Os territórios das equipes técnicas das secretarias.</p>	<p>Foram elaborados diagnósticos da situação de institucionalização da SAN nos municípios e das ações de SAN conforme os desafios do PLANSAN.</p>
<p>4 Os atores participantes das oficinas presenciais não foram os mesmos dos cursos EAD. Nas oficinas predominaram técnicos e conselheiros.</p>	<p>O espaço de encontro das Comissões Regionais de SAN nos dois Estados.</p>	<p>Oficinas com base em materiais elaborados para atenderes as especificidades de cada município, conforme o seu estágio de adesão ao SISAN.</p>
<p>5 Diferente do pressuposto, na 5ª Conferencia e na 5ª Conferencia+2, os processos de mobilização e articulação não foram atrelados às oficinas presenciais e o publico foi proveniente da internet e de rodas de conversa com públicos específicos.</p>	<p>Comunidades tradicionais, grupos organizados, conselhos. Meio Virtual (Rede-SANS).</p>	<p>Levantamento e sistematização de propostas para as conferências e planos de SAN.</p>

6 Os atores participantes das oficinas presenciais não foram os mesmos dos cursos EAD. Nas oficinas predominaram técnicos e conselheiros.	O espaço de encontro das Comissões Regionais de SAN nos dois Estados.	Processo de conferências e participação social.
7 Gestores e técnicos do setor público envolveram-se na institucionalização da SAN nos municípios do PR. Em São Paulo o envolvimento foi no âmbito do Estado. Nos municípios prevaleceu a participação da Sociedade Civil ou de técnicos com pouco poder de decisão.	Espaços de gestão e discussão das Políticas de SAN nos municípios.	Elaboração e disponibilização online e impressa de material de orientação. Cursos e assessorias.
8 Nos cursos EAD, a participação esteve mais concentrada nos Estados de São Paulo e Paraná, mas envolveu o Brasil todo. Os participantes foram bem mais diversificados, com destaque para a participação da academia.	Plataforma Moodle e variados territórios de SAN.	Formação em nível de especialização com trabalhos práticos nos territórios. Formação em nível de extensão, com e sem tutoria.
9 A assessoria e manutenção dos cursos mantém-se com o INTERSSAN e os materiais produzidos tem sido utilizado por multiplicadores em Geral.	Plataforma Moodle, Rede-SANS, plataforma INTERSSAN e variados territórios de SAN.	Manutenção dos processos formativos e informativos.

UNESP = Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho; USP= Universidade de São Paulo, UFPR = Universidade Federal do Paraná; CAISAN = Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional; CONSEA = Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; PLANSAN = Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. INTERSSAN = Centro de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da UNESP; EAD=Educação a distância.

O projeto foi elaborado com 8 metas e acrescido de uma 9ª meta complementar voltada à formação, viabilizada com os recursos de rendimento do convênio. A equipe de trabalho contou com docentes, bolsistas e voluntários, majoritariamente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em parceria com as equipes técnicas dos Conselhos de Segurança

Alimentar e Nutricional (CONSEA's) e Câmaras de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN's) e Conselheiros de SAN dois Estados. Contou também com alguns colaboradores da Rede-SANS – Rede de defesa e promoção da alimentação adequada, saudável e solidária.

Quadro 1 Metas do projeto, convenio UNESP/SESAN/MDS, 2015-2019.

Número	Descrição
Meta 1	Assessorar o processo de construção e monitoramento da Política Pública de SAN nos Estados de São Paulo e Paraná.
Meta 2	Produzir três instrumentos para monitoramento da Política Pública de SAN: um índice global de SAN; um instrumento de monitoramento dos objetivos/metasp do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Artigo 14 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); um instrumento de avaliação da execução do plano estadual de SAN.
Meta 3	Sistematizar metodologia de apoio aos Estados e municípios na mobilização e organização de agentes da sociedade civil e poder público de diferentes setores
Meta 4	Oferecer 1.200 vagas em cursos de educação à distância para conselheiros e gestores públicos que atuam em SAN, com taxa de evasão inferior a 70%.
Meta 5	Produzir/adequar ferramentas para diagnóstico das ações e iniciativas e para elaboração das políticas municipais de SAN.
Meta 6	Participar/assessorar a sistematização de informações do documento base para as conferências estaduais de SAN em São Paulo e Paraná.
Meta 7	Produzir/sistematizar e divulgar em rede virtual os registros do processo de articulação e construção das Políticas Públicas de SAN no Estado de São Paulo e Paraná.
Meta 8	Identificar e incentivar a evolução no estágio de organização política e social na direção da construção de uma Política Municipal de SAN em ao menos 60% dos 1044 municípios dos Estados de São Paulo e Paraná.
Meta 9 (rendimento)	Oferecer pelo menos 1000 vagas para cursos de extensão a distância voltados à adesão ao SISAN e Fortalecimento da Participação Social.

UNESP/SESAN/MDS – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional/Ministério do Desenvolvimento social.

Para atender o que foi proposto, as atividades foram desenvolvidas em estreita parceria com o SISAN nos dois Estados.

Meta 1 - Por meio da participação nas reuniões ordinárias dos CONSEA's e CAISAN's e por meio de reuniões específicas para planejamento e monitoramento das atividades do projeto, com as equipes técnicas dos dois estados e membros dos CONSEA's. As atividades do projeto eram desenvolvidas a partir das demandas destes dois colegiados. As principais pautas foram os planos de SAN e as Conferências de SAN. Constaram também de apresentações e oficinas coordenadas pelos pesquisadores.

Meta 2 - Para além da produção dos instrumentos, a partir das demandas das CAISAN's foram produzidos/sistematizados os próprios indicadores de SAN por meio de um processo participativo de validação desses mesmos.

Meta 3 – Foram sistematizados os processos de criação de conselhos, adesão ao SISAN, elaboração dos Planos de SAN e de outras ações no âmbito das Políticas Públicas a partir de experiências exitosas. Esses processos foram sistematizados na forma de cadernos e roteiros em colaboração com os atores envolvidos.

Meta 4 - Os cursos de extensão e de especialização foram oferecidos na Plataforma Moodle, com a participação ativa dos atores de SAN na seleção de conteúdos e depoimentos. Foram oferecidos conforme as demandas: “Interanutri-agente de SAN” (extensão), “Desvendando o SISAN” (extensão), “Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional”, “Aprofundando conhecimentos: construindo planos de SAN” (extensão), “SAN dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana” (extensão) e “Linha de cuidado da obesidade com foco na SAN”. Esses cursos foram desenvolvidos a partir de parceria com o Núcleo de Educação à distância da Faculdade de Medicina da UNESP (NEAD-TIS) e contaram também com recursos do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Por uma questão de transparência, os registros de alunos foram realizados apenas uma vez no Sistema de Convênios (SICONV), num ou noutro convênio. O processo de mobilização presencial (oficinas) foi construído a partir das demandas e cronogramas das CAISAN's e CONSEA's. E atendendo as expectativas dos envolvidos, ampliou o caráter formativo dos atores envolvidos nas regiões e municípios.

Meta 5 - Foram elaborados roteiros para os planos de SAN e revisto o roteiro de diagnóstico das ações de SAN, conforme os desafios do Plano Nacional de SAN (PLANSAN). Primeiro se fez uma pesquisa documental para atualização de um roteiro (roteiro da Rede-SANS) em construção desde 2007 e depois se aplicou o roteiro no município de Botucatu para ajustes de “face e conteúdo”.

Meta 6 - Além da sistematização de documentos estivemos envolvidos nos processos estaduais e em processos regionais e municipais das conferências, participando do planejamento, apoiando a execução das conferências, ministrando

palestras e elaborando documentos, atendendo diferentes demandas. Foi feito um esforço para atender todas as demandas apresentadas, envolvendo toda a equipe e voluntários. Para compilação, ordenação e síntese das propostas das conferências, usamos planilhas de Excel e tomamos o cuidado de disponibilizar aos delegados as propostas originais (das regiões), agrupadas no elenco posto a análise nas conferências.

Meta 7 - O site da Rede-SANS foi constantemente alimentado por matérias produzidas por bolsistas e pela divulgação de matérias de interesse encontradas em outras mídias. Diferente do que se esperava, as notícias não chegaram espontaneamente na Rede-SANS. Tivemos que fazer um grande esforço para correr atrás delas. A divulgação dos nossos cursos pelo CONSEA e CAISAN Nacional deu grande visibilidade e aumentou muito a procura dos cursos.

Meta 8 - Inicialmente fizemos um esforço para levantar dados dos municípios dos dois Estados, depois percebemos que os canais de acesso aos municípios são complexos e que os Estados tinham seus mecanismos de levantamento de dados, assim como o MDS. Nesse caso, nos mantivemos no apoio aos Estados para o levantamento e organização desses dados, por exemplo, construindo mapas e orientando trabalhos de conclusão de cursos.

Meta 9 - Consistiu da elaboração de materiais didáticos voltados às Políticas Públicas de SAN e oferecimento do Curso de Extensão “Aprofundando conhecimentos: construindo planos de SAN” revisado.

LINHA DO TEMPO

O que se pretende neste tópico é apresentar uma visão do todo do projeto. Recomenda-se para obter mais detalhes que se visite os Site da Rede-SANS e se explore os anexos disponibilizados, conforme será descrito a no final da cronologia de eventos do projeto que segue.

2013	Elaboração do projeto, pactuação de parceria (Universidade de São Paulo -USP, Universidade Federal do Paraná - UFPR e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP). Apresentação do projeto e obtenção de anuência do CONSEA-SP e Secretaria de Agricultura do Estado.
2014	Processo de ajustes no termo de convênio e pactuação do Convênio, publicado no diário oficial em 13 de janeiro de 2015. Neste ano participamos de reuniões dos coordenadores dos 8 projetos contemplados em Brasília.
2015	Repasse de recursos do MDS para a UNESP em abril de 2015. Visita ao Paraná para os primeiros contatos com a equipe técnica do SISAN em janeiro e ajustes ao plano de trabalho. Em fevereiro, reunião com a equipe envolvendo as universidades de os dois Estados.

	<p>Foi um ano de várias reuniões de planejamento, levantamentos e sistematização de matérias, primeiros esboços dos cursos de oficinas e um grande envolvimento com a V conferência de SAN.</p> <p>Não foram realizadas oficinas pré-conferência como previa o cronograma inicial, considerando que houve um ano de atraso na implementação do projeto.</p> <p>A parceria com a prefeitura de São Paulo Capital foi muito intensificada neste período, assim como com todos os envolvidos. Neste ano foram realizados cursos EAD com importante contribuição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Capital-SP (COMUSAN).</p> <p>Em 2015 o projeto foi conduzido por equipe composta de bolsista de Desenvolvimento Tecnológico (DTI), que segundo normas do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) podem ser contemplados bolsistas sem vínculo com a academia e por bolsistas da USP e UFPR, além dos da UNESP.</p> <p>Em dezembro de 2015, o setor jurídico da UNESP tomou a decisão de suspender todas as bolsas pagas pela instituição as quais não fossem para alunos e professores da UNESP. Isso desestruturou a equipe do projeto.</p>
2016	<p>Com a equipe desestruturada, continuamos os trabalhos contando com muitos voluntários.</p> <p>Foram definidos os formatos das oficinas. Foi ofertado um curso de educação a distância - EAD (sem tutoria) e realizadas oficinas nas regiões do Estado de São Paulo, com a colaboração das Comissões Regionais de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (CRSANS) e equipe técnica do CONSEA-SP.</p> <p>Foi planejado um cronograma de oficinas para o Paraná, a serem realizadas por colaboradores voluntários, mas este não se viabilizou.</p> <p>Para atender ao menos parcialmente o Estado do Paraná, foram planejadas e realizadas oficinas de elaboração dos planos de SAN, chamando em Curitiba representantes dos municípios que haviam aderido ao SISAN, com planos já elaborados ou em processo de elaboração.</p> <p>Neste ano teve início o Curso de Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional priorizando 2 vagas para cada uma das regiões dos dois Estados.</p> <p>O ano de 2016 foi todo tomado pelas discussões com o jurídico da UNESP e MDS para readequação do plano de trabalho que então passou a contar com outros tipos de bolsas como as de pós-doutorado. Os alunos da especialização poderiam ser os tutores da extensão. Essa foi a primeira revisão no plano de trabalho.</p>
2017	<p>Em 2017, o processo das oficinas foi aprimorado, os cadernos foram revistos e impressos. A partir da UNESP, realizamos oficinas em todas as regiões do Paraná.</p> <p>Foi ofertado o Curso de Extensão “Aprofundando conhecimentos: construindo planos de SAN” com tutoria dos alunos da</p>

	<p>Especialização.</p> <p>Em dezembro foi concluído o Curso de Especialização com a produção de trabalhos de conclusão de curso que versaram sobre o SISAN: participação social, intersectorialidade, ações de SAN e produção de alimentos.</p> <p>Em dezembro de 2017 e janeiro de 2018, fizemos uma grande mobilização em torno da 5ª Conferência+2. Para tanto foram utilizados os meios virtuais e envolvidos os membros da CAISAN-SP, já com vistas ao PLANSAN-SP.</p>
2018	<p>Em 2018, atendendo a uma reivindicação do CONSEA-SP, com o desejo de participar mais ativamente das oficinas, que em 2017, foram bem mais voltadas para os gestores, foi desencadeado um novo processo de oficinas no Paraná. Desta vez, em abril, foi realizado um encontro de conselheiros e presidentes de CORESAN's que se voluntariaram à realização das oficinas em suas regiões. Foram planejados e discutidos roteiros para as oficinas, as quais foram realizadas em todas as regiões do Estado por colaboradores eventuais.</p> <p>Os cursos EAD de 2018 versaram sobre temas específicos como SAN na obesidade e para os povos e comunidades tradicionais de matriz africana.</p> <p>No Estado de São Paulo, o ano foi tomado pela retomada da CAISAN e elaboração do PLANSAN-SP, aprovado em dezembro de 2018.</p> <p>O ano foi marcado pelo desmonte de programas e políticas de SAN no nível federal.</p> <p>Foram feitas revisões no plano de trabalho para ajustes, prorrogação (até julho de 2019) e uso dos rendimentos (meta 9).</p>
2019	<p>Ano marcado pela transição de governo e incertezas em relação às Políticas de SAN. O Estado do Paraná manteve o mesmo ritmo de atividades, inclusive com a realização de Conferências Municipais e Estadual de SAN.</p> <p>Em São Paulo, apoiamos as atividades do CONSEA-SP e permanecemos em processo de reconstrução da parceria com a gestão pública.</p> <p>Foi remodelado e ofertada a 2ª Edição do Curso “Aprofundando conhecimento: construindo planos de SAN”, agora com reduzido número tutores e intervenções na plataforma.</p> <p>Foram elaborados diferentes materiais educativos e de orientação para as Conferências Municipais de SAN.</p> <p>Foi apoiada a Conferência Municipal de SAN de Botucatu com o propósito de testar o formulário de diagnóstico de SAN.</p> <p>Foi concluído o estudo para os indicadores de SAN nos Estados e iniciado um estudo para os municípios.</p> <p>Foram realizadas reuniões de validação dos indicadores e de materiais pedagógicos e finalmente de avaliação do processo pela academia e por participantes do SISAN em São Paulo e Paraná.</p>

Detalhes desse histórico podem ser consultados nos anexos disponibilizados no site da Rede-SANS na sessão de Publicações (www.redesans.com.br/relatórios/). Para facilitar não diferenciamos anexos e apêndices, consideramos tudo como anexo. Organizados por ordem cronológica, podem ser consultados os seguintes grupos de anexos:

Anexos 1: Bolsistas e voluntários - clicando no nome do bolsista se obtém o seu relatório de atividades. Foram 7 docentes e 158 bolsistas. Consta ainda os modelos de editais para seleção de bolsistas. Os editais para a UFPR e USP, não foram implementados, pelas dificuldades burocráticas em se estabelecer convênios.

Anexos 2: Advocacy - Esse grupo de anexos referem-se às apresentações e participações mais relevantes em reuniões dos CONSEA's e CAISAN's. Também se encontram documentos para gestores públicos.

Anexos 3: Planos de SAN - Podem ser encontrados documentos selecionados gerados no processo de elaboração do PLANSAN-SP, bem como os planos vigentes em São Paulo e Paraná em julho de 2019.

Anexos 4: Indicadores de SAN - A sistematização do estudo sobre indicadores foi incluída no corpo do relatório, neste grupo de anexos podem ser encontradas apresentações, relatórios parciais e formulários produzidos no processo.

Anexos 5: Publicações - Aqui foram agrupadas todas as publicações, cadernos, livros e outros documentos gerados no processo.

Anexos 6: Eventos - Por ordem cronológica, são apresentados os eventos aos quais participamos como convidados ou como organizadores, sem distinção. As fotos estão nos anexos de registros fotográficos (Anexos 10), enquanto reuniões dos CONSEA's e CAISAN's no item advocacy (Anexos 2).

Anexos 7: Cursos - Esse grupo de anexos inclui os projetos dos cursos, relação de inscritos e aprovados e outros temas relacionados. A vídeo-aulas podem ser encontradas no grupo de vídeos (anexos 11).

Anexos 8: Oficinas de SAN - São apresentadas planejamentos, roteiros, listas de presenças, relatórios, produções dos grupos, entre outros das oficinas de 2016 e 2019 em São Paulo e de 2017 e 2018 no Paraná. Alguns relatos de oficinas, como as realizadas na Capital-SP estão em eventos (Anexos 6) ou nas conferências de SAN (Anexos 9).

Anexos 9: Conferências de SAN - Apresenta documentos gerados no processo de sistematização e organização das propostas. Os vídeos de apresentação gerados na Conferência+2 de São Paulo encontram-se no grupo de anexos específico (Anexos 11).

Anexos 10: Registros fotográficos - Por ordem cronológica foram resgatadas e organizadas as fotos de eventos, reuniões e oficinas do projeto.

Anexos 11: Vídeos - Apresenta o link para o canal do Youtube da Rede-SANS para todos os vídeos produzidos no período. São vídeo aulas, palestras, vídeos informativos e educativos, entre outros.

Anexos 12: Ferramentas de diagnóstico de SAN nos Municípios - São apresentados o diagnóstico original da Rede SANS (2011) e as revisões adaptadas ao PLANSAN-SP e aos desafios do PLANSAN Nacional, bem como o resultado obtido em Botucatu.

Anexos 13: Intercâmbios com outros estados - mostra apresentações feitas em Manaus em colaboração com a Universidade Estadual de Manaus.

Anexos 14: Histórico do convênio - Apresenta o projeto e documentos do processo junto ao MDS.

Anexos 15: Métrica do site da Rede SANS - Apresenta relatórios do movimento do site e a relação de notícias veiculadas no período.

Anexos 16: SAN nos Municípios - Apresenta dados secundários, sistematizados ou não, compilados e utilizados para avaliação do processo.

INDICADORES DE RESULTADOS

No Quadro 2 foi feita uma síntese dos principais resultados do projeto. Numa avaliação global podemos dizer que as ações do projeto refletiram positivamente no fortalecimento do SISAN nos dois Estados. No Estado de São Paulo, a aprovação do PLANSAN e no Paraná a o avanço da adesão ao SISAN.

Quadro 2. Indicadores de resultados.

Ordem	Descrição do indicador
1	O plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo elaborado e aprovado com ativa participação da equipe do projeto.
2	A avaliação dos CONSEA's e CAISAN's de São Paulo e Paraná que atribuem significativa contribuição do projeto à evolução dos conselhos de SAN no Estado de São Paulo e à adesão ao SISAN no Paraná.
3	Curso de especialização com 87 concluintes e a produção de um livro dos trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos por técnicos e agentes de SAN espalhados nas 22 comissões regionais de SAN no Paraná e nas 16 comissões de São Paulo. Esses formandos se tornaram agentes multiplicadores de SAN nos cursos de Extensão e Oficinas.
4	Oferecimento de cursos de extensão oportunizado a participação de 2.910 alunos, além da potencialização de outros 590 alunos de cursos de SAN com recursos de outros convênios.
5	Realização de oficinas de formação em dois momentos do projeto em 100% das regiões de São Paulo e Paraná (76 oficinas), com a participação de aproximadamente 3.097 pessoas.
6	Elaboração de 15 cadernos de formação e educação em SAN e 2 livros.
7	Desenvolvimento de material pedagógico online (três cursos de extensão e 1 de especialização).
8	Produção de 91 vídeos educativos/informativos.
9	Elaboração de ferramentas: sistema de indicadores, roteiro de diagnóstico das ações de SAN nos municípios, roteiros para oficinas.
10	A métrica o Site da Rede-SANS com 45.939 visualizações, 29.993 usuários, dos quais 11% são usuários regulares, nos últimos 6 meses.

LIÇÕES APRENDIDAS

De 2013, quando o projeto foi concebido, até 2019, quando o projeto foi concluído, numa posição menos ingênua, percebemos que a incidência sobre as ações em prol a elaboração das políticas de SAN nos dois Estados é bem mais complexa do que se pode imaginar. Também percebemos que as parcerias para a realização das atividades propostas no projeto se efetivam junto aos CONSEA's e CAISAN's e menos com os atores externos, como se pretendia no início, em especial com outras universidades. Assim, a intenção de envolver outras instituições acadêmicas não se concretizou e os principais parceiros dos trabalhos foram os técnicos que apoiam o SISISAN nos dois Estados, sempre com a anuência do CONSEA. Destaca-se aqui o processo de mão dupla deste tipo de proposta, pois processos como este capacitam a academia para que cada vez mais se veja inserida nesta política.

De um lado, os instrumentos para mobilização e as ações de formação foram elaborados/desenvolvidos em formato e quantidade que superaram as expectativas iniciais.

É preciso esperar, dar tempo para que as coisas aconteçam. Em abril de 2018, escrevemos “De outro, esperávamos ter maior atuação na construção de mapas e políticas/planos de SAN, no entanto, não é simples intervir nessas dinâmicas”. Logo em seguida nossa participação na elaboração do PLANSAN-SP superou nossas expectativas, e pudemos participar de forma consistente.

As oficinas seriam realizadas antes das conferências e com o intuito de promover mobilização, dado que o processo de formação foi previsto pelos cursos EAD. As demandas por formação foram tantas que as oficinas acabaram tomando caráter de formação, para as quais foram elaborados materiais educativos que se somaram às ações de formação EAD. Houve uma intensa atuação EAD, mas não tão sistematizada quanto se previa no início. O emprego do meio virtual para os processos de comunicação e formação ainda não é uma prática bem difundida, não atingindo todos os públicos. Aqui também, a experiência mostra que será preciso caminhar no compasso dos atores, apostar e esperar.

Em abril de 2018 escrevemos “O processo de formação EAD também aconteceu com bastante intensidade, pelo número de inscritos e acessos aos cursos. No entanto, a expectativa de formação de multiplicadores e de desenvolver um processo de assessorias online pelos próprios técnicos, ainda estão para ser concretizados. No Paraná a possibilidade de atuar com multiplicadores vem despontando por meio dos Conselheiros de SAN e de formandos da Especialização em SAN (uma iniciativa incorporada ao projeto com apoio do MCTIC)”. As oficinas do Paraná foram realizadas por multiplicadores em todas as regiões e em São Paulo, tomados por uma nova conjuntura, os conselheiros da Sociedade Civil se organizaram e realizaram as oficinas em todas as regiões. Os caminhos foram outros, mas o desfecho foi o idealizado.

Do ponto de vista da burocracia e gestão de recursos muito se aprendeu e muito há que se aprender.

Parece que construir os projetos a partir de metas e etapas financeiras fica mais fácil administrar os recursos, pois um mesmo recurso financeiro pode atender a mais de uma meta física. O contrário fica mais complicado.

Quanto a morosidade dos processos é importante conhecer os prazos teóricos e reais e não criar expectativas. Exemplo, para a próxima turma da Especialização criamos um termo de ciência de que não temos controle sobre o processo de emissão de certificados e que isso pode durar um ano. Ao mesmo tempo, vamos continuar cobrando e nos empenhando para mudar essa realidade.

Existem enormes diferenças nas formas de conduzir o SISAN entre os dois Estados, o que pode ter gerado alguns momentos de tensão na condução dos trabalhos. Também existem tensões entre Sociedade Civil e Poder Público. A Universidade pode ser uma mediadora dessas tensões.

No caso deste projeto todos ganharam. O Paraná porque teve oportunidade de sistematizar muito do conhecimento acumulado e mobilizar pessoas; São Paulo porque também teve oportunidade de mobilizar pessoas e fortalecer o processo de construção do PLANSAN e a Academia porque pode contextualizar na realidade o seu processo de ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES

Como considerações e conclusões optamos por fazer uma síntese dos principais resultados e transcrever as avaliações de pesquisadores e colaboradores projeto por eixos conforme as suas metas.

Um produto e um processo gerados por este projeto merecem destaque: O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo participativamente elaborado e aprovado no final de 2018. O processo de oficinas e cursos participativamente elaborado e executado ampliando a adesão dos municípios do Paraná ao SISAN, contribuindo com o fortalecimento do SISAN nos estados.

Os principais benefícios do projeto podem ser assim sumarizados:

- 1** – Enriquecimento mutuo (universidade/sociedade civil/poder público). A partilha de saberes e habilidades contextualizam e aprimoram a formação acadêmica e ao mesmo tempo promovem o domínio da temática e qualifica a atuação de cada membro do SISAN e também empodera o usuário.
- 2** – Inserção da Universidade nas Políticas de SAN e Institucionalização da Política de SAN na universidade, reforçando sua função social.
- 3** – Apropriação da SAN como Política intersetorial por gestores públicos recém ingressados na temática e por agentes de planejamento das despesas públicas.
- 4** – Desenvolvimento de tecnologias para promover a governança das políticas de SAN. Processos formativos participativos, indicadores de avaliação, sistematização de documento de consulta e orientação.
- 5** – Fortalecimento da participação social e maior incidência nas políticas de SAN (advocacy) efetivando as propostas oriundas das Conferências de SAN.
- 6** – Arsenal de ferramentas de formação/informação para o funcionamento do SISAN.
- 7** – Difusão das políticas de SAN (das ações locais, regionais, estaduais, nacionais e interacionais) como estratégica para a garantia do direito humano à alimentação e promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, justos e inclusivos.

8 – Qualificação dos processos de conferência de SAN e participação social.

9 – Consolidação do SISAN nos estados e municípios.

10 – Formação de quadros técnicos para atuar no SISAN

Discute-se o futuro dessas ações diante de uma nova conjuntura e arranjo político. A opção dos pesquisadores envolvidos foi a de continuar buscando inserção e incidência nas políticas públicas de SAN e outras iniciativas que façam interface com as questões ligadas aos sistemas alimentares, para que sejam saudáveis, sustentáveis e inclusivos.

Frente a elevada demanda para formação há que se buscar recursos em editais públicos, emendas parlamentares e até ajuda internacional. Os processos de formação deverão ser muito abrangentes, em termos de atender a demanda de procura e dos níveis de formação: extensão, especialização e pós-graduação *Stricto Sensu*.

O aprimoramento das Políticas de SAN passa também pelo aprimoramento dos processos de gestão. Para tanto, são necessárias ferramentas de gestão, bancos de dados acessíveis, completos e atualizados e gestores habilitados. Isso exige investimento e a universidade pode contribuir com esses processos.

Por fim, a transformação dos sistemas alimentares exige inovação e tecnologias que façam frente às atuais exigências de sustentabilidade e desenvolvimento humano e econômico.

1. INTRODUÇÃO

Muito se avançou na implementação do SISAN no Brasil, todos os estados já aderiram ao Sistema e têm trabalhado na implantação e implementação da Política de SAN nos seus municípios. A pesquisa do MAPASAN de 2018 foi respondida por 2319 municípios brasileiros (45,1%). Desses, um pouco menos que a metade dos municípios brasileiros dispõem de conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e perto de 25% aderiram ao SISAN (BRASIL, 2018).

O Paraná aderiu ao SISAN no ano de 2011 e vem através da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) prestando assessoramento aos municípios para aderirem ao Sistema. No final de 2018, 116 municípios já haviam aderido ao Sistema e outros 48 já haviam efetuado seus pedidos. Isso significa que 41% dos 399 municípios do Estado aderiram ao SISAN ou estão em processo de adesão (www.consea.pr.gov.br)

Em São Paulo, aderiu ao SISAN em 2013, no levantamento realizado em 2018, mostra que de 645 municípios, 116 apresentam conselho de SAN ativo, 257 tem lei de criação, mas o conselho não estava ativo e 272 (42%) não apresentavam conselhos. Em torno de uma dezena de municípios aderiram ao SISAN no Estado.

Neste relatório vamos verificar que embora na coleta de dados do MAPASAN de 2018, a partir dos dados dos municípios informantes, não houve evolução no país processo de adesão em 2018, no entanto Paraná e São Paulo mostraram avanços, a partir dos dados levantados, apesar da crise política instalada na época.

No estado do Paraná um grande esforço da Secretaria Executiva da CAISAN e do Ministério Público vem sendo realizado na direção de ampliar o número de adesão e de efetivar a política de SAN nos municípios. O conselho estadual e as comissões regionais são muito atuantes, mas há que se fortalecer as ações para a efetiva participação social. Em 2019, o Estado realizou conferência de SAN e quase todos os seus municípios realizaram conferências municipais (www.consea.pr.gov.br).

No estado de São Paulo até 2018 foi realizada uma “força tarefa” por parte da Secretaria e Diretoria executiva do Consea para ampliar o número de municípios com conselhos de SAN. O incentivo à adesão ao SISAN aparecia como pano de

fundo. O Estado aprovou seu plano de SAN em dezembro de 2018, no entanto, ainda não se tem uma boa definição de como será conduzida a Política de SAN no Estado. No Estado do Paraná, encontra-se em execução o segundo plano de SAN.

É no cenário desses dois Estados que o projeto de fortalecimento do SISAN foi executado, sempre em consonância com as demandas e indicações dos Conselhos e de ambas as CAISAN's. Conforme será verificado neste relatório, o projeto foi planejado para atender plenamente os objetivos e resultados esperados da Chamada MDS/SESAN n.1/2013.

Objeto:

Seleção, por meio de Chamamento Público, de Instituições Públicas de Ensino Superior Estaduais e/ou Federais, para realização de projetos voltados ao fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados, distrito federal e municípios, a partir do apoio aos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) e às Câmaras ou Instâncias Governamentais de Gestão Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) com a realização de assessorias para elaboração de políticas públicas e ações de capacitação, mobilização, comunicação e extensão. Serão selecionadas propostas para atuarem nos lotes estaduais

Objetivos:

- 3.1.** Assessorar a implantação da política de segurança alimentar e nutricional e dos componentes do SISAN no âmbito dos estados, distrito federal e municípios;
- 3.2.** Assessorar as CAISANs na elaboração de instrumentos metodológicos para monitorar os Planos Estaduais de SAN;
- 3.3.** Apoiar os governos estaduais e a sociedade civil na realização do monitoramento dos Planos Estaduais de SAN;
- 3.4.** Assessorar a implantação da política de SAN e dos componentes do SISAN no âmbito dos municípios;
- 3.5.** Promover ações de capacitação de gestores públicos, conselheiros e representantes da sociedade civil para elaboração dos Planos Municipais de SAN;
- 3.6.** Elaborar materiais didáticos e pedagógicos regionalizados sobre a Política Nacional de SAN e sobre o SISAN;

3.7. Promover ações de capacitação, comunicação e campanhas educativas, visando estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis, em todos os ciclos da vida, contribuindo para o combate aos problemas gerados pela alimentação inadequada, como a desnutrição, obesidade, diabetes, hipertensão, dentre outras.

Resultados esperados:

4.1. Elaboração de documentos de apoio que apontem propostas metodológicas de monitoramento dos Planos Estaduais de SAN ou analisem os instrumentos já existentes;

4.2 Capacitação de gestores públicos, conselheiros e representantes da sociedade civil para elaboração dos Planos Municipais de SAN;

4.3 Produção regional de materiais sobre a Política Nacional de SAN e sobre o SISAN;

4.4 Realização de oficinas e campanhas regionais em diferentes pautas da política de SAN;

4.5 Fortalecimento dos componentes estaduais e municipais do SISAN;

4.6 Fortalecimento da ação intersetorial dentro da política estadual e municipal de SAN;

4.7 Ampliação da produção acadêmica (estudos, pesquisas, projetos de extensão, artigos e publicações) sobre SAN nas Instituições Públicas de Ensino Superior;

4.8 Como resultado indireto do fortalecimento dos componentes do SISAN, CAISANs e CONSEAs, espera-se que sejam efetivadas metodologias de monitoramento dos Planos Estaduais de SAN e que sejam elaborados Planos Municipais de SAN. (Edital MDS/SESAN, n.1, 2013)

A iniciativa de envolver a academia no fortalecimento das Políticas de SAN de forma tão institucionalizada foi pioneira. Processos dessa natureza trazem ganhos para ambos, a academia que qualifica e contextualiza suas práticas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão pública que ganha aliados e pode ter sua prática revisada (FERNANDES et al., 2019).

Referências bibliográficas da introdução

BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **MAPASAN 2018** – Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional: Sumário executivo. Brasília: MDS, dezembro de 2018, 21p.

FERNANDES, A.C.P.; FLORES, J.A.A.; RAMÍREZ, Y.P.G.; POPELKA, R.; GONZALEZ, A.; ESPINOZA, R.H.M.; CARRIÓN, M.J.C.; WEBER, T.K.; OLIVEIRA, M.R.O. Food environments for a health end nutrition diets: the contribution of academia. United Nations System Standing Committee on Nutrition. **UNSCN NUTRITION**, n. 44, p. 160-168, 2019. Disponível em:

http://redesans.com.br/rede/wp-content/uploads/2019/08/UNSCN_Nutri%C3%A7%C3%A3o_44.pdf

2. SÍNTESE DA PROPOSTA INICIAL

Título do projeto: Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados de **São Paulo e Paraná** e seus respectivos municípios

O objetivo do projeto foi fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos estados, distrito federal e municípios, a partir do apoio aos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) e às Câmaras ou Instâncias Governamentais de Gestão Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) com a realização de assessorias para elaboração de políticas públicas e ações de capacitação, mobilização e comunicação. 1. Assessorar o processo de construção e monitoramento da Política Pública de SAN nos Estados de São Paulo e Paraná. 2. Produzir três instrumentos para monitoramento da Política Pública de SAN: um índice global de SAN; um instrumento de monitoramento dos objetivos/metastas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Artigo 14 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); um instrumento de avaliação da execução do plano estadual de SAN. 3. Sistematizar metodologia de apoio aos Estados e municípios na mobilização e organização de agentes da sociedade civil e poder público de diferentes setores envolvidos no fortalecimento do SISAN, incluindo a discussão quanto ao Plano Estadual de SAN no estágio em que se encontra em cada Estado (elaboração, execução, avaliação). 4. Oferecer 1.200 vagas em cursos de educação à distância para conselheiros e gestores públicos que atuam em SAN, com taxa de evasão inferior a 70%. 5. Produzir/adequar ferramentas para diagnóstico das ações e iniciativas e para elaboração das políticas municipais de SAN. 6. Participar/assessorar a sistematização de informações do documento base para as conferências estaduais de SAN em São Paulo e Paraná. 7. Produzir/sistematizar e divulgar em rede virtual os registros do processo de articulação e construção das Políticas Públicas de SAN no Estado de São Paulo e Paraná, com frequência semanal de informação. 8. Promover evolução no estágio de organização política e social na direção da construção de uma Política Municipal de SAN em ao menos 60% dos 1044 municípios dos Estados de São Paulo e Paraná. Tratou-se de um projeto de ensino, pesquisa e extensão com desdobramentos para a Política Pública de SAN e para a academia.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Governança, Participação Social, Intersetorialidade, ensino-pesquisa-extensão

3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

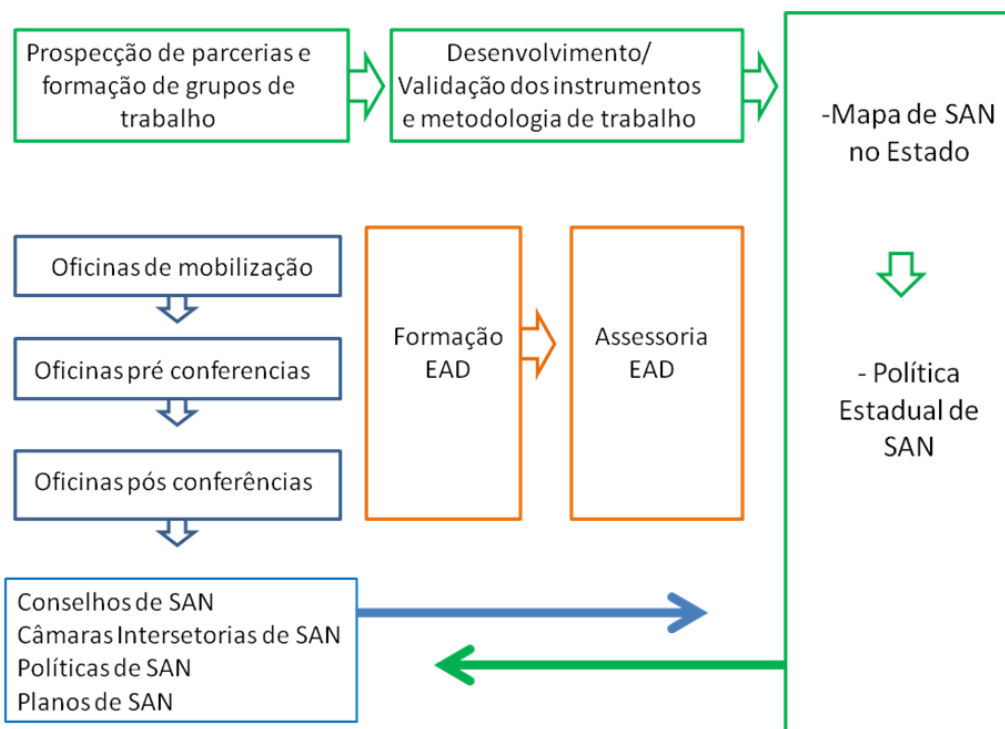


Figura 3.1 Infográfico do Projeto (2013).

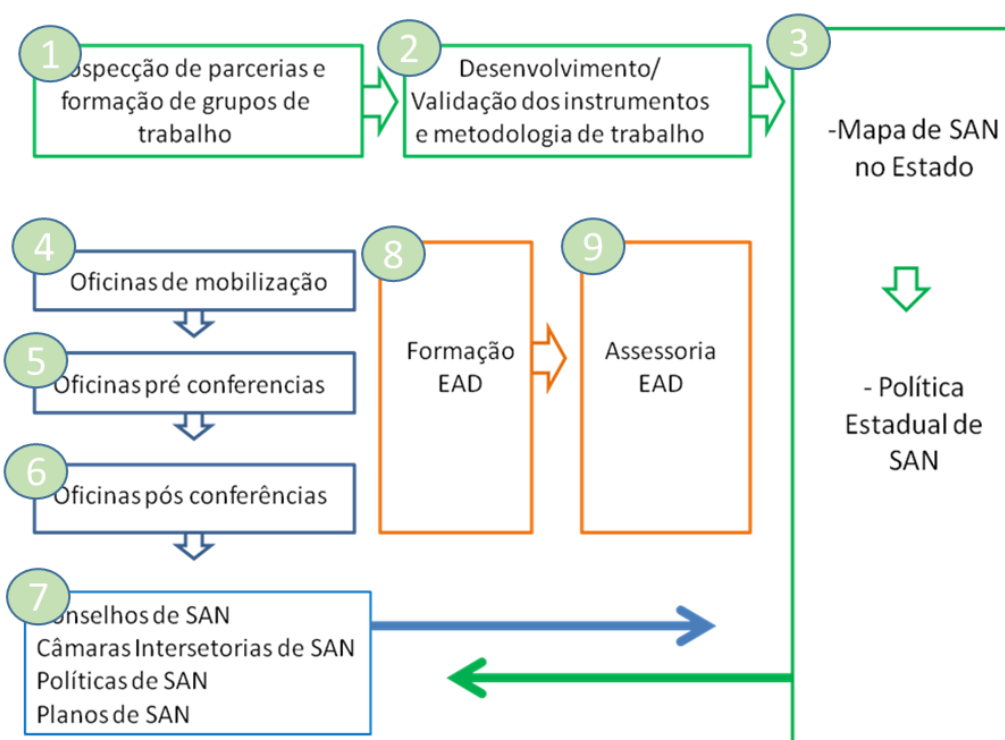


Figura 3.2 Infográfico do Projeto com novos significados (2019), conforme Quadro1.

Quadro 3.1 Atores, cenários e processos ao final do projeto, conforme a Figura 3.2, São Paulo e Paraná, 2019.

Atores	Cenários	Processos
<p>1 Foi idealizado a participação da academia, envolvendo outras instituições de ensino dos dois estados. No entanto, as parcerias foram mais bem efetivadas com o corpo técnicos dos Estados e os conselhos de SAN.</p>	<p>As discussões se deram bem mais nos cenários das CAISAN's e CONSEA's do que da academia.</p>	<p>O que se pretendia era fortalecer a presença da academia nos processos formativos. Os novos atores foram provenientes dos Conselhos de SAN e Comissões Regionais.</p>
<p>2 Foi idealizado um grupo de pesquisadores de pelo menos 3 instituições (UNESP, UFPR e USP). A Participação da UFPR e USP ficou prejudicada por questões burocráticas. Incluiu-se a figura do pós-doutorando.</p>	<p>Essa atividade ocorreu predominantemente na UNESP, com grande apoio das CAISAN's estaduais.</p>	<p>De estudos mais genéricos/globais inicialmente idealizados pela academia, foram elaborados estudos mais específicos, para atender o monitoramento da política de SAN.</p>
<p>3 A presença dos técnicos dos Estados na realização deste trabalho foi além das expectativas. A academia apoiou o processo, em especial na sistematização de informações.</p>	<p>Os territórios das equipes técnicas das secretarias.</p>	<p>Foram elaborados diagnósticos da situação de institucionalização da SAN nos municípios e das ações de SAN conforme os desafios do PLANSAN.</p>
<p>4 Os atores participantes das oficinas presenciais não foram os mesmos dos cursos EAD. Nas oficinas predominaram técnicos e conselheiros.</p>	<p>O espaço de encontro das Comissões Regionais de SAN nos dois Estados.</p>	<p>Oficinas com base em materiais elaborados para atenderes as especificidades de cada município, conforme o seu estágio de adesão ao SISAN.</p>
<p>5 Diferente do pressuposto, na 5ª Conferencia e na 5ª Conferencia+2, os processos de mobilização e articulação não foram atrelados às oficinas presenciais e o publico foi proveniente da internet e de rodas de conversa com públicos específicos.</p>	<p>Comunidades tradicionais, grupos organizados, conselhos. Meio Virtual (Rede-SANS).</p>	<p>Levantamento e sistematização de propostas para as conferências e planos de SAN.</p>

<p>6 Os atores participantes das oficinas presenciais não foram os mesmos dos cursos EAD. Nas oficinas predominaram técnicos e conselheiros.</p>	<p>O espaço de encontro das Comissões Regionais de SAN nos dois Estados.</p>	<p>Processo de conferências e participação social.</p>
<p>7 Gestores e técnicos do setor público envolveram-se na institucionalização da SAN nos municípios do PR. Em São Paulo o envolvimento foi no âmbito do Estado. Nos municípios prevaleceu a participação da Sociedade Civil ou de técnicos com pouco poder de decisão.</p>	<p>Espaços de gestão e discussão das Políticas de SAN nos municípios.</p>	<p>Elaboração e disponibilização online e impressa de material de orientação. Cursos e assessorias.</p>
<p>8 Nos cursos EAD, a participação esteve mais concentrada nos Estados de São Paulo e Paraná, mas envolveu o Brasil todo. Os participantes foram bem mais diversificados, com destaque para a participação da academia.</p>	<p>Plataforma Moodle e variados territórios de SAN.</p>	<p>Formação em nível de especialização com trabalhos práticos nos territórios. Formação em nível de extensão, com e sem tutoria.</p>
<p>9 A assessoria e manutenção dos cursos mantém-se com o INTERSSAN e os materiais produzidos tem sido utilizados por multiplicadores em Geral.</p>	<p>Plataforma Moodle, Rede-SANS, plataforma INTERSSAN e variados territórios de SAN.</p>	<p>Manutenção dos processos formativos e informativos.</p>

O projeto foi elaborado com 8 metas e acrescido de uma 9ª meta complementar voltada à formação, viabilizada com os recursos de rendimento do convênio. A equipe de trabalho contou com docentes, bolsistas e voluntários, majoritariamente da UNESP em parceria com as equipes técnicas dos CONSEA's e CAISAN's e Conselheiros de SAN dois Estados. Contou também com alguns colaboradores da Rede-SANS.

Quadro 3.2 Metas do projeto, convenio UNESP/SESAN/MDS, 2015-2019.

Número	Descrição
Meta 1	Assessorar o processo de construção e monitoramento da Política Pública de SAN nos Estados de São Paulo e Paraná.
Meta 2	Produzir três instrumentos para monitoramento da Política Pública de SAN: um índice global de SAN; um instrumento de monitoramento dos objetivos/metapas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Artigo 14 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); um instrumento de avaliação da execução do plano estadual de SAN.
Meta 3	Sistematizar metodologia de apoio aos Estados e municípios na mobilização e organização de agentes da sociedade civil e poder público de diferentes setores
Meta 4	Oferecer 1.200 vagas em cursos de educação à distância para conselheiros e gestores públicos que atuam em SAN, com taxa de evasão inferior a 70%.
Meta 5	Produzir/adequar ferramentas para diagnóstico das ações e iniciativas e para elaboração das políticas municipais de SAN.
Meta 6	Participar/assessorar a sistematização de informações do documento base para as conferências estaduais de SAN em São Paulo e Paraná.
Meta 7	Produzir/sistematizar e divulgar em rede virtual os registros do processo de articulação e construção das Políticas Públicas de SAN no Estado de São Paulo e Paraná.
Meta 8	Identificar e incentivar a evolução no estágio de organização política e social na direção da construção de uma Política Municipal de SAN em ao menos 60% dos 1044 municípios dos Estados de São Paulo e Paraná.
Meta 9 (rendimento)	Oferecer pelo menos 1000 vagas para cursos de extensão a distância voltados à adesão ao SISAN e Fortalecimento da Participação Social.

Para atender o que foi proposto, as atividades foram desenvolvidas em estreita parceria com o SISAN nos dois Estados.

Meta 1 - Por meio da participação nas reuniões ordinárias dos CONSEA's e CAISAN's e por meio de reuniões específicas para planejamento e monitoramento das atividades do projeto, com as equipes técnicas dos dois estados e membros dos CONSEA's. As atividades do projeto eram desenvolvidas a partir das demandas destes dois colegiados. As principais pautas foram os planos de SAN e as Conferências de SAN. Constaram também de apresentações e oficinas coordenadas pelos pesquisadores.

Meta 2 - Para além da produção dos instrumentos, a partir das demandas das CAISAN's foram produzidos/sistematizados os próprios indicadores de SAN por meio de um processo participativo de validação desses mesmos.

Meta 3 – Foram sistematizados os processos de criação de conselhos, adesão ao SISAN, elaboração dos Planos de SAN e de outras ações no âmbito das Políticas Públicas a partir de experiências exitosas. Esses processos foram sistematizados na forma de cadernos e roteiros em colaboração com os atores envolvidos.

Meta 4 - Os cursos de extensão e de especialização foram oferecidos na Plataforma Moodle, com a participação ativa dos atores de SAN na seleção de conteúdos e depoimentos. Foram oferecidos conforme as demandas: “Interanutri-agente de SAN” (extensão), “Desvendando o SISAN” (extensão), “Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional”, “Aprofundando conhecimentos: construindo planos de SAN” (extensão), “SAN dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana” (extensão) e “Linha de cuidado da obesidade com foco na SAN”. Esses cursos foram desenvolvidos a partir de parceria com o Núcleo de Educação à distância da Faculdade de Medicina da UNESP (NEAD-TIS) e contaram também com recursos do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Por uma questão de transparência, os registros de alunos foram realizados apenas uma vez no Sistema de Convênios (SICONV), num ou noutro convênio. O processo de mobilização presencial (oficinas) foi construído a partir das demandas e cronogramas das CAISAN's e CONSEA's. E atendendo as expectativas dos

envolvidos, ampliou o caráter formativo dos atores envolvidos nas regiões e municípios.

Meta 5 - Foram elaborados roteiros para os planos de SAN e revisto o roteiro de diagnóstico das ações de SAN, conforme os desafios do Plano Nacional de SAN (PLANSAN). Primeiro se fez uma pesquisa documental para atualização de um roteiro (roteiro da Rede-SANS) em construção desde 2007 e depois se aplicou o roteiro no município de Botucatu para ajustes de “face e conteúdo”.

Meta 6 - Além da sistematização de documentos estivemos envolvidos nos processos estaduais e em processos regionais e municipais das conferências, participando do planejamento, apoiando a execução das conferências, ministrando palestras e elaborando documentos, atendendo diferentes demandas. Foi feito um esforço para atender todas as demandas apresentadas, envolvendo toda a equipe e voluntários. Para compilação, ordenação e síntese das propostas das conferências, usamos planilhas de Excel e tomamos o cuidado de disponibilizar aos delegados as propostas originais (das regiões), agrupadas no elenco posto a análise nas conferências.

Meta 7 - O site da Rede-SANS foi constantemente alimentado por matérias produzidas por bolsistas e pela divulgação de matérias de interesse encontradas em outras mídias. Diferente do que se esperava, as notícias não chegaram espontaneamente na Rede-SANS. Tivemos que fazer um grande esforço para correr atrás delas. A divulgação dos nossos cursos pelo CONSEA e CAISAN Nacional deu grande visibilidade e aumentou muito a procura dos cursos.

Meta 8 - Inicialmente fizemos um esforço para levantar dados dos municípios dos dois Estados, depois percebemos que os canais de acesso aos municípios são complexos e que os Estados tinham seus mecanismos de levantamento de dados, assim como o MDS. Nesse caso, nos mantivemos no apoio aos Estados para o levantamento e organização desses dados, por exemplo, construindo mapas e orientando trabalhos de conclusão de cursos.

Meta 9 - Consistiu da elaboração de materiais didáticos voltados às Políticas Públicas de SAN e oferecimento do Curso de Extensão “Aprofundando conhecimentos: construindo planos de SAN” revisado.

4. LINHA DO TEMPO

O que se pretende neste tópico é apresentar uma visão do todo do projeto. Recomenda-se para obter mais detalhes que se visite os Site da Rede-SANS e se explore os anexos disponibilizados, conforme será descrito a no final da cronologia de eventos do projeto que segue.

2013	Elaboração do projeto, pactuação de parceria (Universidade de São Paulo -USP, Universidade Federal do Paraná - UFPR e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP). Apresentação do projeto e obtenção de anuência do CONSEA-SP e Secretaria de Agricultura do Estado.
2014	Processo de ajustes no termo de convênio e pactuação do Convênio, publicado no diário oficial em 13 de janeiro de 2015. Neste ano participamos de reuniões dos coordenadores dos 8 projetos contemplados em Brasília.
2015	Repasse de recursos do MDS para a UNESP em abril de 2015. Visita ao Paraná para os primeiros contatos com a equipe técnica do SISAN em janeiro e ajustes ao plano de trabalho. Em fevereiro, reunião com a equipe envolvendo as universidades de os dois Estados. Foi um ano de várias reuniões de planejamento, levantamentos e sistematização de matérias, primeiros esboços dos cursos de oficinas e um grande envolvimento com a V conferência de SAN. Não foram realizadas oficinas pré-conferência como previa o cronograma inicial, considerando que houve um ano de atraso na implementação do projeto. A parceria com a prefeitura de São Paulo Capital foi muito intensificada neste período, assim como com todos os envolvidos. Neste ano foram realizados cursos EAD com importante contribuição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Capital-SP (COMUSAN). Em 2015 o projeto foi conduzido por equipe composta de bolsista de Desenvolvimento Tecnológico (DTI), que segundo normas do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) podem ser contemplados bolsistas sem vínculo com a academia e por bolsistas da USP e UFPR, além dos da UNESP. Em dezembro de 2015, o setor jurídico da UNESP tomou a decisão de suspender todas as bolsas pagas pela instituição as quais não fossem para alunos e professores da UNESP. Isso desestruturou a equipe do projeto.
2016	Com a equipe desestruturada, continuamos os trabalhos contando com muitos voluntários. Foram definidos os formatos das oficinas. Foi ofertado um curso de educação a distância - EAD (sem tutoria) e realizadas oficinas nas regiões do Estado de São Paulo, com a colaboração das Comissões Regionais de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável

	<p>(CRSANS) e equipe técnica do CONSEA-SP.</p> <p>Foi planejado um cronograma de oficinas para o Paraná, a serem realizadas por colaboradores voluntários, mas este não se viabilizou.</p> <p>Para atender ao menos parcialmente o Estado do Paraná, foram planejadas e realizadas oficinas de elaboração dos planos de SAN, chamando em Curitiba representantes dos municípios que haviam aderido ao SISAN, com planos já elaborados ou em processo de elaboração.</p> <p>Neste ano teve início o Curso de Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional priorizando 2 vagas para cada uma das regiões dos dois Estados.</p> <p>O ano de 2016 foi todo tomado pelas discussões com o jurídico da UNESP e MDS para readequação do plano de trabalho que então passou a contar com outros tipos de bolsas como as de pós-doutorado. Os alunos da especialização poderiam ser os tutores da extensão. Essa foi a primeira revisão no plano de trabalho.</p>
2017	<p>Em 2017, o processo das oficinas foi aprimorado, os cadernos foram revistos e impressos. A partir da UNESP, realizamos oficinas em todas as regiões do Paraná.</p> <p>Foi ofertado o Curso de Extensão “Aprofundando conhecimentos: construindo planos de SAN” com tutoria dos alunos da Especialização.</p> <p>Em dezembro foi concluído o Curso de Especialização com a produção de trabalhos de conclusão de curso que versaram sobre o SISAN: participação social, intersetorialidade, ações de SAN e produção de alimentos.</p> <p>Em dezembro de 2017 e janeiro de 2018, fizemos uma grande mobilização em torno da 5ª Conferência+2. Para tanto foram utilizados os meios virtuais e envolvidos os membros da CAISAN-SP, já com vistas ao PLANSAN-SP.</p>
2018	<p>Em 2018, atendendo a uma reivindicação do CONSEA-SP, com o desejo de participar mais ativamente das oficinas, que em 2017, foram bem mais voltadas para os gestores, foi desencadeado um novo processo de oficinas no Paraná. Desta vez, em abril, foi realizado um encontro de conselheiros e presidentes de CORESAN's que se voluntariaram à realização das oficinas em suas regiões. Foram planejados e discutidos roteiros para as oficinas, as quais foram realizadas em todas as regiões do Estado por colaboradores eventuais.</p> <p>Os cursos EAD de 2018 versaram sobre temas específicos como SAN na obesidade e para os povos e comunidades tradicionais de matriz africana.</p> <p>No Estado de São Paulo, o ano foi tomado pela retomada da CAISAN e elaboração do PLANSAN-SP, aprovado em dezembro de 2018.</p> <p>O ano foi marcado pelo desmonte de programas e políticas de SAN no nível federal.</p>

	Foram feitas revisões no plano de trabalho para ajustes, prorrogação (até julho de 2019) e uso dos rendimentos (meta 9).
2019	<p>Ano marcado pela transição de governo e incertezas em relação às Políticas de SAN. O Estado do Paraná manteve o mesmo ritmo de atividades, inclusive com a realização de Conferências Municipais e Estadual de SAN.</p> <p>Em São Paulo, apoiamos as atividades do CONSEA-SP e permanecemos em processo de reconstrução da parceria com a gestão pública.</p> <p>Foi remodelado e ofertada a 2ª Edição do Curso “Aprofundando conhecimento: construindo planos de SAN”, agora com reduzido número tutores e intervenções na plataforma.</p> <p>Foram elaborados diferentes materiais educativos e de orientação para as Conferências Municipais de SAN.</p> <p>Foi apoiada a Conferência Municipal de SAN de Botucatu com o propósito de testar o formulário de diagnóstico de SAN.</p> <p>Foi concluído o estudo para os indicadores de SAN nos Estados e iniciado um estudo para os municípios.</p> <p>Foram realizadas reuniões de validação dos indicadores e de materiais pedagógicos e finalmente de avaliação do processo pela academia e por participantes do SISAN em São Paulo e Paraná.</p>

Detalhes desse histórico podem ser consultados nos anexos disponibilizados no site da Rede-SANS na sessão de Publicações (www.redesans.com.br/relatórios/). Para facilitar não diferenciamos anexos e apêndices, consideramos tudo como anexo. Organizados por ordem cronológica, podem ser consultados os seguintes grupos de anexos:

Anexos 1: Bolsistas e voluntários - clicando no nome do bolsista se obtém o seu relatório de atividades. Foram 7 docentes e 158 bolsistas. Consta ainda os modelos de editais para seleção de bolsistas. Os editais para a UFPR e USP, não foram implementados, pelas dificuldades burocráticas em se estabelecer convênios.

Anexos 2: Advocacy - Esse grupo de anexos referem-se às apresentações e participações mais relevantes em reuniões dos CONSEA's e CAISAN's. Também se encontram documentos para gestores públicos.

Anexos 3: Planos de SAN - Podem ser encontrados documentos selecionados gerados no processo de elaboração do PLANOSAN-SP, bem como os planos vigentes em São Paulo e Paraná em julho de 2019.

Anexos 4: Indicadores de SAN - A sistematização do estudo sobre indicadores foi incluída no corpo do relatório, neste grupo de anexos podem ser encontradas apresentações, relatórios parciais e formulários produzidos no processo.

Anexos 5: Publicações - Aqui foram agrupadas todas as publicações, cadernos, livros e outros documentos gerados no processo.

Anexos 6: Eventos - Por ordem cronológica, são apresentados os eventos aos quais participamos como convidados ou como organizadores, sem distinção. As fotos estão nos anexos de registros fotográficos (Anexos 10), enquanto reuniões dos CONSEA's e CAISAN's no item advocacy (Anexos 2).

Anexos 7: Cursos - Esse grupo de anexos inclui os projetos dos cursos, relação de inscritos e aprovados e outros temas relacionados. A vídeo-aulas podem ser encontradas no grupo de vídeos (anexos 11).

Anexos 8: Oficinas de SAN - São apresentadas planejamentos, roteiros, listas de presenças, relatórios, produções dos grupos, entre outros das oficinas de 2016 e 2019 em São Paulo e de 2017 e 2018 no Paraná. Alguns relatos de oficinas, como as realizadas na Capital-SP estão em eventos (Anexos 6) ou nas conferências de SAN (Anexos 9).

Anexos 9: Conferências de SAN - Apresenta documentos gerados no processo de sistematização e organização das propostas. Os vídeos de apresentação gerados na Conferência+2 de São Paulo encontram-se no grupo de anexos específico (Anexos 11).

Anexos 10: Registros fotográficos - Por ordem cronológica foram resgatadas e organizadas as fotos de eventos, reuniões e oficinas do projeto.

Anexos 11: Vídeos - Apresenta o link para o canal do Youtube da Rede-SANS para todos os vídeos produzidos no período. São vídeo aulas, palestras, vídeos informativos e educativos, entre outros.

Anexos 12: Ferramentas de diagnóstico de SAN nos Municípios - São apresentados o diagnóstico original da Rede SANS (2011) e as revisões adaptadas ao PLANSAN-SP e aos desafios do PLANSAN Nacional, bem como o resultado obtido em Botucatu.

Anexos 13: Intercâmbios com outros estados - mostra apresentações feitas em Manaus em colaboração com a Universidade Estadual de Manaus.

Anexos 14: Histórico do convênio - Apresenta o projeto e documentos do processo junto ao MDS.

Anexos 15: Métrica do site da Rede SANS - Apresenta relatórios do movimento do site e a relação de notícias veiculadas no período.

Anexos 16: SAN nos Municípios - Apresenta dados secundários, sistematizados ou não, compilados e utilizados para avaliação do processo.

5. CUMPRIMENTO DAS METAS

META 1 - Assessorar o processo de construção e monitoramento da Política Pública de SAN nos Estados de São Paulo e Paraná.

Avaliação da Execução: 100%

A avaliação de que esta meta foi cumprida integralmente se dá pela nossa presença ao menos mensal no Paraná e mais ou menos quinzenal em São Paulo, apoiando o trabalho da Secretaria do SISAN (CONSEA's e CAISAN's). O apoio solicitado tem se dado fortemente nos processos de formação, das conferências e do monitoramento e avaliação dos Planos de SAN.

Tivemos uma participação ativa na elaboração do plano de SAN da capital de São Paulo. No Estado, a retomada dos trabalhos da CAISAN no final de 2017 resultou na elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo (PLANSAN-SP), para o qual fomos chamados a compor a equipe de elaboração junto com técnicos da Secretaria de Planejamento do Estado e a CAISAN. Nesse processo atuamos: 1) propondo metodologia de trabalho; 2) sistematizando as propostas da 5ª Conferência e da 5ª Conferência+2 para compor o conjunto de desafios, objetivos e metas; 3) Sistematizando os diagnósticos das secretarias e incorporando no PLANSAN-SP; 4) Cruzando propostas do PLANSAN-SP com dados do orçamento (plano plurianual); 5) Propondo sistema de indicadores para avaliação dos Objetivos e Metas do PLANSAN; 6) Propondo metodologia e acompanhando as oficinas de pactuação do PLANSAN-SP nas secretarias; 7) Propondo metodologia e acompanhando o processo de consulta pública do plano. No Paraná, apoiamos, conforme demanda, a revisão do segundo plano de SAN. Foram produzidos estudos de avaliação e série históricas de indicadores em apoio à avaliação do PLANSAN-PR. Mais detalhes podem ser encontrados nos anexos 2, 3, 4, 11 e 15 (www.redesans.com.br/relatorios/).

META 2 - Produzir três instrumentos para monitoramento da Política Pública de SAN: um índice global de SAN; um instrumento de monitoramento dos objetivos/metasp do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Artigo 14 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); um instrumento de avaliação da execução do plano estadual de SAN.

Avaliação da Execução: 100%

No último relatório parcial, em maio de 2018, as atividades relacionadas a esta estavam atrasadas e foi relatado que algumas das atividades previstas haviam sido modificadas. Ocorreram problemas em executar os recursos que previam bolsas para alunos que não fossem da UNESP, foi o caso da USP e da UFPR. Em maio de 2018 parecia que o convênio entre UNESP/UTFPR seria assinado e o problema seria resolvido, mas isso não aconteceu, o tempo de duração do projeto não foi suficiente para vencer a soma das burocracias do MDS, da UNESP e da UFPR. Na USP, não houve interesse em se firmar um convênio, dada a complexidade do processo. A saída da USP levou a paralização do trabalho para elaboração de um indicador global de SAN. Embora a UFPR tenha permanecido no processo, as atividades voltadas aos indicadores de SAN ficaram com a UNESP e estreita cooperação com as CAISAN's dos Estados e com a Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo. Foram priorizados os indicadores voltados às compras institucionais e de monitoramento do PLANSAN, como previsto. A invés de indicador global foram solicitados indicadores de avaliação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), por solicitação do Estado de São Paulo. Além disso, no processo se percebeu que o mais importante será ajudar aos estados e municípios identificar e manipular seus indicadores. Alguns documentos e apresentações gerados no processo podem ser visualizados nos anexos disponibilizados no site da Rede SANS (www.redesans.com.br/relatorios/). A seguir é apresentado o relatório produzido para equipe envolvida nessa tarefa.

Indicadores e Monitoramento de Segurança Alimentar e Nutricional: Sugestões de Sistematização e Resultados para Brasil, Paraná e São Paulo

Prof. Dr. José Giacomo Baccharin

Pós Doutoranda Karina Rubia Nunes

Pós-Graduando Adriano Ezequiel Fonseca

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) do Brasil criou, em 2005, um grupo de trabalho (GT) voltado para o monitoramento da situação e ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no País. O GT desenvolveu uma metodologia com o objetivo de identificar programas e ações do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, sob a responsabilidade de diversos ministérios, que tivessem impacto sobre a SAN da população.

Em meados de 2006, ainda no âmbito do CONSEA, foi instituído o GT Indicadores e Monitoramento com o objetivo de elaborar uma proposta para construção e implantação de um sistema de monitoramento da SAN, sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Há métodos diversos para medir o nível de SAN de um país. Alguns abordam a disponibilidade de alimentos, que tem como elemento central a produção de alimentos. Outros se acercam do problema pela via do acesso ou da estabilidade das famílias no acesso aos alimentos. Há também grande preocupação com a qualidade nutricional, entendendo-se que a alimentação, além de “matar a fome”, deve contribuir para melhorar a saúde das pessoas ou diminuir a incidência de várias doenças associadas a práticas alimentares inadequadas.

Há vários levantamentos sistemáticos sobre a situação de SAN. O que se procura fazer é sistematizá-los, dando uma noção de conjunto aos aspectos mais específicos tratados por cada levantamento. Abaixo se apresenta uma relação deles.

a) Pesquisas de Orçamentos Domésticos

São levantamentos feitos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambas a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD é repetida anualmente, exceto em anos de Censo Demográfico, enquanto a POF tem periodicidade mais longa, com sua última edição divulgada sendo a de 2008/09.

Elas permitem obter a informação da renda total do domicílio, bem como o valor total gasto na aquisição de alimentos e no suprimento das demais necessidades básicas. Outrossim, permitem estimar, física e monetariamente, o consumo alimentar médio no domicílio por pessoa/dia. No caso de consumo fora do lar, só é estimado o valor do gasto monetário e não as quantidades físicas consumidas.

b) Pesquisa de Ingestão Individual de Alimentos

Esta pesquisa procura obter informação dos alimentos ingeridos por cada indivíduo por dia, durante o período de referência (dia, semana, mês etc.). São raras em países em desenvolvimento, pois requerem amplos recursos humanos e financeiros. A POF, episodicamente, levanta informações deste tipo.

c) Pesquisa Antropométrica

Apoia-se nas medidas de peso e altura - de bebês, crianças, adolescentes e adultos - e são interpretados tomando como base a utilização de valores limites (ou valores de referência) com validade científica.

A partir delas, é possível estimar a proporção de pessoas que estão abaixo dos valores de referência, e que são consideradas subnutridas. Bem como as que estão com sobrepeso ou obesidade.

d) Pesquisas de Percepção de Insegurança Alimentar e Fome

Criada nos Estados Unidos da América, inicialmente voltada para a rede de programas de proteção tipo "food stamp". Seu método leva em conta que a fome é um problema social tanto quanto biológico. Trabalha com a percepção das pessoas e famílias quanto à SAN e não com métodos clínicos de medir a desnutrição.

Deste conjunto de informações, o CONSEA sugeriu que se elencassem seis dimensões para avaliação da situação de SAN da população e da intervenção pública nesta realidade. Estas dimensões serão apresentadas a seguir.

DIMENSÃO 1 - Produção e Disponibilidade de alimentos

Na discussão aqui feita dos indicadores, é considerada a situação do Brasil como um todo e, na medida do possível, analisados dados e informações específicos para os estados do Paraná e São Paulo.

Primeiramente, deve-se distinguir os conceitos de produção e disponibilidade de alimentos.

Em determinado país, a agropecuária e o extrativismo vegetal e animal produzem uma quantidade de alimentos no decorrer de um ano. Como não se pode somar litros de leite com quilos de feijão, de açaí e de cação (etc.), costuma-se representar a produção de cada alimento em quilocalorias (kcal). Com isto, é possível estimar o total da produção de alimentos de origem primária obtido em um país em um ano, medido em kcal.

A produção é a base, mas não pode ser confundida com a disponibilidade nacional de alimentos, conforme a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Do que se produz, parte pode ser exportada e, portanto, não fica disponível para alimentar a população do país considerado. Por outro lado, pode-se importar, aumentando a disponibilidade interna de alimentos.

Também deve-se levar em conta perdas e desperdícios de parte da produção de alimentos e que outra parte é usada para sementes ou fins não alimentícios. Além disso, pode crescer ou diminuir o estoque de alimentos. Em suma, representa-se a disponibilidade de alimentos da seguinte forma:

$$\text{Disponibilidade} = \text{Produção} - \text{Exportação} + \text{Importação} +/- \text{Variação de Estoques} - \text{Perdas} - \text{Outros Usos.}$$

Ao dividir a disponibilidade pelo número de habitantes e por 365, encontra-se a disponibilidade per capita por dia. Entende-se que a necessidade média mínima de consumo de alimentos em dado país fica em torno de 2.000 kcal por pessoa por dia (kpd).

A constatação de que a disponibilidade média de uma nação encontra-se acima da disponibilidade mínima de alimentos não pode ser interpretada, de imediato, como indicativo da não existência de desnutrição. De acordo com a renda auferida (basicamente), alguns consumirão alimentos acima e outros abaixo da média e, portanto, torna-se necessário estimar o número e porcentagem da população que não consegue consumir o mínimo necessário, ou a chamada prevalência de desnutrição em determinada população.

Produção de Alimentos no Brasil

Aborda-se a produção primária de produtos alimentícios, consumidos *in natura* ou após transformação industrial. A ação da Indústria Alimentícia não é analisada, mesmo sabendo que mais de 80% dos alimentos consumidos no Brasil são industrializados.

As principais atividades pecuárias e fontes de proteínas animais no Brasil são bovinocultura de corte e leite, avicultura de corte e postura e suinocultura. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018, 2018a), entre 1997 e 2016, a produção de carne de frango aumentou 240%, a suína, 267% e a bovina, 121%, com estes três produtos tendo participação importante nas exportações brasileiras. Por sua vez, os dois produtos com comércio internacional pouco expressivo tiveram crescimento menor, a produção de leite expandiu 80% e a de ovos, 56%.

Existe um conjunto de atividades composto por frutas, legumes e verduras (FLV), em grande parte consumidas *in natura* e fontes importantes de micronutrientes e fibras alimentares. Entre eles pode-se apontar a expansão da produção de tomate, que alcançou 53%, e batata, 44%, entre 1997 e 2016 (IBGE, 2018b). Registre-se que neste período a população brasileira cresceu 29% (IBGE, 2018c).

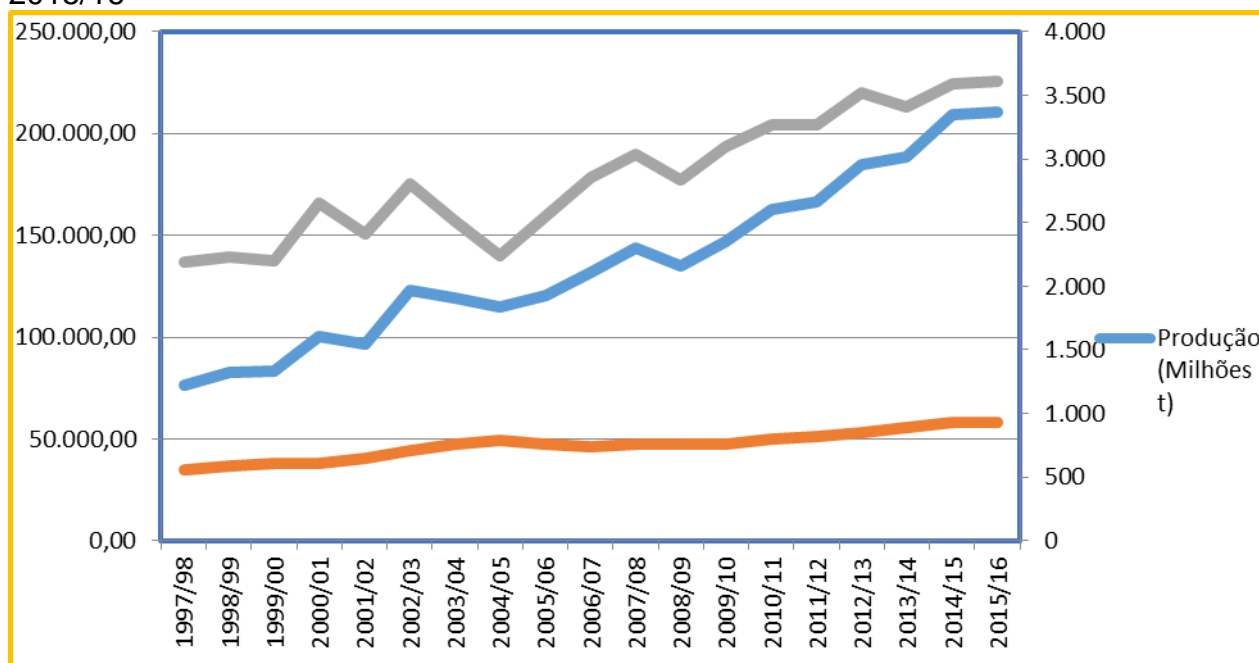
As lavouras com área mais expressivas no Brasil são café, cana-de-açúcar e mandioca, algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo. As seis últimas compõem, junto com mais oito culturas, o que se convencionou chamar de grãos. Dados produtivos dos grãos aparecerem no Gráfico 5.2.1.

A produção e a área são medidas no eixo da esquerda. Houve expansão da área, mas o crescimento da produção foi ainda maior. Ou seja, o uso de tecnologias química, genética e mecânica levou a forte aumento da produção por área ou da produtividade da terra, que é medida no eixo da direita.

Algo semelhante ocorreu com as atividades pecuárias, em que a produção cresceu acima do crescimento dos rebanhos.

Individualmente, constataram-se os seguintes aumentos de produção das lavouras, entre 1997/98 e 2015/16: algodão – 388%, arroz – 47%, café – 22%, cana-de-açúcar – 126%, feijão – 9%, mandioca – 16%, milho – 159%, soja – 269% e trigo – 121%. Chama a atenção do baixo crescimento da produção de feijão e mandioca, o que está associado à queda de seu consumo per capita no Brasil.

Gráfico 5.2.1 Produção, Área colhida e produtividade de grãos no Brasil, 1997/98 a 2015/16



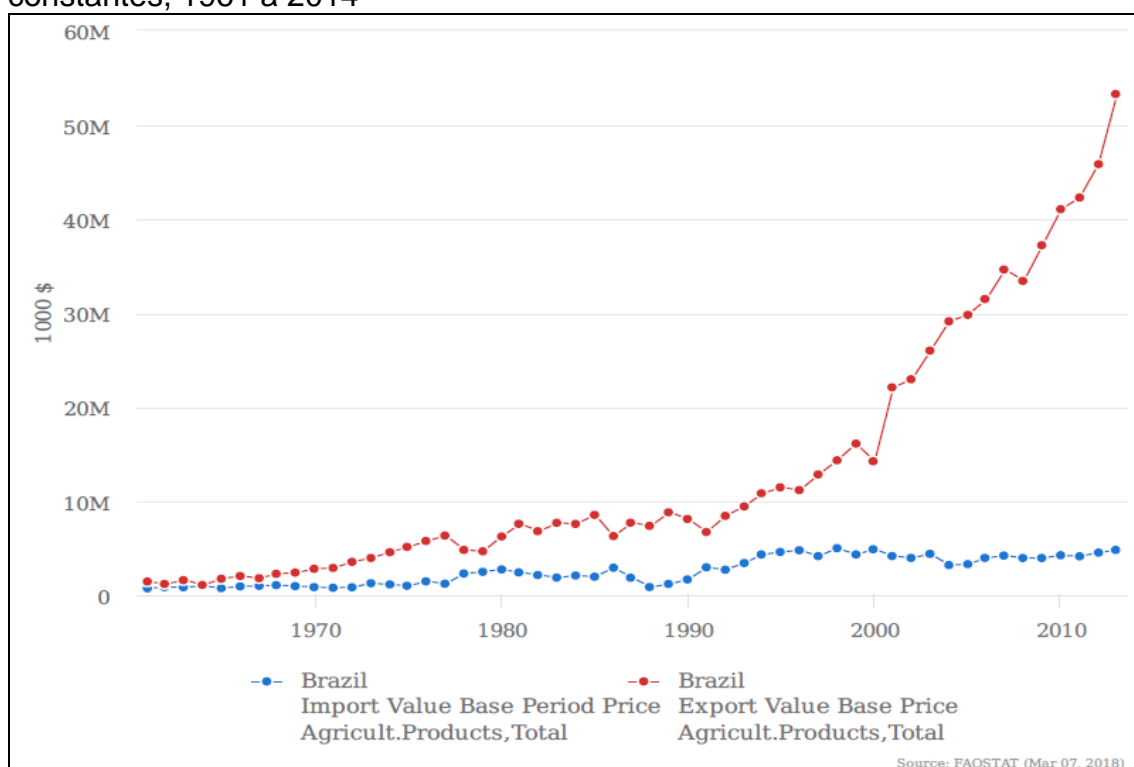
Exportação e Importação Agropecuária

De maneira geral, a produção primária de alimentos tem crescido a taxa superior à da população e da renda média do brasileiro.

Com isto, se eleva a participação brasileira nas exportações agropecuárias mundiais. Em 1990, as exportações agrícolas brasileiras representavam 2,6% das mundiais (PINAZZA et al, 2001), passando para 3,4%, no triênio 1999-2001 e 6,5%, em 2012 (FAO, 2011, 2015). O Gráfico 5.2.2 evidencia o deslocamento para cima das exportações em relação às importações agropecuárias no Brasil, cujo crescimento se mostra reduzido.

Entre os principais produtos da cesta de alimentos no Brasil, apenas no trigo há grande dependência de importação, próximo a 40% do consumo nacional. Nos lácteos a importação é sistemática também, mas menos significativa. Para feijão e arroz, a produção tem se situado próximo ao consumo nacional, mas em alguns anos é necessário recorrer às importações.

Gráfico 5.2.2 Exportações e Importações Agropecuárias Brasileiras, preços constantes, 1961 a 2014



Exportação e Importação Agropecuária

Há grande participação do Brasil nas exportações mundiais de soja e derivados, açúcar, suco de laranja, café, milho, carne de frango e bovina, além de produtos não alimentícios como celulose e derivados do fumo.

Em cadeias como da soja e café, o Brasil tem enfrentado barreiras para exportar produtos mais processados, como farelo de soja e café torrado e moído, em vez de soja e café em grãos.

A maior participação brasileira no mercado internacional eleva os efeitos das variações dos preços externos nos preços internos dos alimentos no Brasil. Tem se verificado que, a partir de 2002, há uma tendência dos preços internacionais das *commodities* agrícolas se elevarem, em termos reais.

Este ponto será retomado em futura apresentação, mas adiante-se que, entre 2007 e 2014, o Índice de Preços de Alimentos e Bebidas subiu acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil (BACCARIN et al, 2015).

Perdas e Desperdícios de Alimentos

A FAO estima que se perdem/desperdiçam 30% dos cereais, de 40% a 50% dos tubérculos, frutas e hortaliças, 20% das oleaginosas e 30% do pescado no mundo. Nos países mais ricos, os desperdícios ocorrem mais no consumo e nos mais pobres as perdas são maiores nas fases iniciais das cadeias produtivas, como colheita e transporte de grãos (FAO, 2012a).

Na Brasil, estima-se que sejam desperdiçadas 22 bilhões de calorias, apenas na comercialização dos alimentos. Isto, se evitado, seria suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais de 11 milhões de pessoas.

Além da questão social (permitir maior acesso das pessoas à alimentação), a diminuição de perdas e desperdícios teria repercussão ambiental. Não se necessitaria de tanto recursos naturais (terra e água), nem de insumos, como fertilizantes, pois o consumo alimentar se garantiria com menor nível de produção, se parte dela não fosse perdida ou desperdiçada.

Contudo, como para outras mercadorias, o consumismo estimula os gastos com alimentos além da necessidade fisiológica, especialmente entre os mais ricos. Parte deste exagero vira lixo e não é aproveitada no consumo.

Também ocorre desperdício de alimentos quando os mesmos são descartados porque sua aparência não é mais a desejada ou quando sua comercialização implicaria em queda de preço não compensada pelo aumento das vendas.

Disponibilidade de Alimentos e Prevalência da Desnutrição

Nos anos 1990 verificou-se aumento de 4,4% na disponibilidade de alimentos no Brasil, de 2.756 kpd, em 1990, para 2.879 kpd, em 2000. No presente século, este aumento foi mais intenso, alcançando 3.302 kpd, em 2014, 14,7% maior do que em 2000 (FAO, 2015).

Como já visto, a expansão das exportações agropecuárias brasileiras foi mais acentuada após 2000 do que na década anterior. Portanto, as exportações não diminuíram a disponibilidade interna de alimentos. A explicação básica é que o crescimento da produção agropecuária foi suficiente para aumentar a disponibilidade interna e elevar o volume exportado. Não se deve esquecer que as importações agropecuárias pelo Brasil têm crescido pouco, não contribuindo significativamente para aumento da disponibilidade interna de alimentos.

Em termos da prevalência de desnutrição, ela atingia 14,8% dos brasileiros, em 1990, 12,3%, em 2000, tendo se reduzido para próximo a 2,5%, em 2014, com o Brasil deixando o Mapa da Fome Mundial. (FAO, 2015).

Em parte, isto se deveu ao aumento da disponibilidade de alimentos e em parte às melhorias de acesso alimentação pelos mais pobres, o que será tratado em outra apresentação.

Produção de Alimentos e Renda na Agricultura Familiar

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que os 4,4 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar representavam 84% do número, 24% da área, 74% das pessoas ocupadas e 38% do valor da produção dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2009).

Entre as principais atividades agropecuárias, os estabelecimentos familiares produziam 87% da mandioca, 70% de feijão, 58% do leite e 46% do milho, ao mesmo tempo que possuíam 59% do plantel de suínos e 50% de aves. Em outras

atividades, a participação da agricultura familiar era menor: 38% no café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja e 30% do plantel de bovinos (IBGE, 2009).

Sabendo-se que nas frutas, legumes e verduras (FLV) também é alta a participação da agricultura familiar, pode-se estabelecer que este segmento tem grande relevância no fornecimento de grande parte dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros *in natura* ou com pequeno grau de processamento, como farinha de mandioca e leite pasteurizado/uperizado.

Políticas que incentivem o fortalecimento da agricultura familiar podem atingir um duplo objetivo, de aumentar a produção de alimentos e combater a pobreza e desnutrição, relativamente muito concentrada em regiões rurais.

A literatura tem destacado que há um conjunto de agricultores familiares com renda média relativamente alta, acesso a financiamentos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), uso de tecnologias modernas e produção voltada para o mercado.

Mas há também um conjunto de agricultores familiares muito pobres, com baixa capacidade de produção, voltada, em grande parte, para a subsistência da família e que têm dificuldade de acessar políticas públicas de crédito e novos conhecimentos tecnológicos.

Ao se incentivar com políticas públicas (agrícolas e não agrícolas) este grupo de agricultores, estaria se promovendo o aumento de sua renda e, portanto, o consumo de alimentos. Ao mesmo tempo, o crescimento de sua produção agropecuária teria efeitos positivos no abastecimento de alimentos do setor urbano.

Situação da Produção de Alimentos no Paraná

O estado do Paraná não deixa de ter sua agricultura caracterizada pela produção de grandes lavouras ou *commodities*, como soja, milho, trigo e mesmo cana-de-açúcar.

Contudo, assim como nos outros dois estados da Região Sul, observa-se que a presença da agricultura familiar é relativamente maior que no Brasil todo e que há maior produção local de alimentos básicos.

Em 2006, havia 302.907 estabelecimentos da agricultura familiar no Paraná, correspondente a 82% do total de estabelecimentos agropecuários. Mais de 40% do

valor bruto da produção da agropecuária do Estado vinha da agricultura familiar, sendo que esse índice alcançava 66% na mesorregião Sudoeste, considerada reduto local da agricultura familiar.

Dos alimentos da Tabela 5.2.1, apenas no arroz a produção estava bem abaixo da necessidade de consumo da população local, e a de carne bovina, abaixo. Nos demais produtos, entre eles feijão, ovos e carne de frango, a produção do Estado era suficiente para atender a necessidade de consumo da sua população e abastecer outros estados e países

Tabela 5.2.1 Produção, disponibilidade para a população do Paraná e comparação com o consumo per capita no Brasil.

Produto	Quantidade produzida*	Disponibilidade per Capita**	Consumo per Capita Brasil***	3/4 (%)
Arroz	94.882.640	9,1	26,5	34,3
Feijão	488.725.770	46,8	9,1	514,2
Mandioca	2.846.420.419	272,5	7,1	3.838,4
Carne bovina	272.589.124	26,1	35,6	73,3
Leite	1.816.426.121	173,9	137,1	126,9
Carne frango	797.483.859	76,4	38,6	197,8
Ovos	439.332.519	42,1	9,3	452,3
Carne suína	183.348.556	17,6	13,4	131,0

* A produção está registrada em Kg, exceto para o leite, em litros, e ovos, em dúzia.

**População do Estado do Paraná: 10.444.526

*** Valores de 2009, exceto leite de 2005.

Fonte: IBGE, 2009

Situação da Produção de Alimentos em São Paulo

Observa-se na Tabela 5.2.2 que tanto a cana-de-açúcar como outras lavouras cresceram em área entre 1996 e 2006, substituindo área de pastagens.

Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) do Governo do Estado de São Paulo, a área de cana-de-açúcar no Estado passou de 4.258,4 mil hectares, em 2006, para 6.119,0 mil ha, em 2014, expansão de 43,7%. Neste período

continuou diminuindo a área de pastagem ao que se juntou a redução da área de outras lavouras (IEA, 2016).

A importância da agricultura familiar se mostrava bem menos expressiva em São Paulo. Existiam 151.150 estabelecimentos familiares, 66% do total de estabelecimentos do Estado em 2006, mas com participação de apenas 16% no valor da produção da agricultura paulista (IBGE, 2009). Em relação às atividades agropecuárias, a importância da agricultura familiar era maior na horticultura e no leite, em ambas com 41% da produção estadual.

Em grande parte devido ao avanço da lavoura canavieira, observa-se na Tabela 5.3.3 que o estado de São Paulo depende da compra de outros estados para atender grande parte de suas necessidades de alimentos básicos, como arroz, feijão, leite e carne de frango.

Tabela 5.2.2 Uso da área nos estabelecimentos agropecuários do estado de São Paulo, de 1996 a 2006, em mil hectares e porcentagem.

Item	Cana	Outras Lavouras	Pastagens	Matas e Florestas	Total
Área 1996	2.125,5	3.130,7	9.062,2	1.949,4	17.369,3
1996 %	12,2	18,0	52,2	11,2	100,0
Área 2006	3.045,8	3.940,0	6.976,2	2.289,8	16.954,8
2006 %	18,0	23,2	41,1	13,5	100,0

Obs.: Não se registrou na Tabela a área dos estabelecimentos para outros usos.
Fonte: IBGE, 1998, 2009.

Tabela 5.2.3 Produção, disponibilidade para a população paulista e comparação com o consumo per capita no Brasil.

Produto	Quantidade produzida*	Disponibilidade per Capita**	Consumo per Capita Brasil***	3/4 (%)
Arroz	36.784.171	0,9	26,5	3,4
Feijão	157.127.557	3,8	9,1	41,9
Mandioca	632.291.322	15,3	7,1	215,9
Carne bovina	314.114.266	7,6	35,6	21,4
Leite	1.247.251.692	30,2	137,1	22,1
Carne frango	787.283.607	19,1	38,6	49,4
Ovos	733.703.142	17,8	9,3	191,2
Carne suína	62.688.752	1,5	13,4	11,3

* A produção está registrada em Kg, exceto para o leite, em litros, e ovos, em dúzia.

**População do Estado de São Paulo: 41.252.160

*** Valores de 2009, exceto leite de 2005.

Fonte: IBGE, 2006

Considerações Dimensão 1

Ao se propor Planos de SAN em nível municipal, seria interessante que o roteiro aqui apresentado fosse adaptado para as condições locais.

Os determinantes do nível de produção agropecuária, de maneira geral, não são estabelecidos em nível municipal. Mas é possível trabalhar, via mercado institucionais de alimentos ou oferecimento de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), com o fomento da produção local, em especial de lácteos, frutas, verduras e legumes, a serem consumidos *in natura* ou com pequeno grau de processamento.

Em grande parte, estes produtos originam-se de pequenos agricultores e o estímulo à sua produção implica em ganhos importantes na renda auferida no meio rural.

Outro ponto, é que estes produtos contribuem para melhoria nutricional no consumo alimentício, com importantes ganhos na saúde pública.

Deve-se fazer um esforço de atualização constante dos indicadores aqui apresentados, para que o acompanhamento das condições da produção agropecuária seja mais preciso.

Bibliografia - Dimensão 1

BACCARIN, J. G.; BUENO, G.; SILVA, D. B. P. Produtos e cadeias agropecuárias e a inflação brasileira da alimentação no domicílio. **Revista de Política Agrícola**. v. XXIV, p. 64 - 81, 2015.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **FAO Statistical Yearbook 2010**. Disponível em www.fao.org. Acesso 13 de abril de 2011.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación**. Roma: FAO. 2012.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **FAO Statistical Pocketbook 2015**. Roma: FAO, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995-96**. Número 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 777 p.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **FAOSTAT**. Disponível em <http://www.fao.org>. Acesso 7 de março 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal** – séries históricas. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=series-historicas>. Acesso 12 de abril de 2018.

DIMENSÃO 2 – Renda e Condições de Vida

Na discussão aqui feita dos indicadores, é considerada a situação do Brasil como um todo e, na medida do possível, analisados dados e informações específicos para os estados do Paraná e São Paulo.

A produção e disponibilidade de alimentos indicam o potencial do que pode ser consumido por determinada população.

Contudo, é importante sempre ter em conta que o acesso aos alimentos não é igual para todos indivíduos e, predominantemente, depende da renda que recebem. Algo óbvio, mas que não se pode esquecer, é que quem é mais rico pode se alimentar com mais abundância e diversidade do que quem é mais pobre.

Ao tratar da renda de uma população, além da renda média ou *per capita*, deve-se considerar a forma como ela é distribuída entre seus integrantes. Se dois

países têm a mesma *renda per capita*, naquele em que a renda é mais concentrada tenderá a haver mais dificuldade de acesso à alimentação pelos mais pobres.

Grande parte da renda dos indivíduos resulta de suas atividades laborativas ou de seus patrimônios. Ela sofre flutuações com o desempenho econômico do país, se reduzindo em momentos de recessão ou crise.

É bastante comum que os indivíduos recebam complementação de renda, via transferências governamentais. Podem-se considerar aqui, as aposentadorias e pensões, seguro desemprego, bolsa de estudo e aprendizagem, suplementação de renda para os mais pobres, idosos, pessoas com deficiência etc.

A capacidade de compra de determinada renda nominal apresenta dependência dos preços dos produtos e serviços consumidos. No caso dos alimentos e alimentação, é importante que se acompanhe a evolução de seus preços em relação aos demais preços pagos pelos consumidores. Alimentos e refeições mais caros, em termos reais, prejudicam relativamente os mais pobres. São estes que gastam parcela mais significativa de suas rendas com alimentação.

Os pontos acima relatados serão desenvolvidos nas seções seguintes. Ainda que esta questão não seja aqui abordada, deve-se atentar que as condições de vida, moradia, acesso à saúde e educação, ao transporte público, às infraestruturas sociais, direta ou indiretamente, têm efeitos sobre a capacidade da renda dos indivíduos garantir o acesso à alimentação regular e saudável.

Renda Média e Concentração de Renda

O Gráfico 5.2.3 registra o crescimento da renda per capita dos brasileiros, entre 1991 e 2014. Em período de 23 anos, ela cresceu quase 2,5 vezes, o que é positivo.

Contudo, não se pode esquecer que, historicamente, a renda no Brasil tem apresentado altos níveis de concentração. Isto pode ser medido através de indicadores sintéticos, como o Índice de Gini. Quando ele é igual a 1,0, ocorre a concentração absoluta de renda. Quando 0,0, a distribuição é perfeita. Valores de Índice de Gini acima de 0,4 são considerados muito altos.

O Gráfico 5.2.4 mostra que houve uma evolução positiva no Índice de Gini no Brasil, entre 2001 e 2015, embora ele continue extremamente alto.

Gráfico 5.2.3 Renda Per Capita no Brasil, em Reais, 1991 a 2014.

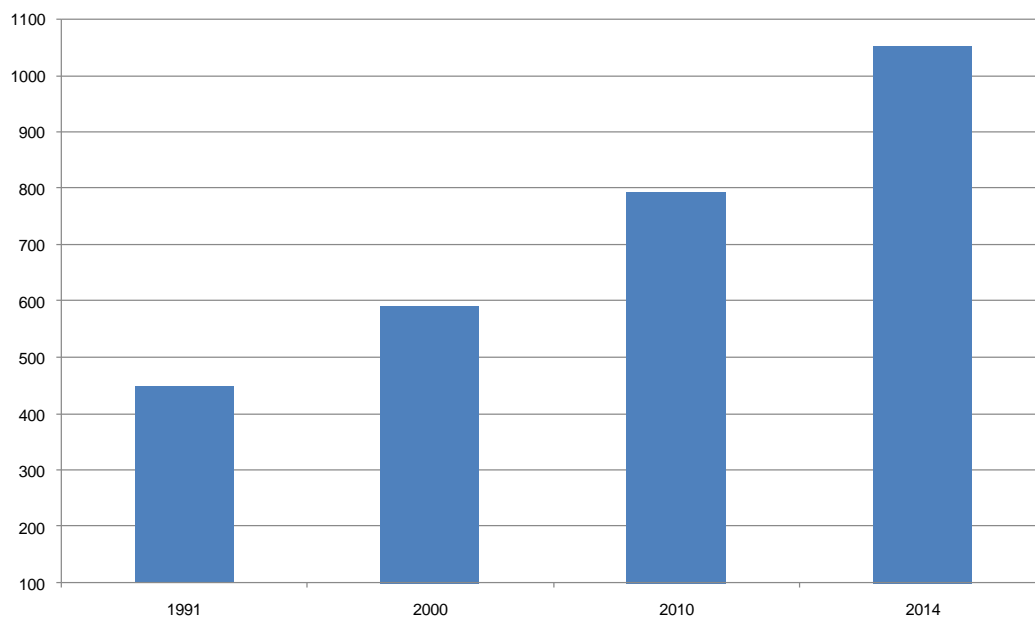
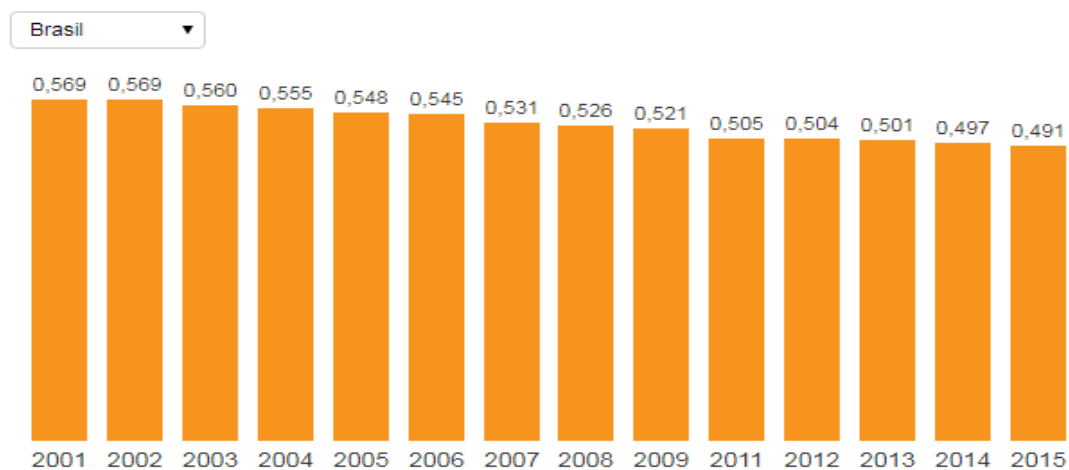


Gráfico 5.2.4 Índice de Gini da Renda no Brasil, 2001 e 2015

ÍNDICE DE GINI

Quanto mais perto de zero menor a desigualdade



*Não houve Pnad em 2010; dados harmonizados pelo IBGE entre 2001 e 2003. Amostra foi expandida em 2004, com inclusão de áreas rurais da Região Norte

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Com dados do IBGE (2013), pode-se associar a melhoria da distribuição de renda no Brasil ao crescimento diferenciado da renda por faixa populacional. Entre

2001 e 2012, o crescimento da renda dos 20% mais pobres no Brasil foi 6,2%, contra 2,0% nos 20% mais ricos. Nas faixas intermediárias, o crescimento foi de 5,5% no segundo quintil, 4,7% no terceiro e 3,6% no quarto quintil.

A participação de faixas populacionais na renda é outra forma de medir sua distribuição. Assim como a análise da situação de grupos populacionais específicos e estimativa do número de pobres e extremamente pobres. A Tabela 5.2.4 traz dados para Brasil, São Paulo e Paraná.

São Paulo, em especial, e Paraná apresentam condição social menos desfavorável que o Brasil. As rendas *per capita* paulista e paranaense são maiores que a brasileira, enquanto a participação de pobres e extremamente pobres e o Índice de Gini são menores.

Entre os negros, a renda *per capita* se mostra próximo a 50% da renda *per capita* dos brancos. As mulheres também têm renda *per capita* menor que os homens, embora a diferença não seja tão drástica como a entre brancos e negros.

Ainda segundo o IBGE, a porcentagem de extrema pobreza é muito maior na área rural, atingindo 46,7% de sua população, contra 15,2% da população brasileira toda. Nos indígenas, constata-se percentual de 40% em extrema pobreza.

Tabela 5.2.4 Indicadores de Renda e Condições de Vida do Brasil, São Paulo e Paraná, 2010.

Indicadores	Brasil	São Paulo	Paraná
Renda per capita (R\$)	1.052	1.432	1.210
negros	509	635	573
brancos	1.097	1.312	1.012
% extremamente pobres*	6,62	1,16	1,96
% de pobres*	15,20	4,66	6,46
Índice de Gini ¹	0,501	0,472	0,464

Proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$70,00 para extremamente pobres e igual ou inferior a R\$140,00 para pobres em Agosto de 2010.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Continuada 2014.

(1) Dados do Índice Gini referente a 2013.

Atividade Econômica, Salário e Ocupação

A expansão da atividade econômica e da população implica em mudanças na renda per capita. O Gráfico 5.2.5 aponta que, após 2013, a renda per capita no Brasil caiu, mais fortemente em 2015 e 2016. Reflexo da recessão que se instalou no País;

A queda da renda per capita atinge a todos, mas é mais sentida pelos que ficam desocupados ou desempregados. Muitos chegam a ter suas rendas zeradas;

O Gráfico 5.2.6 mostra que a desocupação praticamente dobrou entre 2014 e 2017 no Brasil, nos estados de São Paulo e Paraná e nas cidades de Curitiba e São Paulo. Observe-se que a desocupação é maior nas capitais do que em seus respectivos estados;

No Gráfico 5.2.7 percebe-se que o rendimento do trabalho no Brasil vinha crescendo entre 2007 e 2014 e caiu em 2015. Percebe-se também que o rendimento médio dos homens é bem superior ao das mulheres;

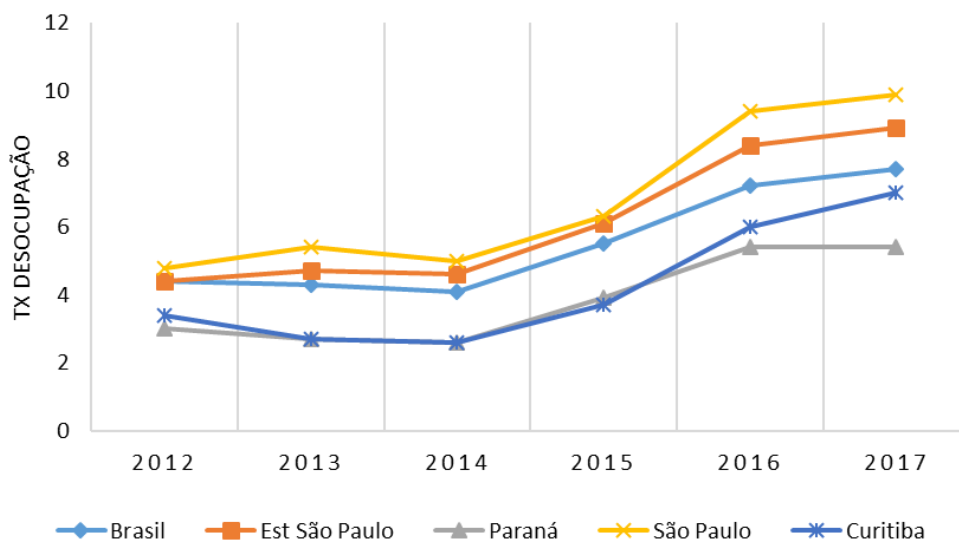
No Gráfico 5.2.8 vê-se que a massa salarial na Região Metropolitana de São Paulo cresceu fortemente entre 2003 e 2014, acima da massa de todos os rendimentos. Após, houve forte queda.

Gráfico 5.2.5 Renda per capita, em paridade de poder de compra, Brasil, 2000-2016.



FONTE: <http://www.fao.org/faostat/en/#country/21>.

Gráfico 5.2.6 Taxa de Desocupação, terceiro trimestre. Brasil, estados do Paraná, e São Paulo, cidades de Curitiba e São Paulo.



Fonte: IBGE (2018)

Gráfico 5.2.7 Rendimento médio mensal do trabalho, Brasil, 2007 a 2015.

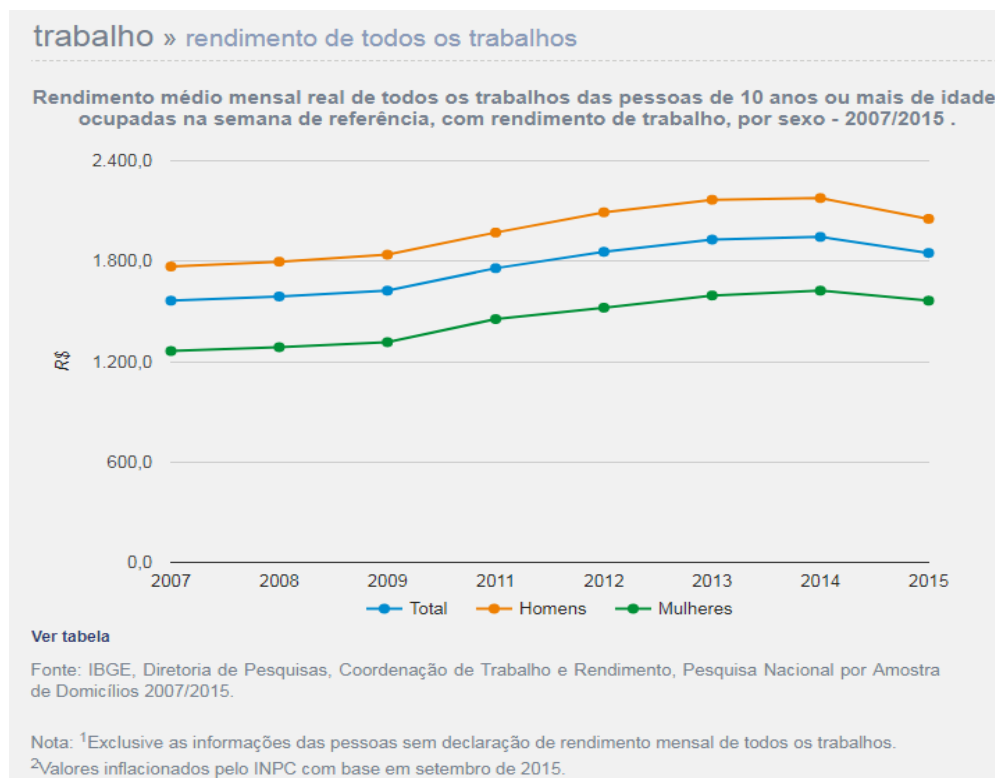
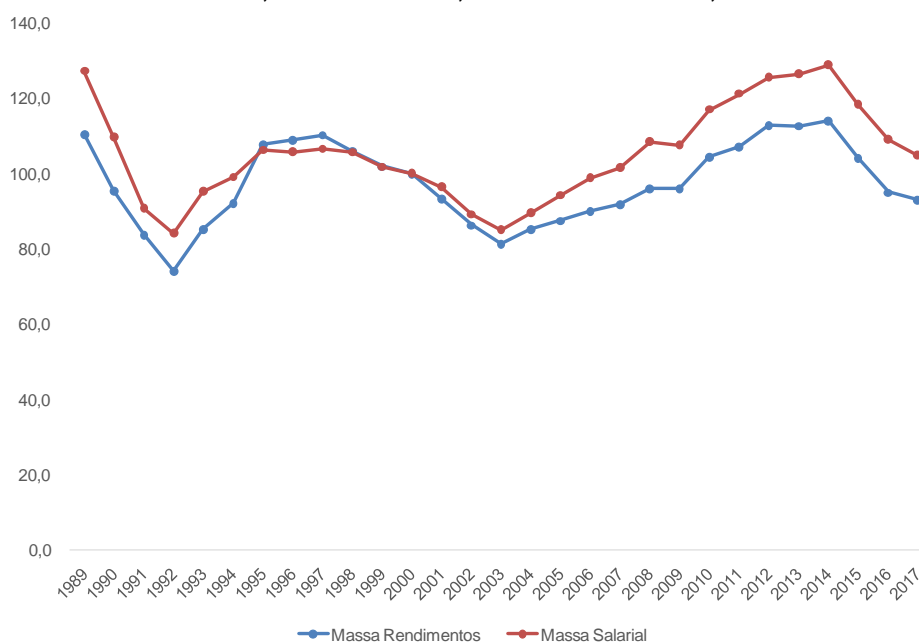


Gráfico 5.2.8 Índice da Massa de Rendimentos e da Massa Salarial, Região Metropolitana de São Paulo, 1989 a 2017, em valores reais, base 2000.



Fonte: SÃO PAULO, 2018

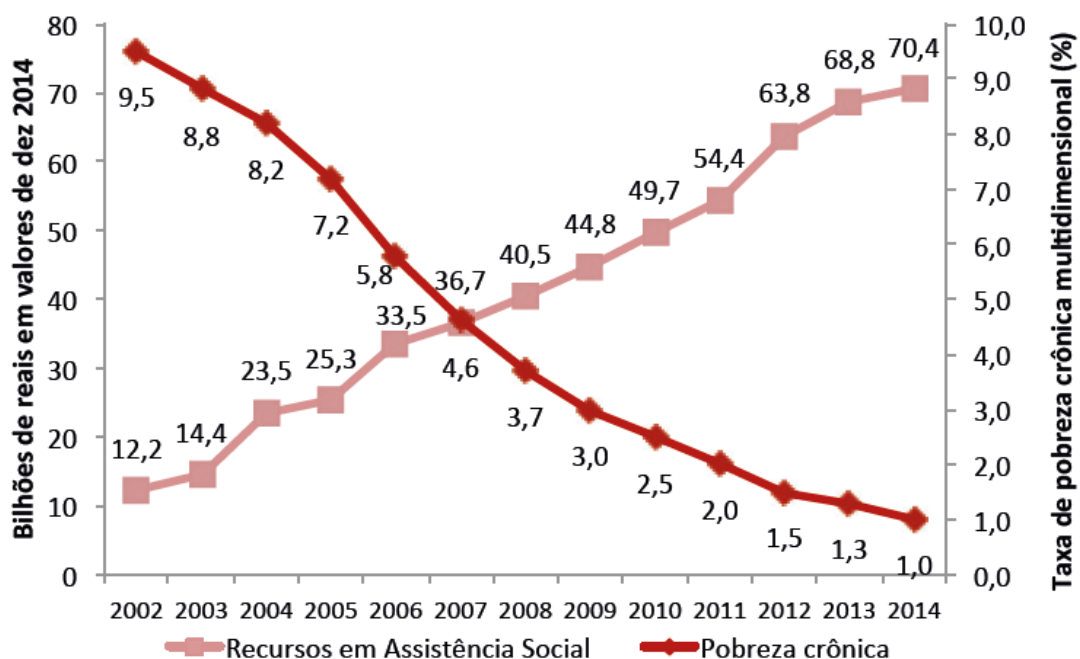
Transferências Governamentais

No Gráfico 5.2.9 fica claro o quanto o aumento dos gastos com assistência social impactou na redução da extrema pobreza no Brasil entre 2002 e 2014;

Outra forma de verificar a importância dos gastos públicos no combate à pobreza no Brasil é analisar a composição de renda dos mais pobres no Brasil. Em valores corrigidos pela inflação, em 1992 o rendimento médio dos domicílios dos 10% mais pobres no Brasil era de R\$ 299, valor que passou para R\$ 659, em 2014, crescimento de 120%. O rendimento do trabalho aumentou em 53%, de R\$ 247 para R\$ 379; das aposentadorias e pensões em 51%, de R\$ 41 para R\$ 62 e dos programas (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada etc.), de R\$ 3 para R\$ 202, mais 6.633% (JANUZZI et al, 2016a).

A Tabela 5.2.5 traz informações dos benefícios do Programa Bolsa Família direcionados ao Paraná, São Paulo e Brasil. O Gráfico 5.2.10 mostra a evolução do Índice de Beneficiários do Programa.

Gráfico 5.2.9 Recursos públicos na função assistência social e taxa de pobreza multidimensional crônica, Brasil, 2002 a 2014.



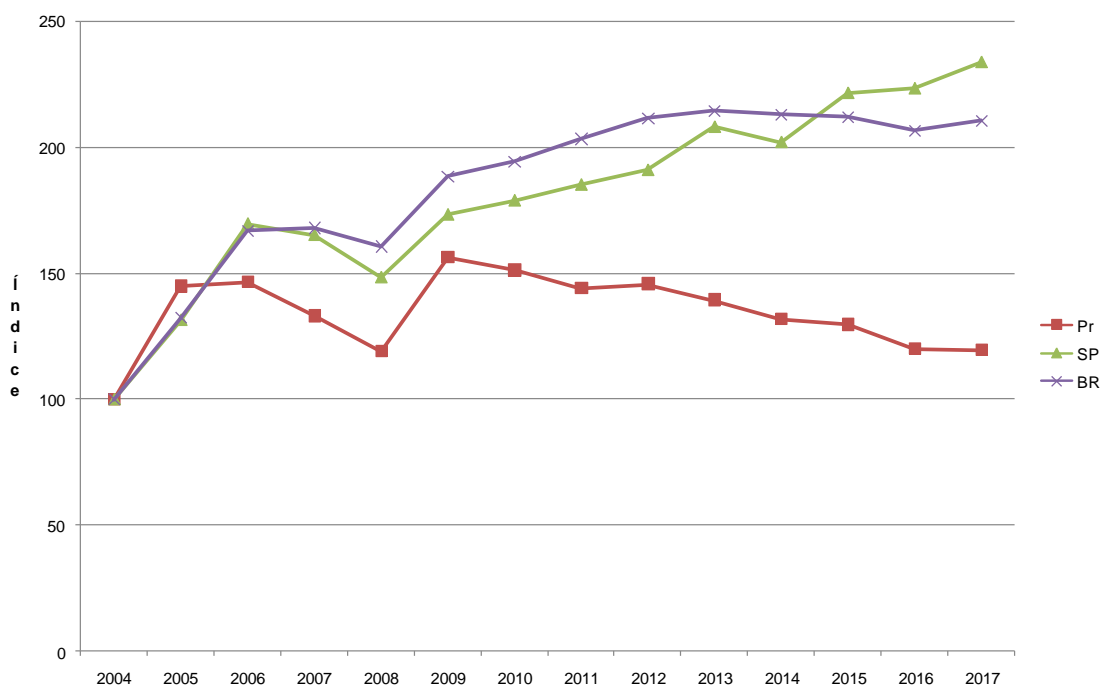
Fonte: JANNUZZI et al (2016).

Tabela 5.2.5 Beneficiários e valor transferido pelo Bolsa Família, Paraná, São Paulo e Brasil, 2004 a 2017.

Ano	Número de Famílias			Valor Transferido (R\$ mil)		
	Paraná	São Paulo	Brasil	Paraná	São Paulo	Brasil
2004	308.754	657.099	6.571.839	137.030	305.757	3.791.785
2005	447.186	863.799	8.700.445	241.776	522.328	5.691.667
2006	452.172	1.114.328	10.965.810	289.350	673.245	7.524.661
2007	410.885	1.085.233	11.043.076	308.816	793.164	8.965.500
2008	367.247	974.803	10.557.996	332.727	910.879	10.606.500
2009	482.335	1.138.129	12.370.915	404.945	1.055.783	12.454.703
2010	466.607	1.174.844	12.778.220	466.014	1.145.282	14.372.703
2011	445.208	1.215.984	13.361.495	550.939	1.493.753	17.364.278
2012	449.794	1.254.284	13.902.155	634.769	1.785.146	21.156.745
2013	430.182	1.366.553	14.086.199	677.019	2.103.545	24.890.107
2014	406.918	1.327.024	14.003.441	697.128	2.334.974	27.187.295
2015	400.103	1.454.858	13.936.791	684.076	2.500.828	27.650.301
2016	370.796	1.466.681	13.569.576	680.975	2.682.409	28.506.185
2017	369.533	1.535.364	13.828.609	654.543	2.806.388	29.046.113

Fonte: MDS (2018).

Gráfico 5.2.10 Índice do Número de Beneficiários do Bolsa Família, Paraná, São Paulo e Brasil, 2004 a 2017.



Fonte: MDS (2018).

Inflação de Alimentos

Como mostram os estudos da FAO, entre 1960 e 2000, os preços reais de produtos agropecuários destinados à alimentação reduziram em quase 50% no mundo. No século XXI, contudo isto se reverteu e o Índice de Preços de Alimentação da FAO tem apresentado tendência de crescimento, ainda que se verifiquem quedas em determinados meses ou anos (FAO, 2017);

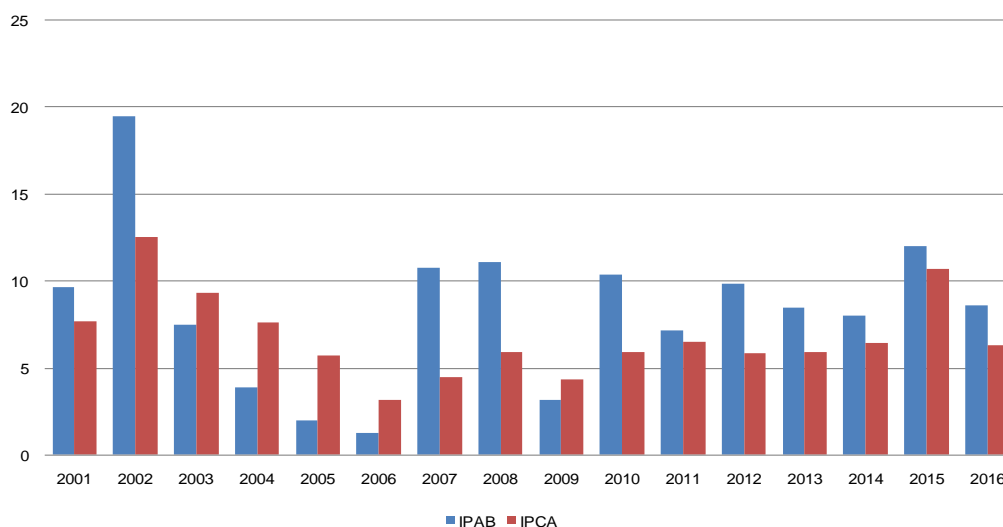
Pelo fato do Brasil ter aumentado muito sua participação nos mercados internacionais agropecuários, o aumento mundial de preços acaba por se transmitir para o mercado nacional;

O Gráfico 5.2.11 mostra que, após 2007, o Índice de Preços de Alimentos e Bebidas (IPAB) cresceu acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em todos os anos, com exceção de 2009. O IPAB é um dos nove grupos componentes do IPCA e os resultados de 2007 a 2016 mostram que os preços de

alimentos e bebidas, na média, cresceram acima dos outros preços ao consumidor no Brasil;

Uma informação complementar é que o preço dos alimentos no domicílio vem crescendo acima do dos alimentos fora do domicílio.

Gráfico 5.2.11 Índice de Preços de Alimentação e Bebidas e Índice de Preços ao Consumidor Amplo, Brasil, 2001 a 2016.



Fonte: IBGE, 2018.

Considerações Dimensão 2

No presente século, pelo menos até 2014, vários indicadores apontam para a melhoria da renda dos mais pobres. A massa salarial aumentou, cresceram gastos com assistência social, a concentração de renda caiu no Brasil. Muito provavelmente, tal situação impactou favoravelmente na Segurança Alimentar e Nutricional da população;

Mostram-se preocupantes os efeitos da atual crise econômica sobre os indicadores sociais, com destaque ao aumento da desocupação, queda da renda *per capita* e massa salarial. A nação não está livre de se defrontar com reversão nos indicadores de SAN e aumento nos índices de desnutrição.

No Brasil todo e no Paraná, o Programa Bolsa Familiar não tem sido usado como compensação à crise econômica, tendo-se verificado queda no número de beneficiários do Programa nos últimos anos.

Os preços dos alimentos têm mostrado evolução desfavorável, em termos sociais, aumentando mais que outros preços ao consumidor.

Bibliografia Dimensão 2

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Matriz de Informação Social**. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi-data/misocial/tabelas/mi_social.php. Acesso em 15 de agosto de 2018.

CLARO, R.M. et al. Renda, preço dos alimentos e participação de frutas e hortaliças na dieta. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo: v.41, n.4, ago. 2007.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Fuerte aumento del índice de precios de los alimentos de la FAO**. Disponível em <http://www.fao.org/news/story/es/item/219061/icode/>. Acesso em 5 de março de 2017.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 34. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Rio de Janeiro: 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

JANNUZZI, P.M. et al (Org.). Brasil sem Miséria: resultados, institucionalidades, desafios. **Cadernos de Estudo – Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, MDS, n. 25, 2016.

JANNUZZI, P. M.; SOUSA, M.F. **Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil, de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil sem Miséria e da estratégia brasileira de desenvolvimento inclusivo**. In: JANNUZZI, P. M. et al (Org.). **Brasil sem Miséria: resultados, institucionalidades, desafios. Cadernos de Estudo – Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, MDS, n. 25, 2016a.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira**. Disponível em <http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/distribuicao-pessoal-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2018.

PANIGASSI, G. et al. Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. **Rev. Nutr.**, Campinas: v.21, pp.135-144, jul./ago., 2008

DIMENSÃO 3 – Acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água

Considera-se a situação do Brasil como um todo e, na medida do possível, são analisados dados e informações específicos para os estados do Paraná e São Paulo.

O conteúdo do que seria uma alimentação saudável e adequada aparece no conceito de SAN, explicitado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006:

“Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.”

Fala-se em adequação na quantidade e na qualidade, na regularidade, diversidade e adequação ao orçamento da pessoa ou família dos gastos com alimentação.

Múltiplos determinantes possibilitam maior e melhor acesso à alimentação, como renda e condição social, políticas públicas, disponibilidade e preços de alimentos, qualidade biológica, química e nutricional dos alimentos. Não menosprezando questões culturais que tornam os hábitos alimentares tão diversos no mundo.

Além do alimento em si mesmo, deve-se preocupar com condições estruturais e de infraestrutura que permitam que ele seja mais bem aproveitado pelas pessoas e não dissemine doenças. Destaque-se a questão do saneamento básico e ambiental, com o fornecimento de água potável, o correto esgotamento sanitário e a disposição e tratamento adequados de resíduos tendo importante papel na qualidade e uso biológico dos alimentos;

A questão nutricional, muitas vezes, é deixada de lado pelas pessoas, mercados e políticas públicas e acaba por dificultar que se alcance a alimentação adequada e saudável. Este ponto não será agora tratado, sendo desenvolvido quando for abordada a dimensão de saúde e nutrição;

Será dado destaque nesta apresentação aos indicadores que medem a percepção das pessoas sobre sua situação de SAN;

Além disto, logo na seção seguinte, explora-se um pouco mais a concepção de alimentação adequada e saudável;

Os resultados a serem apresentados dizem respeito à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e ao acesso à água e esgoto.

Representação da Alimentação Adequada e Saudável



Fonte: Leão e Recine (2011)

Percebe-se na representação de Leão e Recine (2011) os vários significados do que seria uma alimentação adequada. Além dos aqui já comentados, pode-se apontar a necessidade da educação alimentar e nutricional e a disponibilidade de informações aos consumidores;

Há de se considerar que nem todos os determinantes de uma alimentação adequada são complementares. Por exemplo, pode ocorrer conflitos, não necessariamente permanentes, entre a valorização de hábitos regionais e nacionais e as questões sanitárias e nutricionais;

A questão ambiental aparece com destaque, tanto no que diz respeito ao uso dos recursos naturais (água e terra), como no referente à tecnologia de produção. Neste caso, para Recine e Leão (2011), a adequação alimentar seria obtida a partir da eliminação total do uso de agrotóxico e de sementes geneticamente modificadas. Certamente há os que têm uma visão menos restritiva neste ponto e, de forma mais amena, apregoam regulamentações e fiscalizações severas de agrotóxicos e transgênicos.

Percepção da Insegurança Alimentar e Nutricional

Baseando-se no indicador Cornell, usado nos Estados Unidos da América, com o objetivo estudar o fenômeno da fome de maneira direta, foi criada no Brasil a EBIA. Ela mede a percepção e vivência de insegurança alimentar pelas famílias.

Considera quatro níveis de percepção de SAN:

- Segurança alimentar – as famílias têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades.
- Insegurança Alimentar Leve - preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos;
- Insegurança Alimentar Moderada - redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos;
- Insegurança Alimentar Grave - redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Há três levantamentos sobre a EBIA para o Brasil, feitos pelo IBGE no trabalho de campo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2004, 2009 e 2013;

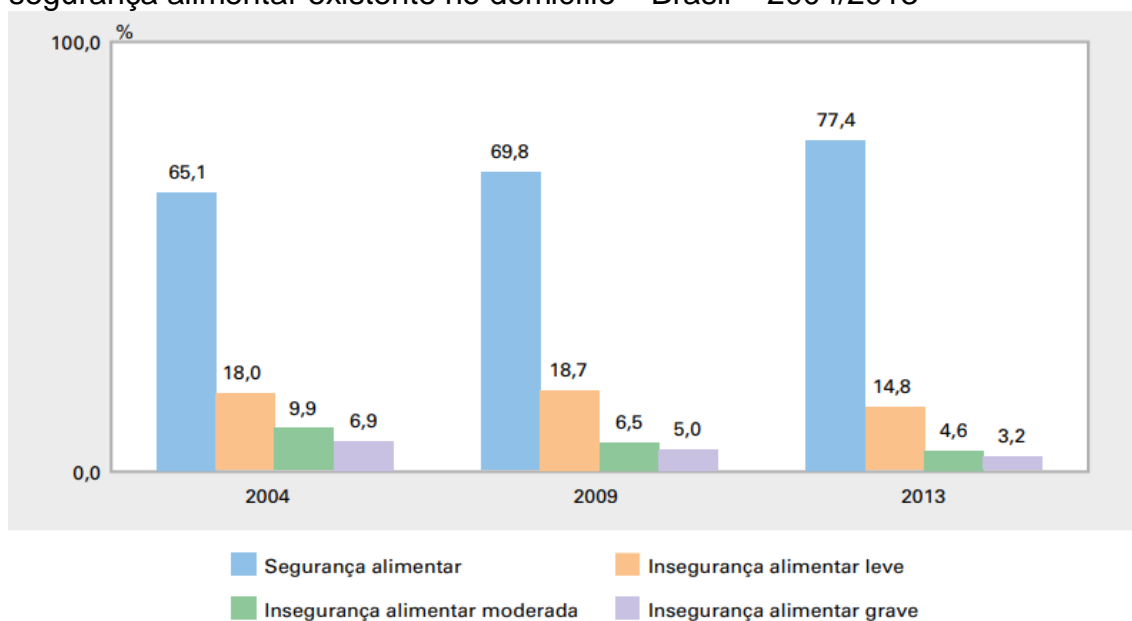
No Gráfico 5.2.12, percebe-se que houve melhoria no grau de segurança alimentar no Brasil. As famílias que se sentiam em segurança alimentar, em 2004, eram 65,1% do total de famílias, valor que cresceu em 2009 e voltou a crescer em 2013, quando alcançou o valor de 77,4%;

Por sua vez, os três níveis de insegurança alimentar caíram no período todo, com exceção da passagem entre 2004 e 2009 quando a insegurança alimentar leve cresceu;

O Gráfico 5.2.13 apresenta a situação de EBIA para as unidades da federação e regiões, em 2009. A melhor situação encontrava-se na região Sul, com seus três estados com o indicador EBIA superior ao de São Paulo. Isto aponta que não apenas o valor da renda per capita influencia a EBIA, mas a distribuição de renda também.

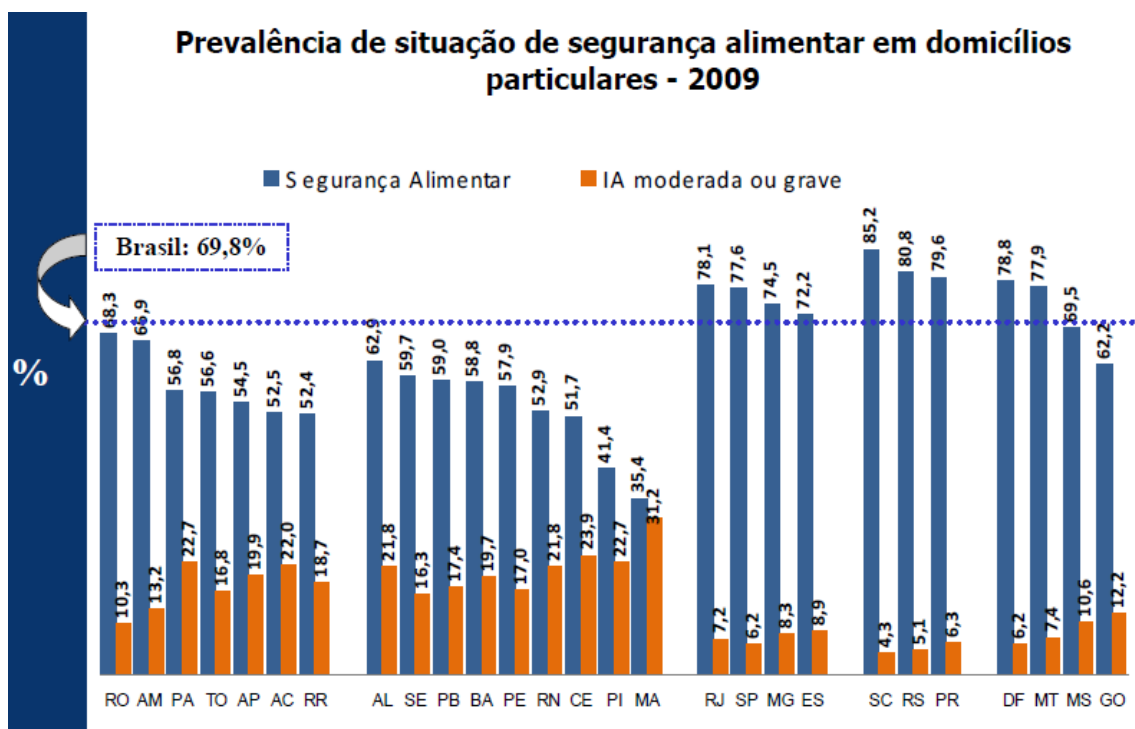
Pode-se acrescentar que a insegurança alimentar, em termos relativos, é mais acentuada no meio rural do que no meio urbano.

Gráfico 5.2.12 Distribuição percentual dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio – Brasil – 2004/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

Gráfico 5.2.13



Participação dos Gastos com na Renda

A Tabela 5.2.6 mostra que os gastos com alimentação comprometiam, em 2008/09, 19,8% da renda dos brasileiros. Este valor se mostrava inferior ao observado em 2002/03, de 20,6%. Esta trajetória é adequada socialmente, pois a redução dos gastos com alimentação (evidentemente mantendo a quantidade consumida) proporciona às famílias maior folga para a realização de outros gastos, em saúde, educação, transporte, moradia e mesmo para lazer.

Tabela 5.2.6 Participação dos gastos com alimentação e componentes na renda familiar brasileira, 2008/09.

Indicadores	Brasil	Sudeste	Sul
% Gastos das famílias com alimentação	19,8	18,6	18,2
Proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar	12,1	11,9	12,7
Carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar	59,2	57,6	55,7
Lipídeos no total de calorias na alimentação domiciliar	28,7	30,6	31,6
Frutas no total de calorias na alimentação domiciliar	2,0	2,2	2,3
Verduras no total de calorias na alimentação domiciliar	0,8	0,9	0,9

Fonte: IBGE (2010).

Nas regiões Sudeste e Sul (não há informação deste tipo para os estados), a participação da alimentação nos gastos totais das famílias se mostrava um pouco menor, em decorrência da sua maior renda per capita em relação às outras regiões brasileiras.

Chama atenção também na Tabela 5.2.6 a alta participação dos carboidratos nos gastos com alimentação e o muito pequeno gasto com frutas e verduras. Isto espelha a pequena diversificação da dieta de grande parte das famílias brasileiras.

Acesso à Água e Esgotamento Sanitário

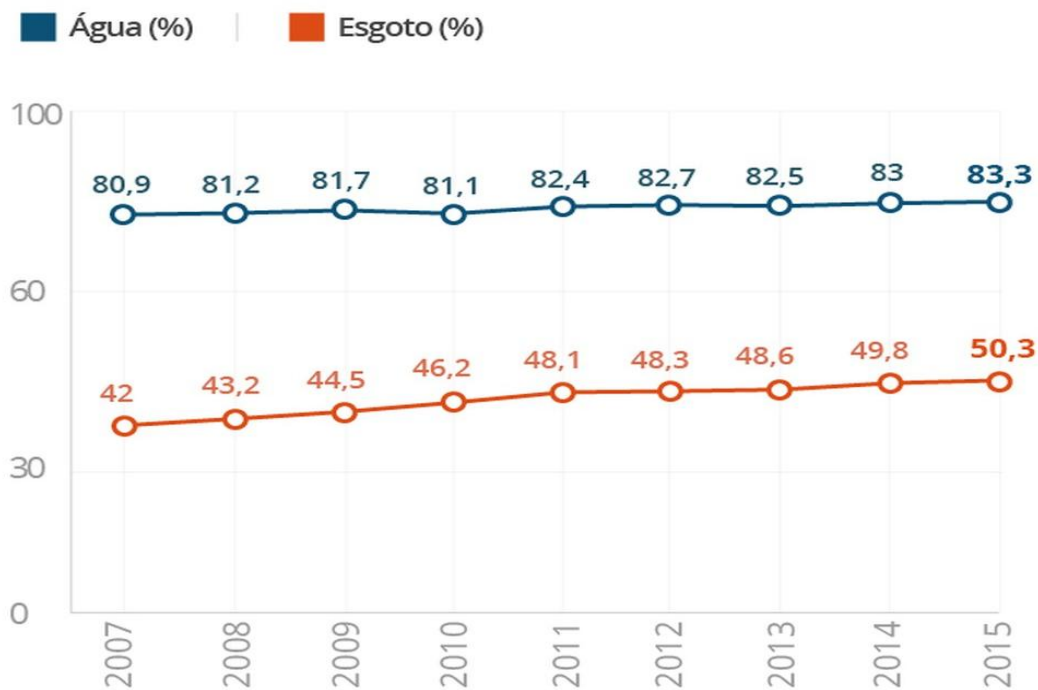
Em termos alimentares e nutricionais a existência de serviços públicos de água e esgoto garante menor incidência de doenças que podem ser disseminadas por alimentos contaminados biologicamente e que prejudicam sua assimilação pelas pessoas;

O Gráfico 5.2.14 mostra que há um déficit muito grande no que se refere à cobertura da rede de esgoto no Brasil e um déficit nada desprezível na cobertura da rede de água. Ainda que se tenham observados progressos nos últimos anos, eles parecem ser insuficientes.

Quando se analisa a situação dos estados e do Distrito Federal, conforme Gráfico 5.2.15 percebe-se que na cobertura de água há maior homogeneidade entre os entes federativos. Em apenas seis estados a cobertura da rede de água é menor que 75% da população e no restante a situação local não está muito distante da média nacional;

No que se refere ao esgoto, contudo, a dispersão entre entes federados é muito maior. 19 estados têm cobertura da rede de esgoto abaixo de 40% de sua população e 15 tem cobertura de esgoto igual ou menor que a metade da média nacional.

Gráfico 5.2.14 Saneamento: Evolução da cobertura de água e esgoto no país.

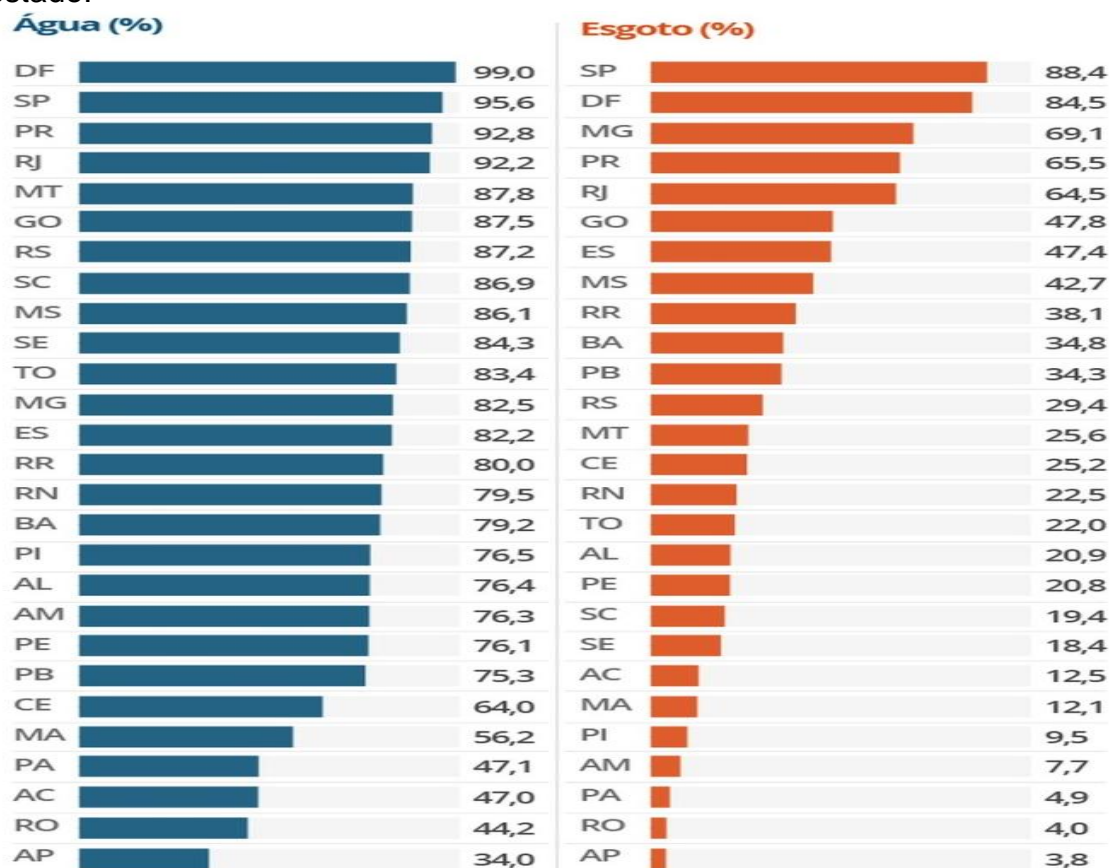


Fonte: Instituto Trata Brasil e SNIS



Infográfico atualizado em: 08/02/2017

Gráfico 5.2.15 Ranking das coberturas de água e esgoto por estado.



Fonte: SNIS 2015



Infográfico atualizado em: 08/02/2017

Ainda o Gráfico 5.2.15 permite verificar que no estado de São Paulo, a cobertura da rede de água e de esgoto é bem maior que no Brasil todo. No caso do Paraná, a cobertura da rede de esgoto ainda é deficiente, mas bem maior que nos outros dois estados da Região Sul;

É importante esclarecer que aqui se está falando do acesso às redes públicas de esgoto pelo domicílios. Não se está tratando do tratamento de esgoto. Ou seja, o esgoto pode estar sendo afastado, via rede pública dos domicílios, mas não necessariamente estar sendo tratado biologicamente, antes de ser despejado em córregos, rios e oceano.

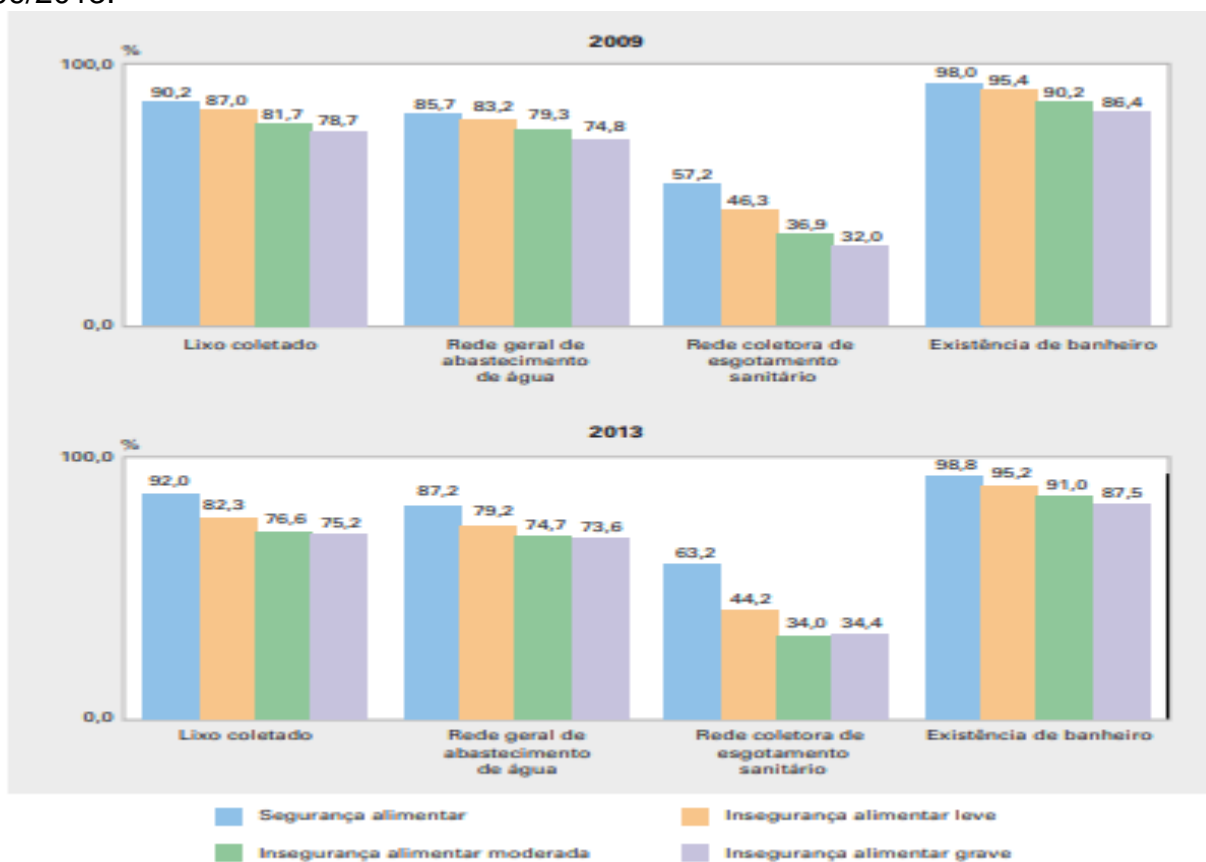
Exemplos gritantes desta situação podem ser observados nos rios Tietê e Pinheiro na Grande São Paulo e no Rio Iguaçu em Curitiba.

Uma ação específica que merece ser destacada é o Programa Água para Todos, destinado a possibilitar o acesso à água para o consumo humano na Região do Semiárido. Entre 2003 e 2015, foram construídas 1.152.630 cisternas que atendem a 5 milhões de pessoas que vivem nesta região. A cisterna capta água de chuva dos telhados e permite que se armazenem 16 mil litros de água por residência;

A tecnologia social da cisterna enquadra-se nas ações de Convivência com o Semiárido e constitui um fator positivo para retenção desta região ocupada;

Sem pretender estabelecer uma relação de causa e efeito, pode-se perceber, pelo Gráfico 5.2.16, que há uma relação positiva entre segurança alimentar e nutricional e as disponibilidades de coleta de lixo, redes de água e esgoto e a existência de banheiros domésticos.

Gráfico 5.2.16 Proporção de domicílios particulares permanentes com acesso a determinados serviços, segundo a situação de segurança alimentar Brasil – 2009/2013.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2013.
 Nota: Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar.

Considerações Dimensão 3

Foram significativos os avanços na situação de SAN entre a população brasileira, no período 2003 a 2015. A insegurança alimentar e nutricional diminuiu, embora ainda deva continuar sendo enfrentada por políticas públicas;

Há diferenças expressivas entre estados e regiões e a situação mais precária encontra-se nas regiões Norte e Nordeste. Também observa-se que no meio rural, a insegurança alimentar e nutricional, em termos relativos, é mais significativa que na zona urbana;

Quanto ao saneamento básico, o acesso à rede geral de água encontra-se em situação bem mais favorável que no caso da rede de esgoto. As diferenças entre estados são mais significativas no que se refere ao acesso ao esgoto doméstico do que ao abastecimento de água.

Há uma evidente associação entre a situação de SAN e a disponibilidade de serviços de coleta de lixo, água e esgoto e a existência de banheiros domésticos. Não se apresentou informações suficientes, contudo, para se estabelecer o que é causa e o que é efeito.

Bibliografia Dimensão 3

BRASIL. Água para Todos garante abastecimento a 5 milhões no Semiárido. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2015/04/agua-para-todos-garante-abastecimento-a-5-milhoes-no-semiarido-1>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/L11346.htm. Acesso em: 20 set. 2018.

CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Declaração Pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável**. 2011. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/carta-politica-da-4a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 20 set. 2018.

DIEESE. Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Visão geral dos serviços de água e esgotamento sanitário no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2016/estPesq82Saneamento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

ROCHA, B. E.M.; LIMA, R. T.; ALMEIDA, P. C. - **Cadernos Saúde Coletiva**, 2014 - SciELO Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v22n2/1414-462X-cadsc-22-02-00205.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar**. 2004. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/segalimentar/suguranca_alimentar2004.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-09**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 130 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar**. 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. In: TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; LONGOSILVA, G.; TOLONI, M. H. A. **Nutrição em Saúde Pública**. São Paulo: Rubio, 2011, p. 471-488.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; SAGI, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2014. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em 20 set.2018.

DIMENSÃO 4 - Saúde e Nutrição

Os Inquéritos populacionais são de extrema relevância para o monitoramento das condições de saúde, alimentação e nutrição da população. Os resultados desses estudos constituem evidências científicas sólidas para definição de prioridades internacionais, nacionais e regionais, como também para tomada de decisão política, incluindo a construção e o monitoramento dos Planos Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Série Histórica de estado nutricional da população brasileira soma pouco mais de 4 décadas, com os primeiros dados sistematizados nas cinco grandes regiões brasileiras (Norde, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-oeste), por meio do Estudo Nacional de Despesa Familiar. Atualmente, em meados de 2019, o Brasil possui outras duas principais fontes de sistematização de informações de estado nutricional, sendo elas: o relatório anual de Vigilância dos Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Com a finalidade de sistematizar informações que possam ser utilizadas nos planos de Segurança alimentar e nutricional, nos estados de São Paulo e Paraná, o texto apresentará um breve resumo sobre as pesquisas de base populacional e em seguida os dados que caracterizam o estado nutricional da população brasileira e dos Estados de São Paulo e Paraná.

INQUÉRITOS DOMICILIARES

ENDEF - Estudo Nacional de Despesa Familiar

No Brasil, na década de 1970, ocorreu o primeiro inquérito nacional com informações acerca do consumo alimentar e estado nutricional dos brasileiros, denominado de Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF (IBGE, 1977). As informações sistematizadas sobre antropometria foram: o peso corporal (Kg), a altura(cm) e a circunferência do braço esquerdo(cm). Crianças a partir de 1 dia de vida até idosos de 69anos ou mais, compuseram as faixas etária da pesquisa.

Pesquisas de Orçamento Familiar -POF

As edições da Pesquisa de Orçamento Familiar de 1987/88 (IBGE, 1999), 1995/96 (IBGE, 1997), 2002/03 (IBGE, 2004) e 2008/09 (IBGE, 2011) trouxeram informações sobre a disponibilidade de alimentos para consumo nos domicílios. Apenas a pesquisa de 2002/03 e 2008/09 sistematizaram informações de antropometria. Entre as crianças menores de 5 anos foram avaliados os indicadores de déficit de altura para idade e IMC, não sendo calculado o déficit de peso para idade, entre os adultos foi avaliado o IMC

Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN/1989)

A PNSN (BRASIL, 1990) foi realizada em única versão pelo IBGE em parceria com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), extinto em 1997, dando lugar para atual Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN). Foram avaliados peso (kg) e altura (cm) em todos os ciclos de vida, sendo para as crianças utilizado o índice de peso/Idade e altura/idade e para os adultos o índice de massa corporal (IMC).

Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV/1997)

A pesquisa foi desenvolvida pelo IBGE em parceria com o Banco Mundial (IBGE, 1998). Foram Identificados panorama do bem estar social da população, assim como os fatores determinantes. Foi realizado questionário de frequência com 28 tipos de alimentos, além da verificação de Peso (kg) e Altura (cm). Todavia a amostra da pesquisa foi representada apenas pela população das regiões do Nordeste e do Sudeste. Como a pesquisa não oferece dados para a grande região Sul, onde está localizado o estado do Paraná, não será abordada neste relatório.

Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS de 1996 e 2006)

A pesquisa (IBGE, 1996; BRASIL, 2008) foi promovida pelo Ministério da Saúde e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). O objetivo da pesquisa foi caracterizar a população feminina em idade fértil e as crianças abaixo de 5 anos de idade, segundo fatores demográficos, socioeconômicos e culturais. Questionário de frequência com 20 tipos de alimentos e verificação de Peso (kg) e

Altura (cm). Para as crianças foram avaliados os índices de Peso/Idade e Altura/Idade e para as mulheres em idade fértil o IMC.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/2013)

A pesquisa foi promovida pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE. A PNS (IBGE, 2014) terá periodicidade semelhante à da POF, isto é, cinco anos, e trata-se da primeira pesquisa do IBGE que realizou coleta de sangue para exames laboratoriais, a fim de caracterizar o perfil lipídico, de glicemia e de creatinina plasmática de um morador, com mais de 18 anos, em cada domicílio. A análise bioquímica somada à avaliação antropométrica, do consumo alimentar e dos dados socioeconômicos, possibilitaram avaliação completa do estado nutricional da população, assim como seus fatores determinantes. A classificação do estado nutricional de adultos é dada pelo IMC

INQUÉRITOS ESCOLARES

Além dos inquéritos domiciliares supracitados tem-se os escolares, como a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PNSE de 2009 e 2012 (IBGE, 2010; IBGE, 2013). Os inquéritos escolares fornecem informações importantes de dois públicos – escolares e adolescentes – que não possuem o hábito de procurar os serviços de saúde, a não ser em situações de ocorrência de agravos e doenças. Sendo assim, esses inquéritos colaboram para a definição de prioridades e ações de promoção da saúde e de prevenção de agravos direcionados para esses grupos, cujos dados são limitados em sistemas de informação tradicionais.

ESTUDO DE RISCO CARDIOVASCULAR

O Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes - ERICA/2014 (VASCONCELLOS et al., 2015), de forma semelhante à PNS do IBGE, também foi coletado amostras de sangue para exames laboratoriais, sendo dosados colesterol total, Colesterol de Lipoproteínas de Alta Densidade (HDL-colesterol), triglicerídeos,

glicose de jejum, hemoglobina glicada e insulina de jejum, de uma subamostra de 40 mil adolescentes.

O ERICA avaliou pouco mais de 75.000 adolescentes em 1.248 escolas de 121 municípios, em todo o território brasileiro. O número de fatores de risco avaliados é maior que as pesquisas de domiciliares e o estudo tem representatividade nacional, regional, de capitais e de estratos do interior das cinco regiões para municípios com mais de 100 mil habitantes.

INQUÉRITOS TELEFÔNICOS

Além dos inquéritos domiciliares, escolares e estudo de riscos cardiovasculares, o Brasil conta com os inquéritos telefônicos, como é o caso da Vigilância dos Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico VIGITEL 2006 (BRASIL, 2006), 2007 (BRASIL, 2007), 2008 (BRASIL, 2008), 2009 (BRASIL, 2009), 2010 (BRASIL, 2010), 2011 (BRASIL, 2011), 2012 (BRASIL, 2012), 2013 (BRASIL, 2013), 2014 (BRASIL, 2014), 2015 (BRASIL, 2015), 2016 (BRASIL, 2016), 2017 (BRASIL, 2017). O VIGITEL, desde a sua primeira edição em 2006, vem sendo desenvolvido anualmente nas capitais dos estados e Distrito Federal, sendo o foco principal a vigilância e o monitoramento dos principais fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, que constituem, atualmente, a principal causa de morbimortalidade no Brasil e demandam atenção especial na agenda política de alimentação e nutrição.

São utilizadas informações auto declaradas de peso (Kg) e altura (cm) de Adultos, e o índice utilizado para avaliação do estado nutricional é o IMC.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN (Brasil, 2017) corresponde a um sistema de informações que tem como objetivo principal promover informação contínua sobre as condições nutricionais da população.

O SISVAN – módulo municipal encontra-se instalado em praticamente todos os municípios brasileiros. Trata-se de uma ferramenta informatizada, desenvolvida pelo DATASUS, que apresenta a possibilidade de registro de informações para monitoramento do estado nutricional da população atendida por demanda espontânea nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde ou por profissionais da Estratégia Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Vale a pena ressaltar que ele também é alimentado como condicionalidade para os usuários cadastrado no Programa Bolsa Família.

São avaliadas diferentes faixas etárias, desde crianças até idosos. Os índices utilizados para classificação de estado nutricional são: Peso/Idade e Altura/Idade, para crianças menores de cinco anos; IMC para adolescentes, gestantes, adultos e idosos.

O módulo de dados públicos possibilita a aplicação de vários filtros, incluindo a desagregação dos estados do nível nacional para o estadual, regiões de saúde de um estado e municipal. Esse sistema mostra-se de grande valia para a obtenção de dados de antropometria para os municípios monitorarem seus planos municipais de segurança alimentar. Ao ser atrelado aos atendimentos gerais da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como ao acompanhamento do Bolsa Família, sua cobertura vem aumentando.

Em estudo recente sobre avaliação de cobertura do SISVAN, as autoras (NASCIMENTO et al., 2017) apontam que em relação à estratificação por fases do curso da vida, o maior volume de informações advém de crianças, gestantes e adolescentes. As gestantes, os pré-escolares, os adultos e os idosos apresentaram tendência significativa de aumento da cobertura, e a variação da cobertura das crianças menores de cinco anos passou de 17,69% a 27,89% e a das gestantes, de 4,71% para 16,96%, no período avaliado. O aumento médio da frequência desses dois grupos foi de quase três pontos percentuais ao ano, destacando-se das demais fases. Apesar do aumento significativo na cobertura da população idosa, ela apresentou médias e variação anual muito baixas (0,41%-1,17%).

Porém, vale destacar que para a Vigilância em Saúde o aprimoramento desse sistema é fundamental, uma vez que os serviços de atenção básica coletam as informações de maneira sistematizada e rotineira. As autoras destacam que os

resultados da pesquisa apontam para uma cobertura ainda baixa para um sistema de vigilância alimentar e nutricional que se pretende universal. Porém, verifica-se aumento significativo da cobertura no período (2008-2013) e fatores relacionados a esse aumento (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Unidade Federativa - IDH-M UF, Produto Interno Bruto - PIB- per capita, coberturas de Agente Comunitário de Saúde - ACS e Equipes de Saúde da Família - EqSF).

Vale ressaltar que os Relatórios Consolidados do SISVAN, acessados através sítio do e-Gestor Atenção Básica (<https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relatoriosPublicos.xhtml>), são gerados a partir dos dados registrados pelos funcionários da Atenção Básica. Os seus registros podem representar a capacidade dos serviços de atendimento da população específica, da organização e mesmo da capacidade de registro das informações no sistema. Diferentemente de uma pesquisa de inquérito domiciliar, com plano amostral cuidadosamente definido e ajustado, os dados podem não representar uma amostra suficiente daquele estado ou do município. Todavia, é o único relatório capaz de desagregar as informações de antropometria para os estados e municípios.

Há uma diversidade de pesquisas e sistemas de avaliação periódica do estado nutricional da população brasileira, contudo, alguns entraves ainda dificultam a utilização desses dados, sendo eles:

- falta de informação sobre onde buscar as bases de dados, que são de acesso livre e gratuito, e de como extrair e proceder com as análises estatísticas, uma vez que o plano de amostragem dos inquéritos possuem particularidades;
- existem diferenças no processo amostral entre as pesquisas, o que causa fragilidade na construção da série histórica dos dados.
- o processo amostral, para a maioria das pesquisas, possibilita a desagregação dos dados apenas para as grandes regiões, não chegando a desagregação até os estados e municípios. Essa é uma grande dificuldade para utilização dos dados referentes às pesquisas domiciliares, no monitoramento dos Planos Estaduais e Municipais de SAN.

- o SISVAN é a único sistema de informação que possibilita a geração de relatórios com filtros para diferentes fases da vida, tendo como localidade os municípios ou regiões de saúde de um estado;
- o VIGITEL sistematiza informações de estado nutricional com informações referidas das capitais Brasileiras. Na literatura científica ele tem sido utilizado para vigilância em saúde, com dados para construções de séries históricas do Brasil e suas 26 capitais. Porém, não possibilita informações sobre os municípios.

A vigilância nos serviços de saúde, em conjunto com os inquéritos populacionais, as chamadas nutricionais e a produção científica, compõe a vigilância alimentar e nutricional e, conseqüentemente, as estratégias de vigilância em saúde no país. Nesse documento iremos sistematizar informações que podem ser utilizadas pelos estados de São Paulo e Paraná, para o monitoramento dos Planos Estaduais de Saúde de SAN.

O Quadro 5.2.1 abaixo é uma síntese dos inquéritos e sistemas de informação que possibilitam acessos aos dados de antropometria da população.

Quadro 5.2.1 Síntese dos principais inquéritos e sistemas de informações de dados antropométricos da população brasileira.

Pesquisa	Amostra	Objetivos	Antropometria	Fase de Vida
Inquéritos Domiciliares				
Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF - 1974/1975)	55 mil domicílios; 267.446 pessoas.	Avaliar as condições de vida e a situação nutricional da população.	Peso (kg) Altura (cm) Perímetro do Braço (cm)	Todos os ciclos de vida
Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 1985e de 19956.	1987: 13.707 domicílios. 1995: 19.816 domicílios.	Traçar o perfil das condições de vida da população a partir da análise de seus orçamentos domésticos.	Não foi avaliado.	Todos os ciclos de vida
Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN – 1989)9	14.455 domicílios; 63.213 indivíduos.	Descrever o estado nutricional da população brasileira, além de caracterizar as condições de	Peso (kg) Altura (cm)	Todos os ciclos de vida

		saúde e a estrutura socioeconômica nos domicílios.		
Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV – 1997) ¹⁰	Nordeste e Sudeste. 5.000 domicílios.	Identificar panorama do bem estar social da população, assim como os fatores determinantes.	Peso (kg) Altura (cm)	Todos os ciclos de vida
Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS de 1996 e 2006) ^{11,12}	1996: 13.283 domicílios; 12.612 mulheres, 2.949 homens e 4.782 crianças < de 5 anos. 2006: 14.617 domicílios; 15.575 mulheres e 5.461 crianças < de 5 anos	Caracterizar a população feminina em idade fértil e as crianças abaixo de 5 anos de idade, segundo fatores demográficos, socioeconômicos e culturais.	1996: Peso (kg) Altura (cm) 2006: Peso (kg) Altura (cm) Perímetro da cintura (cm) das mulheres.	Mulher idade fértil (15 e 49 anos) e criança
POF - 2002/03 ⁷	48.470 domicílios; 182.333 pessoas.	Fornecer informações sobre a composição dos orçamentos domésticos e as condições alimentares e nutricionais da população.	Peso (kg) Altura (cm)	Todos os ciclos de vida
POF – 2008/09	55.970 domicílios; 159.941 pessoas. Análise do consumo alimentar: 34.003 pessoas.	Idem POF 2002-2003.	Peso (kg) Altura (cm)	Todos os ciclos de vida

Pesquisa Nacional de Saúde (PNS - 2013)13	62.986 domicílios.	Coletar dados sobre a situação de saúde e os estilos de vida da população brasileira.	Peso (kg) Altura (cm) Perímetro da Cintura (cm) Pressão Arterial (mmHg) exames bioquímicos de perfil lipídico, glicemia e creatinina plasmática	Adulto
Inquéritos Escolares				
Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE de 2009,2012 e 2015)	Escolares do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas das capitais brasileiras e do Distrito Federal. 2009: 6.780 escolas; 60.973 escolares. 2012: 42.717 escolas; 109.104 escolares.	Conhecer a prevalência dos fatores de risco e a proteção à saúde dos adolescentes, e orientar intervenções em saúde adequadas.	2009: Peso (kg) Altura (cm) 2012: sem antropometria. 2015: Peso(Kg) Altura(cm)	Escolares
Pesquisa	Amostra	Objetivos	Antropometria	Idade
Estudo de Riscos Cardiovasculares				
Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA/2014)16	Adolescentes de 12 a 17 anos. Total de 1.251 escolas; 75 mil estudantes; 121 municípios	Conhecer a proporção de adolescentes com diabetes mellitus e obesidade, assim como traçar o perfil dos fatores de risco de doenças cardiovasculares.	Peso (kg) Altura (cm) Perímetro da cintura (cm)	Adolescente
Inquéritos Telefônicos				
Vigilância dos	Adultos com	Monitorar a	Dados	Adulto

fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel 2006; 2014) ¹⁷	mais de 18 anos residentes nas capitais dos 26 estados e Distrito Federal. Entrevistas por inquérito telefônico.	magnitude das doenças e dos agravos não transmissíveis e de seus determinantes.	autodeclarados de peso e altura.	
Relatórios Públicos da Atenção Básica em Saúde (e-gestor/datasus)				
Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)	Crianças < 5 anos, adolescentes, gestantes, adultos e idosos. O sistema de informações é alimentado pelo SISVAN-WEB, Sistema Gestão do Bolsa Família e o e-SUS AB. Possibilita filtros específicos.	Consolidar os dados referentes às ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, desde o registro de dados antropométricos e de marcadores de consumo alimentar até a geração de relatório	Peso (kg) Altura (cm)	Crianças, adolescentes, gestantes adultos e idosos.

Fonte: elaborado pela autora

TRANSIÇÃO NUTRICIONAL

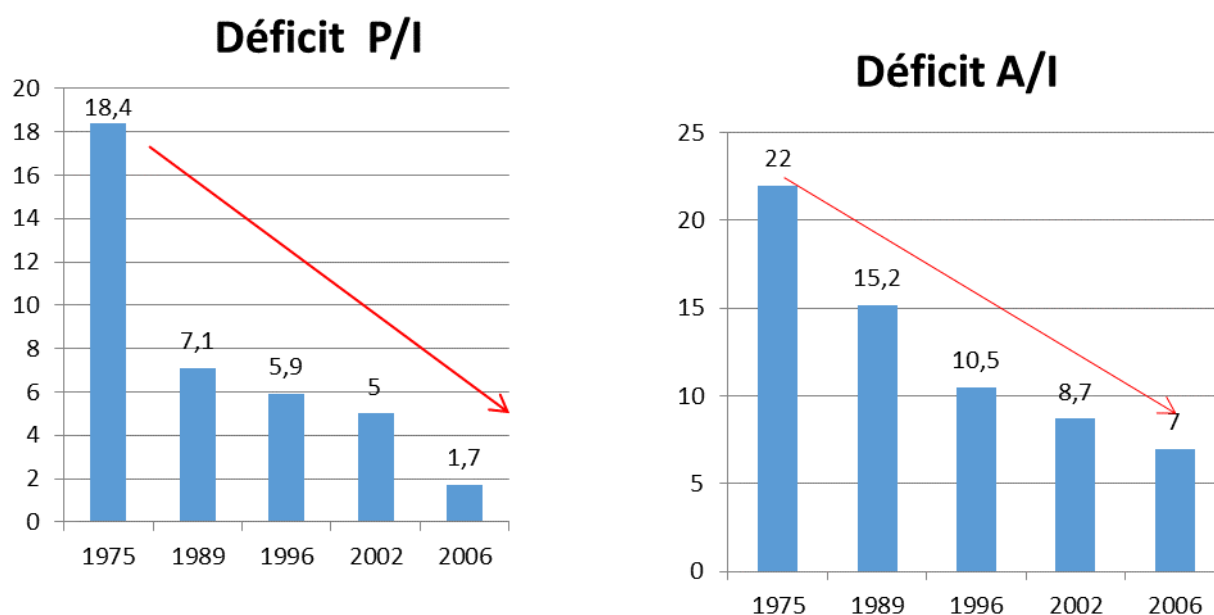
Série Histórica da população brasileira e dos estados de SP e PR

Fase da Vida: Criança menores de 5 anos INQUÉRITOS - Brasil

O país apresenta acentuada diminuição dos déficits de Peso para Idade e Altura para Idade, evidenciando melhora do estado nutricional de crianças menores de 5 anos, residentes no Brasil, conforme evidencia o Gráfico 5.2.17.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008/2009 não sistematizou dados do indicador Peso para Idade e Altura/Idade, para crianças menores de 5 anos.

Gráfico 5.2.17 Prevalência de Déficit Nutricional, segundo os índices antropométricos de Peso/idade e Altura/Idade em crianças menores de 5 anos, no Brasil, 2019.



Fonte: Pesquisas ENDEF (1974/1975), PNSN(1989), PNDS (1996), POF (2002), PNDS(2006), relatórios públicos.

A última pesquisa de Inquérito Domiciliar que avaliou o estado nutricional de crianças menores de 5anos, ocorreu no ano de 2006. Há necessidade de inclusão dessa fase da vida nas novas pesquisas,com a finalidade de dar continuidade a série histórica dos indicadores Peso/Idade e Altura/Idade em pesquisa com desenho metodológico rigoroso, no Brasil e nas Grandes Regiões.

Para a análise do comportamento dos índices Peso/Idade e Altura/Idade em crianças menores de 5 anos, nos estados de São Paulo e Paraná, foram utilizados os relatórios públicos do SISVAN, que estão alocados na plataforma "e-Gestor

Atenção Básica - Relatórios Públicos dos Sistemas de Atenção Básica" (<https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acesoPublico/relatorios/relatoriosPublicos.x.html>) Os filtros utilizados para a construção dos Gráficos 5.2.18 a 5.2.25, foram: (ano de referência:2008-2018;mês:todos;estado:SP;região de cobertura:todas;acompanhamentos: todos; fase:criança; idade: 0-5anos; índice: peso/idade; povos:todos; sexo: fem/masc; escolaridade: todos).Destaca-se que os municípios tem o prazo de até 365 dias para encaminhar as informações de fechamento do ano, na prática o ano de 2018 terminará e ser repassado pelos municípios em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, os dados apresentados nas colunas de 2018, não representam o total de informações do estado analisado.

Para a classificação do estado nutricional de crianças menores de 5 anos, o SISVAN adota como referência as curvas de crescimento infantil propostas pela Organização Mundial da Saúde em 2006 (WHO, 2006), onde: a classificação de **muito baixo peso para a idade** é delimitado pelo valor de $< \text{Escore-z } -3$; o **baixo peso para idade** é delimitado pelo valor $> \text{Escore-z } -3$ e $< \text{Escore-z } -2$; **muito baixa estatura para a idade** é delimitado pelo valor de $< \text{Escore-z } -3$; **baixa estatura para idade** é delimitado pelo valor $> \text{Escore-z } -3$ e $< \text{Escore-z } -2$ (BRASIL, 2008).

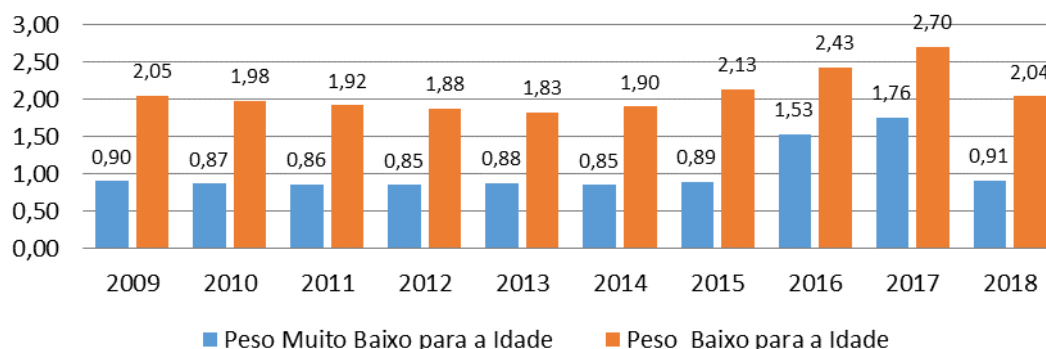
SISVAN - SÃO PAULO

No estado de São Paulo a prevalência de Peso Muito baixo para Idade no sexo feminino (Gráfico 5.2.18) ficou entre 0,85-0,90% no período de 2009 a 2015. Sofreu ligeiro aumento nos anos de 2016(1,5%) e 2017(1,76) e voltou para a cair em 2018 (0,91%).

A classificação de Peso Baixo para a idade entre o sexo feminino, também apresentou leve declínio no período de 2009-2013 (2,05%-1,83%), com aumento no período de 2014-2017(1,90%-2,70%) e nova queda em 2018 (2,04%)

Gráfico 5.2.18 Prevalência de déficits de peso em crianças menores de 5 anos do sexo feminino, segundo o índice peso para idade, estado de SP, 2019.

P/I Feminino

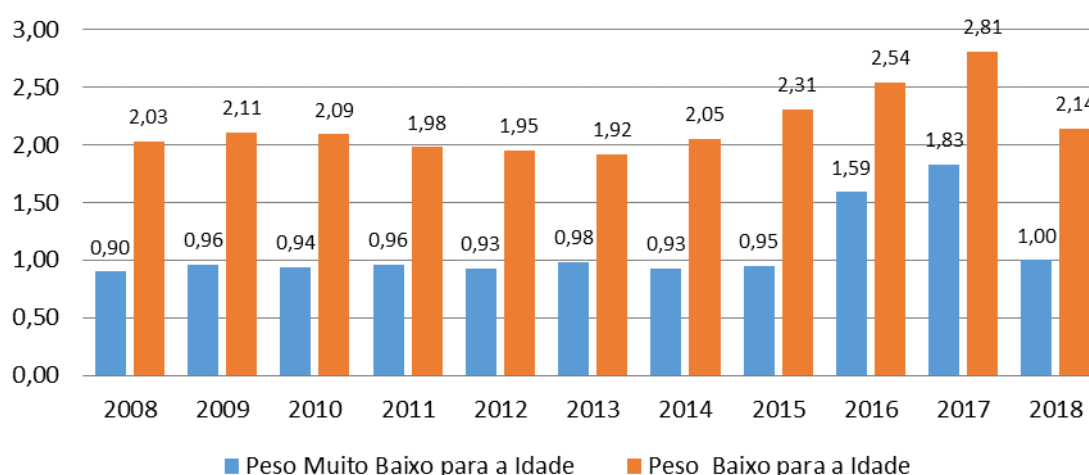


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2009-2018.

Entre os meninos menores de 5 anos, residentes no estado de São Paulo (Figura 5.2.19), observa-se manutenção das prevalências de Peso Muito Baixo para idade no período de 2008-2015(0,9%-0,95%), com ligeiro aumento nos anos de 2016(1,59%) e 2017 (1,83%), retornando a 1% no ano de 2018. Essa mesma tendência ocorre com o índice de peso baixo para a idade.

Gráfico 5.2.19 Prevalência de déficit de peso em crianças menores de 5 anos do sexo masculino, segundo o índice peso para idade, estado de SP, 2019.

P/I Masculino

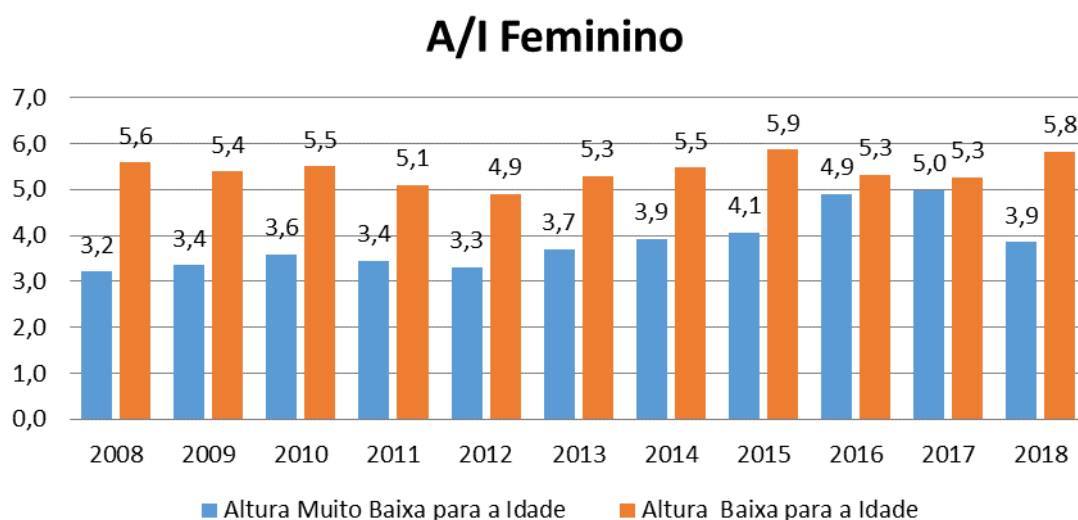


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Para o período de 2009 a 2015, o estado de São Paulo apresentou prevalência de Muito Baixo Peso para a Idade, para meninos e meninas, inferiores às médias de prevalência do Brasil. O aumento ocorrido no período de 2016-2018 foi superior a média Brasileira (Média Brasileira - 2009{1,4%}; 2010{1,3%}; 2011{1,3%}; 2012{1,3%}; 2013{1,4%}; 2014{1,6%}; 2015{1,2%}; 2016{1,3%}; 2017{1,4%}; 2018{1,3%}).

O Gráfico 5.2.20 apresenta o índice de altura para idade para as meninas, residentes no estado de SP, no período de 2008-2018. Há uma leve piora da prevalência de Altura Muito Baixa para Idade no período de 2016 (4,9%) e 2017 (5%). No entanto, o déficit de Altura Baixa para a Idade mantém a prevalência entre 5,6% (2008) e 5,8% (2018) no período estudado.

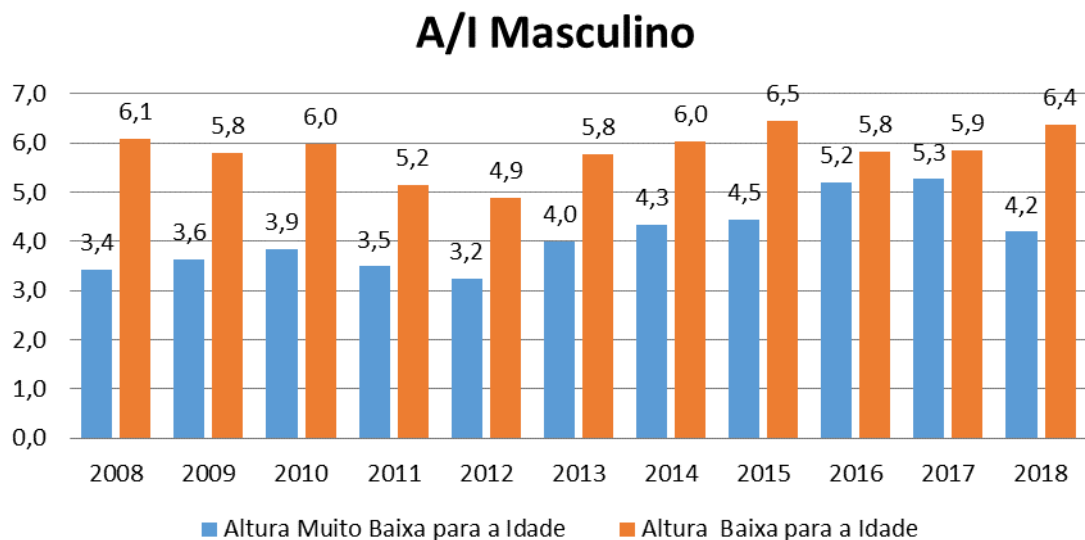
Gráfico 5.2.20 prevalência de déficit de altura em crianças menores de 5 anos, do sexo feminino, segundo o índice altura para idade, no estado de SP, 2019.



Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018

Entre os meninos (Gráfico 5.2.21) também houve uma piora do déficit de Altura Muito Baixa para a idade nos anos de 2016(5,2%) e 2017 (5,9%), enquanto a Altura Baixa para a Idade manteve a prevalência entre 6,1%(2008) e 6,4%(2018) no período estudado.

Gráfico 5.2.21 Prevalência de déficit de altura em crianças menores de 5 anos do sexo masculino, segundo o índice altura para idade, no estado de SP, 2019.



Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

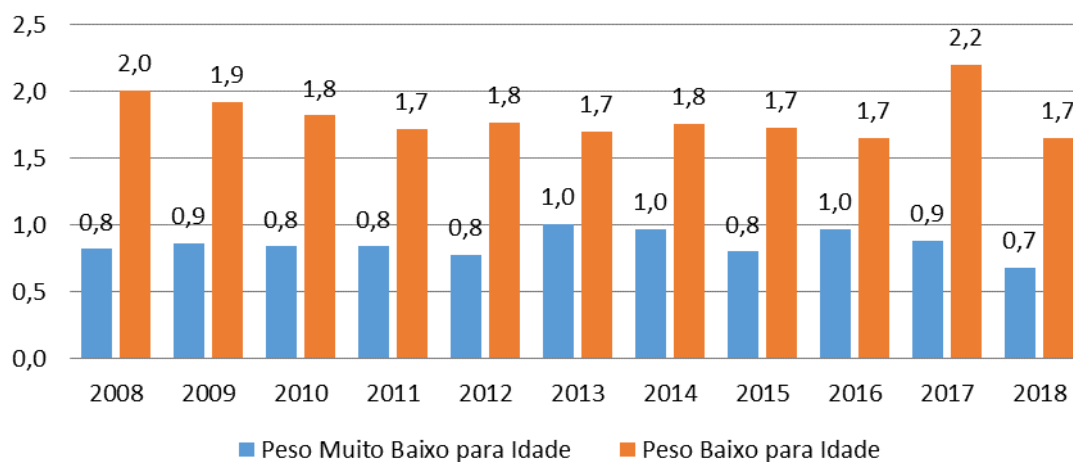
SISVAN - PARANÁ

No estado do Paraná a prevalência de Peso Muito baixo para Idade no sexo feminino (Gráfico 5.2.22) ficou entre 0,8- 1% no período de 2008 a 2015. Sofreu ligeiro aumento nos anos de 2016(1,5%) e 2017(1,76) e voltou para 0,91% em 2018.

A classificação de Peso Baixo para a idade entre o sexo feminino, também apresentou leve declínio no período de 2008-2016 (2,%-1,7%), com aumento no ano de 2017 (2,2%)

Gráfico 5.2.22 Prevalência de Déficit de Peso em crianças menores de 5 anos do sexo feminino, segundo o índice Peso para idade, no estado do PR, 2019.

P/I Menina

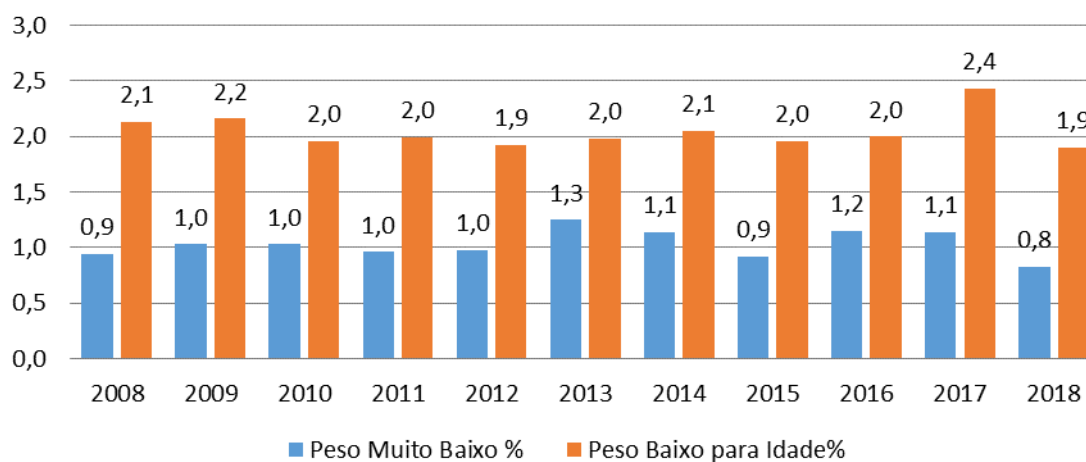


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Entre os meninos menores de 5 anos (Gráfico 5.2.23), residentes no estado do Paraná, a prevalência de Peso Muito Baixo para idade no período de 2008-2018 mantém-se entre 0,9 e 0,8%, com ligeiro aumento nos anos de 2013(1,3%) e 2016 (1,2%). Já para classificação de peso baixo para a idade, o período de 2008-2016 mantém a prevalência de 2,1-2,0% para o período, com ligeiro aumento em 2017(2,4%).

Gráfico 5.2.23 Prevalência de Déficit de Peso em crianças menores de 5 anos do sexo masculino, segundo o índice Peso para Idade, no estado do PR, 2019.

P/I Menino



Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Para o período de 2008 a 2018, o estado do Paraná apresentou prevalência de Muito Baixo Peso para a Idade e Peso Baixo para a idade, para meninos e meninas, inferiores às médias de prevalência do Brasil, como mostra a Tabela 5.2.7

Tabela 5.2.7 Prevalência brasileira de déficit de peso, segundo o índice de Peso para Idade, para ambos os sexos, no período de 2008-2018, 2019.

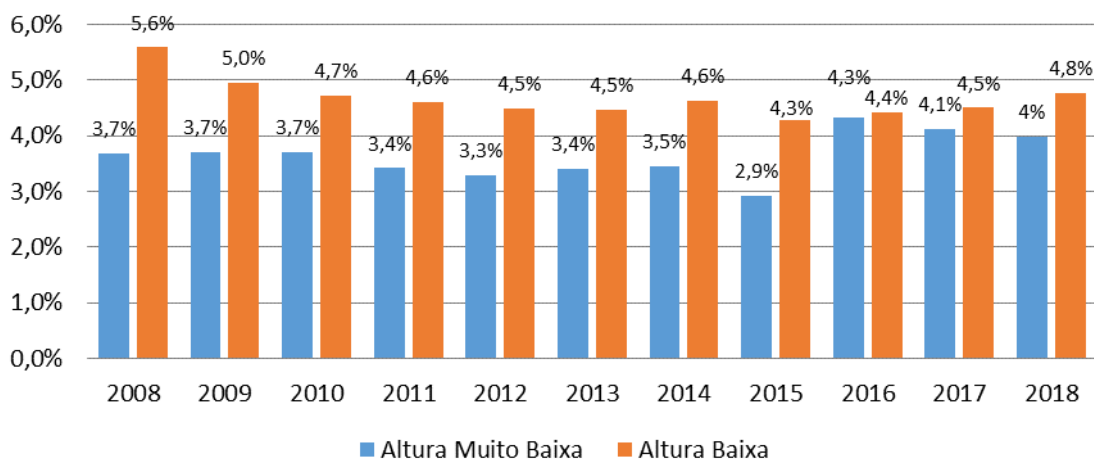
	Peso Muito Baixo para Idade (%)		Peso Baixo para Idade (%)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2008	1,2	1,4	3,4	3,7
2009	1,3	1,4	3,3	3,6
2010	1,2	1,4	3,2	3,5
2011	1,2	1,4	3,1	3,3
2012	1,2	1,3	3,0	3,2
2013	1,3	1,4	3,0	3,1
2014	1,2	1,4	2,9	3,1
2015	1,0	1,2	2,7	3,0
2016	1,2	1,4	2,8	3,1
2017	1,2	1,4	3,0	3,3
2018	1,2	1,4	2,7	3,0

Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

O Gráfico 5.2.24 apresenta a prevalência de déficit de altura para idade para as meninas, residentes no estado do PR, no período de 2008-2018. Há um leve aumento da prevalência de Altura Muito Baixa para Idade no período de 2016 (4,3%) e 2017 (4,1%), já a Altura Baixa para a Idade apresenta declínio de 5,6% (2008) e 4,8% (2018) para o período estudado.

Gráfico 5.2.24 Tendência do déficit de altura em crianças menores de 5 anos, segundo o indicador de altura para idade, no sexo feminino no estado de PR, 2019.

A/I Feminino

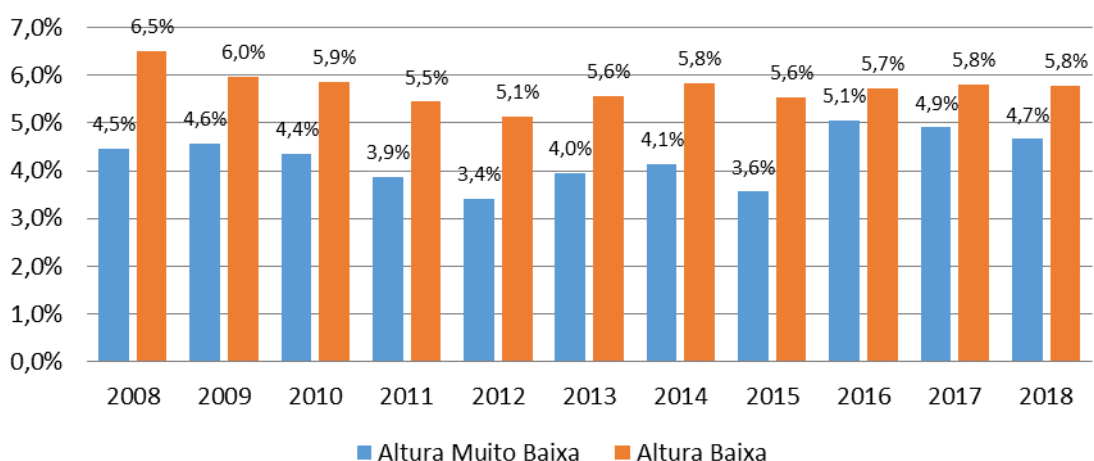


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Entre os meninos (Gráfico 5.2.25) a prevalência de déficit de altura segundo a classificação de Altura Muito Baixa para a idade apresenta melhoras nos anos de 2012(3,4%) e 2015(3,6%). Já a prevalência de Altura Baixa para a Idade diminuiu de 6,5% em 2008 para 5,8% em 2018.

Gráfico 5.2.25 Prevalência de déficit de altura em crianças menores de 5 anos do sexo masculino, segundo o indicador de altura para idade, no estado de PR, 2019

A/I Masculino



Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Para o período de 2008 a 2018, o estado do Paraná apresentou prevalência de Altura Muito Baixa para Idade e Altura Baixa para Idade, para meninos e meninas, inferiores às médias de prevalência do Brasil, como mostra a Tabela 5.2.8.

Tabela 5.2.8 Prevalência brasileira do indicador Altura para Idade, segundo os sexos feminino e masculino, no Período de 2008-2018, 2019.

	Altura Muito Baixa para idade %		Altura Baixa para idade %	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2008	6,4%	7,2%	7,8%	8,8%
2009	6,3%	7,2%	7,5%	8,5%
2010	6,1%	7,0%	7,2%	8,2%
2011	6,0%	6,4%	6,9%	7,6%
2012	5,6%	5,4%	6,7%	6,8%
2013	5,6%	6,4%	6,7%	7,6%
2014	5,6%	6,7%	6,7%	7,9%
2015	4,9%	5,9%	6,5%	7,7%
2016	5,5%	6,4%	6,2%	7,4%
2017	5,4%	6,3%	6,5%	7,8%
2018	5,2%	6,2%	6,8%	8,0%

Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Fase da Vida: Adolescentes (> 10 anos e < 20 anos)

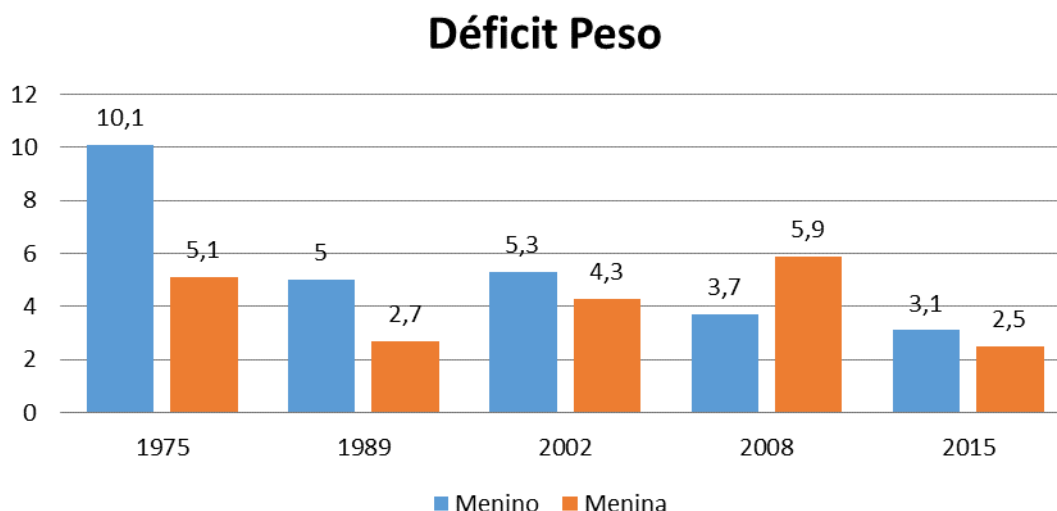
INQUÉRITO - Brasil

Para analisar o estado nutricional de adolescentes em âmbito nacional, foram utilizadas como fontes de dados secundários as seguintes pesquisas de inquérito domiciliar: ENDEF (1974/1975)¹, PNSN (1989)⁶, POF(2002,2008)⁴⁻⁵, e a pesquisa de inquérito escolar PNSE de 2015 (BRASIL, 2016).

O déficit de Peso (Gráfico 5.2.26), em ambos os sexos apresentou tendência de declínio nas pesquisas de 1975 (Menino:10,01%, Menina 5,1%) e 1989 (Menino:5%, Menina: 2,7%), aumentando nas pesquisas de 2002 (Menino: 5,3%, Menina: 4,3%) e 2008 (Menino: 3,7% e Menina: 5,9%) e com nova tendência de declínio nas última pesquisa em 2015, onde meninos apresentaram uma prevalência de 3,1% de déficit de peso e as meninas 2,5%.

Não é possível observar tendência de declínio acentuado para o déficit de peso em adolescentes, como ocorre entre a população adulta. Vale lembrar que essa fase da vida é acometida de apropriação/distorção de imagem corporal com espaço para a instalação de alterações emocionais que se relacionam diretamente com a magreza e a perda de peso (bulimia/anorexia).

Gráfico 5.2.26 Prevalência de déficit de peso em adolescentes, segundo o sexo no Brasil, 2019.

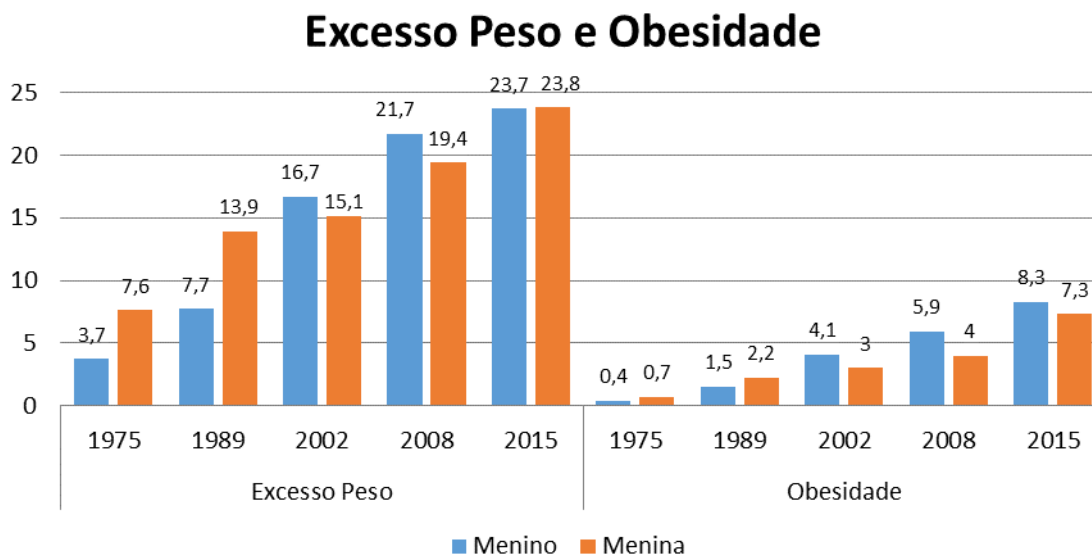


Fonte: Pesquisas ENDEF (1974/1975), PNSN(1989), PNDS (1996), POF (2002), POF (2008/2009), PNSE (2015), relatórios públicos.

Já o excesso de peso e a obesidade, apresentam crescimento contínuo entre ambos os sexos, como pode ser visto no Gráfico 5.2.27.

Chama a atenção que o excesso do peso acometia 3,7% dos meninos e 7,6% das meninas na década de 70, e na última pesquisa em 2015 o excesso de peso foi diagnosticado em 24% dos adolescentes. Esse mesmo crescimento ocorreu com a obesidade.

Gráfico 5.2.27 Prevalência de Excesso de Peso e Obesidade em adolescentes, segundo o sexo no Brasil, 2019.



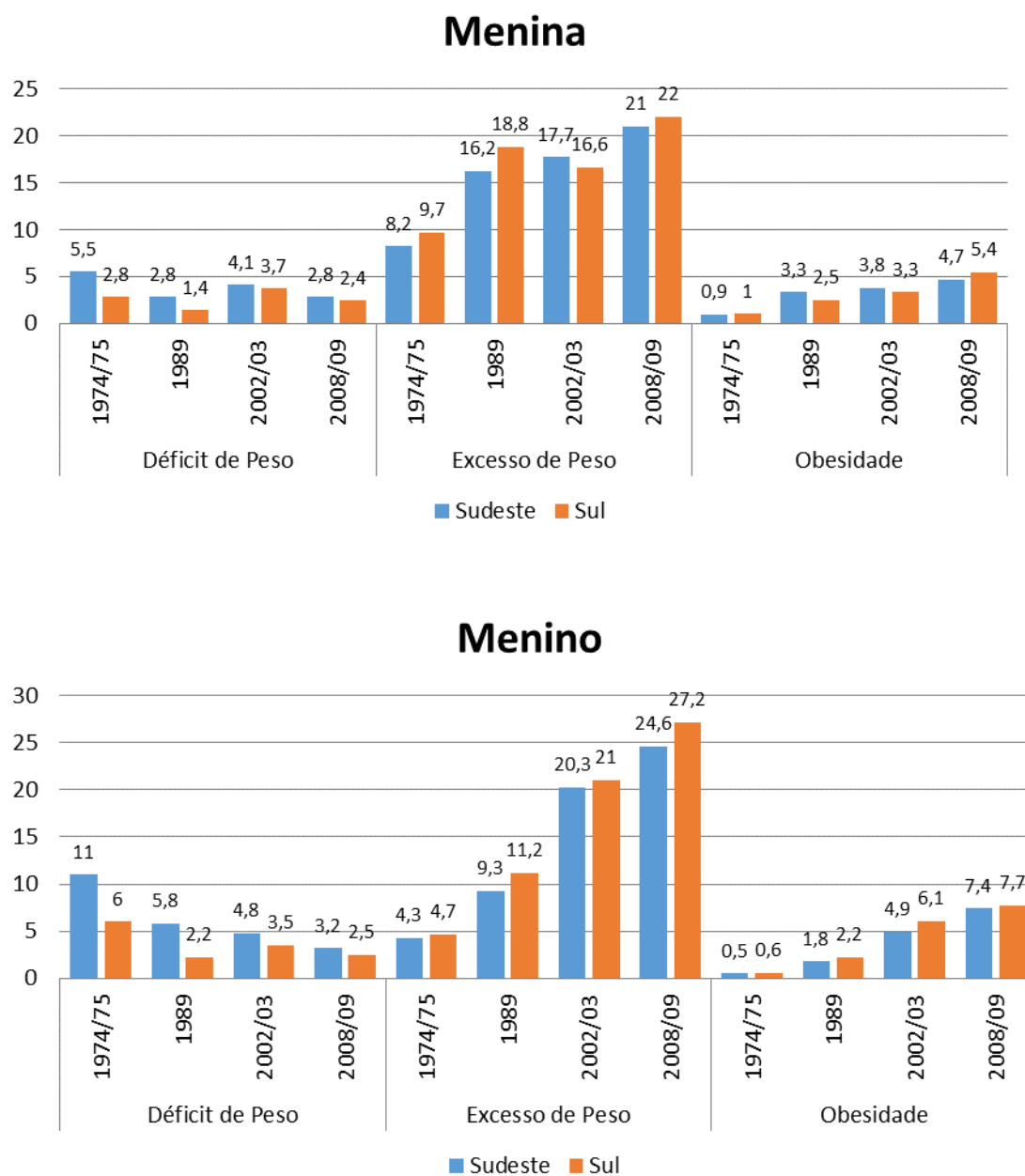
Fonte: Pesquisas ENDEF (1974/1975), PNSN(1989), PNDS (1996), POF (2002), POF (2008/2009), PNSE (2015), relatórios públicos.

INQUÉRITOS - Grande Região Sul (Paraná) e Sudeste (São Paulo)

As informações de déficit de peso, excesso de peso e obesidade das pesquisas de inquérito domiciliar e escolar supracitadas, foram estratificadas por grandes regiões, sendo as regiões Sul e Sudeste apresentadas nesta avaliação, segundo o sexo dos adolescentes.

- Para os adolescentes das regiões Sul e Sudeste a tendência do déficit de peso é semelhante aos resultados do âmbito nacional: diminuição na pesquisa de 1989, aumento em 2003 e nova queda em 2008. Não há estratificação para grandes regiões e sexo na PNSE de 2015 (Gráfico 5.2.28);
- O excesso de peso é crescente entre o sexo masculino, em ambas regiões. Entre as meninas há uma pequena diminuição da prevalência na POF (2002) (Sul:17,7%; Sudeste:16,6%), porém com aumento na pesquisa seguinte(Gráfico 5.2.28);
- A obesidade segue tendência de aumentos, em ambos os sexos e regiões, acompanhando a tendência nacional (Gráfico 5.2.28).

Gráfico 5.2.28 Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade em adolescentes, segundo as grandes regiões Sul e Sudeste, e ambos os sexos, 2019.



Fonte: Pesquisas ENDEF (1974/1975), PNSN(1989), POF (2002/2003), POF (2008/2009), relatórios públicos.

Para a análise dos índices de magreza acentuada, magreza, sobrepeso, obesidade e obesidade grave, em adolescentes (>10ans e < 20 anos), , nos estados de São Paulo e Paraná, foram utilizados os relatórios públicos do SISVAN, que estão alocados na plataforma "e-Gestor Atenção Básica - Relatórios Públicos dos Sistemas de Atenção Básica" (<https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acesoPublico/relatorios/relatoriosPublicos.x.html>) Os filtros utilizados para a construção dos Gráficos 5.2.29 a 5.2.34, foram: (ano de referência:2008-2018;mês:todos;estado:SP ou PR;região de cobertura:todas; acompanhamentos :todos; fase: adolescente; índice: IMC/idade (Kg/m²); povos:todos; sexo: fem/masc; escolaridade: todos).Destaca-se que os municípios tem o prazo de até 365 dias para encaminhar as informações de fechamento do ano, na prática o ano de 2018 terminará e ser repassado pelos municípios em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, os dados apresentados nas colunas de 2018, não representam o total de informações do estado analisado.

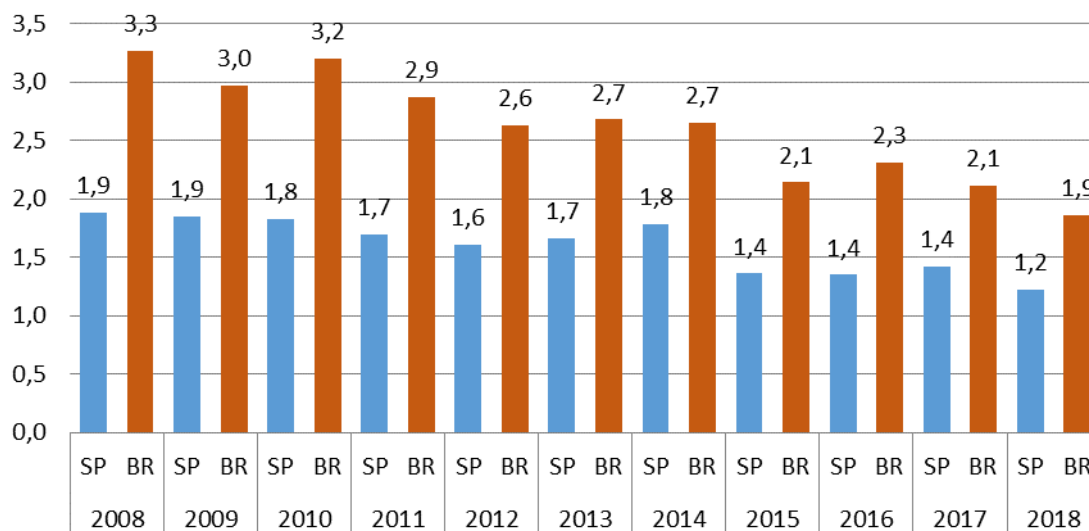
Para a classificação do estado nutricional de adolescentes, o SISVAN adota como referência as curvas de crescimento propostas pela Organização Mundial da Saúde em 2006 ²⁸, onde: a classificação de **magreza acentuada** é delimitado pelo valor de < Escore-z -3; **magreza** é delimitado pelo valor ≥ Escore-z -3 e < Escore-z -2; **sobrepeso** é delimitado pelo valor de ≥ Escore-z +1 e < Escore-z +2; **Obesidade** é delimitado pelo valor > Escore-z +2 e ≤ Escore-z +3; e **Obesidade Grave** pelo valor > Escore-z +2 (BRASIL, 2011).

SISVAN - SÃO PAULO

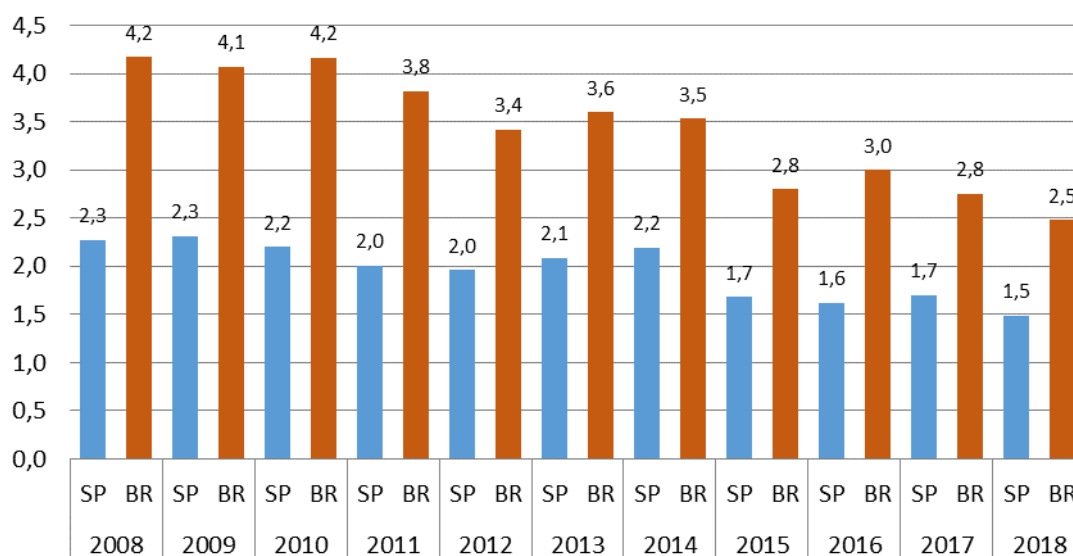
Ao sistematizar os relatório consolidados do SISVAN do período de 2008-2018, observou-se que a prevalência da Magreza Acentuada apresentou um pequeno declínio entre as meninas e meninos do estado de São Paulo (Gráfico 5.2.29). Ao comparar a prevalência de magreza acentuada dos adolescentes do estado de São Paulo com a média brasileira, é possível observar que a tendência de diminuição é mais acentuada para a média brasileira (Meninas {2008:3,3%; 2018:1,9%}, Meninos{2008:4,2%;2018: 2,5}), do que para a média de São Paulo (Meninas {2008:1,9%;2018:1,2%}, Meninos{ 2,3%;2018:1,5%}).

Gráfico 5.2.29 Prevalência de Magreza Acentuada em adolescentes, no estado de São Paulo, segundo o sexo, 2019.

Magreza Acentuada - Menina



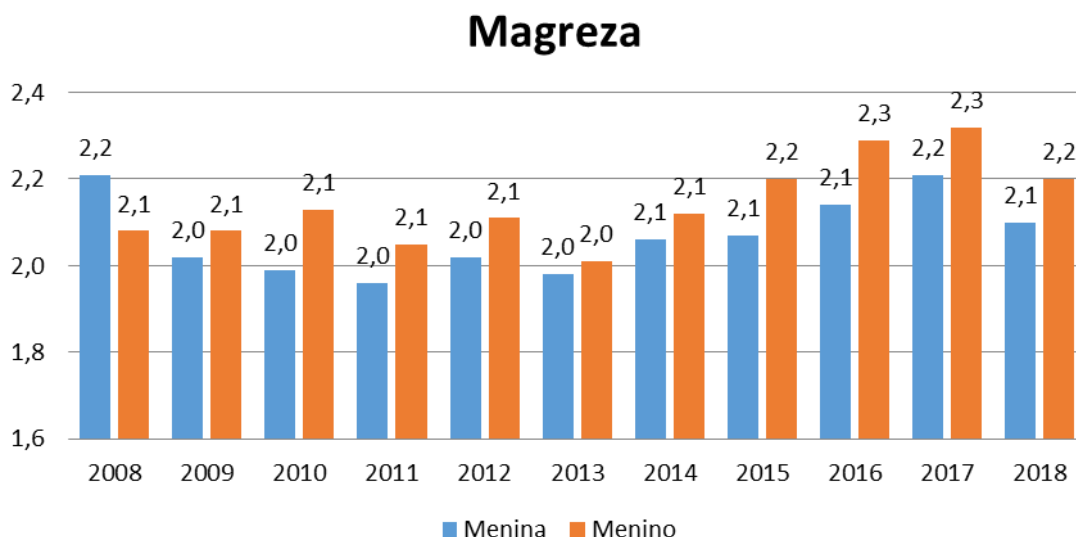
Magreza Acentuada - Menino



Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Para o índice de magreza (Gráfico 5.2.30), ambos os sexos mantiveram a prevalência próxima a 2%, no período de 2008 a 2018. A média nacional para magreza foi de 3%, para o mesmo período analisado, evidenciando que o estado de SP se manteve abaixo da prevalência nacional.

Gráfico 5.2.30 Prevalência de Magreza em adolescentes, no estado de SP, segundo o sexo, 2019.

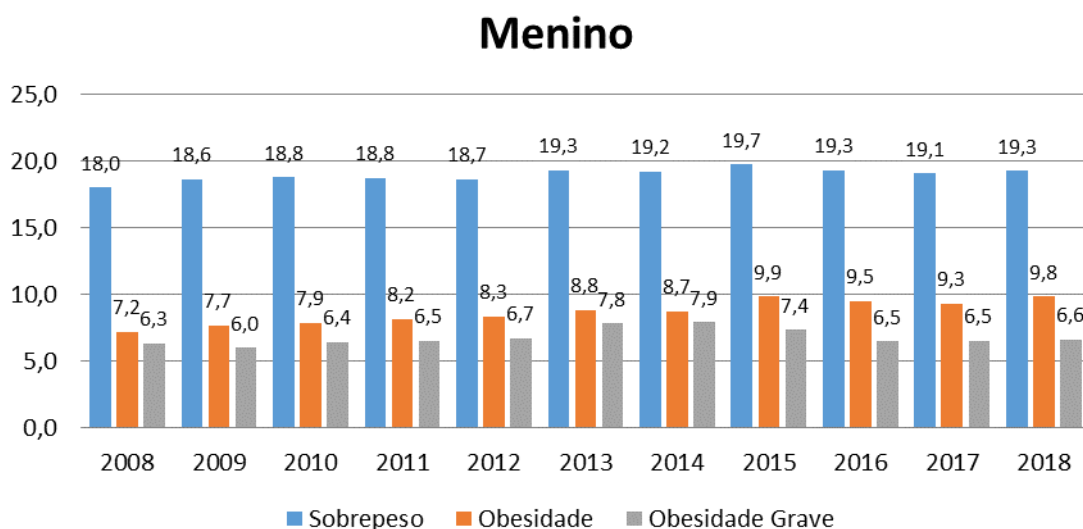
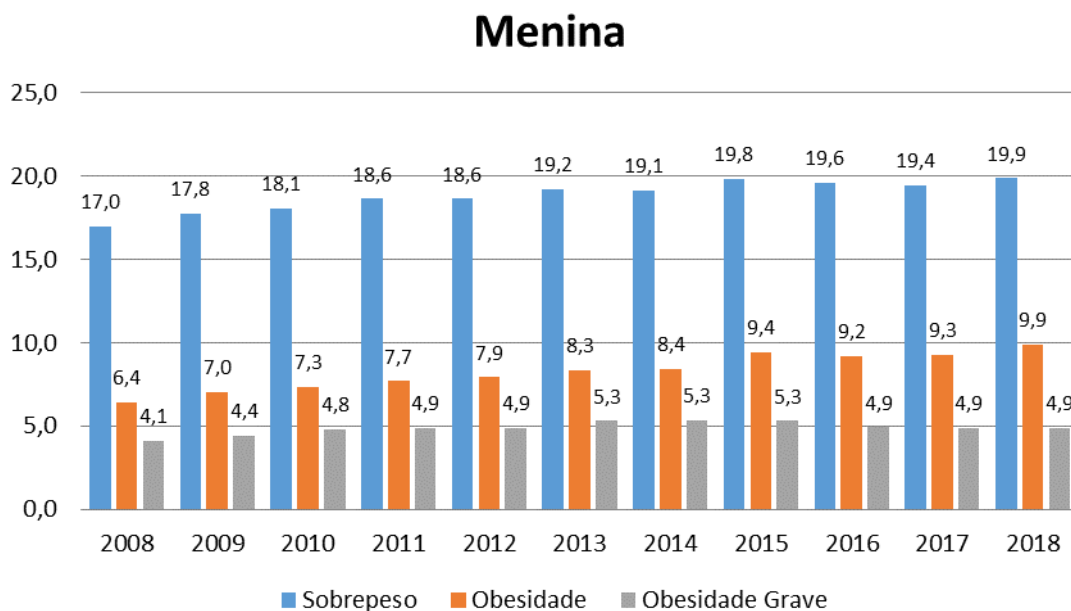


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Para a situação de Sobrepeso (Gráfico 5.2.31) é possível observar leve aumento nos valores de prevalência para o período estudado, para ambos os sexos (Meninas {2008:17%; 2018:20%}, Meninos {2008:18%; 2018:19,3%}). A mesma tendência de aumento é observado para as situações de obesidade (Meninas {2008:6,4%; 2018:10%}, Meninos{2008:7,2%; 2018:10%}). e obesidade grave (Meninas {2008:4,1; 2018:4,9%}, Meninos{2008:6,3%; 2018:6,6%}).

Para o mesmo período, a média brasileira de sobrepeso em adolescentes ficou em 18,8% (Fem) e 19%(Masc), o sobrepeso em 8,3%(Fem) e 8,7%(Masc) e a Obesidade Grave em 4,9%(Fem) e 6,8%(Masc)

Gráfico 5.2.31 Prevalência de Sobrepeso, Obesidade e Obesidade Grave em adolescentes, no estado de São Paulo, segundo o sexo, 2019.



Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

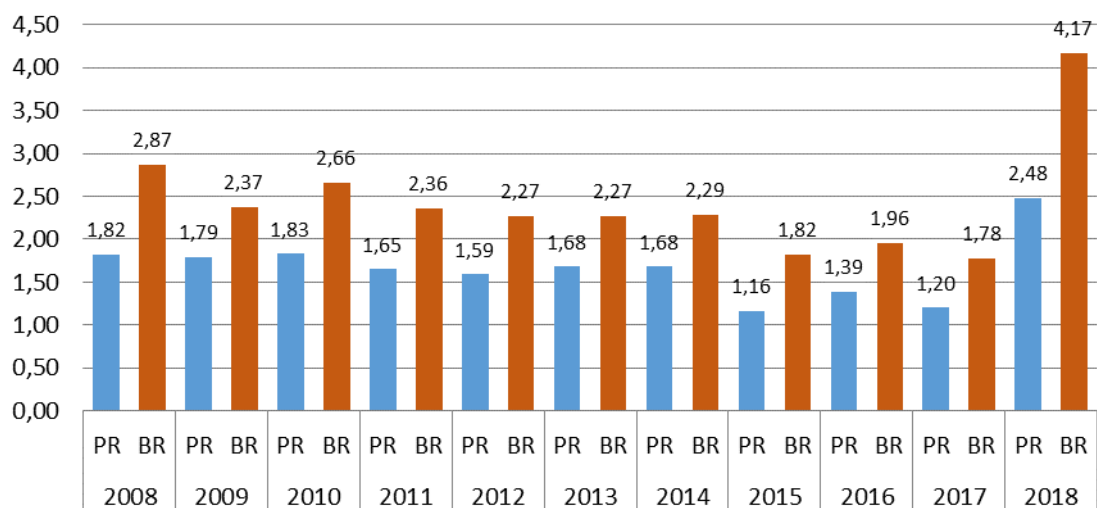
SISVAN - PARANÁ

Ao avaliar a situação de Magreza Acentuada (Gráfico 5.2.32) entre os adolescentes do estado do Paraná, para o período de 2008-2018, foi possível identificar que para ambos os sexos há redução da prevalência do índice para no

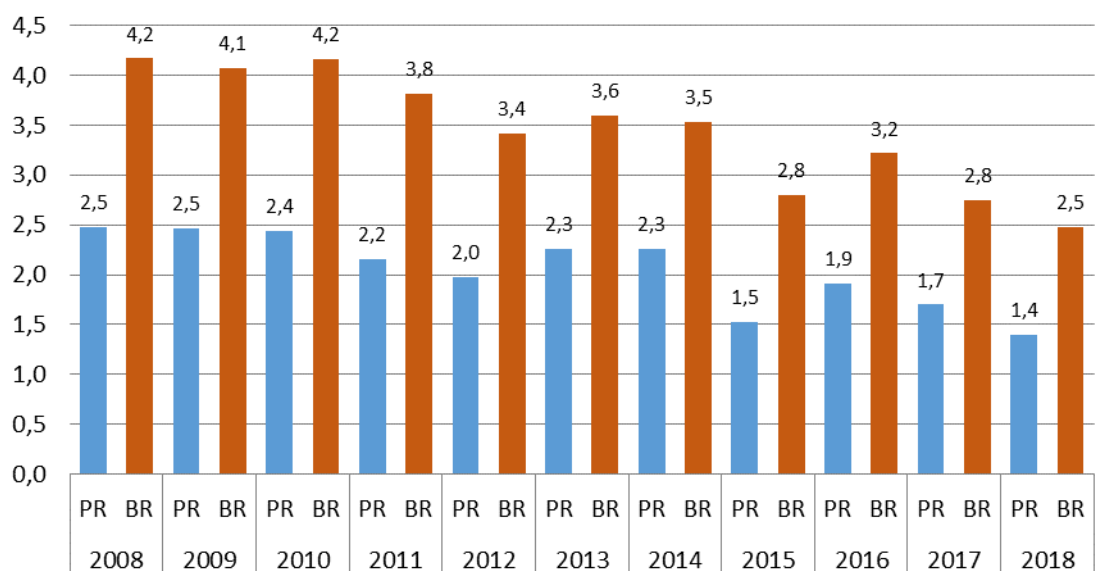
período. Em âmbito nacional a tendência de redução do índice é o mesmo, o que aponta para a melhorado estado nutricional dos adolescentes.

Gráfico 5.2.32 Prevalência de Magreza Acentuada em adolescentes, no estado do Paraná, segundo o sexo, 2019.

Magreza Acentuada - Menina



Magreza Acentuada - Menino

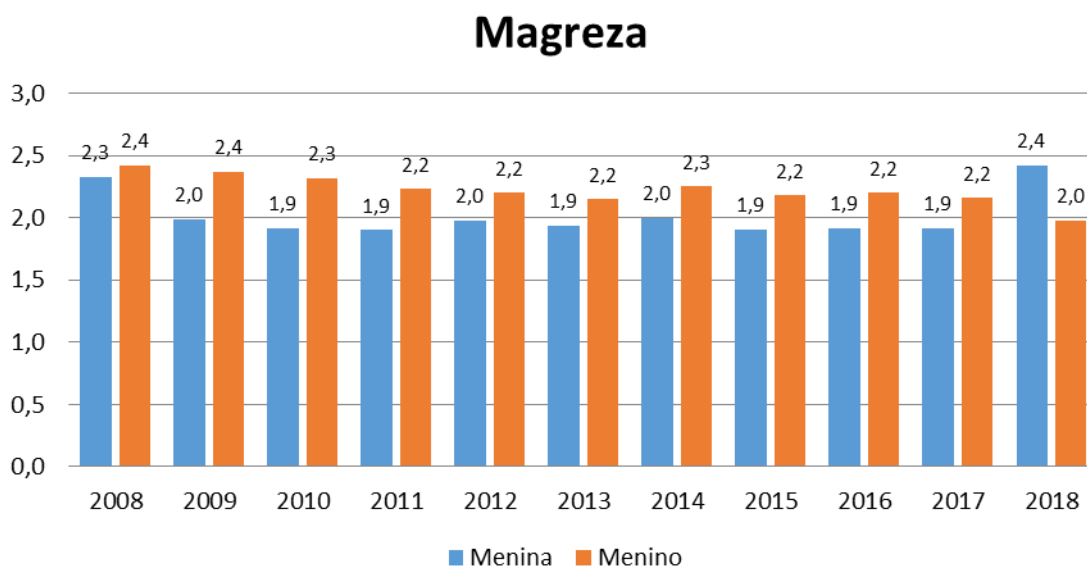


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Para o estado nutricional magreza (Gráfico 5.2.33), o sexo masculino manteve a prevalência próxima a 2% enquanto o sexo feminino manteve a

prevalência entre 2,2-2,4%, no período de 2008 a 2018. A média nacional para magreza foi de 3%, para o mesmo período analisado, evidenciando que o estado do PR se manteve abaixo da prevalência nacional.

Gráfico 5.2.33 Tendência de Magreza em adolescentes, no estado do Paraná, em ambos os sexos, 2019.

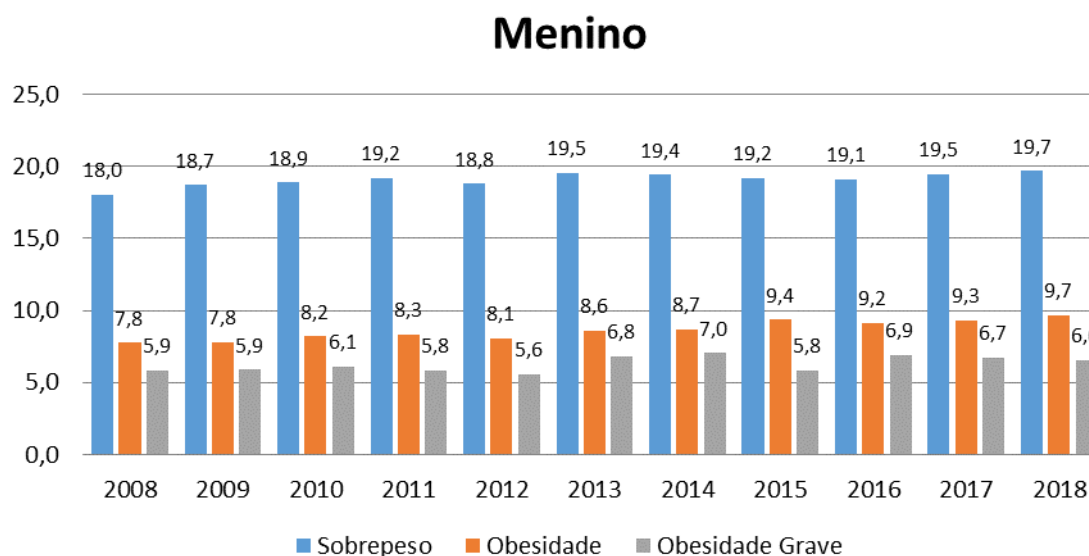
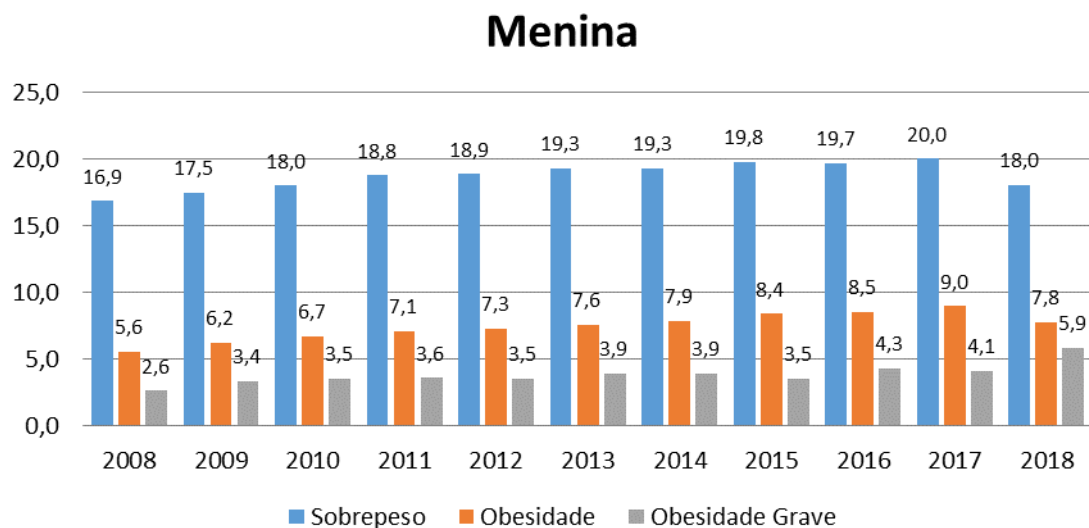


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Para a situação de Sobrepeso (Gráfico 5.2.34) é possível observar leve aumento nos valores de prevalência para o período estudado, para ambos os sexos (Meninas{2008:17%; 2018:18%}, Meninos{2008:18%; 2018:19,7%}). A mesma tendência de aumento é observado para as situações de obesidade (Meninas{2008:5,6%; 2018:7,8%}, Meninos{2008:7,8%; 2018:9,7%}). e obesidade grave (Meninas{2008:2,6%; 2018:5,9%}, Meninos{2008:5,9%; 2018:6,6%}).

Para o mesmo período, a média brasileira de sobrepeso em adolescentes foi de 19% para ambos os sexos, obesidade em 7%(Fem) e 9%(Masc) e a Obesidade Grave em 4%(Fem) e 6%(Masc).

Gráfico 5.2.34 Prevalência de Sobrepeso, Obesidade e Obesidade Grave em adolescentes, no estado do Paraná, segundo o sexo, 2019.



Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Fase da Vida: Adulto (> 20 anos)

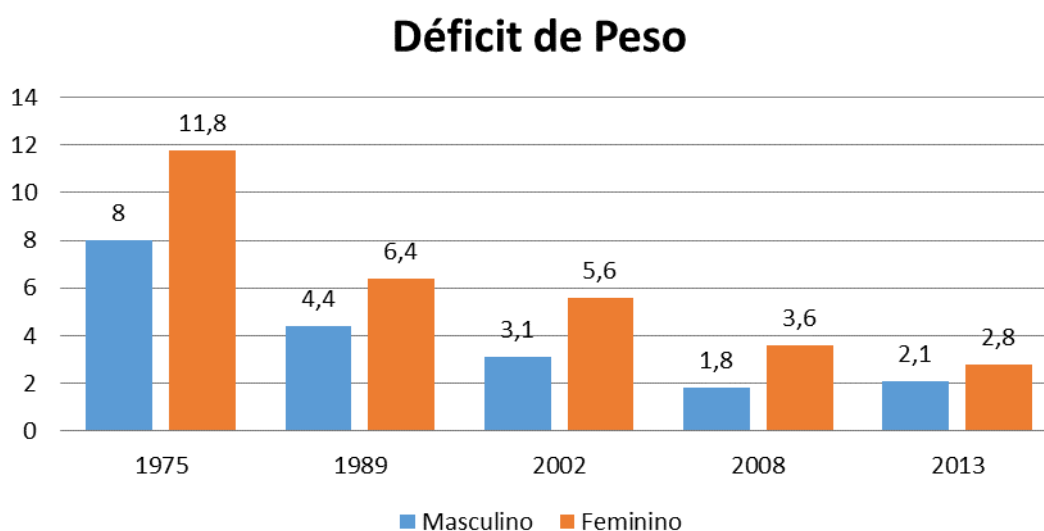
INQUÉRITO - Brasil

Para analisar o estado nutricional da população adulta em âmbito nacional, foram utilizadas como fontes de dados secundários as seguintes pesquisas de inquérito domiciliar: ENDEF 1974/1975 (IBGE, 1977), PNSN – 1989 (BRASIL, 1990),

POF 2002 e 2008 (IBGE, 2004; IBGE, 2011), e a Pesquisa Nacional de Saúde 2013 (IBGE, 2014).

O Gráfico 5.2.35 evidencia a diminuição de déficit de peso entre adultos, ambos os sexos, nas pesquisas de inquérito domiciliar realizadas entre os anos de 1975-2013. No sexo feminino a prevalência de Déficit de Peso diminuiu de 11,8%(1975) para 2,8% (2013). A diminuição também ocorre entre os homens (1975 -8%; 2013-2,1%). Esse quadro aponta para melhora do estado de déficit de peso no cenário nacional.

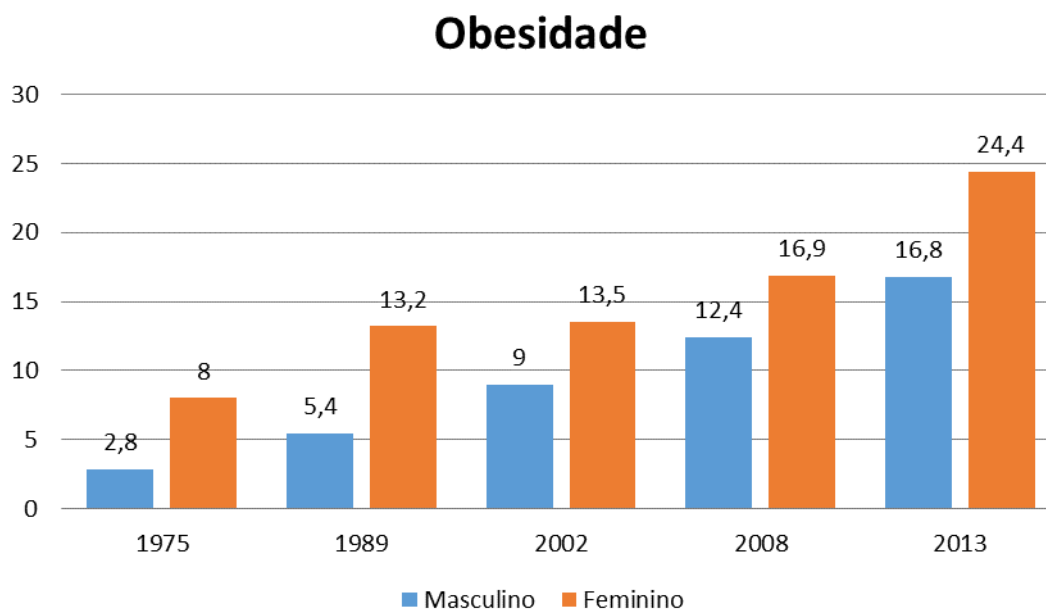
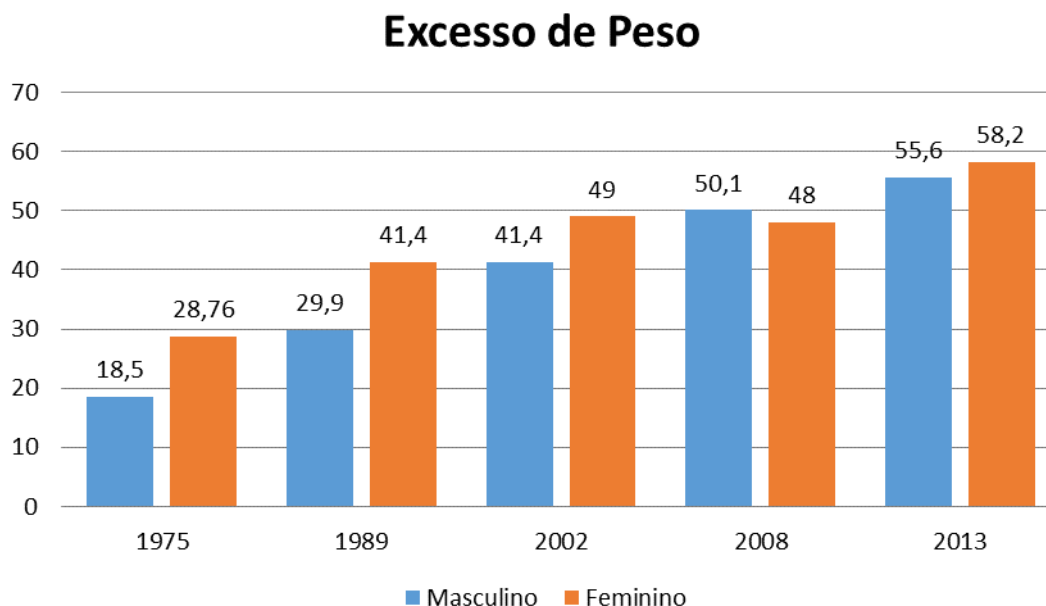
Gráfico 5.2.35 Prevalência do Déficit de Peso entre adultos, segundo o sexo no Brasil, 2019.



Fonte: Pesquisas ENDEF (1974/1975), PNSN(1989), POF (2002,2008), PNS(2013) relatórios públicos.

O Gráfico 5.2.36 mostra o cenário do estado nutricional de excesso de peso e obesidade no Brasil, crescente para ambos os sexos, nas pesquisas de inquérito domiciliar. Os resultados da última Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2013, evidenciam que mais da metade dos brasileiros encontram-se em situação de excesso de peso, sendo que 24,4% das mulheres e 16,8% dos homens, estão com o diagnóstico de obesidade.

Gráfico 5.2.36 Prevalência de Excesso de Peso e Obesidade entre adultos, segundo o sexo no Brasil, 2019.



Fonte: Pesquisas ENDEF (1974/1975), PNSN(1989), POF (2002,2008), PNS(2013) relatórios públicos.

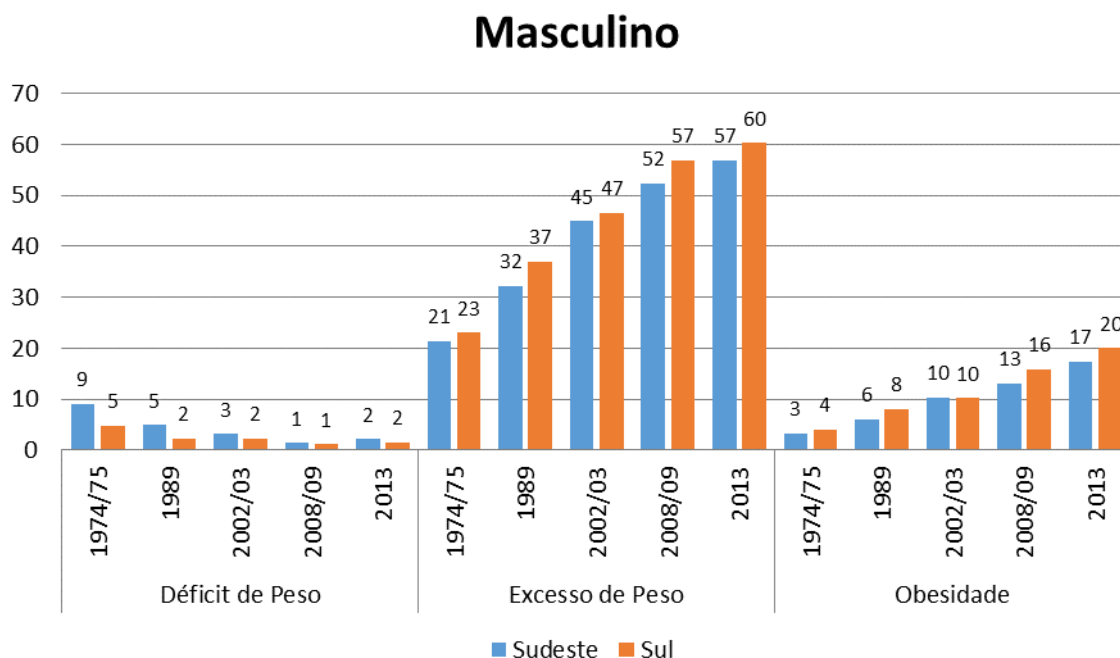
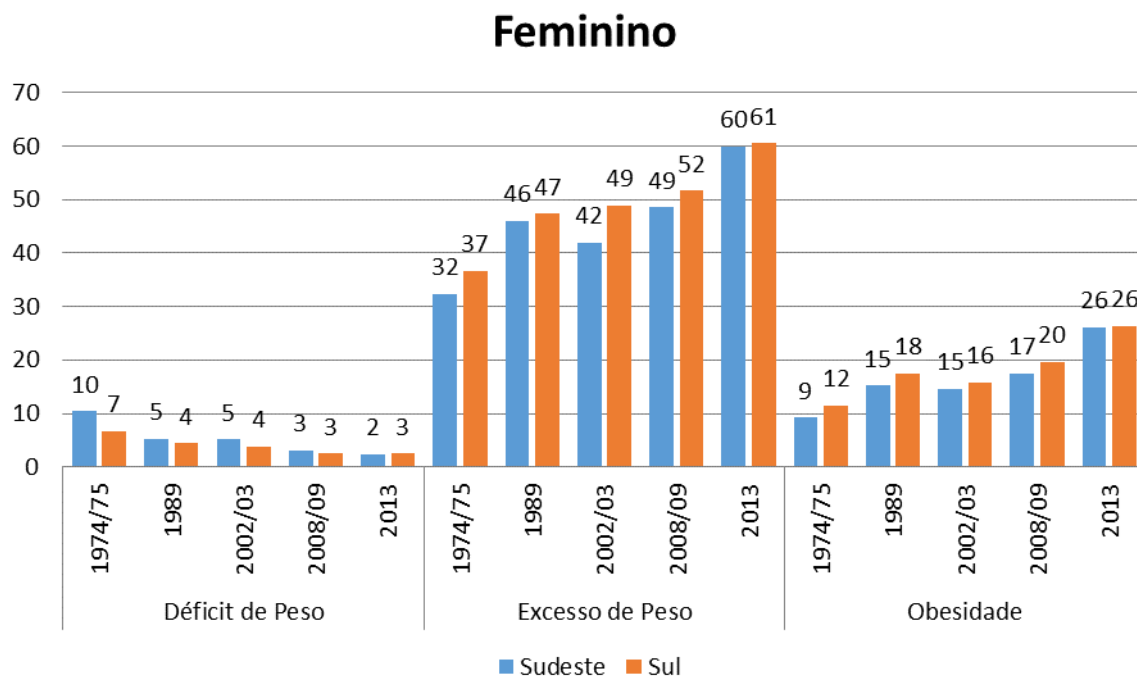
INQUÉRITOS - Grande Região Sul (Paraná) e Sudeste (São Paulo)

As informações de déficit de peso, excesso de peso e obesidade das pesquisas de inquérito domiciliar, foram estratificadas por grandes regiões, sendo as

regiões Sul e Sudeste apresentadas nesta avaliação. Vale lembrar que as pesquisas supracitadas não apresentam estratificação por unidade de federação, impossibilitando a avaliação para os estados São Paulo e Paraná. Desta forma justifica-se a seleção das grandes regiões SUL e SUDESTE para exemplificação desta análise.

- Para os mulheres das regiões sul e sudeste há uma mesma tendência para melhora do estado nutricional com a queda do déficit de peso. Há também uma mesma tendência para as duas grandes regiões no aumento do excesso de peso e obesidade (Gráfico 5.2.37). Destaca-se que as prevalências de excesso de peso e obesidade, em ambas as grandes regiões, são superiores às médias brasileiras. Na PNS de 2013, mulheres com excesso de peso representaram 58,2% do estado nutricional do Brasileiro, enquanto que as mulheres do Sul apresentaram uma prevalência de 60% e as do Sul 61%. A prevalência de obesidade entre as mulheres das duas grandes regiões (26%), também foi superior a média brasileira (24,4%) apresentada na pesquisa de 2013.
- Para os homens a tendência de diminuição de déficit de peso seguiu a tendência de diminuição Nacional, como apresentado na Gráfico 5.2.77. O excesso de peso e a obesidade, em ambas as grandes regiões, seguiram a tendência de aumento nacional. Vale destacar que ambas as regiões apresentaram prevalência de excesso de peso e obesidade superiores a média nacional (Excesso Peso - 55,6%; Obesidade - 16,8%) (Gráfico 5.2.37).

Gráfico 5.2.37 Prevalência de Déficit de Peso, Excesso de Peso e Obesidade entre adultos, nas grandes regiões Sudeste e Sul do Brasil, segundo o sexo. 2019.



Fonte: Pesquisas ENDEF (1974/1975), PNSN(1989), POF (2002,2008), PNS(2013) relatórios públicos.

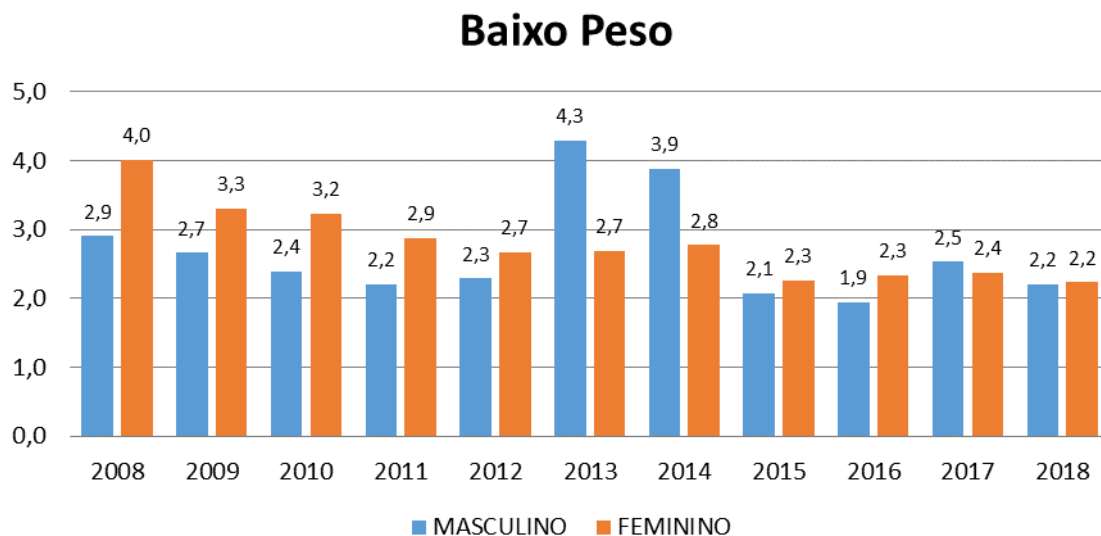
Para a análise dos índices Baixo Peso, Sobrepeso, Obesidade e Obesidade grave, em adultos (≥ 20 anos e < 60 anos), nos estados de São Paulo e Paraná, foram utilizados os relatórios públicos do SISVAN, que estão alocados na plataforma "e-Gestor Atenção Básica - Relatórios Públicos dos Sistemas de Atenção Básica" (<https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acesoPublico/relatorios/relatoriosPublicos.xhtml>) Os filtros utilizados para a construção dos Gráficos 5.2.38 a 5.2.42, foram: (ano de referência:2008-2018;mês:todos;estado:SP ou PR;região de cobertura:todas; acompanhamentos :todos; fase: adulto; índice: IMC (Kg/m^2); povos:todos; sexo: fem/masc; escolaridade: todos). Destaca-se que os municípios tem o prazo de até 365 dias para encaminhar as informações de fechamento do ano, na prática o ano de 2018 terminará e ser repassado pelos municípios em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, os dados apresentados nas colunas de 2018, não representam o total de informações do estado analisado.

Para a classificação do estado nutricional de adultos, o SISVAN adota como referência classificação do IMC proposta pela OMS³², onde: a classificação de **magreza acentuada** é delimitado pelo valor de $< \text{Escore-z } -3$; **magreza** é delimitado pelo valor $\geq \text{Escore-z } -3$ e $< \text{Escore-z } -2$; **sobrepeso** é delimitado pelo valor de $\geq \text{Escore-z } +1$ e $< \text{Escore-z } +2$; **Obesidade** é delimitado pelo valor $> \text{Escore-z } +2$ e $\leq \text{Escore-z } +3$; e **Obesidade Grave** pelo valor $> \text{Escore-z } +2$ (BRASIL, 2011).

SISVAN - SP

Ao sistematizar os relatórios consolidados do SISVAN do período de 2008-2018, observou-se que a prevalência Baixo Peso apresentou declínio entre ambos os sexos. Entre o sexo masculino houve aumento da prevalência nos anos de 2013(4,3%) e 2014(3,9%). Ao comparar a prevalência de baixo peso dos adultos do estado de São Paulo com a média brasileira, é possível observar que a tendência de diminuição do estado de São Paulo acompanha a tendência nacional, embora as prevalências do estado de São Paulo (Gráfico 5.2.38) sejam menores que as observadas âmbito nacional pelo SISVAN (Masculino {2008:3,5;2018:1,9}, Feminino {2008:5,8%; 2018:2,5%}).

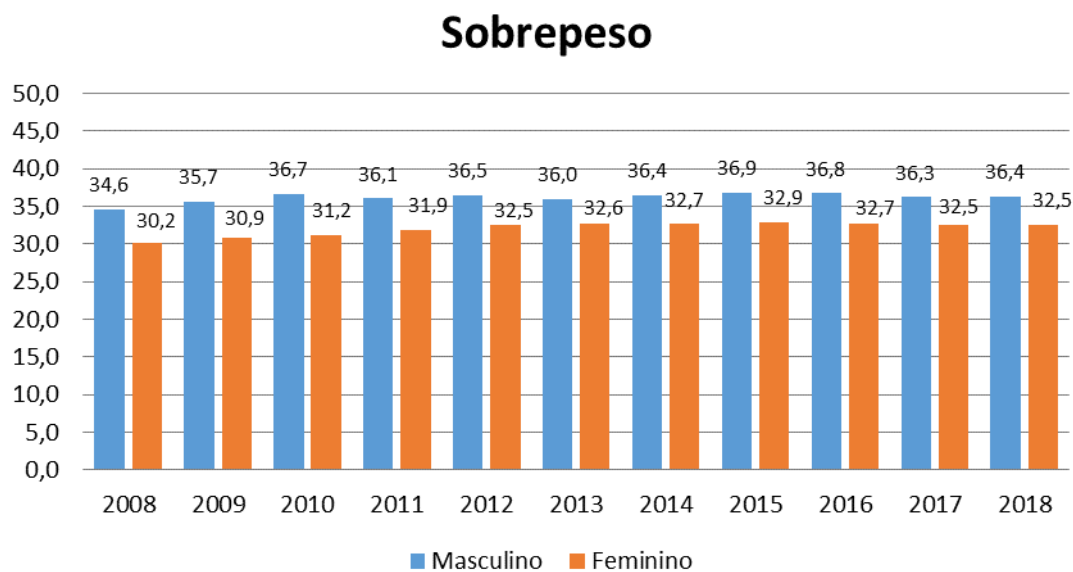
Gráfico 5.2.38 Prevalência de Baixo Peso entre adultos, no estado de São Paulo, segundo os sexos, 2019.



Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Para a situação de Sobrepeso (Gráfico 5.2.39) é possível observar leve aumento nos valores de prevalência para o período estudado, para ambos os sexos (Feminino {2008:34,6%; 2018:36,4%}, Masculino{2008: 30,2%; 2018: 32,5%}).

Gráfico 5.2.39 Prevalência de Sobrepeso entre adultos, no estado de São Paulo, segundo o sexo, 2019.

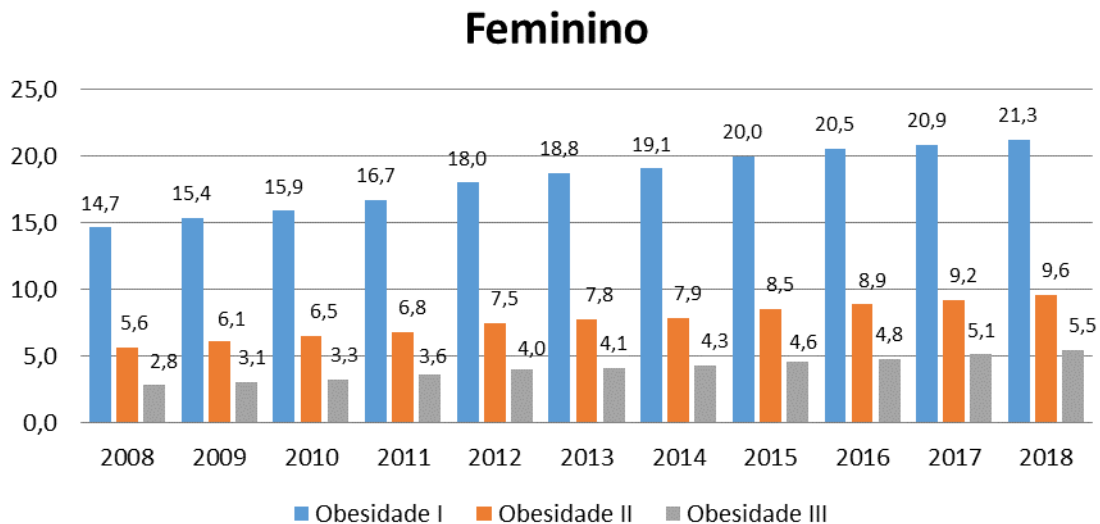


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

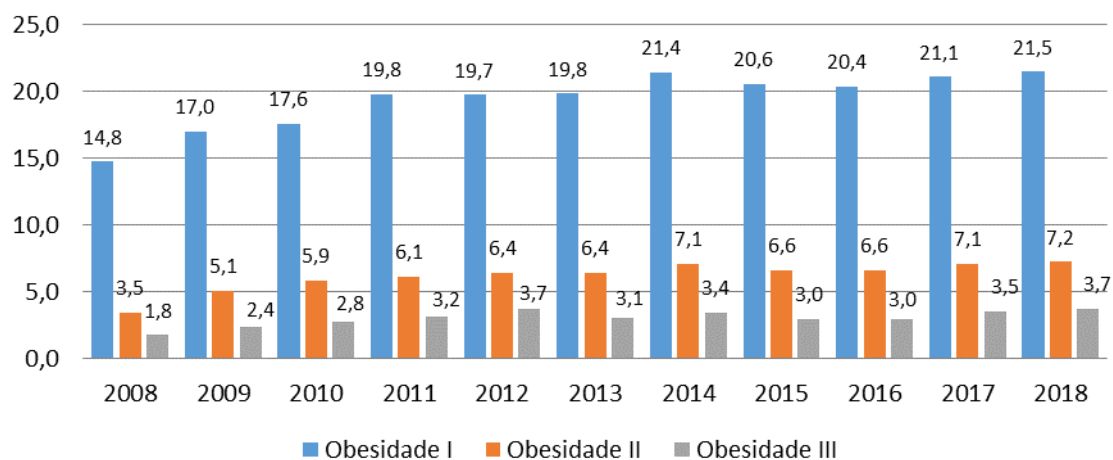
A mesma tendência de aumento é observada para o período, em ambos os sexos, nas três classificações de obesidade, como mostra o Gráfico 5.2.40. Vale destacar que as mulheres do estado de São Paulo apresentam maior prevalência de obesidade (2008:23,1%; 2018:36,2%), quando comparadas ao sexo masculino (2008:20%; 2018:32,4%).

O estado nutricional de Obesidade Grave destaca-se entre as mulheres com o aumento crescente entre ambos os sexos e com a prevalência de 5,5% entre as mulheres, no ano de 2018.

Gráfico 5.2.40 Prevalência de Obesidade entre adultos, do estado de São Paulo, em ambos os sexos, 2019.



Masculino

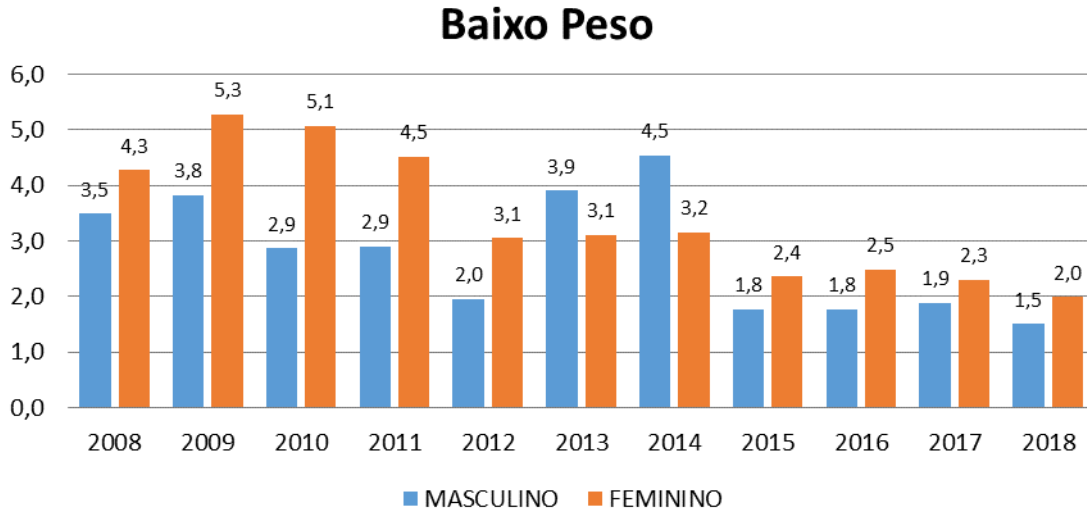


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

SISVAN - PR

No estado do Paraná o baixo peso apresentou queda no período de 2008-2018, para ambos os sexos (Masculino {2008:3,5;2018:1,5}, Feminino {2008:4,3%; 2018:2,0%}). No sexo masculino houve aumento da prevalência nos anos de 2013(3,9%) e 2014(4,5%). Ao comparar a prevalência de baixo peso dos adultos do estado do Paraná com a média brasileira, é possível observar que a tendência de diminuição do estado acompanha a tendência nacional, embora as prevalências do estado do Paraná (Gráfico 5.2.41) sejam menores que as observadas âmbito nacional pelo SISVAN (Masculino {2008:3,5;2018:1,9}, Feminino {2008:5,8%; 2018:2,5%}).

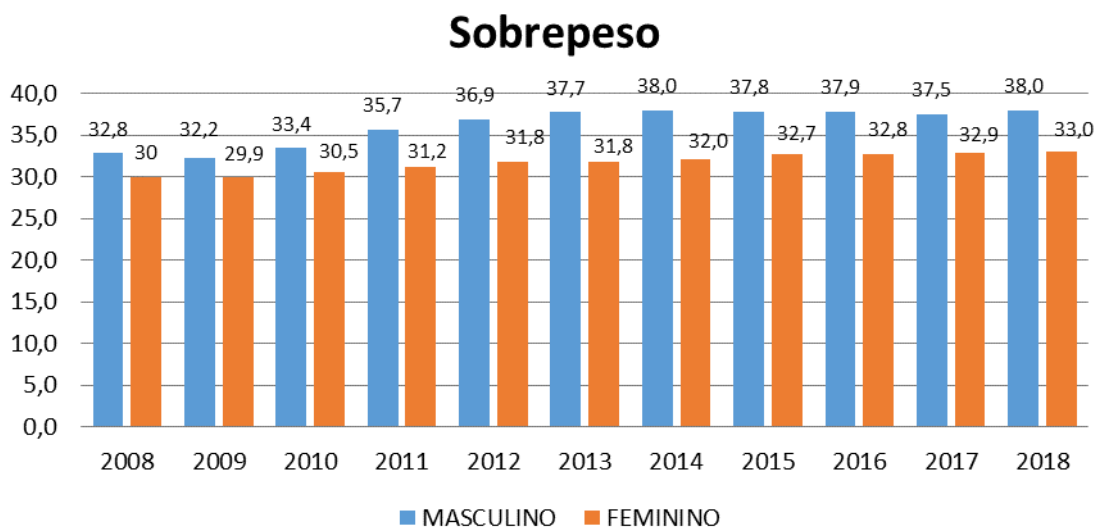
Gráfico 5.2.41 Prevalência de Baixo Peso entre adultos, no estado do Paraná, segundo o sexo, 2019.



Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

Para a situação de Sobrepeso (Gráfico 5.2.42) é possível observar leve aumento nos valores de prevalência para o período estudado, para ambos os sexos (Feminino{2008:34,6%; 2018:36,4%}, Masculino{2008: 30,2%; 2018: 32,5%}).

Gráfico 5.2.42 Prevalência de Sobrepeso entre adultos, no estado do Paraná, segundo os sexos, 2019.

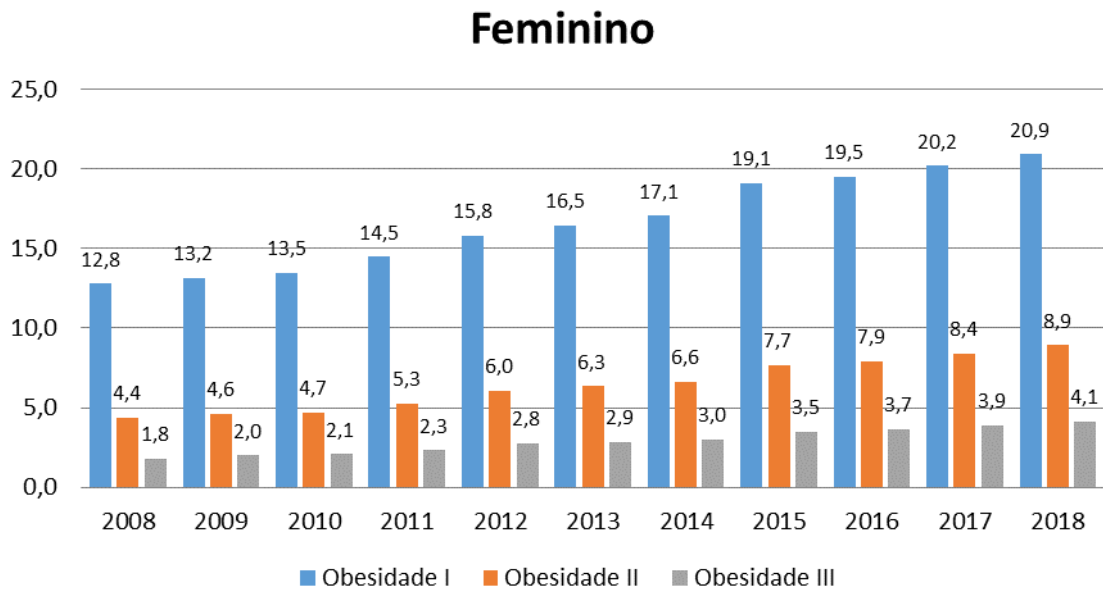


Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

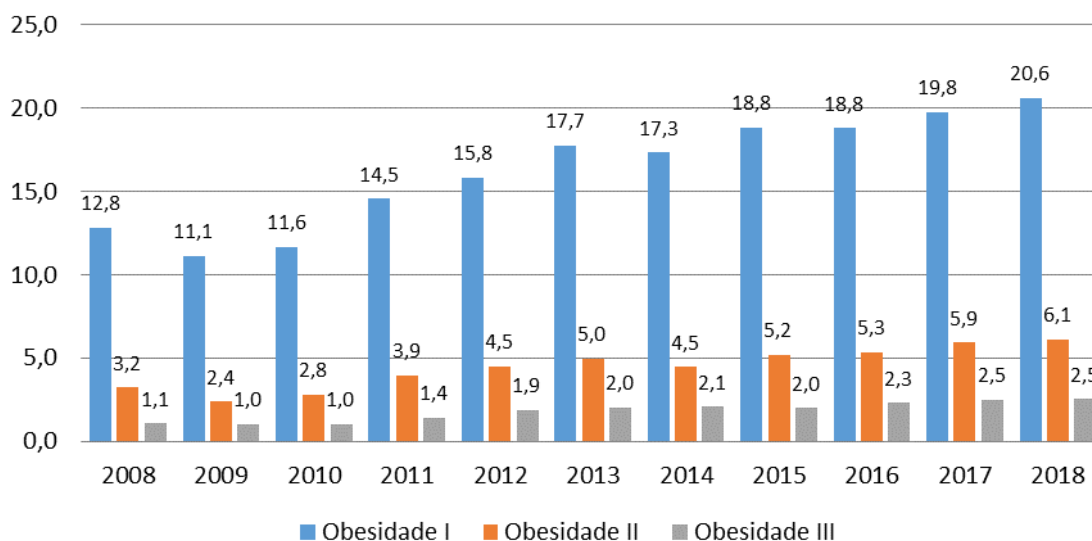
A tendência de aumento da prevalência de obesidade (graus I,II e III), em ambos os sexos, podem ser verificadas no Gráfico 5.2.43. Destaca-se que as mulheres do estado do Paraná apresentam maior prevalência de obesidade, quando comparadas ao sexo masculino (Feminino {2008:19,0%; 2018:34,0%}, Masculino{2008: 17%; 2018: 29%}).

O estado nutricional de Obesidade Grave destaca-se entre as mulheres com o aumento crescente entre ambos os sexos e com a prevalência de 4,1% entre as mulheres, no ano de 2018.

Gráfico 5.2.43 Prevalência de Obesidade entre adultos, no estado do Paraná, em ambos os sexos, 2019.



Masculino



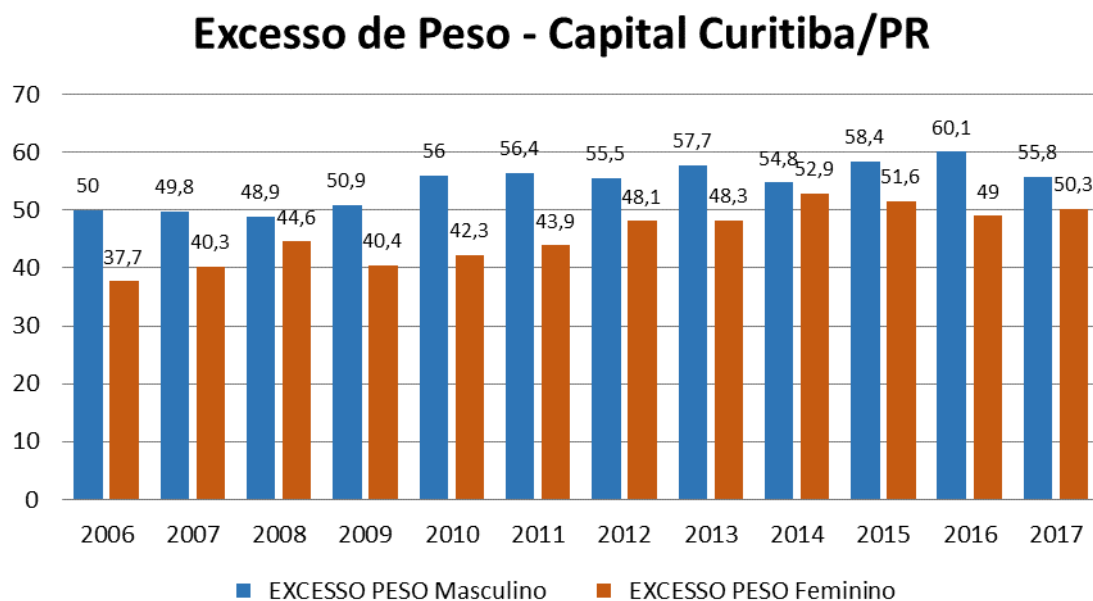
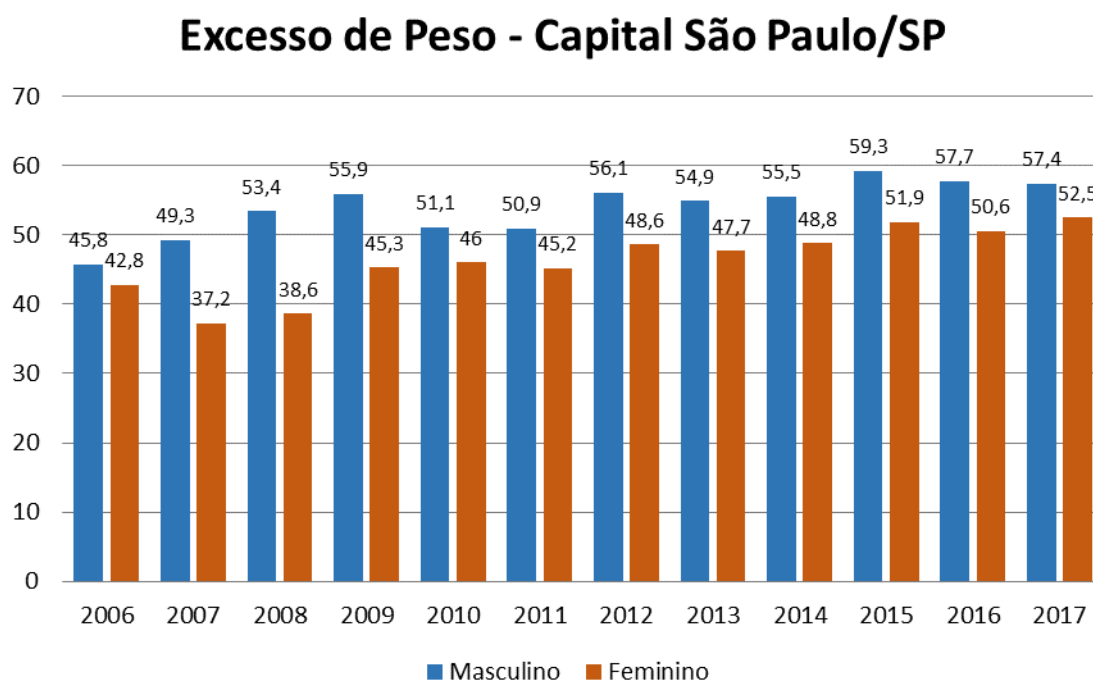
Fonte: Relatórios Públicos, SISVAN 2008-2018.

VIGITEL

O relatório público do VIGITEL, sistematizado anualmente com informações referidas por inquérito telefônico, apresentam informações sobre o estado nutricional da população brasileira. Vale a pena destacar: a informação de peso e altura para o cálculo do indicador Índice de Massa Corporal é referido pelo entrevistado; as entrevistas são realizadas apenas com adultos maiores de 20 anos; as entrevistas acontecem apenas nas capitais dos estados brasileiros. Nos relatórios não há apresentação de informações sobre o estado nutricional de baixo peso, desta maneira essa análise não apresentará informações referentes a crianças e adolescentes, bem como informações de déficit de peso/idade, magreza e baixo peso.

O estado Nutricional de Excesso de Peso sofre aumento no período de 2006 a 2017 (Gráfico 5.2.44), para ambos os sexos e nas duas capitais avaliadas. Na capital São Paulo o sexo masculino (2006-45,8%; 2017-57,4%) apresenta prevalência de excesso de peso maior que o sexo feminino (2006-42,8%; 2017-52,5%). Na capital Curitiba, o excesso de peso entre o sexo masculino (2006-50%; 2017-55,8%) também foi maior que o excesso entre o sexo feminino (2006-37,7%; 2017-50,3%)

Gráfico 5.2.44 Prevalência de Excesso de Peso entre adultos da capital paulista e capital paranaense, segundo o sexo, 2019.

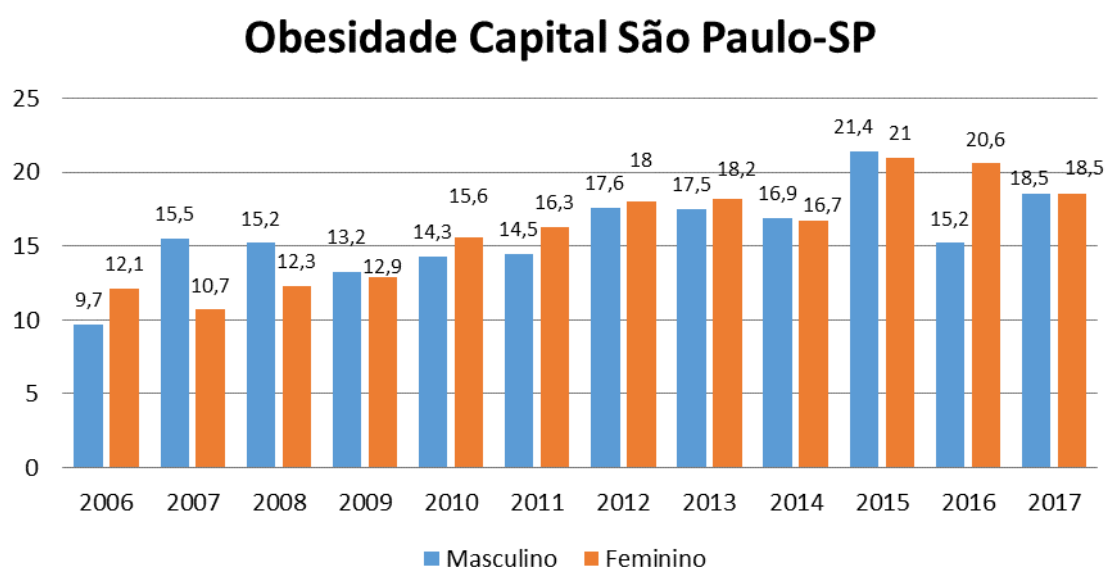


Fonte: Relatórios Públicos, VIGITEL, 2006-2017.

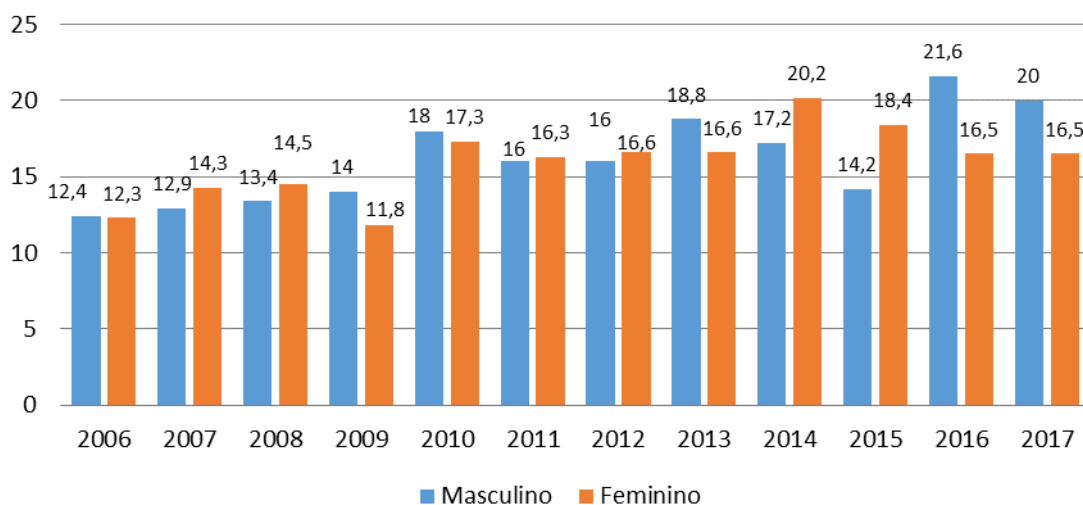
Ao avaliar os valores de prevalência de obesidade em ambos os sexos, nas duas capitais (Gráfico 5.2.45), não é possível visualizar a mesma tendência de

aumento, como já apontadas por inquéritos domiciliares e SISVAN. No período estudado a capital São Paulo apresentou aumento de obesidade entre o sexo masculino (2006-9,7%; 2017-18,5%) e feminino (2006-12,1%- 2017-18,5%). Já na capital Curitiba, também houve aumento de obesidade entre o sexo masculino (2006-12,4%; 2017-20%) e feminino (2006-12,3%- 2017-16,5%). Apesar da diminuição do período, há mais oscilações de valores de prevalência quando comparados às pesquisas de inquérito domiciliar e SISVAN

Gráfico 5.2.45 Estado Nutricional de Obesidade entre adultos, ambos os sexos, no período de 2006-2017, nas Capitais São Paulo / SP e Curitiba/PR. 2019.



Obesidade Capital Curitiba -PR



Fonte: Relatórios Públicos, VIGITEL, 2006-2017.

Considerações Dimensão 4

Os dados de estado nutricional trazidos pelas pesquisas de inquérito domiciliar, historicamente coordenados pelo IBGE ou demais Institutos, são as pesquisas cujo rigor metodológico exclui qualquer questionamento. São as informações mais fiéis à realidade brasileira, garantida por importante trabalho amostral e posterior análise estatística. Essas pesquisas (POF, PNS), tem sido realizadas com períodos cada vez maiores e pairam sobre elas o questionamento sobre orçamento para sua realização. A Pesquisa de Orçamento Familiar mais recente (2017/2018) não realizou o questionário de antropometria, ficando sobre responsabilidade apenas da Pesquisa Nacional de Saúde realizar o levantamento de Peso e Altura da população brasileira. Outra questão importante é sobre a desagregação dos dados, que para a garantia da representatividade, não permite visualizar a informação de estados e municípios. Desta forma, para o monitoramento dos Planos de SAN, as informações oferecidas pelos relatórios das Pesquisas da POF e PNS essas devem ser utilizadas para compreensão do estado nutricional da população brasileira. Estados e municípios possuem como desafio acompanhar o estado nutricional de sua população, através de duas fontes: SISVAN ou VIGITEL.

Ponderações precisam ser realizadas a cerca do VIGITEL: as entrevistas telefônicas são realizadas apenas nas capitais dos estados, representando então a

realidade de um município. Não há base amostral nos demais municípios do estado. Monitorar um plano de SAN com essa fonte de informação pode acarretar no equívoco de retrato apenas da capital do estado.

Em relação ao SISVAN, historicamente há o problema de baixa cobertura de registro dessas informações no sistema de AB. Com a unificação do SISVAN WEB, com o sistema de gestão do Bolsa Família (DATASUS) e o e-SUS- AB, houve melhora da cobertura, segundo alguns autores (NASCIMENTO et al., 2017). Há ainda uma relação direta entre o avanço da ESF, como estratégia da AB, e a melhora de cobertura do SISVAN (NASCIMENTO et al., 2017). Esse sistema de informação retrata processo de trabalho das equipes e as ações de saúde voltadas para a população, realizadas pelos profissionais de saúde da Atenção Básica. Na prática, uma equipe de saúde cujo processo de trabalho não está em total organização, não registra seus dados de antropometria no sistema, o que ocasiona a baixa cobertura da fonte de informação. Lentamente ele ganha escopo, a medida que as equipes qualificam seus processos de trabalho. Vale lembrar que é a única fonte de informação que permite aplicar filtros para: estados, municípios, idade, cor, escolaridade e diferentes graus de obesidade.

BIBLIOGRAFIA Dimensão 4

BRASIL. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN [internet]. Disponível em: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006**. Brasília: MS; 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). **Pesquisa Nacional de sobre Saúde e Nutrição**. Brasília: MS; 1990

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.** – Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 61

p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em:
http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_sisvan.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde:** Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p. : il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde). Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015.** IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 132 p. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>

BRASIL. VIGITEL. **Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_vigitel_2006_marco_2007.pdf

BRASIL. VIGITEL. **Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2007. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_risco_doencas_inquerito_telefonico_2007.pdf

BRASIL. VIGITEL. **Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2008. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2008.pdf

BRASIL. VIGITEL. **Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2009.pdf

BRASIL. VIGITEL. **Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_2010.pdf

BRASIL. VIGITEL. **Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2011. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2011_fatores_risco_doencas_cronicas.pdf

BRASIL. **VIGITEL. Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2012_vigilancia_risco.pdf

BRASIL. **VIGITEL. Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2013.pdf

BRASIL. **VIGITEL. Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2013.pdf

BRASIL. **VIGITEL. Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://www.ans.gov.br/images/stories/Materiais_para_pesquisa/Materiais_por_assunto/2015_vigitel.pdf

BRASIL. **VIGITEL. Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/02/vigitel-brasil-2016.pdf>

BRASIL. **VIGITEL. Vigilância De Fatores De Risco E Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2017_vigilancia_fatores_riscos.pdf

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF.** Dados preliminares. Consumo alimentar, antropometria. Rio de Janeiro: IBGE; 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde, 2013.** Rio de Janeiro: IBGE; 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987-1988: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos.** Rio de Janeiro: IBGE; 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos.** Rio de Janeiro: IBGE; 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE; 204.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamento Familiares 208-2009: Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE; 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2009**. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012**. Rio de Janeiro: IBGE; 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV, 1996-1997**. Rio de Janeiro: IBGE; 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), 1996**. Rio de Janeiro: IBGE; 1996.

NASCIMENTO, F.A.; SILVA, S.A., JAIME, P.C. Cobertura da avaliação do estado nutricional no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional brasileiro: 2008 a 2013. **Cad. Saúde Pública** [Internet]. v. 33, n.12, e00161516, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001205010&lng=en.

VASCONCELLOS, M.T.L.; SILVA, P.L.N.; SZKLO, M.; KUSCHNIR, M.C.C.; KLEIN, C.H.; ABREU, G.A.; BARUFALDI, L.A.; BLOCH, K.V. Desenho da amostra do Estudo do Risco Cardiovascular em Adolescentes (ERICA). **Cad. Saúde Pública**, v. 31, n. 15, p. 921-930, 2015.

WHO. World Health Organization. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva, Switzerland: WHO, 1995. (WHO Technical Report Series, n. 854).

WHO. World Health Organization. **WHO Child Growth Standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age. Methods and development**. WHO (nonserial publication). Geneva, Switzerland: WHO, 2006.

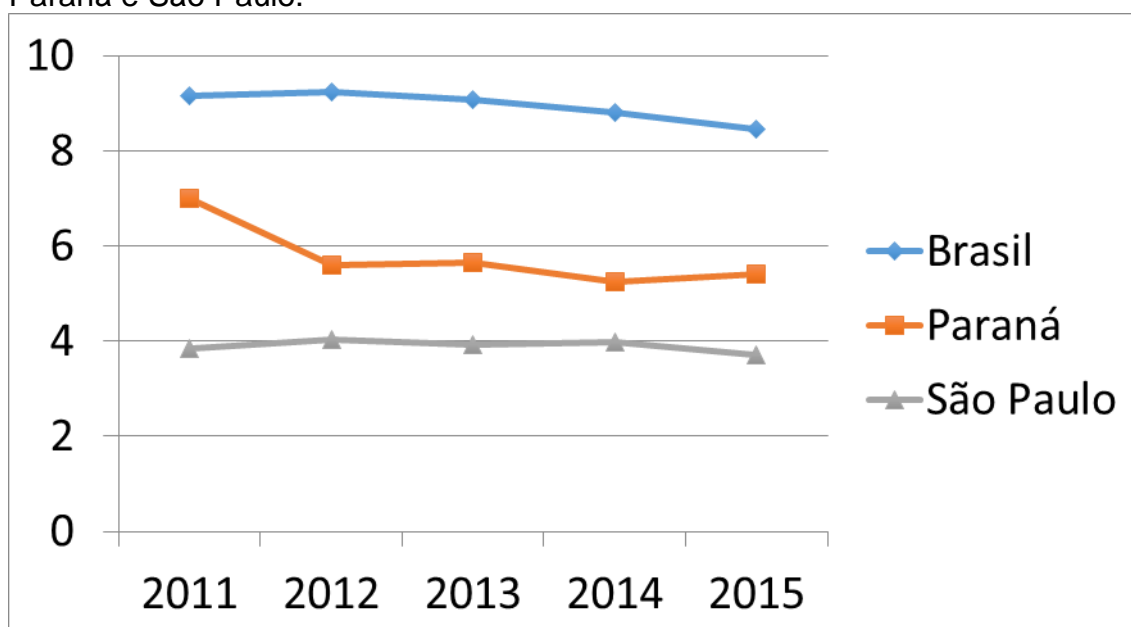
DIMENSÃO 5 – Educação

Considera-se a situação do Brasil como um todo e dos estados do Paraná e São Paulo, para os quais serão apresentados indicadores de escolaridade de suas respectivas populações.

Nível de Escolaridade - Analfabetismo

O Gráfico 5.2.17 mostra que o nível de analfabetismo no Brasil é maior que no Paraná que é maior que o de São Paulo. Nos três territórios, aparentemente, há uma tendência de queda no nível de analfabetismo ao longo dos anos;

Gráfico 5.2.17 Taxa de Analfabetismo em pessoas maiores de 18 anos, Brasil, Paraná e São Paulo.



Fonte: IBGE (2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

A Tabela 5.2.9 mostra que os índices de analfabetismo, nos três territórios considerados, aumentam com a idade das pessoas. Entre os jovens com 18 e 19 anos, a taxa de analfabetismo é menor do que 1,0% e nas pessoas com mais de 60 anos, esta taxa é maior do que 10%. Tal diferença indica que nos anos mais recentes, no Brasil e em seus estados, vêm se conseguido atender praticamente toda a população infantil e de jovens com a alfabetização básica

Tabela 5.2.9 Taxa de Analfabetismo em pessoas de diferentes faixas etárias, Brasil, Paraná e São Paulo, 2015.

Faixa Etária	Brasil	Paraná	São Paulo
18 ou 19 anos	0,9	0,3	0,3
20 a 24 anos	1,3	0,6	0,5
25 a 29 anos	1,9	0,5	0,7
30 a 39 anos	4,0	1,2	1,2
40 a 49 anos	7,0	3,8	2,5
50 a 59 anos	10,1	5,5	3,5
60 anos ou mais	22,3	17,5	11,5
Total	8,5	5,4	3,7

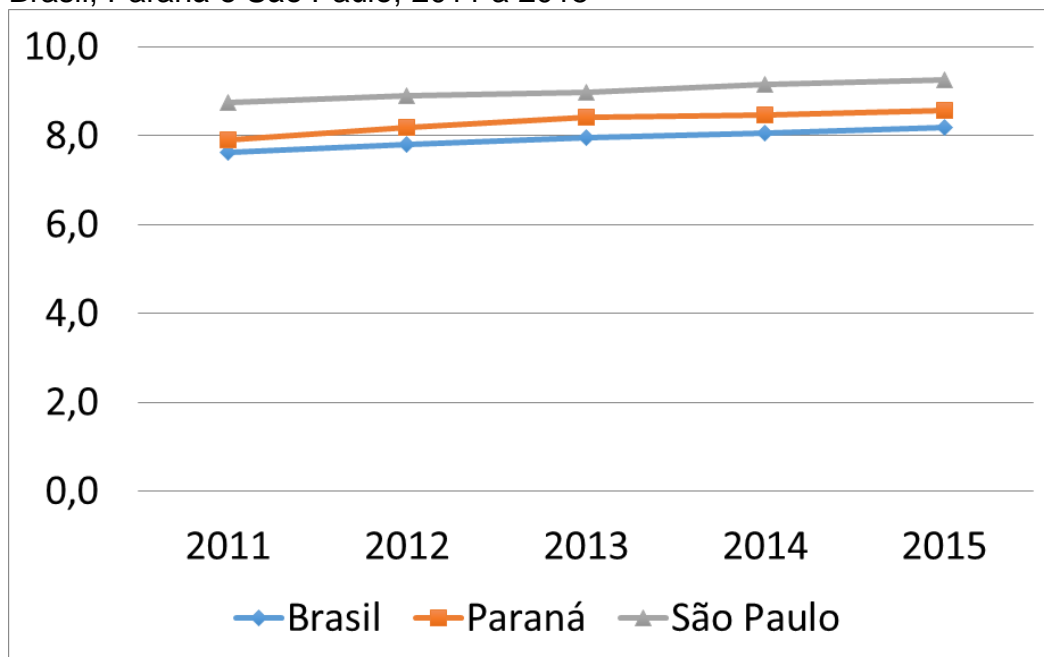
Fonte: IBGE (2015).

Nível de Escolaridade – Anos de Estudo

Calculou-se a escolaridade média, ponderada pelo número de pessoas em cada faixa de escolaridade, da população dos três territórios considerados. Seus resultados aparecem no Gráfico 5.2.18.

São Paulo apresenta uma escolaridade média maior que a do Paraná, que é maior que a do Brasil. Em 2015, a escolaridade média em São Paulo estava acima de 9 anos de estudo formal. No Paraná era de 8,6 e no Brasil de 8,2 anos. Nos três territórios a escolaridade média cresceu entre 2011 e 2015.

Gráfico 5.2.18 Escolaridade média da população, em anos de estudo, Brasil, Paraná e São Paulo, 2011 a 2015



Fonte: IBGE (2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

População Estudantil por Nível de Ensino

As Tabelas 5.2.10, 5.2.11 e 5.2.12 foram construídas sem considerar as pessoas matriculadas em escolas de alfabetização de jovens e adultos. Englobam os matriculados em escolas públicas e particulares;

Observa-se na Tabela 5.2.10 que o total de pessoas matriculadas em creche e escola no Brasil apresentou leve tendência de queda, de 2011 a 2015, fato provavelmente associado ao envelhecimento e diminuição da importância dos mais jovens na população brasileira. Nos ensinos Pré-Escolar e Fundamental, mais próximo de atender toda a população elegível, o número de alunos decresceu de forma significativa. Pelo contrário, na Creche e Ensino Superior, o número de alunos cresceu consideravelmente, pois nestes níveis o atendimento está distante de ser universal. O Ensino Médio apresentou situação intermediária, com seu número de matriculados se mantendo praticamente estável.

Tabela 5.2.10 Pessoas em creche ou escola, por nível de ensino, mil pessoas, Brasil, 2011 a 2015

Ano	Total		Creche		Pré-Escola	
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice
2011	55.670	100	2.839	100	4.789	100
2012	54.970	99	3.501	123	3.969	83
2013	55.902	100	3.834	135	4.052	85
2014	55.144	99	4.107	145	3.844	80
2015	54.730	98	3.671	129	4.196	88
Ano	Fundamental		Médio		Superior	
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice
2011	32.017	100	9.379	100	6.646	100
2012	31.313	98	9.411	100	6.776	102
2013	31.225	98	9.523	102	7.267	109
2014	30.076	94	9.466	101	7.652	115
2015	29.728	93	9.459	101	7.677	116

Fonte: IBGE (2011, 2012, 2013, 2014, 2015)

Percebe-se pela Tabela 5.2.11, que no Paraná, distinguindo-se da situação brasileira, tem-se crescimento mais expressivo dos matriculados em Creche, queda nos matriculados no Ensino Médio e leve crescimento dos matriculados em Ensino Superior;

Por sua vez, a Tabela 5.2.12, mostra que o número de alunos matriculado no estado de São Paulo apresentou leve crescimento, puxado pela elevação do número de jovens no Ensino Médio e Ensino Superior e de crianças em Creche. Neste caso, o aumento foi o mais elevado entre os níveis de ensino considerados. Já no Ensino Pré-Escolar e Fundamental a tendência parece ter sido de queda no número de alunos matriculados, entre 2011 e 2015.

Tabela 5.2.11 Pessoas em creche ou escola, por nível de ensino, mil pessoas, Paraná, 2011 a 2015.

Ano	Total		Creche		Pré-Escola	
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice
2011	2.903	100	176	100	155	100
2012	2.826	97	218	124	132	85
2013	2.894	100	258	147	154	99
2014	2.892	100	262	149	142	91
2015	2.830	97	242	138	143	92
Ano	Fundamental		Médio		Superior	
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice
2011	1.582	100	554	100	435	100
2012	1.542	97	520	94	413	95
2013	1.524	96	507	91	451	104
2014	1.532	97	496	89	459	105
2015	1.499	95	500	90	445	102

Fonte: IBGE (2011, 2012, 2013, 2014, 2015)

Tabela 5.2.12 Pessoas em creche ou escola, por nível de ensino, mil pessoas, São Paulo, 2011 a 2015.

Ano	Total		Creche		Pré-Escola	
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice
2011	10.863	100	771	100	861	100
2012	10.805	99	897	116	705	82
2013	11.109	102	1.032	134	751	87
2014	11.187	103	1.112	144	731	85
2015	11.065	102	1.045	135	872	101
Ano	Fundamental		Médio		Superior	
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice
2011	5.817	100	1.881	100	1.531	100
2012	5.700	98	1.904	101	1.599	104
2013	5.695	98	1.988	106	1.643	107
2014	5.464	94	2.031	108	1.849	121
2015	5.303	91	2.103	112	1.742	114

Fonte: IBGE (2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Bibliografia Dimensão 5

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE. Diversos Números

DIMENSÃO 6 – Programas e Ações Relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional

Optou-se por comentar informações do **Programa Bolsa Família**, relacionado mais diretamente com as dimensões dois e três. Bem como tratar de três programas direcionados à agricultura familiar, que se relacionam à produção agropecuária, mas também à renda dos agricultores e acesso à alimentação por famílias em insegurança alimentar e nutricional: **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)** e **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**;

Existem vários outros programas federais relacionados à SAN, que não serão aqui abordados. É possível também que nos estados e municípios existam programas específicos que tratem de SAN, cujo acompanhamento deve ser incorporado na execução dos planos locais de SAN.

Programa Bolsa Família

Conforme informa o Ministério da Cidadania (BRASIL, 2019a), o Programa Bolsa Família foi criado em 2003, a partir da junção e ampliação de outros programas de transferência de renda do Governo Federal. Está previsto na Lei Federal 10.836, de 9/1/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209, de 17/9/2004;

O Programa funciona transferindo renda para as famílias em pobreza ou extrema pobreza e exige que se cumpram condicionalidades, ligadas à educação, saúde e assistência social;

As famílias em extrema pobreza têm direito a um benefício básico de R\$ 89,00/mês. Elas e as famílias em pobreza podem receber até cinco benefícios variáveis nas seguintes modalidades: Benefício Variável Vinculado à Criança ou Adolescente de 0 a 15 anos, Benefício Variável Vinculado à Gestante, Benefício

Variável Vinculado à Nutriz, Benefício Variável Vinculado ao Adolescente e Benefício para Superação da Extrema Pobreza. Os três primeiros têm valor de R\$ 41,00/mês, o quarto de R\$ 48,00/mês e o quinto é variável e permite que a família beneficiada ultrapasse a renda per capita de R\$ 89,00/mês.

A Tabela 5.2.13 traz informações sobre a execução do Bolsa Família no Brasil, Paraná e São Paulo.

Tabela 5.2.13 Famílias beneficiadas, em mil pessoas, e renda recebida, em milhões de reais, pelo Programa Bolsa Família, Brasil, Paraná e São Paulo, 2004 a 2018.

Ano	Brasil		Paraná		São Paulo	
	Famílias	Valor	Famílias	Valor	Famílias	Valor
2004	6.572	3.791,79	309	137,03	657	305,76
2005	8.700	5.691,67	447	241,78	864	522,33
2006	10.966	7.524,66	452	289,35	1.114	673,24
2007	10.956	5.656,02	411	308,82	1.085	793,16
2008	10.558	10.606,50	367	332,73	975	910,88
2009	12.371	12.454,70	482	404,95	1.138	1.055,78
2010	12.778	14.372,70	467	466,01	1.175	1.145,28
2011	13.361	17.364,28	445	550,94	1.216	1.493,75
2012	13.902	21.156,74	450	634,77	1.254	1.785,15
2013	14.086	24.890,11	430	677,02	1.367	2.103,54
2014	14.003	27.187,30	407	697,13	1.327	2.334,97
2015	13.937	27.650,30	400	684,08	1.455	2.500,83
2016	13.570	28.506,19	371	680,98	1.467	2.682,41
2017	13.829	29.046,11	370	654,54	1.535	2.806,39
2018	14.143	30.625,64	379	698,13	1.577	3.047,82

Fonte: Brasil - Ministério da Cidadania (2019).

No Brasil observa-se que o número de famílias beneficiadas mais do que dobrou no período 2004 a 2018. Houve expressivo crescimento também do valor monetário transferido, embora neste caso deva-se considerar que os valores não foram corrigidos pela inflação.

Chama a atenção no estado do Paraná que, após um período de crescimento entre 2004 e 2009, o número de famílias atendidas tendeu a diminuir até 2018.

Por sua vez, no estado de São Paulo, o número de famílias atendidas apresentou uma tendência de crescimento em todo o período, mais do que dobrando, entre 2004 e 2018.

Uma informação adicional é que o valor médio recebido mensalmente por família em 2018 foi de R\$ 188,46 no Brasil, R\$ 161,76 no Paraná e R\$ 168,46 em São Paulo.

Programas para Agricultura Familiar

São três os programas que serão aqui tratados, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

O primeiro é um programa de crédito rural destinado exclusivamente aos agricultores familiares, com taxas de juros mais baixa do que para outros agricultores;

Os outros dois são destinados à compra pública ou institucional de produtos alimentícios dos agricultores familiares, para que sejam usados em programas públicos de enfrentamento de situações de insegurança alimentar e nutricional de parcelas da população. Os agricultores contemplados deparam-se com burocracia mais simples para venda de seus produtos em relação aos programas tradicionais de preço mínimo e preços mais altos do que recebem nos mercados convencionais.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

O PRONAF foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28/6/21996, com intenção de financiar projetos individuais ou coletivos para custeio e investimento da agricultura familiar, com as mais baixas taxas de juros do mercado financeiro de crédito rural (BRASIL, 2015);

Atualmente, o PRONAF está vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e, a cada ano, o Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado normalmente no mês de junho, realiza ajustes nas linhas de crédito para custeio e investimento e nas taxas de juros a serem aplicadas. O limite de renda para fins de enquadramento e a criação de linhas especiais de financiamento também compõe o Plano Safra;

O Quadro 5.2.2 apresenta as linhas do PRONAF que estavam em vigor na safra 2017/2018. Evidencia-se uma das características do Programa, a de procurar atender agricultores em diversas condições.

Quadro 5.2.2 Linhas do PRONAF existentes na safra 2017/2018.

Grupos/Linhas	Público-Alvo
Pronaf Grupo A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
Pronaf Grupo A/C	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
Pronaf Grupo B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf.
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V (Renda Variável).
Pronaf Mais Alimentos	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) no Grupo V (Renda Variável)
Pronaf Agroindústria	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.
Pronaf Jovem	Jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) que atendam as condições previstas no MCR-10-10.
Pronaf Industrialização Agroindústria Familiar	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.
Pronaf Semiárido	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).
Pronaf Custeio	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos B e Grupo V (Renda Variável).
Pronaf Agroecologia	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).
Pronaf Floresta	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).
Pronaf Eco	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).
Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com renda bruta anual de até R\$ 20.000,00 e que não tenha contraído financiamento do Pronaf Grupo A.
Fonte:	

A Tabela 5.2.14 traz a evolução do número de contratos do PRONAF entre 1999 e 2018. No Brasil, no biênio 2005/06 foram assinados mais de 1,7 milhão de contratos, mais do que o dobro do período 1999/2000. Até 2013/14, o número de contratos manteve um alto patamar, para depois se reduzir nos dois últimos biênios.

Ao se comparar Paraná e São Paulo, chama a atenção que os agricultores familiares do primeiro acessam bem mais os créditos do PRONAF do que os do segundo.

Por já ser relativamente alto no início, o número de contratos no Paraná cresceu relativamente pouco, atingindo o máximo em 2013/14. No biênio 2017/18, este número se mostrava levemente inferior ao de 1999/2000.

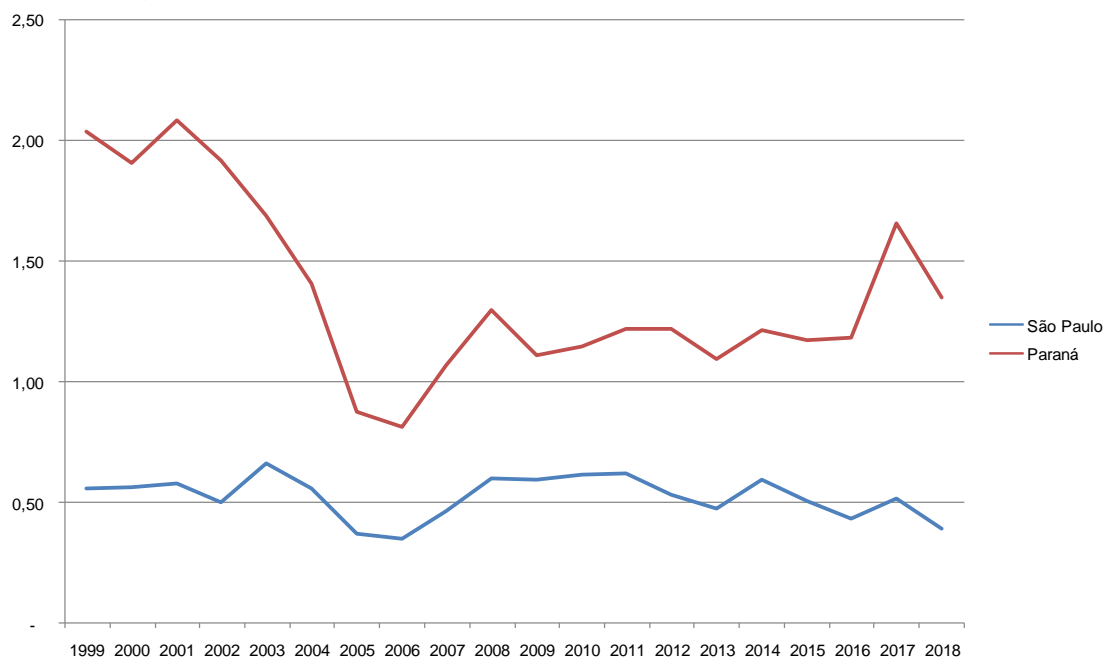
Em São Paulo, o número de contratos do PRONAF chegou a dobrar, atingindo o maior valor no biênio 2013/14. Em 2017/18 ele mostrava-se levemente superior ao valor de 1999/2000.

Tabela 5.2.14 Número de contratos do PRONAF, médias bienais, Brasil, Paraná, São Paulo, 1999 a 2018.

Biênio	Brasil		Paraná		São Paulo	
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice
1999/2000	866.862	100,00	118.344,00	100,00	16.843,50	100,00
2001/02	827.774	95,49	114.878,50	97,07	15.474,00	91,87
2003/04	1.198.588	138,27	126.969,00	107,29	25.015,50	148,52
2005/06	1.752.818	202,20	139.477,50	117,86	29.600,00	175,74
2007/08	1.748.269	201,68	141.923,50	119,92	31.835,00	189,00
2009/10	1.651.826	190,55	129.236,00	109,20	34.652,00	205,73
2011/12	1.682.091	194,04	142.160,00	120,12	33.378,50	198,17
2013/14	1.959.634	226,06	156.408,00	132,16	35.932,00	213,33
2015/16	1.657.434	191,20	135.373,50	114,39	26.951,50	160,01
2017/18	1.111.003	128,16	115.131,50	97,29	17.338,00	102,94

Fonte: BACEN

Gráfico 5.2.19 Relação entre participação porcentual nos contratos do PRONAF e no número de agricultores familiares, Paraná, São Paulo, 1999 a 2018.



Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Em 2003, no âmbito do Programa Fome Zero (PFZ), institui-se o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), através da Lei 10.696 de 2/7/2003;

O propósito era garantir a compra, por preços mais altos do que os de mercados tradicionais, de produtos alimentícios de agricultores familiares ou

similares (assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais) para destiná-los ao consumo de pessoas em insegurança alimentar e nutricional;

As aquisições passaram a ser operadas sem licitação pública, a preços de mercado, com metodologia definida pelo Grupo Gestor do PAA, órgão responsável pelas diretrizes de operacionalização do Programa;

No Quadro 5.2.3 aparecem as modalidades do PAA atualmente existentes. Uma característica é o baixo valor repassado/ agricultor/ano.

Quadro 5.2.3 Modalidades de Execução do Programa de Aquisição de Alimentos.

Modalidades	Finalidade	Limites/agricultor
Compra com Doação Simultânea	Compra de alimentos diversos e doação simultânea a entidades.	R\$ 6.500,00/ano a R\$ 8.000,00/ano
Compra Direta	Compra de produtos definidos pelo GGPA, com o objetivo de sustentar preços.	R\$ 8.000,00/ano
Formação de Estoques	Apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações de agricultores.	R\$ 8.000,00/ano
Incentivo à produção e consumo de Leite	Aquisição de leite de vaca ou cabra e destinação diretamente a beneficiários ou entidades.	R\$ 4.000,00/ semestre
Compra de sementes	Aquisição de sementes de culturas alimentares.	R\$ 16.000,00/ano
Compras Institucionais	Compra de produtos por diversas organizações públicas, por meio de chamada pública.	R\$ 20.000,00/ano/ órgão comprador

Fonte: MDA (2016)

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Tabela 5.2.15 mostra que os recursos repassados para os agricultores familiares via PAA no Brasil cresceram mais de 7 vezes, entre 2003 e 2012. Nos últimos dois anos, contudo, os volumes repassados foram menores;

No Paraná houve grande crescimento do PAA até 2012 e forte queda nos anos de 2013 e 2014. Já em São Paulo, ainda que com flutuações, o crescimento dos repasses do PAA tendeu a ser contínuo, entre 2003 e 2014;

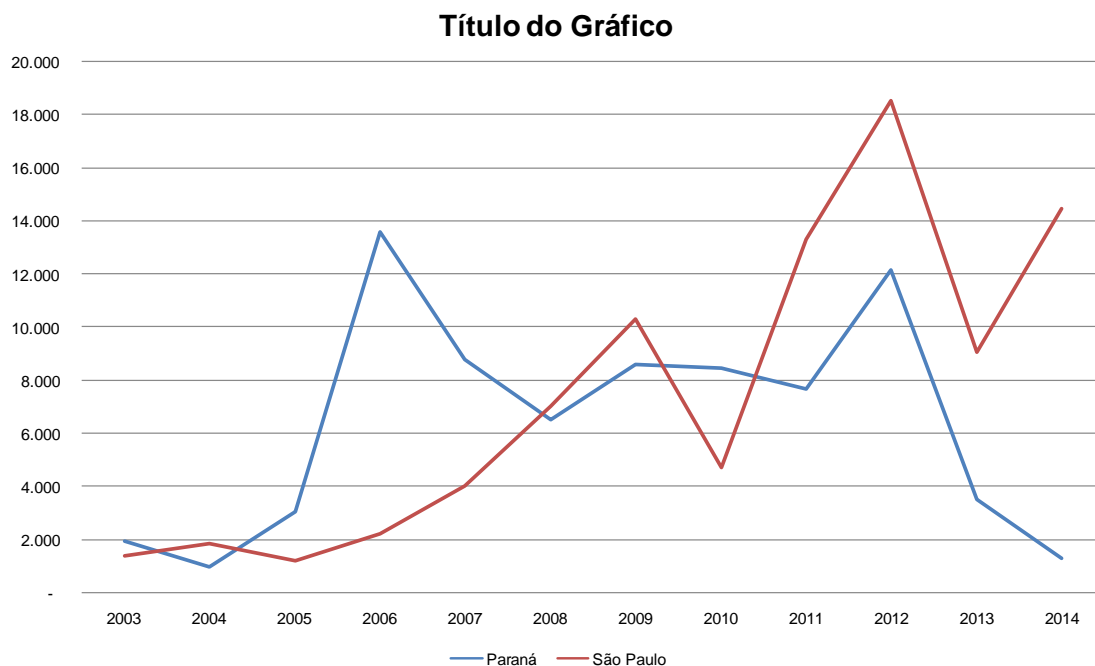
O Gráfico 5.2.20 registra o número de agricultores familiares atendidos pelo PAA. O máximo de agricultores contemplados em São Paulo, pouco acima de 18 mil, foi observado em 2012. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, em São Paulo havia 150.900 agricultores familiares (IBGE, 2009). No Paraná existiam 302.828 agricultores familiares e o máximo que o PAA contemplou esteve pouco abaixo de 14 mil, em 2006. Tais comparações indicam que o PAA muito raramente contemplou mais que 10% dos agricultores de cada estado, na verdade no Paraná jamais passou do atendimento de 5% dos agricultores familiares locais.

Tabela 5.2.15 Execução do PAA, em Reais, Paraná, São Paulo e Brasil, 2003 a 2014.

Ano	Paraná		São Paulo		Brasil	
	ValorR\$	Índice	ValorR\$	Índice	ValorR\$	Índice
2003	4.683.352,33	100,0	3.266.453,80	100,0	81.541.207,29	100,0
2004	1.932.792,74	41,3	4.282.622,40	131,1	107.185.826,34	131,4
2005	5.572.083,75	119,0	2.838.341,10	86,9	86.680.410,88	106,3
2006	27.283.300,00	582,6	6.550.700,00	200,5	200.954.600,00	246,4
2007	23.871.540,00	509,7	13.886.710,00	425,1	228.352.980,00	280,0
2008	19.628.170,00	419,1	24.245.880,00	742,3	272.490.390,00	334,2
2009	35.312.054,00	754,0	39.689.436,00	1.215,1	363.381.941,00	445,6
2010	28.735.182,00	613,6	19.564.404,00	598,9	379.735.466,00	465,7
2011	31.515.602,00	672,9	53.970.299,00	1.652,3	451.036.204,00	553,1
2012	51.872.339,00	1.107,6	74.456.123,00	2.279,4	586.567.131,00	719,4
2013	17.544.592,00	374,6	52.721.374,00	1.614,0	224.517.125,00	275,3
2014	8.902.287,00	190,1	98.651.963,00	3.020,2	338.004.942,00	414,5

Fonte: MDS (2018)

Gráfico 5.2.20 Número de agricultores contemplados pelo PAA, Paraná e São Paulo, 2003 a 2014.



Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Em junho de 2009, foi aprovada a Lei Federal 11.947 (BRASIL, 2009) que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vigente desde 1955, mas que não tinha uma lei geral que abrangesse todas suas ações. Seu Artigo 14 determina que, do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para gastos na alimentação escolar, no mínimo 30% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios oriundos de agricultores familiares ou de suas organizações;

Em termos nutricionais, vários itens da Lei do PNAE propugnam a melhoria da qualidade dos alimentos servidos aos estudantes, em especial com maior uso de produtos *in natura* ou com baixo grau de processamento. O Artigo 14 estimula que estes produtos sejam adquiridos de agricultores familiares;

Para a compra juntos aos agricultores, instituiu-se a Chamada Pública, em substituição aos instrumentos tradicionais de licitação pública. Nesta Chamada, a partir de critérios objetivos, os preços de compra devem ser fixados previamente e os mesmos não devem ser objeto de concorrência entre os agricultores familiares.

Em caso de necessidade, dá-se preferência aos agricultores locais, aos organizados em associações ou cooperativas e pertencentes a grupos especiais, quilombolas, assentados de reforma agrária e outros.

As Tabelas 5.2.16 e 5.2.17 mostram a execução do Artigo 14 em São Paulo e Paraná. Em São Paulo, observa-se que a Secretaria Estadual de Educação praticamente não executou o Artigo 14, com exceção de 2011 e 2015. Por sua vez, o conjunto dos municípios paulistas tendeu a aumentar o gasto com artigo 14, até 2015, quando atingiu 25,78% dos repasses do FNDE. Em 2016 este porcentual caiu.

Tabela 5.2.16 Execução do Artigo 14 do PNAE, em mil Reais, São Paulo, 2011 a 2016.

Ano	Esfera Governo	Repasse FNDE	Gasto Artigo 14	% Artigo 14	Ano	Esfera Governo	Repasse FNDE	Gasto Artigo 14	% Artigo 14
2011	Municípios*	427.257,67	31.756,09	7,43	2014	Municípios*	507.297,87	110.156,62	21,71
	SEESP**	129.133,61	3.195,84	2,47		SEESP**	133.395,19	79,00	0,06
	Total	556.391,28	34.951,93	6,28		Total	640.693,07	110.235,62	17,21
2012	Municípios*	467.016,47	53.254,62	11,40	2015	Municípios*	560.754,09	144.561,36	25,78
	SEESP**	139.328,20	-	0,00		SEESP**	160.699,65	16.972,98	10,56
	Total	606.344,67	53.254,62	8,78		Total	721.453,74	161.534,33	22,39
2013	Municípios*	540.809,08	81.628,57	15,09	2016	Municípios*	586.235,14	103.646,44	17,68
	SEESP**	141.920,04	0,39	0,00		SEESP**	152.248,25	477,43	0,31
	Total	682.729,12	81.628,96	11,96		Total	738.483,39	104.123,87	14,10

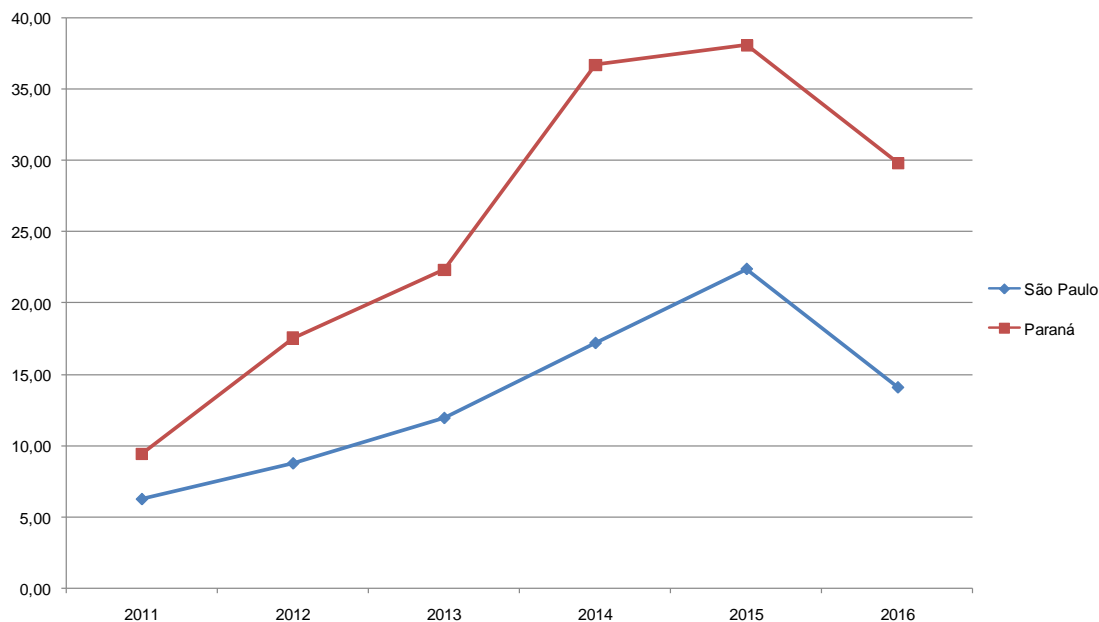
Fonte: FNDE (2018). *Conjunto de municípios paulistas, ** Secretaria Estadual da Educação de São Paulo.

Situação diversa foi observada no Paraná, onde a Secretaria Estadual da Educação apresentou altos percentuais de gastos com agricultores familiares, entre 2013 e 2016, com destaque ao ano de 2014. O conjunto dos municípios paranaenses também apresentou atuação favorável ao Artigo 14, ultrapassando o gasto mínimo de 30%, em 2015 e 2016;

O Gráfico 5.2.21 deixa evidente que no Paraná procurou-se com mais ênfase alcançar o propugnado pelo Artigo 14 do PNAE, o que, muito provavelmente, está relacionado com a maior importância da sua agricultura familiar em relação ao

constatado em São Paulo. Em 2016, em ambos estados o percentual gasto com os produtos da agricultura familiar diminuiu.

Gráfico 5.2.21 Percentual de Gastos com o Artigo 14 do PNAE, estados do Paraná e São Paulo, 2013 a 2016



Considerações Dimensão 6

Esta apresentação está longe de esgotar os programas federais direcionados à melhoria das condições de Segurança Alimentar e Nutricional da população. Além disto, deve-se levar em conta a provável existência de programas próprios, estaduais e municipais;

Sugere-se que os gestores municipais ou estaduais de SAN e os membros de conselhos de SAN sigam esta apresentação como roteiro para análises específicas para municípios e análises de outros programas para estados e municípios. Ao mesmo tempo deve-se procurar manter os dados atualizados;

Além das estatísticas, se possível, deve-se manter contato direto com a população atendida pelos diversos programas de SAN, bem como com os responsáveis pela sua execução local, de forma a levantar informações mais qualitativas que mostrem com mais detalhes a efetividade da ação pública.

Bibliografia Dimensão 6

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa de Aquisição de Alimentos, Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura/>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa Bolsa Família, Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/data-table.php#>>. Acesso em: 03 jan 2019.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar, Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 05 jan 2019.

BRASIL (Ministério da Cidadania - Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Informações). Dados do Bolsa Família. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/data-table.php>. Acesso em 3 de fevereiro de 2019.

BRASIL (Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social). Bolsa Família e Cadastro Único em seu município. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em 12 de setembro de 2019a.

BENATTI, Gabriela Solidario de Souza. Capacidades estatais e políticas públicas: uma análise a partir da experiência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no período de 1996 a 2016. 2018, 195f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GAZOLLA, M. e SCHNEIDER, S. Qual Fortalecimento da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, p. 45-68, 2013.

Mais detalhes podem ser encontrados nos anexos 2, 3 e 4 (www.redesans.com.br/relatorios/).

META 3 - Sistematizar metodologia de apoio aos Estados e municípios na mobilização e organização de agentes da sociedade civil e poder público de diferentes setores envolvidos no fortalecimento do SISAN, incluindo a discussão quanto ao Plano Estadual de SAN no estágio em que se encontra em cada Estado (elaboração, execução, avaliação).

Avaliação da Execução: 100%

A equipe do projeto em colaboração, com as equipes de apoio da CAISAN-PR e do CONSEA-SP, desenvolveu material de apoio para auxílio nas dinâmicas de formação com vistas a orientar o processo de criação de leis de SAN, articulação dos conselhos de SAN, instituição das CAISAN's e construção dos planos de SAN. Trata de um conjunto de cadernos (Figura 5.3.1).



Figura 5.3.1 Capas dos cadernos elaborados (2016 e 2017).

Entre as produções destacam-se os livros produzidos a partir dos trabalhos de conclusão de curso da Especialização em Segurança alimentar e Nutricional e da ressignificação das aulas do curso voltado a população negra, povos, comunidades tradicionais e quilombolas de Matriz Africana (Figura 5.3.2). Para este último foram envolvidos bolsistas da Universidade Internacional da Integração Lusofonia Afro-brasileira para adequar a linguagem do curso aos conteúdos, com oficinas junto aos tutores, que foram voluntários recrutados pelos Agentes Pastorais Negros que idealizaram o curso e receberam apoio do INTERSSAN-UNESP para a realização.



Figura 5.3.2 Livros elaborados a partir de processos de formação, 2018 e 2019.

Outras publicações:

Minutas, Leis e Decretos, 2017

Ficha de avaliação de atividades, 2017

Agricultura Orgânica, Cintra 2019

Brief PNAE para escolas, Lourenzani et al., 2019

Brief PNAE para prefeituras, Lourenzani et al., 2019

Caderno sobre horta educativa, Vanzela et al. 2019

Caderno para conferências de SAN – 2019
Conferências Municipais de SAN - Modelo de Regimento, 2019
Doenças transmitidas por alimentos, Santos et al., 2019
Fitoquímicos e alimentos funcionais, Cintra, 2019
Receitas saudáveis, Santos et al., 2019

Observação: todas as produções de 2019 são referentes à meta 9.

Todas as publicações estão disponibilizadas no site da Rede-SANS na forma de anexo a este relatório (www.redesans.com.br/relatorios/) ou na forma e de produção (www.redesans.com.br/relatorios/).

META 4 - Oferecer 1.200 vagas em cursos de educação à distância para conselheiros e gestores públicos que atuam em SAN, com taxa de evasão inferior a 70%.

Avaliação da Execução: 100%

No Quadro 5.4.1 é mostrado o cronograma para o processo de mobilização e formação, quando se decidiu que as oficinas e cursos EAD seriam iniciados em 2016 e que o foco seria a formação. Como já foi dito, os ciclos de formação foram ajustados às demandas de cada Estado e à disponibilidade da equipe e se estenderam até 2019, considerando mais uma meta (meta 9) e que o estado de São Paulo postergou o segundo ciclo de oficinas de 2018 para 2019, priorizado o plano de SAN. No quadro 5.4.2, encontra-se o planejamento em 2018 para as oficinas realizadas no Paraná. No quadro 5.4.3 temos uma visão geral desse processo de formação.

Quadro 5.4.1 Planejamento 2015.

Anos	Meses												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
2015													
2016													
2017													
	Processo de conferências												
		Sistematização municipal (São Paulo)									planejamento formação		
		Sistematização regional									divulgação		
		sistematização estadual									formação		

Reunião de pesquisadores, março de 2015

Quadro 5.4.2 Planejamento 2018.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
Março																																	
Concluir relatório oficinas																																	
Visita ao PR																																	
Circular relatório, cadernos e cronograma PR																																	
Abril																																	
Oficinas paraicineiros																																	
Irrio/gravação																																	
Mai																																	
Impressão dos cadernos																																	
Oficinas Regionais Paraná																																	
Junho																																	
Oficinas Paraná																																	

Quadro 5.4.3 Oferta de formação em SAN 2015-2019, em São Paulo e Paraná. Convênio UNESP/MDS.

	2015	2016	2017	2018	2019
Interanutri - Agente de SAN					
Desvendando o SISAN					
Oficinas de SAN - Capital-SP					
Oficinas de SAN - SP (Ciclo I)					
Oficinas PR - Planos de SAN					
Oficinas de SAN - PR (Ciclo I)					
Especialização em SAN (EAD)					
Aprofundado conhecimento I (EAD)					
SAN - Matriz Africana (EAD)					
Obesidade com foco na SAN (EAD)					
Oficinas de SAN - PR (Ciclo II)					
Aprofundado conhecimento II (EAD)					
Oficinas de SAN - SP (Ciclo II)					
	Envolvendo recursos de outros convênios				
	Vinculados às metas deste convênio				

No Quadro 5.4.3 é mostrado que parte dos cursos de SAN envolveram recursos de outros convênios. Foram contabilizados neste convênio 2.920 inscrições e 1.251 certificados de curso de extensão, além da parceria na elaboração de todos os cursos ofertados pelo INTERSSAN. Embora os números não constem como metas numéricas, as oficinas realizadas em São Paulo e Paraná envolveram 1.878 participantes no primeiro ciclo (2016 e 2017) e 1.219 participantes no segundo ciclo (2018 e 2019). Ao todo foram envolvidos 6.017 participantes, dos quais 4.348 com direito a certificado de curso ou oficina.

As oficinas regionais foram previstas na meta 4 com o propósito de orientar o uso da plataforma Moodle para os cursos EAD e como estratégia de mobilização para as conferências de SAN. Na oportunidade (final de 2015) esses encontros coincidiriam com os preparativos das Conferências de SAN de 2015, oportunidade em que se pretendia promover a mobilização local para a participação nas conferências. Após as conferências, em 2016, haveria uma segunda rodada de

encontros para encerramento dos cursos online. Esses cursos teriam tutores para apoiar o processo localmente.

As oficinas de formação e mobilização seriam realizadas por especialistas dos estados, num processo integrado, porém independente, com outro recurso (do MDS para os Estados). Mas, como disse Antônio Machado, “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”. A parceria que se pretendia com as Universidades, ocorreu foi com o poder público. Havia se vislumbrado que fosse predominantemente com a sociedade civil, menos envolvidos no processo de gestão da Política de SAN. No entanto, as demandas e parcerias vieram das Comissões Regionais de SAN do Estado de São Paulo e da CAISAN Paraná, esta última, operacionalizada pelos Núcleos Regionais de SAN. As oficinas do Paraná foram planejadas para atender demanda dos gestores da Política de SAN e logo se percebeu que o material de apoio deveria ser um instrumento para auxiliar a implantação da Política de SAN. Como dissemos, num primeiro momento se pensou em ampliar os atores de SAN, a realidade mostrou que era necessário trabalhar com aqueles que já estavam na ativa.

A elaboração dos cadernos foi feita a partir das rotinas de orientação dos técnicos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB-PR) aos municípios. Os técnicos dos Núcleos da SEAB é que criaram condições para a realização das oficinas nas regionais no Paraná, em 2017. Os conselheiros das CORESAN's foram copiados em todas as correspondências de articulação das oficinas e muitos participaram e apoiaram os processos locais. Em São Paulo, em 2016, os técnicos que apoiam o CONSEA-SP é que articularam a realização das oficinas, estando presentes em todas elas.

No Paraná, em 2017, o Ministério Público apoiou o processo das oficinas presencialmente ou por meio de um vídeo gravado especialmente alertando sobre a obrigação do município de fazer cumprir o artigo 6º da constituição, apontando o SISAN como estratégia. O alvo dos convites feitos pelos Núcleos regionais do Paraná, com visitas aos municípios foram os prefeitos e os secretários das principais pastas (agricultura, saúde, educação, desenvolvimento social, entre outras), muitos compareceram pessoalmente, outros mandaram representantes.

OFICINAS EM SÃO PAULO, 2016

As oficinas realizadas em 16 Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS) do estado de São Paulo no ano de 2016 contaram, com 408 participantes (Quadro 5.4.4).

Quadro 5.4.4 Participantes das oficinas realizadas em São Paulo (2016).

CRSANS	Data	n. Participantes
1.Araçatuba	15/03/2017	27
2.Barretos	17/06/2016	30
3.Bauru	22/11/2016	28
4.Baixada Santista	29/06/2016	30
5.Campinas	12/05/2017	25
6.Franca	29/04/2016	20
7.Grande São Paulo	30/06/2016	25
8.Marília	09/11/2016	32
9.Presidente Prudente	14/03/2017	45
10.Registro	01/12/2016	10
11.Ribeirão Preto	28/04/2016	22
12.São Carlos	10/11/2016	22
13.São José dos Campos	23/03/2016	56
14.São José do Rio Preto	23/11/2016	14
15. São Paulo – capital	-	-
16. Sorocaba	06/12/2016	22

Na Capital em 2015 foram realizadas algumas oficinas, as quais não constam nesta relação. Essas oficinas foram feitas em apoio ao processo de construção da Política de SAN na Capital.

Quanto aos participantes das oficinas realizadas junto às CRSANS, constatou-se que a maioria foi proveniente do poder público (Figura 5.4.1).

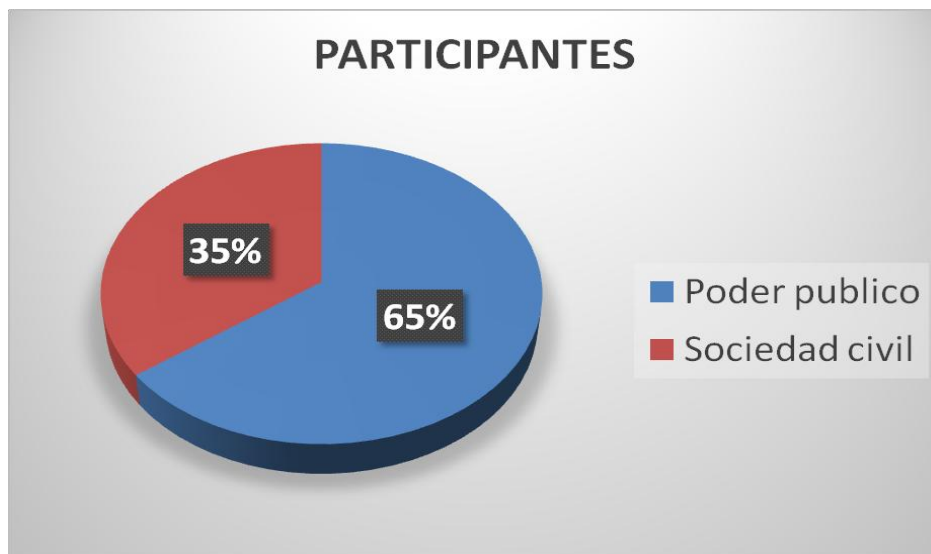


Figura 5.4.1 Proporção de participantes da sociedade civil e poder público das oficinas realizadas em São Paulo (2016).

Conforme já indicado, para apoio às oficinas e também com o propósito de fomentar a multiplicação dessas mesmas, foi elaborado um manual para as oficinas e um conjunto de cadernos organizados conforme o estágio de adesão ao município ao SISAN (Figura 5.3.1). Os cadernos orientam o passo a passo de criação dos componentes do SISAN e adesão ao Sistema. Nas oficinas se buscou mobilizar os presentes para o “passo seguinte”, a depender do estágio de institucionalização da política no município. Depois de problematizar o conceito de SAN e o papel do SISAN e seus componentes, os grupos de trabalho faziam uma discussão, com base na matriz FOFA (Figura 5.4.2), dos pontos fortes (forças e oportunidades) e dos pontos fracos (fraquezas e ameaças) para o fortalecimento do SISAN nos municípios e todos, depois de discutir, saiam com uma proposta de ação (o próximo passo).

Matriz FOFA

	Fatores Internos Controláveis	Fatores Externos Incontroláveis
Pontos Fortes	Força	Oportunidade
Pontos Fracos	Fraqueza	Ameaça

Figura 5.4.2 Matriz FOFA, adotada como estratégia trabalho em grupo nas oficinas.

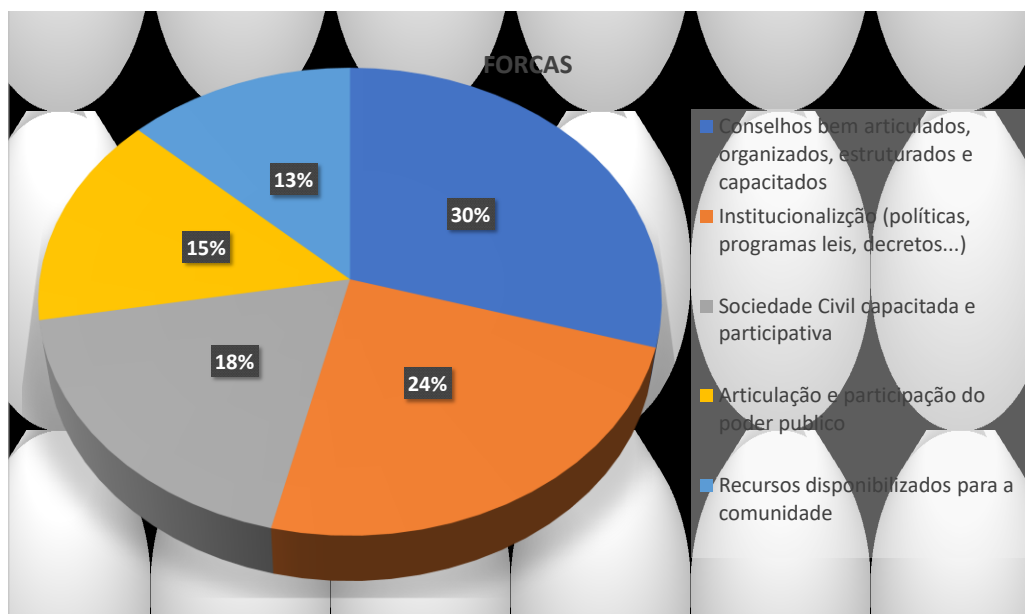


Figura 5.4.3 Sistematização das forças identificadas pelos participantes das oficinas de São Paulo (2016).

Os participantes identificaram que a organização da sociedade civil e a institucionalização do SISAN por meio de marcos legais representam forças, assim como a sociedade civil bem orientada (Figura 5.4.3).

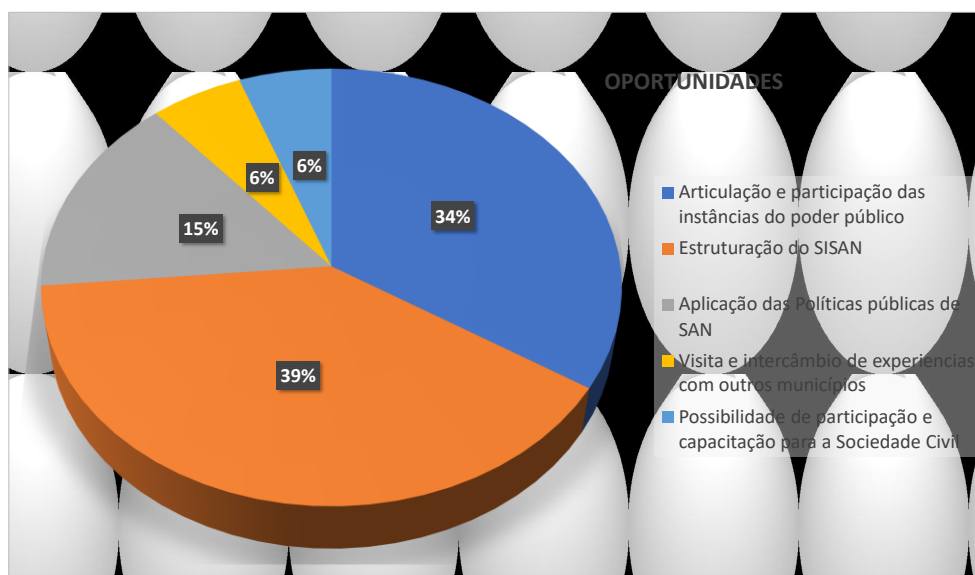


Figura 5.4.4 Sistematização das oportunidades identificadas pelos participantes das oficinas realizadas em São Paulo (2016).

A presença do poder público nas instâncias de discussão apareceu como oportunidade, assim como as ofertas de formação. Essa presença citada refere-se ao poder público estadual presente no Consea-SP. Assim, em São Paulo, a retomada das visitas dos técnicos de assessoramento ao CONSEA-SP às regionais apareceu, em 2016, como oportunidade.

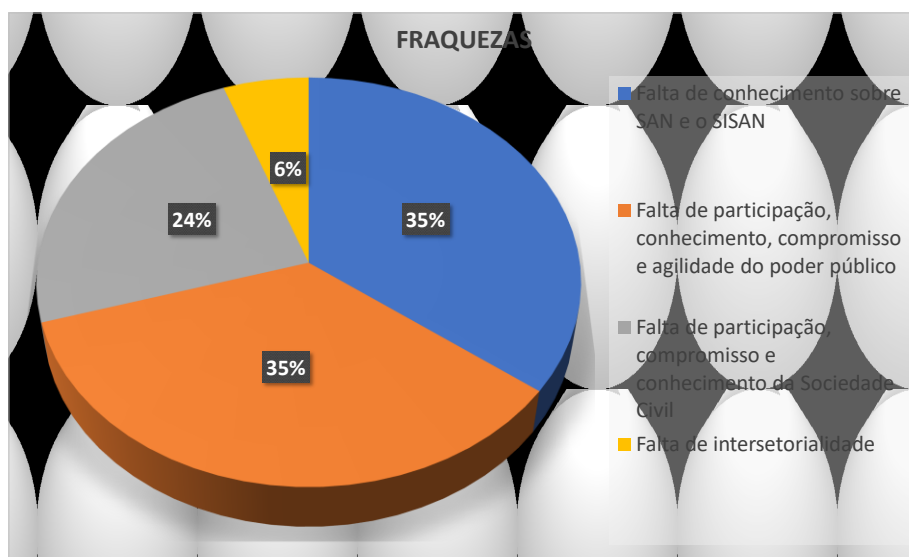


Figura 5.4.5 Sistematização das fraquezas identificadas pelos participantes das oficinas realizadas em São Paulo (2016).

A falta de conhecimento e da presença do poder público e da sociedade civil no processo aparecem como fraqueza, dado que a participação foi considerada baixa. Os presentes se reconheciam como aqueles que tradicionalmente costumam estar presentes. Poucos desconheciam o assunto, embora muitos desconhecêssem a proposta do SISAN. Assim, o SISAN é novo para todos e a falta de integração entre os setores dificulta o seu avanço (Figura 5.4.5). As ameaças seguem na mesma linha, sendo que a falta de integração e participação do poder público e sociedade civil também são vistos como pontos fracos sob os quais não se tem controle. As mudanças no quadro político são vistas como ameaça (Figura 5.4.6).

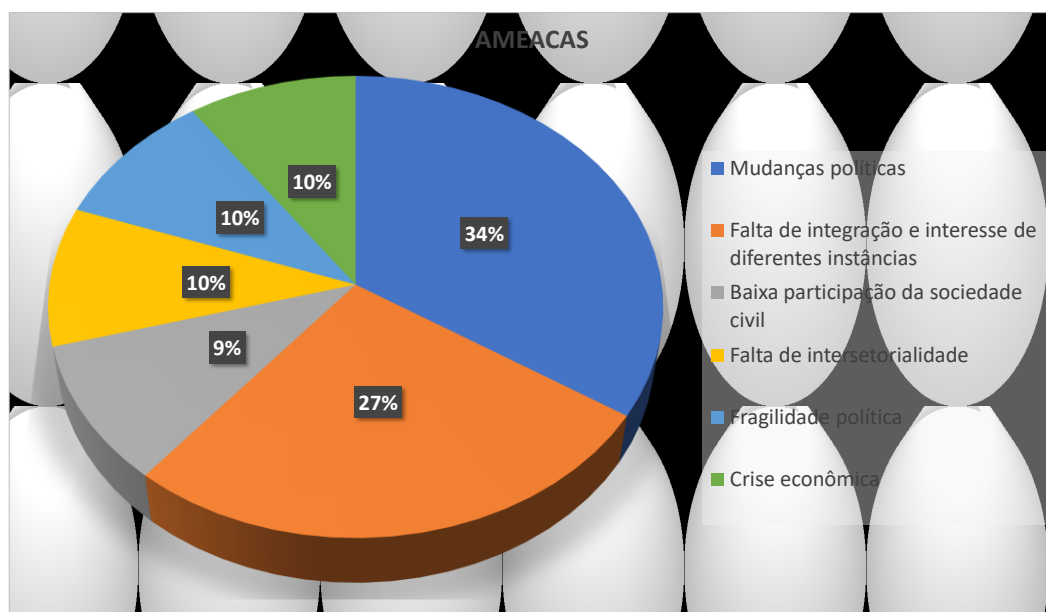


Figura 5.4.6 Sistematização das ameaças identificadas pelos participantes das oficinas realizadas em São Paulo (2016).

Entre os compromissos assumidos pelos presentes nas oficinas de São Paulo, em 2016, a maior parte corresponde aos esforços para a criação dos Conselhos de SAN, Seguida da adesão ao SISAN e planejamento de planos de SAN (Figura 5.4.7). Foi observado que em São Paulo alguns municípios têm planos de SAN, independente de aderir ao SISAN. Outra observação de interesse é que os participantes das oficinas eram prioritariamente aqueles que já tem alguma ação implementada no seu município.

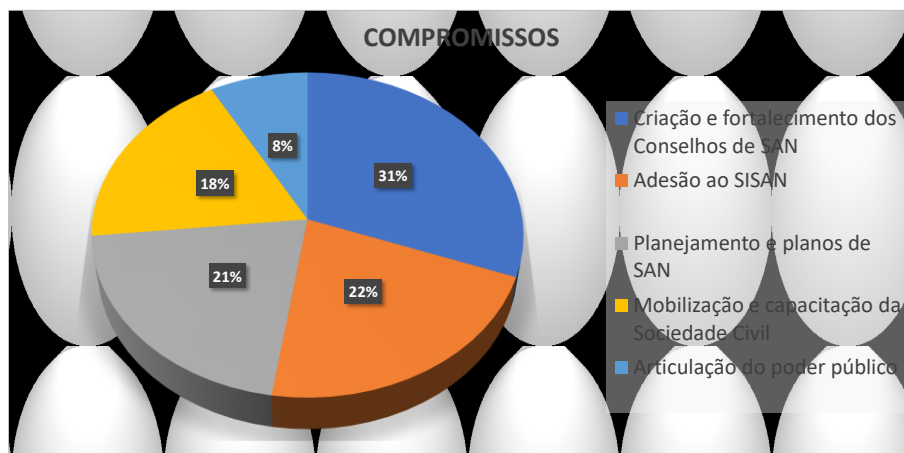
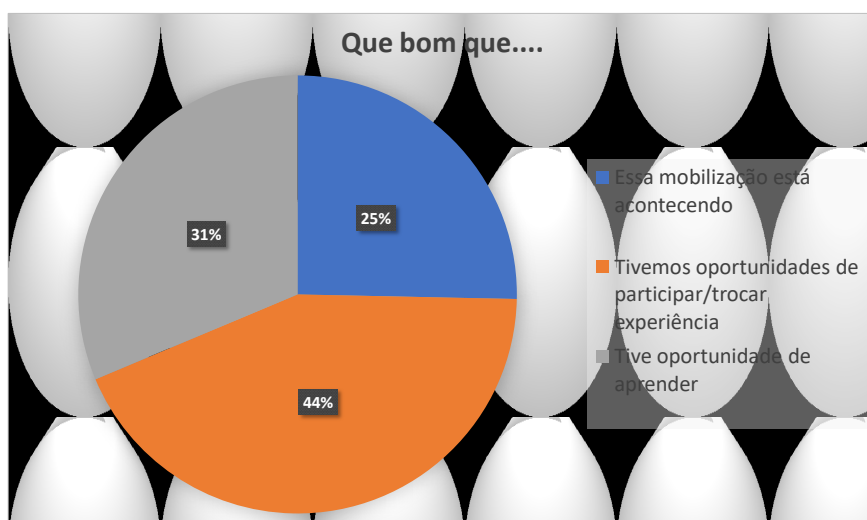


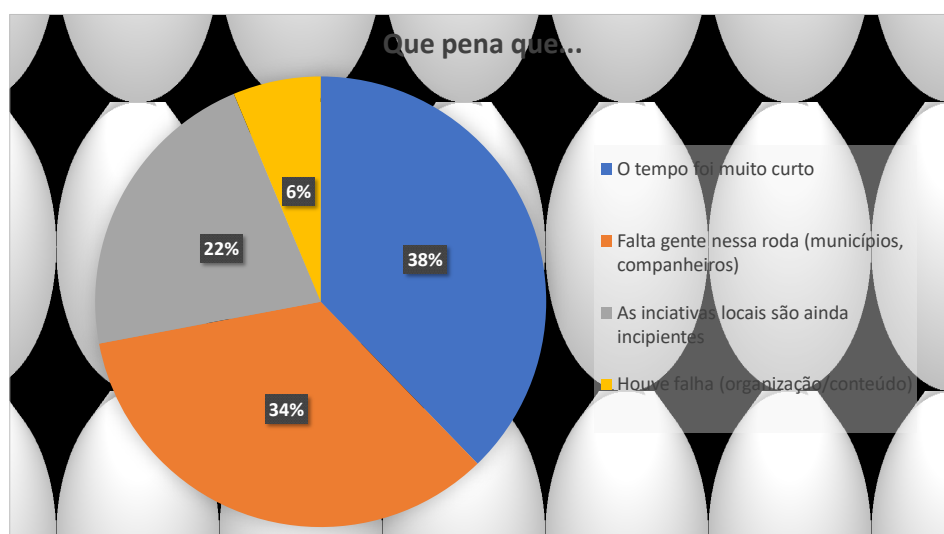
Figura 5.4.7 Sistematização dos compromissos assumidos pelos participantes das oficinas realizadas em São Paulo (2016).

Nas Figuras 5.4.8 a 5.4.9 encontram-se os resultados da avaliação das oficinas. A oportunidade de participar aparece como principal ponto positivo, assim como a recomendação para a oferta de novas oficinas. As recomendações envolvem também oficinas com maior duração e maior frequência de participantes. Aparece também a necessidade de maior participação do poder público. Relativo ao tempo das oficinas, em São Paulo elas foram realizadas no intervalo de 3 horas, o que dificultou o aprofundamento dos conteúdos.



A troca de experiência tem sido o ponto mais relevante das oficinas nas avaliações dos participantes. Daí a importância dos encontros presenciais.

Figura 5.4.8 Sistematização da avaliação (pontos positivos) realizada pelos participantes das oficinas realizadas em São Paulo (2016)



Há que se trabalhar com oficinas mais longas e envolver mais pessoas.

Figura 5.4.9 Sistematização da avaliação (pontos negativos) realizada pelos participantes das oficinas realizadas em São Paulo (2016).

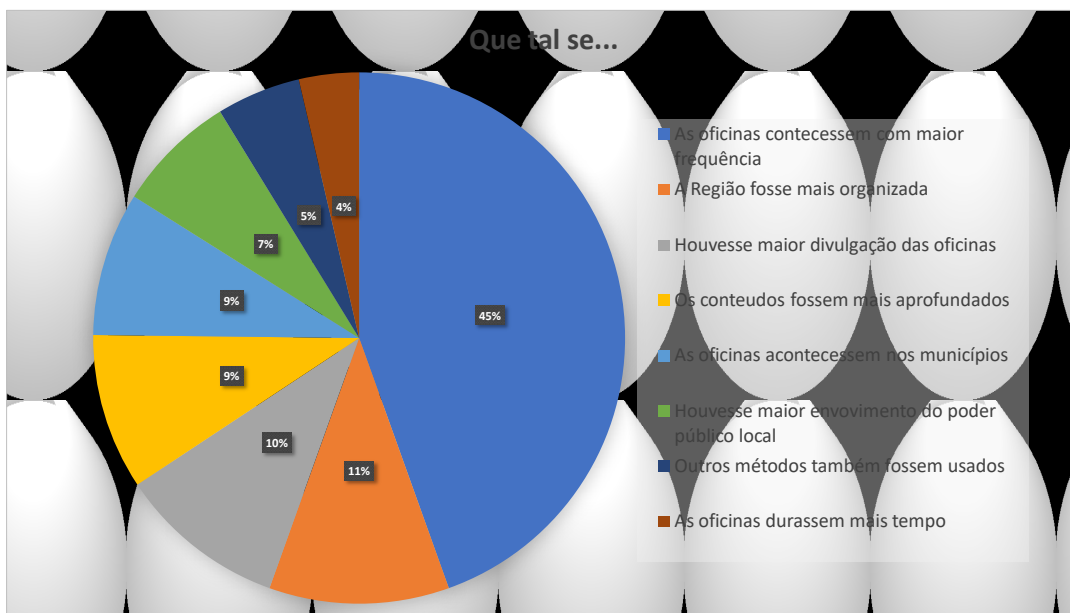


Figura 5.4.10 Sistematização da avaliação (sugestões) realizada pelos participantes das oficinas realizadas em São Paulo (2016).

OFICINAS NO PARANÁ, 2017

O Quadro 5.4.5 mostra o número de participantes por oficina, a partir das listas de presença. As inscrições foram disponibilizadas pela internet, mas muitos deixaram para fazer no local.

Foram realizadas 1.242 inscrições, das quais 711 no local e outras no processo online. A utilização dos meios virtuais tem agilizado muitos processos, mas ainda será preciso criar a cultura de sua utilização e mesmo democratizar o acesso. Nem todos têm acesso à internet. Nem todos os presentes se inscreveram, conforme mostra a contagem das listas de presença, que contabilizou nas oficinas do Paraná de 2017, o total de 1470 participantes.

Quadro 5.4.5 Participantes das oficinas de mobilização no Paraná (2017).

Maio				
	Data da Oficina	Núcleo Regional	Número de participantes de acordo com a lista de presença	Participação do MP
1	15/05/2017	Apucarana	75	Não houve
2	18/05/2017	Francisco Beltrão e Dois Vizinhos	46	Presença MP
3	19/05/2017	Pato Branco	28	Presença MP
Junho				
4	13/06/2017	Campo Mourão	71	Foram mostrados os slides
5	19/06/2017	Laranjeiras do Sul	37	Foram mostrados os Slides
6	20/06/2017	Guarapuava	47	Foram mostrados os Slides
7	26/06/2017	União da Vitória	45	Foram mostrados os Slides
8	27/06/2017	Pitanga e Ivaiporã	81	Foram mostrados os Slides
9	28/06/2017	Maringá	58	Presença MP
10	29/06/2017	Paranavaí	89	Presença MP
Julho				
11	04/07/2017	Ponta Grossa	73	Foram mostrados os Slides
12	11/07/2017	Toledo	50	Vídeo
13	13/07/2017	Paranaguá	28	Presença do MP
14	14/07/2017	Curitiba	101	Presença do MP
Agosto				
15	08/08/2017	Londrina	64	Presença do MP
16	09/08/2017	Umuarama	105	Vídeo
17	21/08/2017	Jacarezinho	74	Vídeo
18	22/08/2017	Cornélio Procópio	96	Vídeo
19	23/08/2017	Cianorte	130	Vídeo
20	29/08/2017	Irati	34	Vídeo
21	31/08/2017	Cascavel	107	Presença MP
22	28/09/2017	Foz do Iguaçu	31	Vídeo
	Total		1.470	

Na Figura 5.4.11 é mostrada a origem dos participantes das oficinas realizadas no Paraná. Poucos participantes da sociedade civil fizeram suas inscrições, em média eram 1 ou dois por oficina, provenientes das Comissões Regionais ou do Conselho Municipal da cidade que acolheu a oficina.

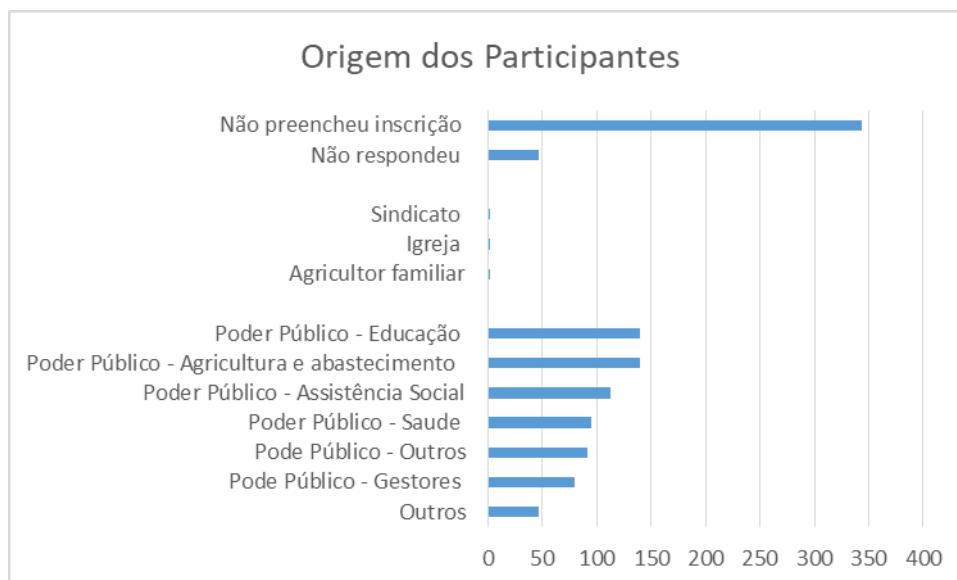


Figura 5.4.11 Origem dos participantes das oficinas realizada no Paraná (2017).

Os participantes informaram na ficha de inscrição qual o estágio de adesão ao SISAN de seu município (Figura 5.4.12), mais que a metade dos municípios participantes já havia aderido ao sistema ou estava preparando a adesão. Enquanto isso, aproximadamente um quinto dos participantes estavam lá para inteirar-se do assunto e começar o processo de formação de conselho e adesão ao sistema.

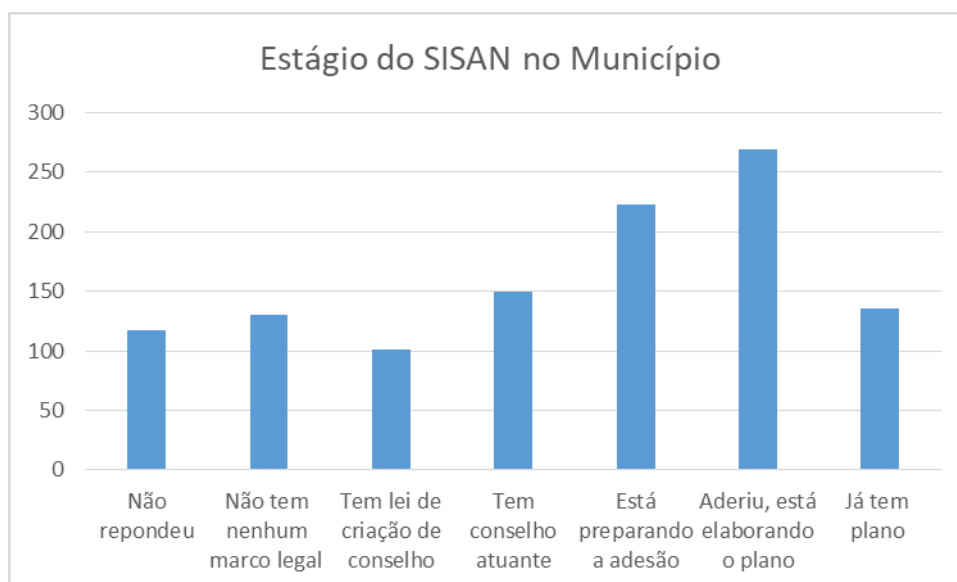


Figura 5.4.12 Estágio do SISAN no município, informado pelos participantes das oficinas realizadas no Paraná (2017).

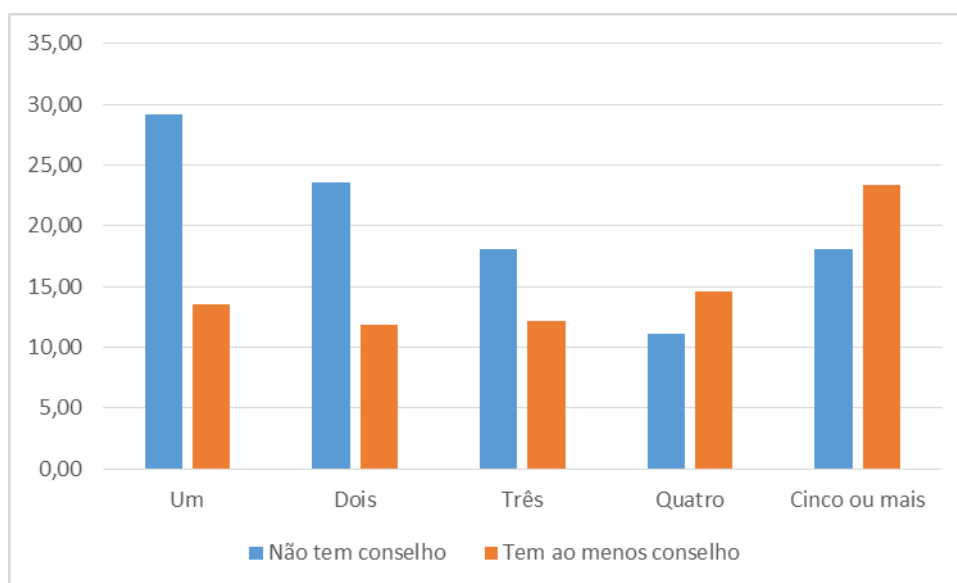


Figura 5.4.13 Quantidade de participantes por município (N=1242), conforme a presença (n=223) ou não (n=72) de Conselho de SAN nos Municípios do Paraná (2017).

Percebeu-se que quanto maior o grau de adesão ao SISAN maior foi o número de participantes de um mesmo município nas oficinas (5.4.13). Quando de dado município enviava apenas um ou dois representantes, estes eram na maioria nutricionistas e/ou agrônomos.

Em 2017, a principal força foi identificada como a sociedade civil capacitada e participativa, onde esse processo acontece. Também a presença da intersetorialidade fortalece do sistema, assim como a articulação do poder público e os conselhos ativos. Vamos ver mais adiante, que os aspectos negativos surgem como ausência dos aspectos positivos identificados onde as “coisas funcionam”.

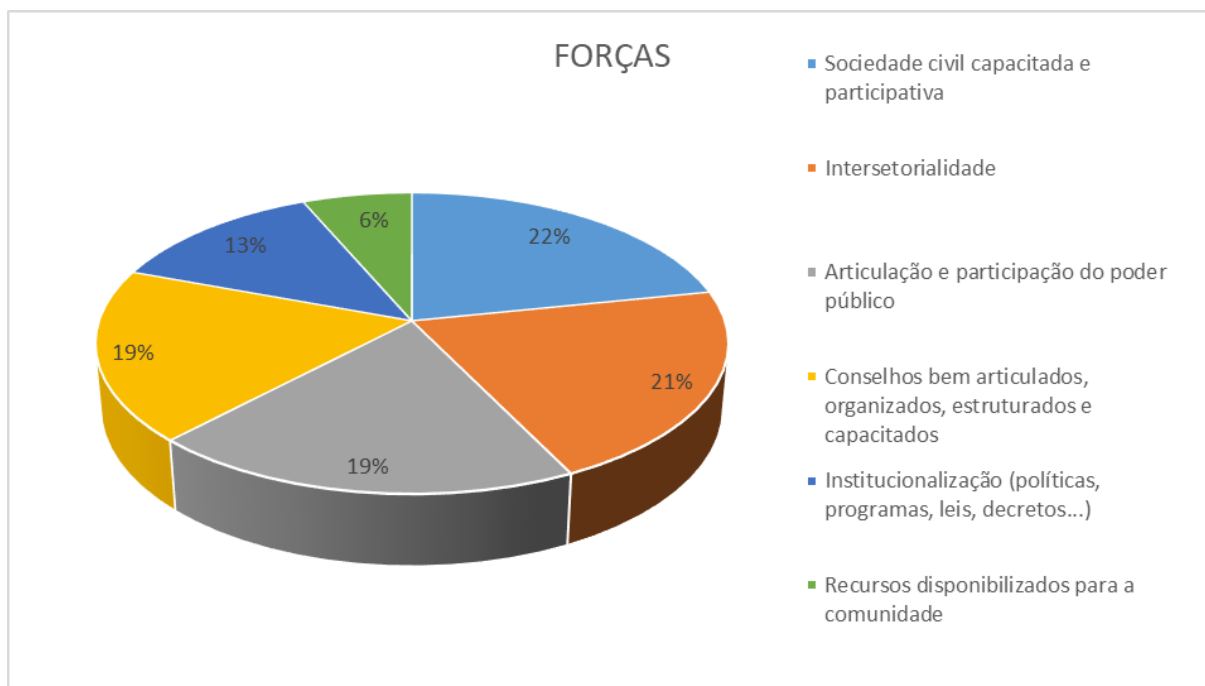


Figura 5.4.14 Sistematização das forças identificadas pelos participantes das oficinas realizadas no Paraná (2017).

A principal oportunidade visualizada pelos participantes foi a possibilidade de participação das instâncias do poder público, no caso do Paraná, as instâncias estadual e municipais (Figura 5.4.15). A possibilidade oferecida à sociedade civil também aparece como oportunidade, embora a efetividade desta iniciativa não tenha sido boa, dado que a participação da sociedade civil nessa rodada de oficinas tenha sido quase nula, lembrando que o chamamento foi dirigido ao poder público. A institucionalização da política de SAN, com a estruturação do SISAN e o incentivo e orientação do governo e ministério público também aparecem como oportunidade (Figura 5.4.15).

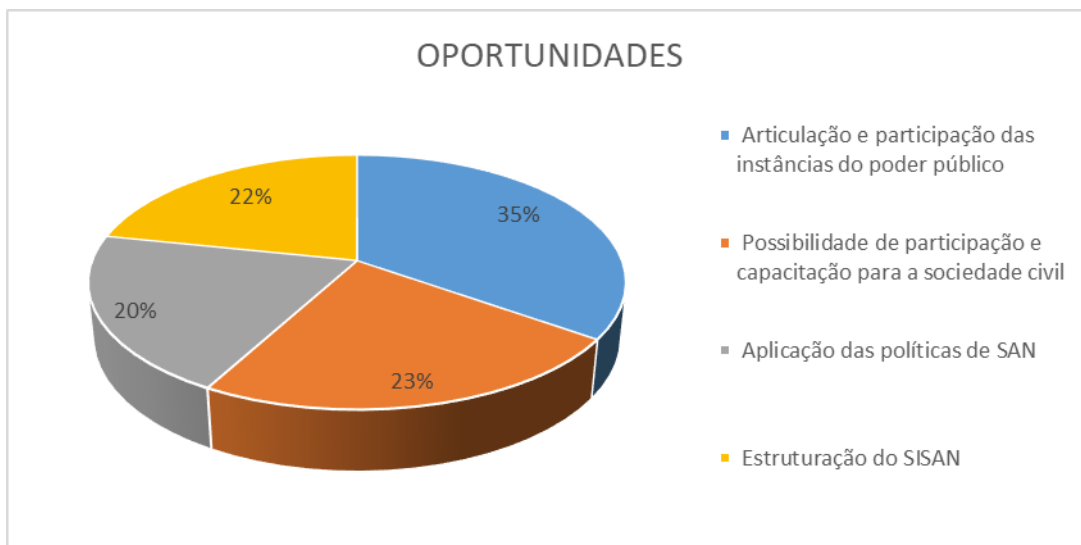


Figura 5.4.15 Sistematização das oportunidades identificadas pelos participantes das oficinas realizadas no Paraná (2017).

A quase ausência da sociedade civil na discussão é apontada como a principal fraqueza. Muito se debateu sobre o tema, os representantes de governo percebem como um desafio quase intransponível a participação mais ativa da sociedade civil nos conselhos (Figura 5.4.16). Quando alguém da sociedade civil entrava na roda para fazer o contraponto, as explicações passavam pela fraca oportunidade de empoderamento dessas instâncias, que em alguns casos chega a ser uma extensão do governo, as dificuldades de horário e dispensa do trabalho, além é claro do individualismo que impera na nossa sociedade e a falta de informação dos conselheiros (Figura 5.4.16). A falta de conhecimento, de compromisso e agilidade do poder público aparecem como fraquezas (Figura 5.4.16). A falta de compromisso é direcionada aos pares e também aos superiores. A falta de conhecimento sobre o SISAN aparece generalizada, tanto do poder público, quanto da sociedade civil. A intersectorialidade, ainda é um grande desafio para a prática da gestão pública (Figura 5.4.16).

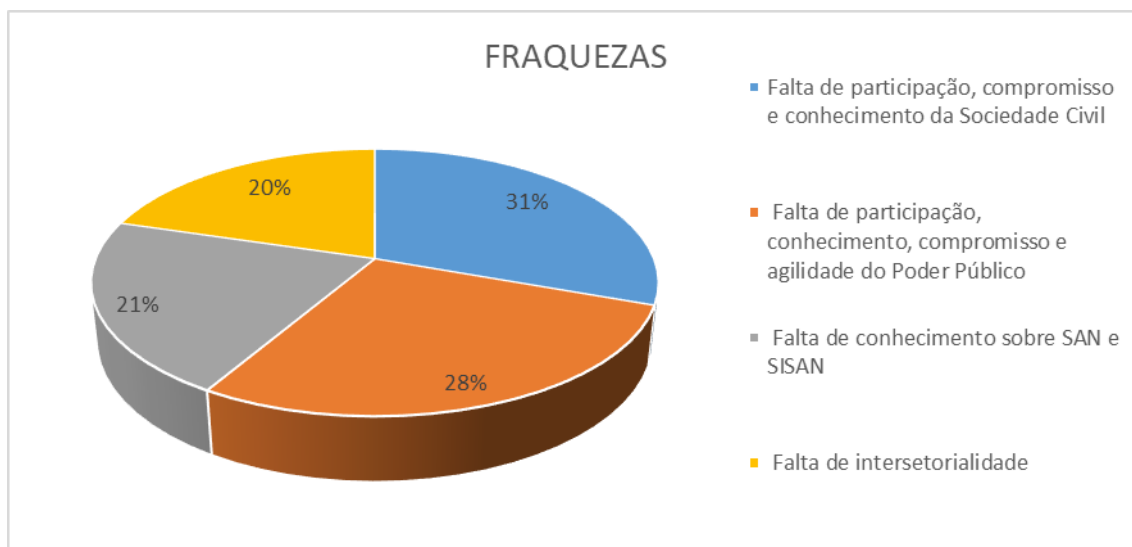


Figura 5.4.16 Sistematização das fraquezas identificadas pelos participantes das oficinas realizadas no Paraná (2017).

A falta de integração e interesse das diferentes instâncias do poder público aparece como principal ameaça ao sistema (Figura 5.4.17). É interessante notar que a falta de intersetorialidade aparece como uma barreira a ser transposta pelos presentes (fraqueza) e um ameaça que foge do controle do grupo ao depender das instâncias que ainda não estão envolvidas no sistema, principalmente as outras secretarias. Também a baixa participação da sociedade civil aparece aqui como ameaça (Figura 5.4.17). As mudanças no quadro político, a crise economia e as fragilidades políticas somam 20% das ameaças percebidas (Figura 5.4.17).

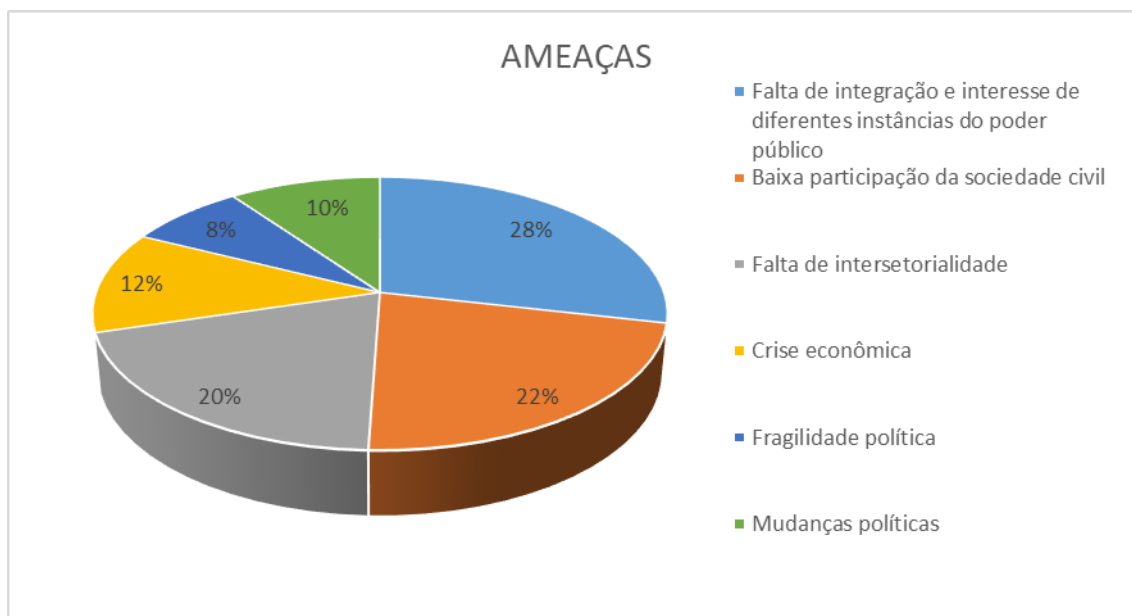


Figura 5.4.17 Sistematização das ameaças identificadas pelos participantes das oficinas realizadas no Paraná (2017).

A oportunidade de participar, trocar experiência e o processo de mobilização somam quase 70% da avaliação positiva das oficinas realizadas no Paraná (Figura 5.4.18).

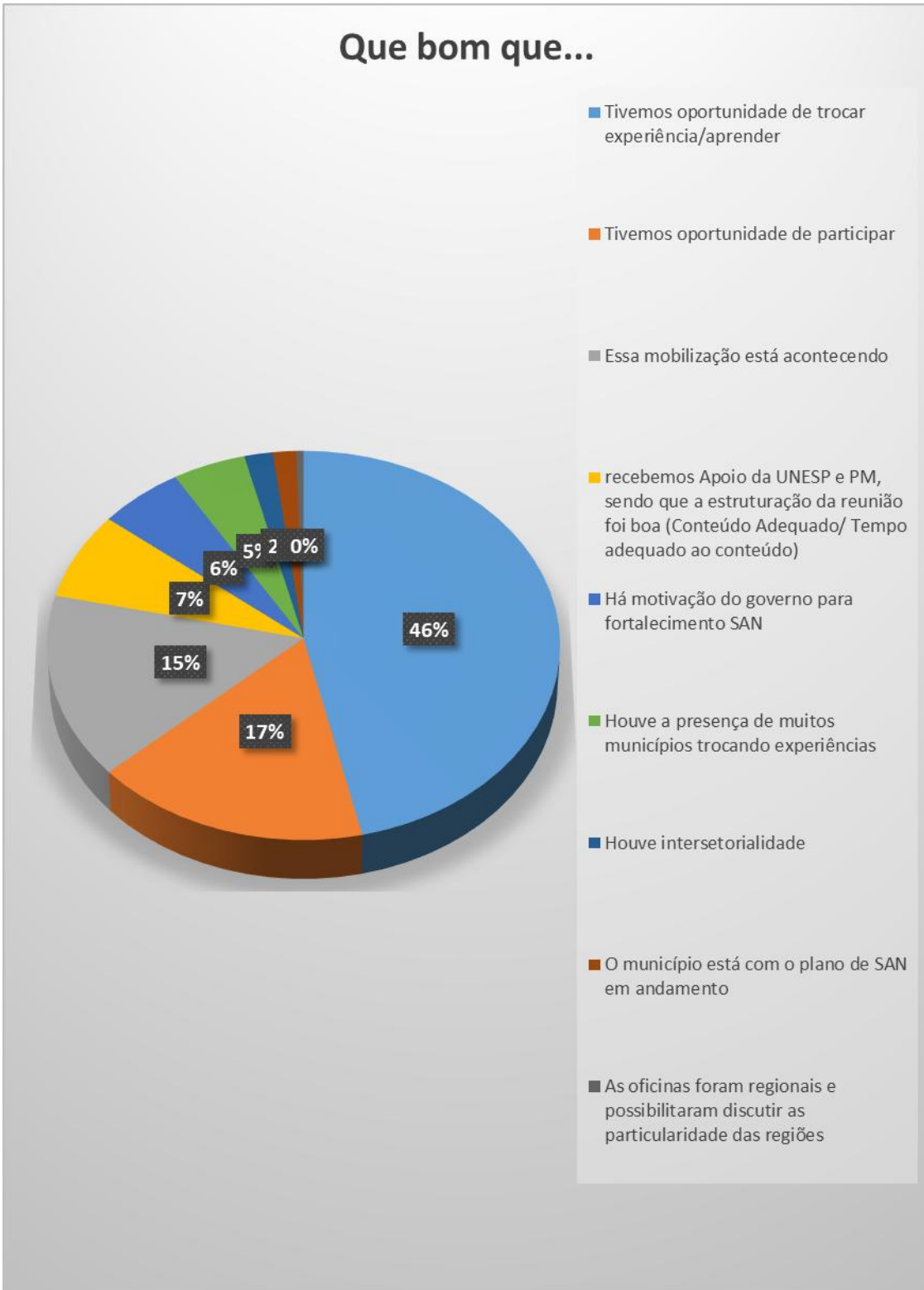


Figura 5.4.18 Sistematização da avaliação (pontos positivos) realizada pelos participantes das oficinas realizadas no Paraná (2017).

O que deixou a desajar no processo das oficinas de 2017 foi a falta dos pares e principalmente da sociedade civil, o tempo e as informações insuficientes (Figura 5.4.19). Da parte da equipe de organização das oficinas, como reflexão, 8% dos participantes preferem metodologias mais diretivas e 3% sugerem maior troca de experiência. Não foi fácil realizar oficinas com 3 a 13 dezenas de participantes, em estágios tão diferentes de inserção/adesão ao SISAN. Desde pessoas que chegaram ali recém ingressadas em cargos da nova gestão municipal e que nunca haviam ouvido falar de Segurança Alimentar e Nutricional e que nem ao menos sabiam se em suas cidades havia ou já houve um conselho de SAN e outras com planos de SAN em execução, demandando por discussão de indicadores de avaliação.

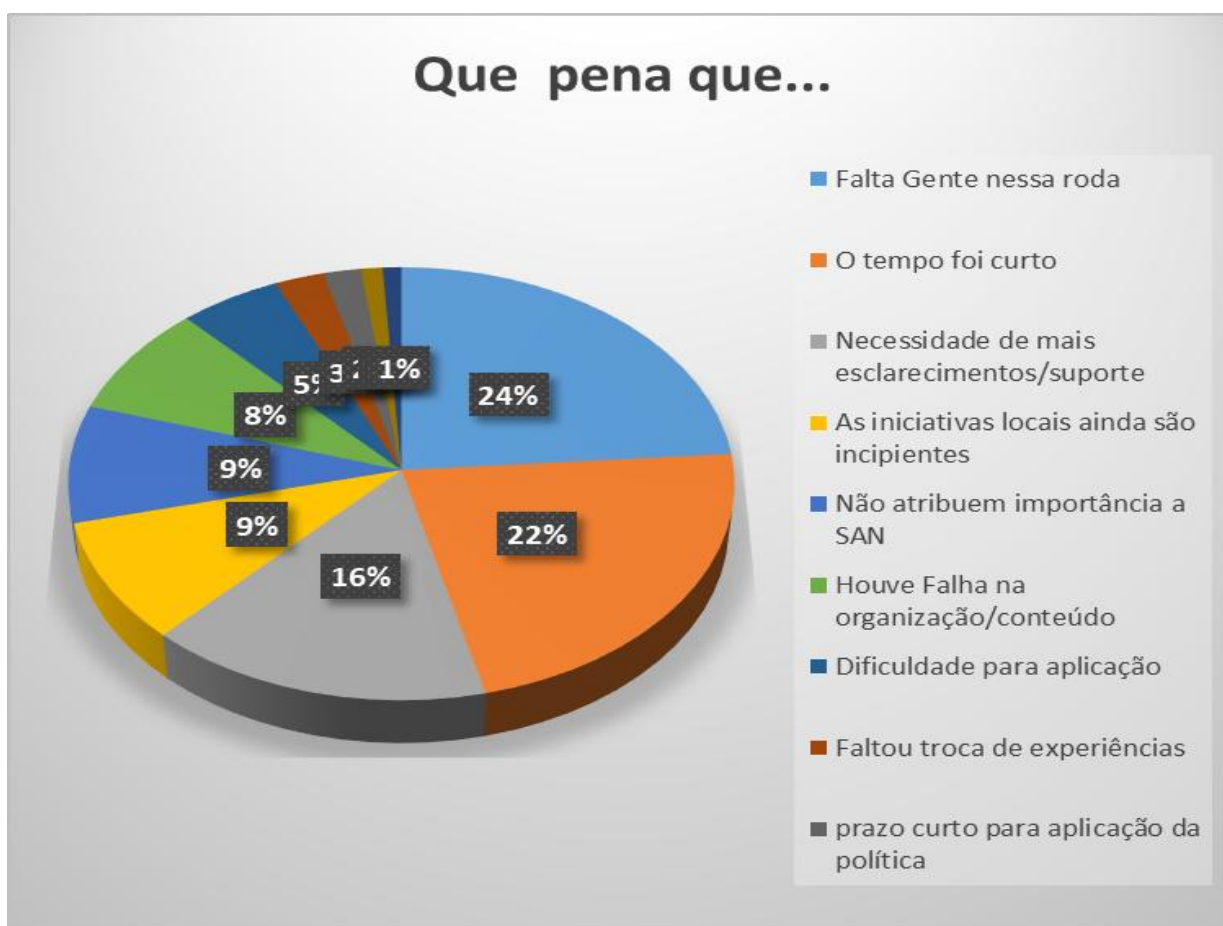


Figura 5.4.19 Sistematização da avaliação (pontos negativos) realizada pelos participantes das oficinas realizadas no Paraná (2017).

As sugestões seguem na linha de ampliação do número e frequência das oficinas e uma cobrança de maior envolvimento do poder público local. Uma proporção (13%) semelhante aos que não aprovaram a metodologia, sugere o uso de outros métodos (Figura 5.4.20).

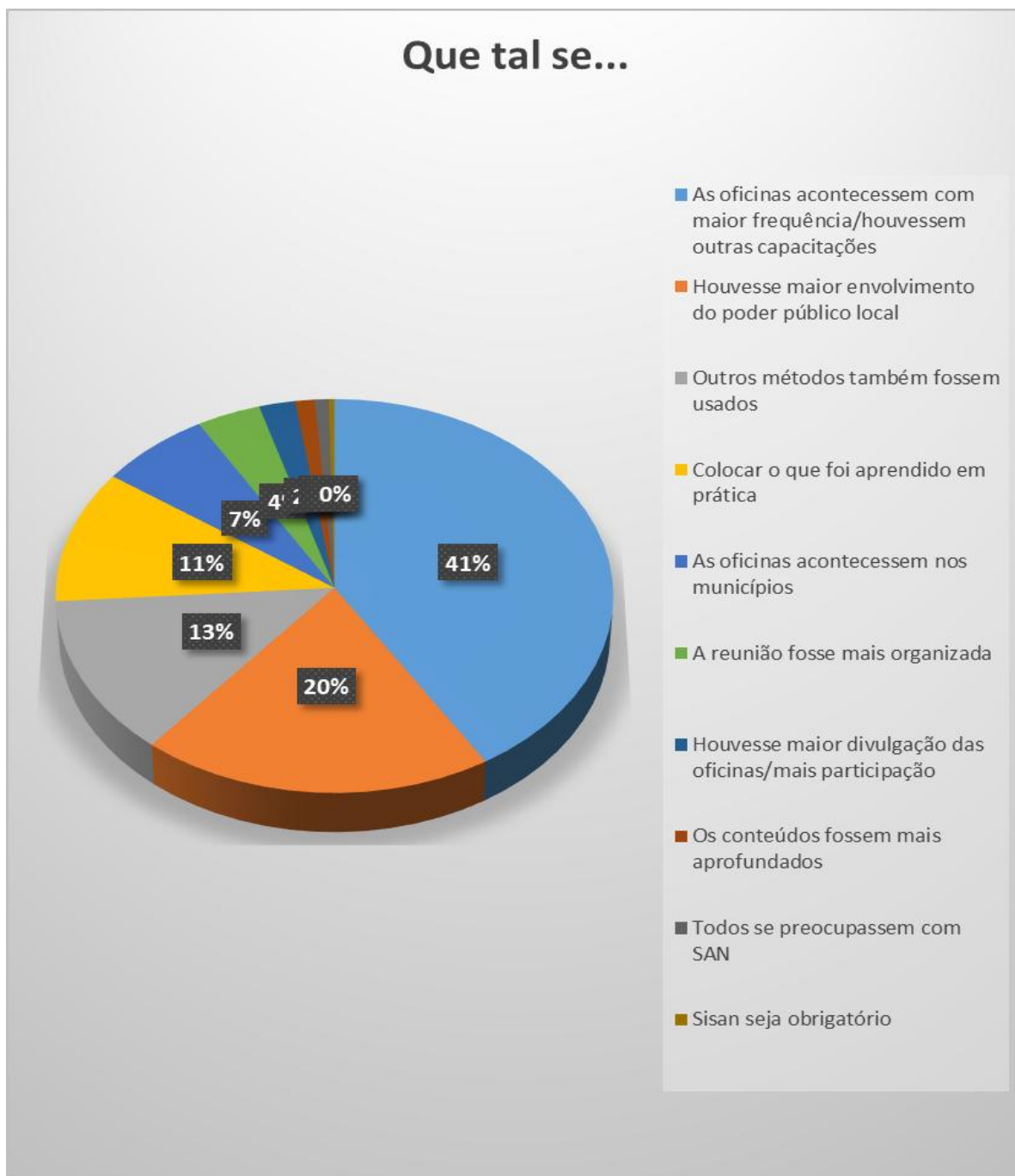


Figura 5.4.20 Sistematização da avaliação (sugestão) realizada pelos participantes das oficinas realizadas no Paraná (2017).

SEGUNDA RODADA DE OFICINAS

Paraná 2018

Embora tenhamos participado de todas as reuniões do CONSEA-PR, com informes do andamento do convênio e mesmo como ponto de pauta para deliberações, tivemos dificuldade em atender as expectativas do CONSEA-PR. Não conseguimos tabular e elaborar os dados e confeccionar relatórios tão imediatamente ao termino das oficinas como era a expectativa do CONSEA. Isso gerou certa tensão, que na nossa avaliação foi muito positiva. Uma boa parte do trabalho que estávamos realizando, inclusive tabulação dos dados das oficinas, vinham sendo feitas por voluntários da UNESP. Porque então os conselheiros não poderiam também eles assumir tarefas nesse processo? Foi assim, que surgiu a oportunidade de formação de multiplicadores, o que não havia acontecido durante as oficinas, ao menos não na escala esperada. Para a oficina de facilitadores foi proposta a utilização de metodologia ativa. A intenção foi provocar a inovação e promover distanciação do modelo da “Palestra”, conforme pode ser verificado no relato a seguir.

Relato da oficina

Data: 23 a 24 de abril de 2018

Horário:

Local: UFPR

Número de participantes: 19 participantes

Setores envolvidos: Conselheiros de diferentes municípios do Paraná

Aponte situações críticas vivenciadas na execução da Oficina...

O desenvolvimento das atividades propostas e desenvolvidas durante o encontro de conselheiros do CORESANS do Paraná, realizado no ambiente da UFPR nos espaços físicos do Curso de Nutrição, ocorreu de maneira a atender as demandas iniciais apresentadas pela coordenadora do Projeto Profa. Maria Rita. A demanda apresentada inicialmente pela Profa. M. Rita estava voltada para uma proposta de inovação para o encontro dos conselheiros do Paraná e com o objetivo de estimular a reflexão sobre a participação social no movimento de promoção de segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido a avaliação do encontro é positiva, pois todas as atividades realizadas proporcionaram processos reflexivos com enfoque na participação e mobilização social. Houve demonstração, por parte dos conselheiros, que as atividades propostas foram capazes de sensibilizar e proporcionar a integração do grupo. Os produtos da oficina, tal como a maquete e o planejamento das oficinas a serem aplicadas nos municípios de origem dos conselheiros foram apontados como uma construção coletiva, o que demonstra o grau satisfatório de envolvimento e dedicação dos participantes.

Como evento crítico apontamos o descontentamento de um dos participantes que se reconheceu como porta-voz de parte do grupo, em relação ao desenvolvimento das atividades. Seu descontentamento diz respeito ao não cumprimento de expectativas para esse encontro. Ao final do encontro, no momento avaliativo, identificou que os dois dias de encontro foram perdidos pois não conseguiu identificar nenhuma novidade e tão pouco atendeu suas expectativas.

Ao refletir sobre os apontamentos desse participante foi possível identificar que a metodologia aplicada pode ter sido muito ousada. A proposta de participação e elaboração da maquete pode não ter sido bem compreendida e não houve tempo suficiente para que a utilidade daquele espaço de construção coletiva alcançasse um aproveitamento integral da proposta. O evento crítico nos impulsiona a buscar novas alternativas para aprimorar nossa proposta pedagógica com grupos de conselheiros.

Avaliação dos participantes da oficina...

Foram realizados três momentos avaliativos. Dois momentos durante a oficina e um momento avaliativo no final. As avaliações verbais foram anotadas parcialmente e seguem abaixo reproduzidas de acordo com o relato dos participantes:

1º MOMENTO

- gostei muito da metodologia utilizada;
- que bom que não copiou o outro;
- início de construção do vínculo do grupo;
- sensibilização;
- maior integração dos participantes, riquíssimo, introspecção e olhar para o outro;
- diferenças com questões que são comuns;
- unicidade do ser humano;
- momento mais relaxado, raro no CONSEA e que faz muito bem ao grupo. Todos acostumados com tempo apertado, decidir, decidir;
- importante falar de si, ter espaço para falar de si;
- momento de poder se perceber e poder verbalizar, se olhar, introspecção;
- importância em identificar e expor a fragilidade do ser humano, enaltecer suas habilidades;
- gostou da metodologia para poder construir espaços para falar de SAN;
- metodologia não foi tão pesada, momento mais reflexivo;
- espero que não tenhamos necessidade de expor todas as nossas angústias, precisamos ser mais objetivos;
- não usar tempo para angústias;
- espaço de construção de multiplicadores para levar para a região;
- precisamos extrair dessa atividade que serão formados multiplicadores;
- metodologia possibilitou conhecer o outro, exposição de anseios e motivações;
- que tal se nas próximas oficinas as pessoas apresentassem suas expectativas no início do trabalho.

2º. MOMENTO

Foi feita a sugestão aos participantes que fizessem a avaliação de sua participação na atividade de elaboração da maquete, a avaliação do grupo e do produto final. Os depoimentos registrados foram:

- Eu considero que o grupo cumpriu com o tempo e com as responsabilidades;
- permitiu momento lúdico, todo mundo fez alguma coisa na apresentação, alguns são mais tímidos e por isso falam menos;
- bom produto, conseguimos mostrar a complexidade de SAN e conseguimos construir coletivamente;
- o grupo foi entrosado, usamos cerca de 1 hora de discussão;
- tivemos no grupo um bom mediador de tempo e também bom condutor com inferências precisas;
- conseguimos dar visibilidade nesse exercício, isso foi muito bom;
- descobrimos artistas no nosso grupo (desenhista, modelador de massinha);
- grupo criativo, reflexivo, boa coordenação;
- pudemos retomar o próprio espaço, mas depois generalizamos para sair dos próprios exemplos;
- bom exercício para instrumentalizar;
- boa participação e discussão. Dificuldade na hora de instrumentalizar. Remete a realidade da dificuldade de materialização da SAN no território;
- bom poder contribuir e se sentir parte, sair de nossas fronteiras do modelo de reunião do CONSEA, estrutura de reunião engessada. Todos contribuíram e deram ideia;
- integração interessante, afloram as angústias. Não conseguiremos reproduzir essa metodologia, precisa ser mais básico;
- Vale pelo objetivo, sair do verbal e ir para o lúdico no processo de construção coletiva. Tentar algo mais simples. É muito forte a extensão rural cuja base é a construção coletiva. Dificuldade de sonhar no coletivo, precisamos identificar outras ferramentas que podemos utilizar;
- Ninguém sabe tudo, juntos sabemos mais. Os coletivos conseguem construir mesmo o mais simples;
- Sensibilidade de olhar para aquilo que e eles trazem, construir a realidade deles (dos conselheiros?);
- Usar a realidade da população para trazer o questionamento;
- a metodologia é muito boa, os conselheiros tem capacidade de abstração maior que os agricultores;

- engraçado que observando de fora pode-se perceber que dentro do grupo, com o líder nato, o conceito dele direciona a construção do grupo;
- Já existia um projeto pronto, o grupo não aceitou e construiu o seu produto. O grupo foi conversando e construindo a sua maquete;
- Qualidade/quantidade, deveria ser direito de todos poder fazer uma metodologia participativa;
- e as oficinas de 130 pessoas? de repente a possibilidade é começar a formar multiplicadores. Fazer uma primeira oficina criando o espaço e multiplicar;
- começar com muita gente pode ser ruim. Todos temos o direito de viver situações como essa e precisamos pensar em como oferecer essas condições para essas pessoas;
- Importância da troca de informações

As avaliações dos participantes ao final do encontro foram registradas da seguinte maneira:

- I1: ... fundamental a participação. Está registrado não só na foto, mas na cabeça.
- I2: ...muita expectativa de metodologia diferenciada... mas com integração verbal e corporal... entrosamento e com possibilidade de ver nosso papel.
- I3 – ouvir... fiz o exercício de ouvir. Forma de dinâmica e começou de forma diferente, mas light. É bom ter esse espaço para refletir
- I4 – importante para compartilhar as ideias. Deveria ter abordado questões mais práticas. Faltou conteúdo.
- I5 – O conhecimento e a atitude
- I6 – vim com a encomenda de observar e não para participar. As pessoas opinaram e conseguiram ouvir mais as outras.
- I7 – pude conversar com as pessoas que não falaram ainda. Foi bom levar nossa produção para fora com os jovens que serão futuros profissionais (apresentação de maquetes para os estudantes de nutrição).
- I8 – acrescentou com cada estratégia porque estive sempre pronto para aprender.
- I9- Na minha região me sinto muito à vontade. Houve dedicação. A frustração porque esperava uma coisa mais pronta.

M.Rita – apostei no novo. Gosto quando percebo que as pessoas estão à vontade para dizer o que não foi bom. Procurei fazer o que o conselho pediu: participação social.

Karina- procurei estar com a atenção plena. Me senti muito bem ... fazer essa oficina, nos instrumentaliza.

Rodrigo – A oficina respeitou a dinâmica do Paraná. Foi superinteressante. Aprendi muito e sugiro que tenha mais depoimentos de experiências.

I10 – Participação, sensibilização. Se não se sensibiliza a gente vai para o ativismo. Sugestão: filme já assistido para poder ter mais tempo para discutir a prática.

I11: Se não fosse modelo participativo seria muito ruim. Saio muito feliz com a construção coletiva.

I12: como é complexa a articulação. Aprendi a fazer essa argumentação.

I13: cuidar do tempo foi bom. As pessoas estão saindo leve para fazer as oficinas.

Cumpriu plenamente o objetivo da oficina

Regina: Fiquei mais afastadas, na retaguarda, com muitas demandas da casa.

I = intervenções dos participantes

Esses depoimentos nos fizeram perceber que houve divergência entre os participantes em relação ao alcance da proposta. Para alguns a sensibilização foi importante, com ganhos na capacidade de ouvir, de cuidar do tempo e de promover a integração e aproximação das pessoas. Mas para outros participantes, foram observadas lacunas que precisam ser sanadas, tal como a apropriação de conteúdos e mais tempo para reflexão da prática e troca de experiências.

Produtos e pactos estabelecidos

- Elaboração coletiva da materialização dos conceitos de SAN, Soberania, Conselhos... (fotos e vídeo)

- A organização vai socializar link do documentário “Lixo extraordinário”¹

¹ Acesso ao documentário e legenda nos links

<https://mega.nz/#!M100iLCa!liwjYem3nFjWax2QhrbhZQSo8kAAQ4QarSZ36oBN2Wo>

https://mega.nz/#!RlcmxIhQ!BT5vjKd2MXolKn4vHF_DHkTzsiOR1zIulbCRJgwa-cl

- Os vídeos assistidos “Caminhando com Tim Tim”; “escultura com pedras” e “Reciprocidade” foram disponibilizados para cópia, durante a oficina. Caso alguém ainda tenha necessidade de acesso, pode solicitar por e-mail (vcarlamaria@gmail.com) para acesso no google drive.
- Todos os grupos irão concluir/passar a limpo os roteiros de oficinas a serem desenvolvidas nos municípios do Paraná pelos conselheiros e no Estado de São Paulo pelo grupo do INTERSSAN (anexo a oficina do grupo de São Paulo)
- Os participantes se comprometeram a socializar seus roteiros com o grupo.

Avaliação da Oficina

Considero que o objetivo principal da Oficina foi alcançado na medida em que foi possível promover a integração e sensibilização dos participantes a fim de aprofundar as discussões sobre o papel e as habilidades do conselheiro de SAN e desenvolver seu papel de educador e articulador social.

Em seguida entre os meses de junho e julho foram realizadas oficinas em todas da CORESANS do Paraná. Alguns conselheiros realizaram oficinas em mais de uma região. Para a realização dessas oficinas foram disponibilizados um kit oficina com cadernos do conselheiro e outros materiais. Também foram disponibilizadas diárias de ajuda de custo para colaborador eventual, cobrindo as despesas de locomoção. O Quadro 5.4.6, apresenta o número de participantes. Os relatórios individuais (Anexos 8) e as fotos (Anexos 10) podem ser encontrados no site da Rede-SANS (www.redesans.com.br/relatarios/). Uma análise mais detalhada do material produzido no Paraná (2018) e em São Paulo (2019) será ainda realizada e disponibilizada. Em 2018 o número de participantes caiu pela metade. Essas oficinas tiveram menor participação do governo e do Ministério Público que devem ter impulsionado a participação nas de 2017.

Quadro 5.4.6 Local e número de participantes nas oficinas do Paraná em 2018.

Paraná 2018	Número de participantes
Cornélio Procópio	61
Londrina	53
Jacarezinho	22
Apucarana	30
Pitanga	45
Guarapuava	8
Ivaiporã	16
Campo Mourão	34
Ponta Grossa	45
Irati	9
Curitiba	42
União da Vitória	28
Cianorte	56
Umuarama	70
Toledo	41
Cascavel	60
Paranavaí	52
Laranjeiras do Sul	29
Maringá	34
Paranaguá	24
Pato Branco	24
Total	783

São Paulo 2019

Em fevereiro de 2019 foi iniciada a organização das oficinas, por meio de reuniões em São Paulo Capital com representantes do CONSEA e do INTERSSAN

para agendar as possíveis datas de realização e planejar as atividades que seriam realizadas durante cada oficina.

Com as datas definidas, e juntamente com uma equipe de bolsistas foi iniciada a organização do Material de Apoio (Kit oficina).

O Kit oficina foi composto por: 25 unidades de cadernos do SISAN (1, 2 e 3), 90 unidades do caderno do conselheiro (disponíveis no site da REDE SANS: <http://redesans.com.br/rede-sans-divulga-material-de-estudos-gratuito-sobre-o-sisan/>), lista de presença, material para as dinâmicas, canetões, cartazes de papel Kraft, fitas adesivas e folhas de sulfite, tarjetas de três cores e banner do INTERSSAN/projeto).

Foi elaborado um roteiro com as atividades a serem desenvolvidas durante as oficinas, dependendo do público, podendo ser realizada entre 4h e 8h de atividades. O roteiro ajuda o facilitador (pessoa com conhecimentos de SAN, apta conduzir a oficina), inicia com uma apresentação para conhecimento do público, momento para trabalhos em grupo (painéis e diagrama de Veen) e finaliza com as considerações de cada participante sobre a situação de SAN e as ações futuras em sua região.

Tema: O futuro do Direito Humano à Alimentação Adequada: o papel de cada um

Público alvo: sociedade civil e poder público dos municípios interessados na política municipal de segurança alimentar e nutricional, fortalecimento dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e institucionalização das políticas de SAN nos municípios.

Programação (flexível às necessidades locais)

Roteiro:

OBJETIVOS:

- Fortalecer o movimento de participação social nos Conselhos Municipais das regiões de SP e outras instâncias de participação social.

- Aprofundar conhecimentos sobre o papel social de cada um na defesa e promoção do DHAA.

Instrumento da oficina: Caderno do Conselheiro

Carga horária: 3 horas (excluindo abertura e encerramento).

No. de participantes: 10 a 150

ETAPA I – 15'

Apresentação e integração: Técnica de apresentação em roda, em pé, com movimentos de contração e expansão de acordo com as consignas propostas pelo mediador - listar consignas (ex: participantes da sociedade civil, participantes com mais de 60 anos, etc..)

ETAPA II – 30'

Reflexão sobre a participação social: Técnica do fórum. No chão dividir o espaço com uma linha (fita crepe) em que os participantes utilizarão para posicionar-se em relação ao que o mediador irá afirmar. Em um lado da linha os participantes se posicionam a favor e no outro lado contra, com possibilidade de posicionar-se em diferentes gradientes de concordância ou discordância (mais próximos da linha e mais distantes da linha, quanto maior for o grau de discordância).

AFIRMAÇÕES DO MEDIADOR:

1. A sociedade civil não quer saber dos problemas coletivos;
2. O poder público não está interessado em promover a participação social
3. A alimentação saudável ou comida de verdade é uma questão de escolha individual

OBS: É importante que o moderador observe o estágio de conhecimento do grupo sobre SAN e SISAN e, aproveitando o gancho das falas, introduza duas questões centrais para a oficina: O desmanche do SISAN, a autonomia e a obrigação de cada ente federativo. Ou seja o município tem obrigação de respeitar, prover, promover e defender o direito humano à alimentação e autonomia para escolher como deseja cumprir essa lei.

ETAPA III – 1h

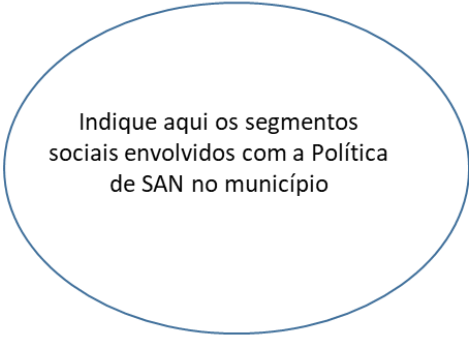
Construção do papel do agente de SAN (conselheiro ou outro): em tarjetas de 3 cores diferentes, cada participante identifica, em relação ao papel do agente promotor do DHAA: 1- O que deve fazer; 2- Porque fazer? 3 – Em nome de quem se deve fazer? Cada participante produz as tarjetas e apresenta. As tarjetas podem ser coladas em um boneco construído em papel pardo, em tamanho natural. Ou as tarjetas podem também ser organizadas em três dimensões de uma parede, conforme a realidade de cada grupo.

Nesse momento o moderador apresenta o caderno do conselheiro, como uma ferramenta de apoio ao trabalho, resgatando alguns pontos levantados pelo grupo.

ETAPA IV – 1h

Reflexão sob o papel do agente de SAN: Construção individual (por município) e coletiva (por região) do Diagrama de Venn.

Passo I - Os participantes, organizados **por município**, são convidados a desenhar o diagrama que o mediador apresenta, em uma **folha A4** localizando o que existe de segmentos sociais atuando em favor da política municipal de SAN e os que estão fora, conforme figura a seguir.

 <p>Indique aqui os segmentos sociais envolvidos com a Política de SAN no município</p>
<p>Compromissos assumidos pelos presentes para aumentar a participação, “mais gente na roda”</p>

Passo II - No momento seguinte são apresentadas por cada município os seus diagramas para compor o diagrama da região, com os segmentos sociais que estão dentro (representados) e as que estão fora (não tem sido representados). Em seguida o moderador estimula o grupo a indicar o que é necessário para mudar o cenário representado no diagrama.

O diagrama será construído em tamanho maior, numa folha de papel pardo na parede.

<p>Indique fora do círculo aqueles que ainda precisam ser trazidos para a discussão e de alguma forma ser representados nesses espaços</p> <p>Indique aqui os segmentos sociais envolvidos com a Política de SAN regional (CRSANS)</p>	<p>Compromissos assumidos pelos presentes para aumentar a participação, “mais gente na roda”</p> <ul style="list-style-type: none"> - - - - - - - -
--	---

ETAPA V – 30’

Roda de conversa sobre encaminhamentos para a VI conferência.

EPATA VI – 15’

Aplicar o formulário avaliativo “Que bom que...”; “Que pena que...”; “Que tal que...” e abrir para uma rodada de fala avaliativa se ainda for possível.

Divulgação das Oficinas

A divulgação das oficinas foi realizada por meio de convites enviados para representantes das regionais, redes sociais e pelo site da Rede SANS. Foram feitos convites de divulgação para cada uma das Oficinas, divulgados na região onde aconteceria (Figura 5.4.21).



Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados de São Paulo e Paraná

Aprofundando conhecimentos e planejando o Sistema em nível Municipal

OFICINA REGIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional constitui-se num direito do cidadão garantido pelo artigo 6º da Constituição brasileira e pela Lei 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Você se interessa por isso?

Em que estágio de implantação do SISAN seu município se encontra?

Você tem interesse em aprofundar seu conhecimento e avançar mais rapidamente nesse processo?

Venha compartilhar conosco seus desafios e avanços!

Venha nos encontrar para aprofundarmos nossos conhecimentos e planejarmos o próximo passo para avanço na implantação do SISAN no nível municipal.

Quem pode participar?

Gestores municipais, conselheiros e outros atores envolvidos com o tema.

03 DE ABRIL DE 2019 – HORÁRIO DAS 9h AS 17h

Auditório Municipal Rui Barbosa

Rua Benjamin Constant, 80- Centro – Itiúba/ SP

Inscrições gratuitas pelo site: <http://redesans.com.br>

Informações: (15) 3241-1554



Figura 5.4.21 Modelo de convite para a divulgação das Oficinas nas Regionais do CONSEA-SP.

Inscrições

As inscrições foram realizadas on-line pelo site: <http://redesans.com.br/venha-fortalecer-o-sisan-abertas-as-inscricoes-para-oficinas-de-formacao-de-conselheiro-em-san-em-sao-paulo/> ou no local da realização das oficiais (Figura 5.4.22).



Figura 5.4.22 Site da REDESANS onde ficou disponível a plataforma de inscrição.

Realização das Oficinas

Todas as oficinas foram realizadas com a coordenação compartilhada por conselheiros do COSEA-SP, voluntários da Rede-SANS e bolsistas e professores da UNESP. Foram realizadas 18 oficinas em diferentes municípios pertencentes a 15 Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS) do estado de São Paulo. Contaram, com 436 participantes (Quadro 5.4.7 e Figura 5.4.23). Das 16 comissões regionais existentes no Estado, não conseguimos articular oficinas somente na CRSANS de São José dos Campos.

Quadro 5.4.7 Oficinas realizadas em São Paulo (Março a julho de 2019).

Cidade	CRSAN	Data 2019	Nº participantes
São Paulo	Grande São Paulo	26 de março	14
Franca	Franca	27 de março	16
Ibiúna	Sorocaba	03 de março	62
São Paulo	Capital	08 de abril	27
Bauru	Bauru	09 de abril	22
Araraquara	Central	10 de abril	52
Birigui	Araçatuba	08 de maio	26
Marília	Marília	22 de maio	23
Jaci	São José do Rio Preto	03 de junho	13
Campinas	Campinas	04 de junho	40
Dracena	Presidente Prudente	06 de junho	17
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	20 de junho	27
Porto Ferreira	Central	10 de junho	25
Ferraz de Vasconcelos	Grande São Paulo	26 de junho	18
São Vicente	Baixada Santista	20 de junho	22
Barra do Turvo	Registro	03 de julho	12
Barretos	Barretos	15 de julho	16
Sorocaba	Sorocaba	23 de julho	4
18	16		436



Figura 5.4.23 Oficina de SAN em Ibiúna-SP e painel com as informações recolhidas dos participantes durante o evento, Oficina de São Paulo e em Marília, Oficina em Birigui e Oficina em Jaci.

Algumas CRSANS solicitam mais de uma oficina, no caso CRSANS Grande São Paulo com uma na Capital e outra em Ferraz de Vasconcelos, CRSANS Central com oficinas na Araraquara e Porto Ferreira e o CRSANS Sorocaba em Sorocaba e em Ibiúna.

CURSOS A DISTÂNCIA (EAD)

Optamos por mostrar neste relatório todos os cursos EAD realizados coordenados pela equipe do INTERSSAN (Quadro 5.4.8), o Centro de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da UNESP, que apoia a Rede-SANS. Isso, para destacar que um projeto potencializa o outro. Os cursos de 2015 e 2016 serviram de laboratório para a elaboração dos cursos ofertados nos anos subsequentes. Ao mesmo tempo, o curso de especialização formou tutores para o curso de extensão. Como já foi dito, os alunos foram contabilizados em apenas um dos convênios.

Quadro 5.4.8 Cursos desenvolvidos pelo INTERSSAN-UNESP na área de SAN no período de 2015-2019.

Nome do curso	Ano	Oferta	Inscritos	Matriculados	Evasão	Aprovados	Recursos
Interanutri Agente de SAN	2015	500	581	581	50%	290	MCTIC/MDS
Desvendando o SISAN	2016	livre	807	807	85%	122	MCTIC/MDS
Pensar e agir frente a obesidade	2016	200	200	200	65%	70	MCTIC
Linha de cuidado à obesidade com foco na Segurança Alimentar e Nutricional - I	2018	20	8	8	0%	8	MCTIC/MDS
Linha de cuidado à obesidade com foco na Segurança Alimentar e Nutricional - II	2018	10	7	8	30%	7	MCTIC/MDS
SSAN e DHAA para População Negra, Comunidades Quilombolas, Povos de Matriz	2018	200	735	735	92%	53	MCTIC/MDS
Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional para la Comunidad Universitaria	2018	250	395	395	55%	179	MCTIC
Aprofundando conhecimentos: Construindo Planos de SAN nos Municípios Paulistas e Paranaenses	2017	1500	1475	1475	33%	993*	MDS
Aprofundando conhecimentos: Construindo Planos de SAN nos Municípios Paulistas e Paranaenses II (sem tutoria intensiva)	2019	1500	1455	1455	82%	258**	MDS
Especialização em Segurança Alimentar e	2016-17	120	475	120	27,50%	87	MCTIC/MDS
Especialización em Seguridad Alimentaria y	2016-17	20	50	20	20%	16	MCTIC
Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional, UNESP/UNILAB	2019-20	50	600	50	em andamento		MCTIC
Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional UNESP/UNIZAMBEZE	2019-20	100	em processo				MCTIC
	Envolveram conteúdos produzidos por bolsistas do MDS						
	Planejados para atender metas do MDS						
	Desenvolvidos com outros propósitos						
MDS = Ministério do Desenvolvimento Social	MCTIC= Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações						
*Na versão I foram emitidos certificados conforme a carga horária de 4 a 64h, o que elevou o número de aprovados.							
** concluíram 64h de curso, 16 módulos e o curso foi executado sem tutoria direta.							

Curso 1 – Interanutri: Agentes de SAN para a Capital de São Paulo

2015: 290 participantes (213 Interanutri: Agente de SAN e 77 Interanutri: Alimento Seguro-Feiras)

Em 2015, além do apoio ao governo estadual, mesmo antes de iniciar a utilização dos recursos do MDS, mas falando também em nome do MDS, apoiamos várias oficinas e assessoramos o processo de adesão ao SISAN no município de São Paulo Capital junto a Secretaria de Trabalho e Renda, coordenação do abastecimento. Realizamos reuniões semanais que a equipe, coordenamos algumas oficinas, uma primeira de mobilização, outras já de planejamento para implantação do centro de referência da Vila Maria.

No segundo semestre de 2015, planejamos com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) e com a equipe da Coordenadoria de Abastecimento, dois cursos a distância (EAD), uma para agentes de SAN, visando principalmente preparar os novos membros do COMUSAN e o outro as boas práticas entre os feirantes. Para a realização desse curso, o processo contou com 20 tutores externos à UNESP, uma parte do próprio Conselho de SAN e a maioria proporcionados pela prefeitura de São Paulo, como contrapartida. Foi um curso de 60h., em 15 semanas, com tarefas semanais e uma atividade prática. Ao final, um encontro presencial permitiu a troca de experiências entre os 290 concluintes. Este curso foi realizado prioritariamente com recursos do MCTIC. A taxa de evasão deste curso foi em torno de 50%.



Figura 5.4.24 Atividade de encerramento do Interanutri-Agenda de SAN, 2015.

Curso 2 – Desvendando o SISAN

2016: 807 participantes

O Curso, desvendando o SISAN, foi realizado como um primeiro ensaio para o curso oferecido em 2017. Foi a primeira experiência de Curso **Online** Aberto e Massivo, (**Massive Open Online** Course - MOOC). Foi desenvolvido com recursos do MCTIC, num curto espaço de tempo, no final de 2016. Foram 4 módulos, contabilizando um curso de 16h.

SISAN

Curso de Extensão a distância “Desvendando o SISAN”

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional precisa ser mais bem conhecido e sua importância reconhecida.

Objetivo do curso
Esclarecer o funcionamento do SISAN e mostrar a importância de sua adesão por parte dos municípios.

Público-alvo
Gestores públicos, conselheiros de SAN e comunidade em geral interessada na temática.

Gratuito, acesso livre e sem limites de participantes.

O curso será de auto aprendizado em **4 aulas** com carga horária total de **16 horas**.

Inscrições
9 a 15 de novembro 2016 (será divulgado no site da Rede SANS: www.redesans.com.br)
16/11 a 16/12: disponibilização das aulas e realização das tarefas.

SISAN
SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os certificados serão emitidos pela Rede-SANS.

Figura 5.4.25 Cartaz de divulgação do curso EAD “Desvendando o SISAN, 2016”.

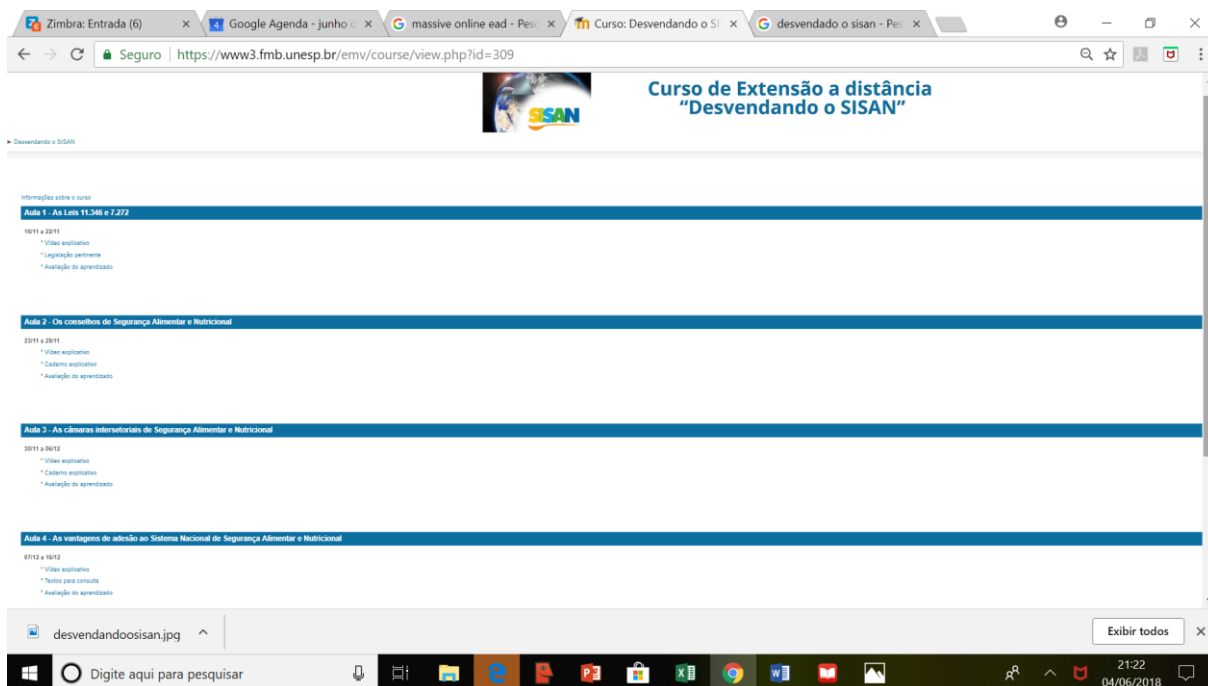


Figura 5.4.26 Plataforma Moodle (interface), 2016.

Do total de inscritos, apenas 122 alunos tiveram aprovação e receberam certificados. O único espaço de interação entre os alunos e professores foi o fórum de discussão, a avaliação do curso era feita por perguntas fechadas, com explicações das respostas esperadas logo após o envio. Isso quer dizer que apenas 15% dos que fizeram inscrição no curso receberam certificado, tendo obtido aprovação nos 4 módulos. Uma parte não consegue ao menos o acesso à plataforma. Não fizemos nenhum trabalho de monitoramento ou resgate de alunos. Com a presença do tutor e a aula inaugural, a nossa experiência vinha resultando em uma taxa de aprovação de 50% a 70%.

Curso 3: “Aprofundando Conhecimentos: Construindo Planos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Municípios Paulistas e Paranaenses

2017: 1475 inscritos; 993 aprovados em ao menos 1 módulo

Para o curso “Aprofundando Conhecimentos: Construindo Planos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Municípios Paulistas e Paranaenses” que

contou como aquele 100% oferecido com recursos do MDS e para cumprir a meta do convênio, havíamos proposto 70% de evasão, ou seja 30% de aprovação. Para melhor atender os interesses, foi proposto um curso em módulos. Como já foi referido, os encontros presenciais para orientação do uso da plataforma foram substituídos pelas oficinas que trataram de conteúdos mais aplicados. Vale destacar, que mesmo tendo sido divulgado os cursos EAD durante as oficinas, o interesse/disposição para realização desse tipo de formação não foi generalizado. A mesmo tempo que o interesse veio de diversos setores, incluindo a academia e técnicos.

Estrutura do Curso:

Título: Aprofundando Conhecimentos: Construindo Planos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Municípios Paulistas e Paranaenses

Modalidade: Extensão

Inscrições: a partir de 19 de junho 2017 até 12 fevereiro de 2018

Período do Curso - Julho/2017 a 28 fevereiro 2018

Nota Aproveitamento 7,0 Certificado modular - 4h por módulo

Ambiente Virtual - Plataforma Moodle/ Parceria NEAS/TIS FMB/UNESP

TEMAS

Tema 1: Panorama geral do curso e proposta de trabalho.

Tema 2: O sistema social e a relação da sociedade civil com a iniciativa privada e o poder público.

Tema 3: Histórico e abrangência dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional, Soberania Alimentar e Direito Humano à Alimentação.

Tema 4: O Panorama da produção, transformação e abastecimento de alimentos nos Estados de São Paulo e Paraná.

Tema 5: O Panorama da desnutrição e outras formas de má nutrição nos Estados de São Paulo e Paraná.

Tema 6: Sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e sensíveis à nutrição.

Tema 7: Como institucionalizar o SISAN no município.

Tema 8: A participação social na Constituição brasileira e o papel dos conselhos.

Tema 9: As atribuições dos conselheiros de SAN.

Tema 10: Como formar e como fortalecer os conselhos de SAN.

Tema 11: O papel da CAISAN.

Tema 12: O plano de SAN.

Tema 13: A análise de conjuntura para elaboração do plano de SAN.

Tema 14: Como estabelecer as diretrizes e metas para o plano de SAN.

Tema 15: Indicadores para monitoramento do plano de SAN.

Tema 16: A avaliação do plano de SAN.

O curso teve início com a abertura do Módulo 1, com a apresentação do curso, tarefas de ambientação com a plataforma, tais como: anexo material, enviar mensagem utilizando ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Os módulos foram liberados conforme previsto em cronograma, porém alguns sofreram atraso de inserção por motivos como: demora na edição de material audiovisual, atraso de envio de material de apoio e matriz com perguntas, respostas e discussão pelos professores responsáveis.

Na Figura 5.4.27, se apresenta a ilustração de acesso ao AVA Moodle.

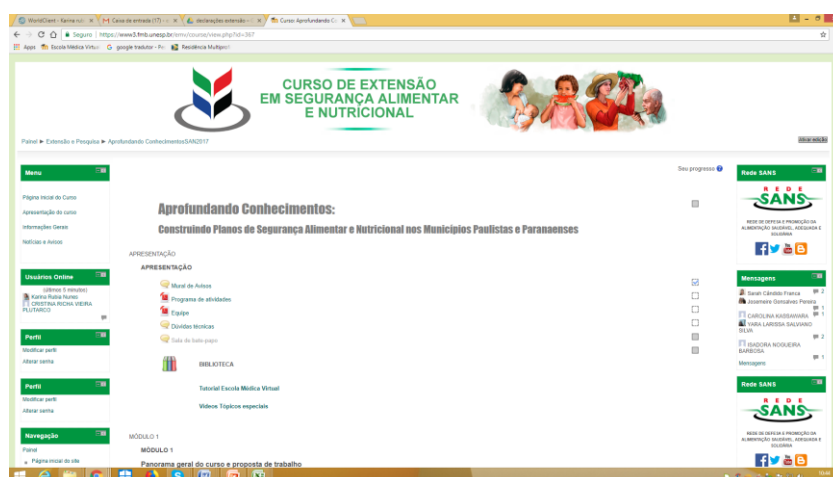


Figura 5.4.27 Interface da plataforma Moodle para o curso de extensão (2017).

A organização modular com vídeo-aulas, material de apoio, tarefa e fórum podem ser visualizados na Figura 5.4.28.

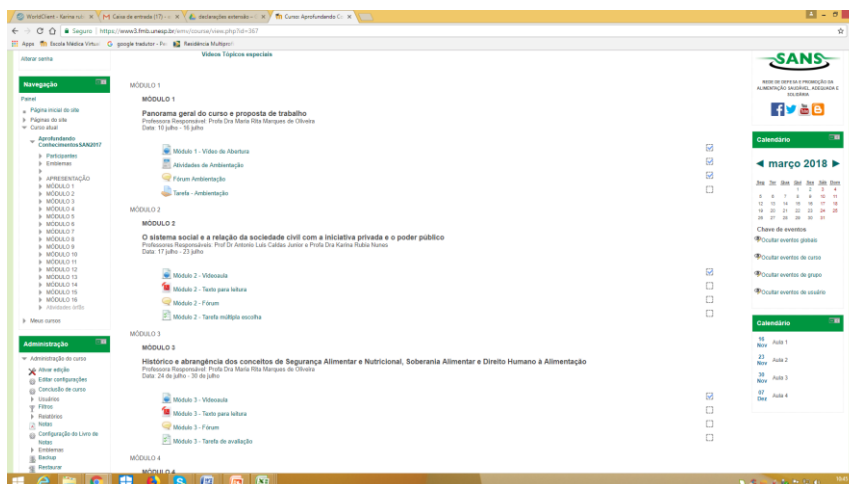


Figura 5.4.28 Organização modular na plataforma Moodle para o curso de extensão (2017).

Para o período do curso foram realizadas **1475 inscrições** utilizando o sistema de eventos da Faculdade de Medicina da UNESP (Figura 5.4.29). Vale ressaltar que as inscrições foram inseridas no ambiente virtual Moodle com frequência semanal (sempre as segundas-feiras).

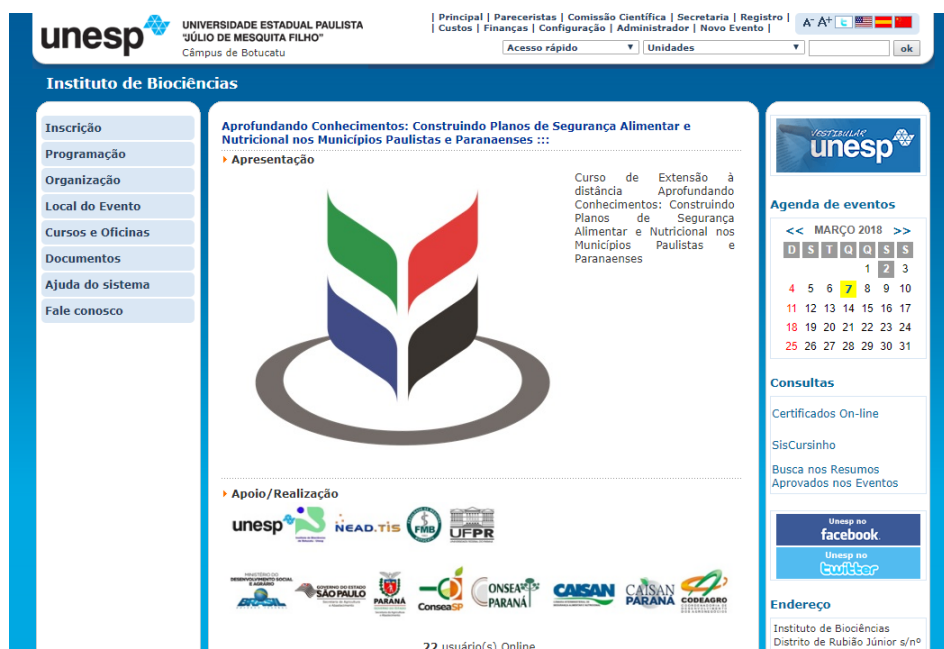


Figura 5.4.29 Sistema de eventos utilizado para inscrição nos cursos de extensão (2017).

No mês de novembro 2017, vinte e oito tutores foram selecionados para 4 meses de tutoria, com recebimento de Bolsa ATP-A. Iniciaram a tutoria com a tarefa de entrar em contato com os alunos que realizaram a inscrição e nunca acessaram a plataforma. A orientação foi para que utilizassem o endereço de e-mail com mensagem personalizada e incentivadora, para retorno ao curso, inclusive com o reenvio do passo-a-passo de acesso ao link, login e senha. Ao final dessa tarefa 466 alunos foram retirados da plataforma, uma vez que responderam as mensagens dos tutores solicitando a saída do ambiente virtual.

O curso foi encerrado com 1009 alunos na plataforma virtual. No Quadro 4.3 pode-se verificar a situação de conclusão dos módulos nos últimos dias de encerramento do curso.

Quadro 4.3 Situação dos 1009 alunos que encerraram o curso de extensão, segundo a situação de conclusão dos módulos, Botucatu, 2018.

	20/02	26/02	02/03	05/03	19/03
Nenhum módulo	566	549	544	543	543
Completaram pelo menos um módulo	442	459	465	466	466
Completaram 16 módulos	126	174	208	214	232
Completaram 9-15 módulos	136	106	81	79	61
Completaram 1 a 8 módulos	180	179	176	173	173

O curso inicialmente definido como meta para ser oferecido aos estados de São Paulo e Paraná, foi expandido para todo o Brasil considerando a demanda de e-mails e mensagens solicitando a abertura das inscrições para os demais estados.

Na Figura 5.4.30, a distribuição das 1475 inscrições, segundo grande região de moradia.

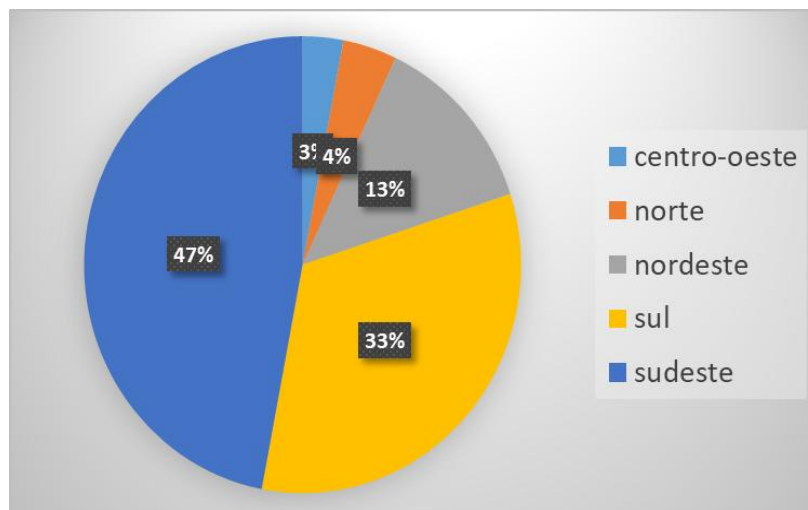


Figura 5.4.30 Região de moradia dos alunos que realizaram inscrição no curso Aprofundando Conhecimentos (2018).



Figura 5.4.31 Modelo dos certificados utilizado para o curso de extensão – frente (2017).

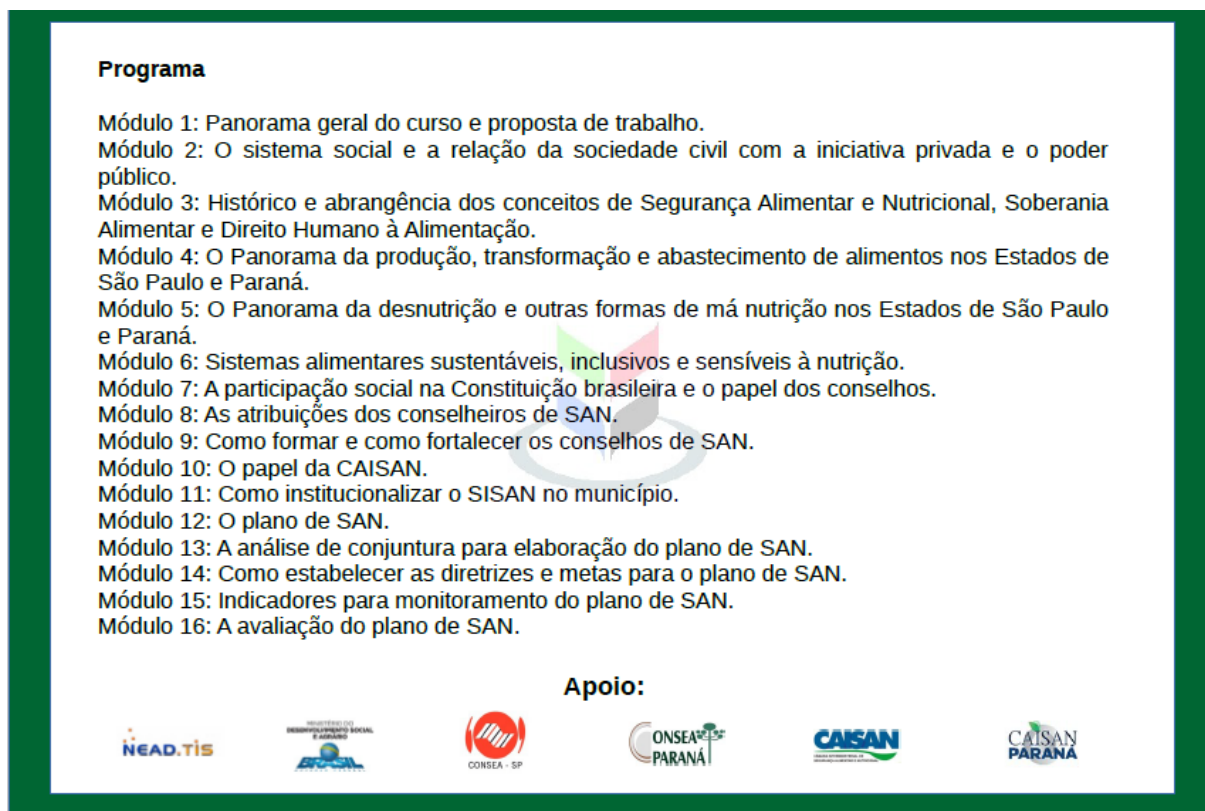


Figura 5.4.32 Modelo dos certificados utilizado para o curso de extensão – verso (2017).

- Link do google Drive onde foram disponibilizados os certificados:

https://drive.google.com/drive/folders/1JTY13_Z_x1ndG3GBfITo8tx0ayF4gqli

Curso 4: Linha de cuidado à obesidade com foco na SAN I

Tratou de um curso Semipresencial associado à pesquisa de metodologias de formação e controle da Obesidade, restrito a um grupo de profissionais voluntários.

Mais detalhes podem ser encontrados nos anexos 7 (www.redesans.com.br/relatorios/)

Curso 5: Linha de cuidado à obesidade com foco na SAN II

Segundo módulos do curso Semipresencial associado à pesquisa de metodologias de formação e controle da Obesidade, restrito a um grupo de profissionais voluntários. Esse curso poderá ser contabilizado como módulo da Especialização.

Mais detalhes podem ser encontrados nos anexos 7 (www.redesans.com.br/relatorios/)

Curso 6: “Aprofundando Conhecimentos: Construindo Planos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Municípios Paulistas e Paranaenses” II

2019: 1455 inscritos; 258 aprovados, completando 16 módulos.

Se considerarmos que o curso de 2017 contou com tutores e que embora 993 alunos tenham sido certificados, apenas 232 de 1475 inscritos completaram 16 módulos. Nesse caso, o resultado dessa segunda turma pode ser considerado melhor que o da primeira. Exceto que a certificação foi feita para o total de horas (64) e que algumas aulas foram regravadas para atender e esclarecer dúvidas daquele momento, o curso seguiu a mesma metodologia do primeiro oferecimento. Lembrando que esse curso foi contabilizado na **Meta 9**.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAN

Ainda dentro das ações da Meta 4, o curso de Especialização em Segurança Alimentar e Nutricional surgiu como possibilidade de ampliar as vagas de um curso que já estava planejado no convênio UNESP/MCTIC. O curso inicialmente previa o oferecimento de 40 vagas, 20 para brasileiros e 20 para uma país da América Latina, no caso o Equador. Com um reforço na equipe, a partir dos professores e bolsistas envolvidos com o convênio UNESP/MDS foi possível ampliar o curso em 100 vagas. Para a seleção dos participantes, houve uma ativa participação dos Conselhos de São Paulo e Paraná e CAISAN Paraná. Foram oferecidas 2 vagas para cada comissão regional. A seleção deveria levar em conta a indicação regional, os indicados deveriam apresentar curso superior e critério de escolha não deveria ser acadêmico, mas sim de inserção no SISAN. Tivemos 475 inscritos. O compromisso com a região foi importante para o elevado índice de aprovação. Entre os que desistiram ou não conseguiram concluir tivemos 3 casos declarados de falta de acesso à internet, dois problemas de saúde e alguns outros relatos de falta de habilidade com a internet e dificuldade extrema para conciliar a agenda, além de uma aposentadoria. Destaca-se a presença dos técnicos do CONSEA e CAISAN

dos dois estados entre os alunos que concluíram o curso, incluindo o secretário executivo do CONSEA e CAISAN-SP.

O curso foi oferecido na Plataforma Moodle, com disponibilização de vídeo aula, material de consulta e tarefas semanalmente. Nos trabalhos de conclusão do curso os alunos deveriam “desatar ou aflorar um nó do SISAN”. Assim os trabalhos versaram sobre a intersetorialidade, a participação social e os programas de SAN. Trataram prioritariamente de trabalhos de pesquisa-ação e relatos de experiência. Os resultados desses trabalhos deverão compor um livro.



Figura 5.4.33 Apresentação do trabalho realizado pela dupla Valverde/Rudnéia do CONSEA/CAISAN-SP.



Figura 5.4.33 Quem esteve online também saiu na foto.



Figura 5.4.34 Os TCC's do Paraná tiveram importante participação da Prof.a Regina (UFPR).

EXTRUTURA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO.

Número Alunos Matriculados Brasil: 119 (concluintes 87)

Número Alunos Matriculados Equador: 20 (concluintes 16)

Período do Curso: 22/08/2016 a 10/03/2018

Cronograma do Curso de Especialização em SAN

Tópico	Professor	Carga Horária	Data (aula ou postagem)
Módulo I: Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada nas Políticas Públicas: p=presencial d=distância			
Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à alimentação: conceitos em construção.	Maria Rita M. Oliveira	08p	22/08/16
	José Giácomo Baccarin	25/04	
Analisando a realidade social: a sociedade civil, o poder público e o mercado.	Maria Rita Marques de Oliveira	08d	29/08/16
Panorama da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina.	José Giácomo Baccarin	16d	05/09/16
		09/05	12/09/16
Políticas, planos e programas de Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina.	Maria Rita M. Oliveira	16d	19/09/16
		23/05	26/09/16
Indicadores de segurança alimentar e nutricional para o monitoramento de políticas públicas.	Maria Rita M Oliveira	20d	03/10/16
		06/06	10/10/16 17/10/16
Bioética, direitos humanos e promoção da alimentação saudável.	Valdir Gonzalez Paixão Junior	12d	24/10/16
		20/06	31/10/16
Módulo II: Metodologia da Pesquisa:			

Metodologia da Pesquisa	Maria Rita Marques de Oliveira	24d 08p 04/07	07/11/16 14/11/16 21/11/16 28/11/16
Módulo III: Agroecologia, biodiversidade da fauna e flora e mudanças climáticas:			
Biodiversidade da fauna e flora da América Latina.	Pablo Furlan Vargas	08d 18/07	05/12/16
A água na agricultura e a água para o consumo humano.	Pablo Furlan Vargas Convidada: Beatriz Stamato	08d 18/07	06/02/17
Agroecologia, segurança alimentar e extensão rural.	Lin Chau Ming Convidado: Juan David Solano	16d 01/08	13/02/17 20/02/17
Módulo IV: Agricultura Familiar:			
Extensão Rural e Desenvolvimento Agrário.	Luiz Carlos Ferreira de Almeida	20d 15/08	27/02/17 06/03/17 13/03/17
Circuitos Espaciais, Segurança Alimentar e Mercados Institucionais para Agricultura Familiar.	Antônio Lazaro Convidada: Karina Pavão	20d 29/08	20/03/17 27/03/17 03/04/17
Políticas Públicas e Agricultura Familiar.	José Giácomo Baccarin	24d 05/09	17/04/17 24/04/17 01/05/17
Módulo V: Alimentos: propriedades e processamento:			
Introdução à tecnologia de alimentos.	Pricila Veiga dos Santos Ruth Irene Martinez Espinosa	16d 19/09	08/05/17 22/05/17
Fisiologia pós-colheita de frutas e hortaliças.	Regina Marta Evangelista	08d 26/09	29/05/17
Tecnologia de leite e derivados.	Pricila Veiga dos Santos	12d	05/06/17 12/06/17

		03/10	
Fitoquímicos e alimentos funcionais: características químicas e papel na saúde humana.	Ruth Irene Martinez Espinosa Renata Maria Galvão de Campos Cintra	16d 17/10	19/06/17 26/06/17
Gestão da qualidade e controle higiênico-sanitário de alimentos.	Flávia Queiroga Aranha	16d 31/10	03/07/17 10/07/17
Módulo VI: Nutrição comunitária:			
Alimentação e nutrição no ciclo da vida em diferentes culturas.	Maria Rita Marques de Oliveira (convidadas: Lilian Fernanda Galesi e Milena Sendão Ferreira)	20d 07/11	17/07/17 24/07/17 31/07/17
Ações intersetoriais e o controle social para a promoção da alimentação saudável.	Maria Rita Marques de Oliveira	16d 21/11	07/08/17 14/08/17
Obesidade e desnutrição: duas faces de um mesmo problema.	Maria Rita Marques de Oliveira Convidada: Thabata Koester Weber	16d 05/12	21/07/17 28/07/17
Módulo VII: Educação Alimentar e Nutricional e do Campo:			
Educação Alimentar e Nutricional	Regina Maria Ferreira Lang Maria Rita Marques de Oliveira	24d 06/03	04/07/17 11/07/17 18/07/17
Educação do campo.	Bernardo Mançano Convidados: Silvia Aparecida de Sousa Fernandes e Mônica Schiavinatto	08d 20/03	25/07/17 02/10/17
Módulo VIII: Tópicos especiais em Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional:			
Tópicos especiais.	Maria Rita Marques de Oliveira: Convidados: Élcio De Souza Magalhães e Carmem Priscila Bocch	20d 03/04	09/10/17 a 06/11/17

Trabalho de conclusão de curso (60 horas).			
Trabalho de conclusão de curso.	Flávia Queiroga Aranha Maria Rita Marques de Oliveira (coordenadoras)	60t/p 17/04 – informe ao longo do curso	13/11/17 a 15/12/17

LISTA DE TCC DO BRASIL

1. Agroecologia no município de Pinhão-PR
2. A CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) é uma ferramenta que promove a produção de alimentos de base agroecológica, assim como o acesso regular de alimentos saudáveis e sustentáveis.
3. A desarticulação da CRSANS/SJ dos Campos ocorre pelo desconhecimento dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e intersectorialidade, no âmbito do SISAN
4. A educação alimentar e nutricional pautada na intersectorialidade e na participação social para melhor aceitação de frutas e verduras por crianças em idade escolar do município de Nova Fátima/PR.
5. A intersectorialidade como fundamento para implementação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional: experiência em São Paulo
6. Análise do controle social sobre a política de segurança alimentar e nutricional no município de Ponta Grossa
7. Avaliação do desperdício de alimentos dentro de duas instituições de ensino
8. Avaliar a importância da secretaria de segurança alimentar no município de Mauá
9. Avaliar a situação nutricional das crianças da rede municipal de ensino e, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, desenvolver um

projeto para melhorar os hábitos saudáveis e conseqüentemente reduzir a obesidade infantil
10. Avaliar o através de metodologia qualitativas a importância do trabalho dos bancos de alimentos para as instituições atendidas em determinada região
11. Centro de referência em segurança alimentar - CRESAN - Um novo espaço de cidadania, padronização e acessibilidade
12. Centro de referência em segurança alimentar e nutricional no município de São Paulo: história, ações e perspectivas intersectoriais
13. Como as políticas de SAN são entendidas pelos técnicos das diferentes secretarias do município de Virmond? É possível sistematizar as ações educativas em alimentação e nutrição?
14. Como reduzir o desperdício de alimentos alinhando a agroindústria sem esquecer-se da segurança alimentar?
15. Como tais redes de abastecimento incidem nas dinâmicas de organização territorial e de transformação da cidade, considerando-se que as manifestações dessas redes de abastecimento alimentar na realidade urbana de Guaraci são incorporadas pelas formas históricas de organização territorial.
16. Compras institucionais: a viabilidade da implementação no âmbito municipal
17. Conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional: estruturação, funcionamento e suas dificuldades
18. Desafios para a implantação e execução de ações de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no município de Rio Claro - SP
19. Diagnóstico de segurança alimentar e nutricional do município de Barra Bonita/SP a partir das concepções dos membros e profissionais atuantes no setor
20. Diagnóstico dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional dos municípios da CORESAN

21. Discursos cinematográficos, sensibilização e formação imagética: proposta de processo formativo sobre segurança alimentar e nutricional, a partir da linguagem cinematográfica
22. É possível ampliar o atendimento do Programa Estadual de Alimentação Escolar com alimentos orgânicos?
23. Entendimento de atores governamentais e não-governamentais relacionando segurança alimentar e nutricional com o processo local de intersetorialidade do conselho municipal de segurança alimentar e nutricional no município de honório Serpa, Paraná.
24. Escolas de Educação Infantil no município de Ferraz de Vasconcelos: Promovendo bons hábitos alimentares
25. Estudo de Caso: Cooperativa de Produtores Rurais de São José do Rio Preto
26. Identificação dos fatores que contribuem para a heterogeneidade existente no processo de adesão ao sisan nos municípios que compõem a comissão regional de segurança alimentar e nutricional de Curitiba e Região Metropolitana - CORESAN
27. Implantação de horta sem uso de agrotóxicos para abastecimento de um restaurante popular no município de Marília
28. Los sistemas agroforestales (SAFs) para la seguridad alimentaria y nutricional desde una perspectiva de agricultura familiar agroecológica.
29. O desconhecimento dos profissionais da saúde em relação ao PAE do município de São Paulo dificulta a intersetorialidade entre a saúde e a educação?
30. O desenvolvimento de um Plano de Ação junto aos membros do COMSEA com transmissão do conhecimento e informações relativas ao funcionamento da Política de Segurança Alimentar para colaborar na implantação da Política no Município.

31.O que a agricultura familiar de Apucarana- Pr produz e como esses alimentos são comercializados na região
32.Os agricultores familiares com acesso (apenas?) às políticas públicas como PAA e PNAE conseguem, a partir de sua produção, uma renda para se manterem minimamente inseridos no mercado, produtivos e obtendo retorno financeiro?
33.Os membros dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, pertencentes ao Escritório Regional de Paranaíba, são participantes ativos nas reuniões e na construção do SISAN?
34.Panorama atual dos conselhos municipais no estado de São Paulo: ações de fortalecimento
35.Participação dos conselheiros na implementação da política municipal de segurança alimentar e nutricional
36.Perfil dos presidentes e gestores municipais de segurança alimentar e nutricional de Sergipe e percepção sobre segurança alimentar e nutricional
37.Perfil nutricional, nível de (in) segurança alimentar e nutricional de idosos diabéticos e elaboração de estratégias intervenção intersetoriais no município de Birigui (SP)
38.Quais as dificuldades vivenciadas no processo de execução do PSE , em Paçandu, que inviabilizaram sua continuidade.
39.Quais os melhores indicadores para o plano de SAN no município de Sorocaba?
40.Quais os programas, projetos e ações de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvidas nas Secretarias Estaduais vinculadas a CAISAN Paraná e como eles se relacionam intersetorialmente
41.Quais são os desafios encontrados pelos atores responsáveis pela implantação do SISAN nos municípios vinculados a Regional da SEAB de Laranjeiras do Sul.

42. Qual é o protocolo do programa Leite das Crianças?
43. Qual o entendimento dos atores governamentais e não-governamentais relacionando Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com o processo local de intersectorialidade do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) no município de General Carneiro, Paraná
44. Qual o panorama da aplicação da Resolução SESA 748/2014 no município de Pato Branco sob a ótica dos produtores, varejistas, consumidores e órgão fiscalizador?
45. Relato de experiência do projeto de extensão “Fomento regional da produção orgânica de alimentos” e análise de seus impactos na região de Bauru
46. Será que a família com crianças beneficiárias do Programa VIVA-LEITE, e que concomitantemente possuem Bolsa Família e NUTRIRCAMPINAS (vale alimentação) se sentem seguras sobre o ponto de vista alimentar?

LISTA TCC DO EQUADOR

1. Coordinación intersectorial e interinstitucional a nivel local para ejecutar la política pública a través de la participación ciudadana en la parroquia Changaimina del cantón Gonzanamá, provincia de Loja, República del Ecuador
2. Fortalecimiento de mercados internos para la comercialización de la producción agroecológica en la ciudad de Loja
3. Impulsar un proceso participativo en la comunidad Shuar El Kiim de la parroquia Guadalupe, cantón Zamora, provincia de Zamora Chinchipe, con el fin de logra aumentar el cultivo y consumo de alimentos autóctonos
4. Contribución de la biotecnología alimentaria para mejorar la seguridad alimentaria y nutricional en la provincia de Loja-Ecuador
5. Análisis de los cambios culturales en el manejo de los Sistemas de Producción Agropecuaria y su influencia sobre la seguridad alimentaria de

las familias integrantes de la Red Agroecológica de Loja
6. Huertos familiares como una iniciativa para el fortalecimiento de la seguridad alimentaria en la parroquia Catamayo, cantón Catamayo, provincia de Loja
7. Implementación y fortalecimiento de la feria de productores
8. "Yo Prefiero", cantón Calvas: comercialización y acceso a productos sanos y nutritivos

Detalhes de todos os cursos podem ser vistos nos anexos 7, no site da Rede-SANS (www.redesans.com.br/relatorios/)

META 5 - Produzir/adequar ferramentas para diagnóstico das ações e iniciativas e para elaboração das políticas municipais de SAN.

Avaliação da execução: 100%

Em princípio se considerou que o livreto n.3 do conjunto elaborado para as primeiras oficinas (2016 e 2017) daria conta desta meta. No entanto, havíamos proposto revisar o roteiro de diagnóstico da Rede-SANS e percebemos que o instrumento elaborado em 2011 vinha ainda sendo usado por alguns municípios, então decidimos revisá-lo e adequá-lo aos desafios do PLAN SAN Nacional, chegando no nível das metas do PLAN SAN-SP. Fizemos duas versões uma genérica e outra para os municípios do Estado de São Paulo. A versão para o Estado de São Paulo foi aplicada num piloto em Botucatu, antecedendo a Conferência de SAN no dia 22 de agosto de 2019.

Detalhes das ferramentas podem ser vistos nos anexos 12, no site da Rede-SANS (www.redesans.com.br/relatorios/) e também na produção.

META 6 - Participar/assessorar a sistematização de informações do documento base para as conferências estaduais de SAN em São Paulo e Paraná

Avaliação da execução: 100%

Essa meta foi alcançada em 2015. A principal contribuição do projeto no ano de 2015 para o fortalecimento do SISAN nos estados de São Paulo e Paraná, foi a ativa participação nos processos de conferências.

Conferências municipais – estivemos presentes nas conferências municipais de Piracicaba, Sorocaba, São José do Rio Preto, São Paulo e Curitiba. A nossa presença constou desde a presidência da conferência de Sorocaba, a palestra de abertura de Curitiba e Piracicaba. Em São Paulo auxiliamos a sistematização das informações obtidas nas regiões metropolitanas.

Conferências regionais – Fizemos as palestras de abertura das conferências regionais de: Mauá, Franca, Marília e Sorocaba.

Conferências Estaduais – Estivemos na mesa de abertura com palestras e na relatoria das conferências de SAN de São Paulo e Paraná (com apoio da UFPR).

Em 2017 participamos ativamente do processo da conferência+2 em São Paulo.

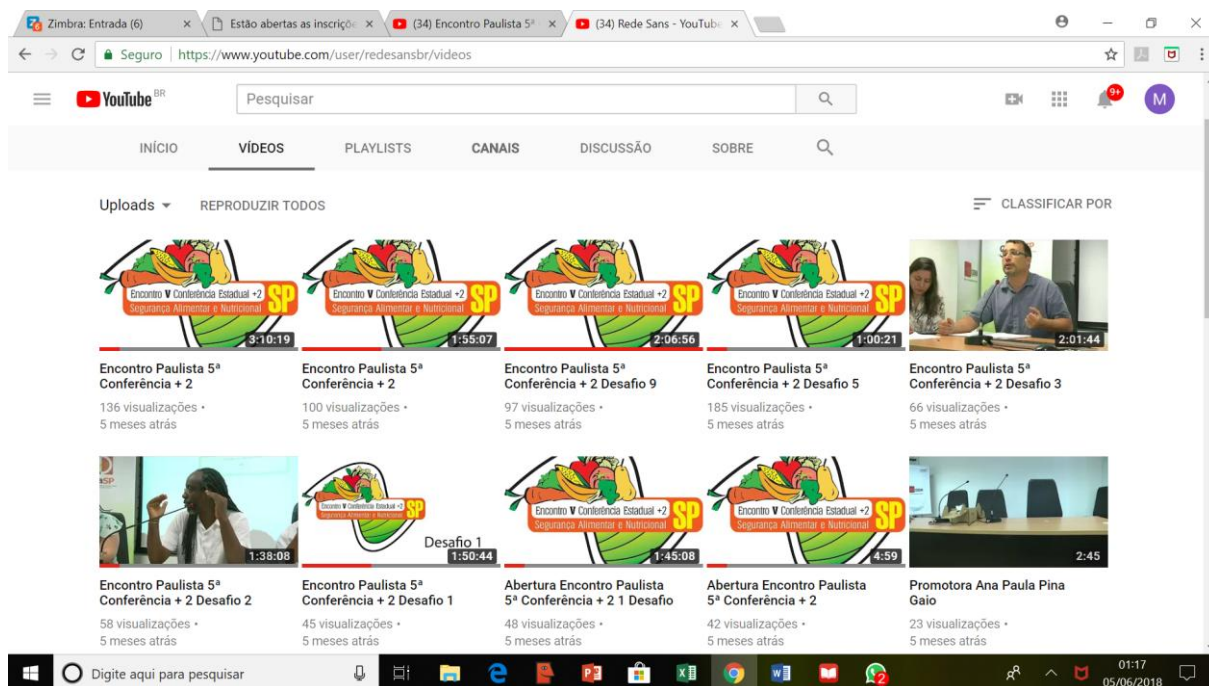


Figura 6.1 Vídeos dos seminários virtuais no canal da Rede-SANS, indicando pós-visualizações.

Em São Paulo, com apoio do projeto foi possível inovar no processo de conferência+2. Auxiliamos todo o processo de planejamento e articulação do trabalho. Estivemos coordenando rodas de conversa que versou sobre a população indígena em Bauru e a população quilombola em Registro. Auxiliamos a articulação da participação dos membros da CAISAN nos seminários virtuais, dos quais participaram como poder público junto com um representante da academia que fazia a introdução do tema e um outro da sociedade civil que apresentava a vivência do tema. O representante do governo apresentava suas ações propostas e comentários. Os seminários eram transmitidos por Webconferência e por streaming. Depois disso, ficava disponibilizada gravação do seminário e algumas questões norteadoras para participação. É certo que essa participação pode ser ampliada em muito. Podemos verificar o número de visualizações aos vídeos. Além dessas, os vídeos ficaram expostos no site do CONSEA. Ao final apoiamos a organização do encontro presencial da conferência+2 em São Paulo no dia 23 de janeiro.

No ano de 2019 elaboramos informes sobre as Conferências e material de apoio à realização das conferências municipais. Em São Paulo o processo de mobilização para fóruns ou conferências está a cargo da sociedade civil ou de municípios que tradicionalmente às realizam.

No Paraná 383 municípios do PR realizaram conferências de SAN em 2019 (www.consea.pr.gov.br).

Detalhes das conferências podem ser vistos nos anexos 9, no site da Rede-SANS (www.redesans.com.br/relatorios/) e também nos anexos 10 (Registros fotográficos) e anexos 11 (vídeos).

META 7 - Produzir/sistematizar e divulgar em rede virtual os registros do processo de articulação e construção das Políticas Públicas de SAN no Estado de São Paulo e Paraná, com frequência semanal de informação.

Avaliação da execução: 100%

No site da Rede-SANS podem ser visualizadas as notícias divulgadas com regularidade.

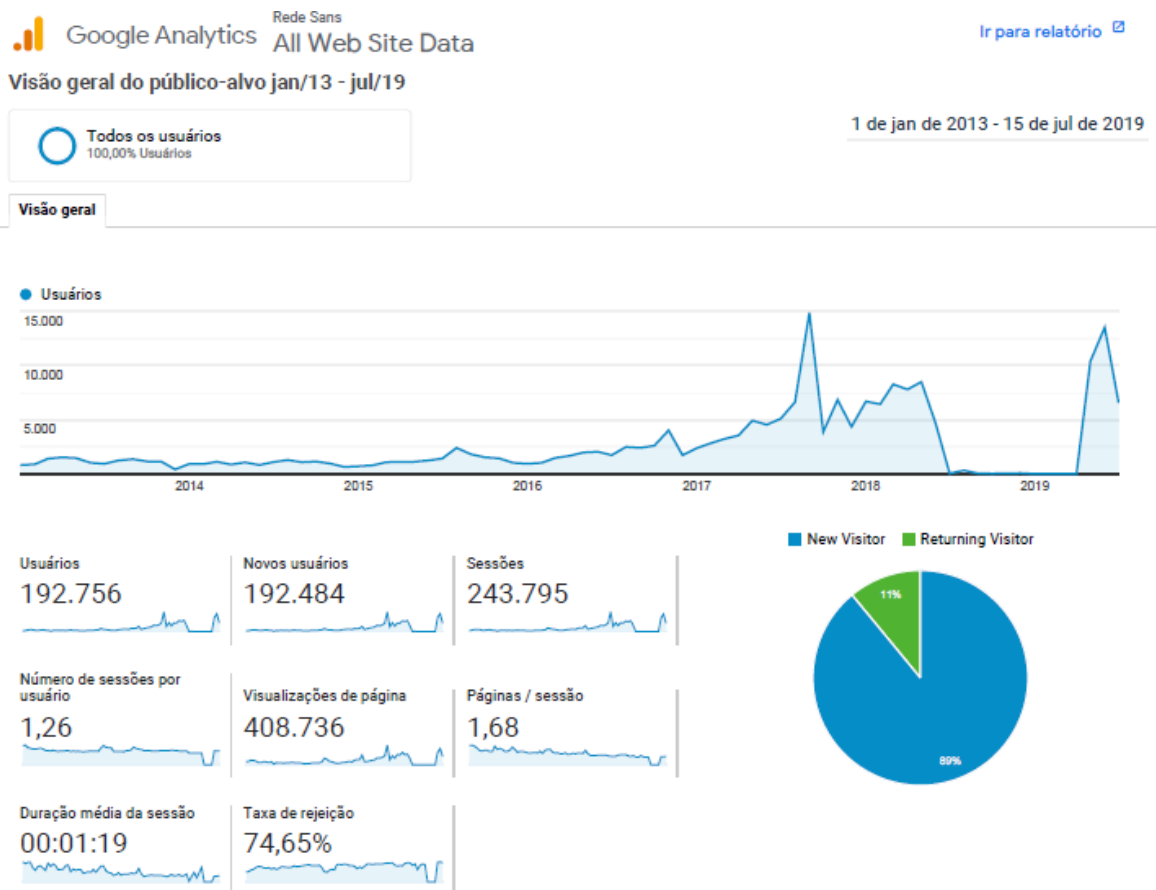


Figura 7.1 Resumo dos acessos ao site da Rede-SANS 2013-2019.

A métrica o Site da Rede-SANS com 45.939 visualizações, 29.993 usuários, dos quais 11% são usuários regulares, nos últimos 6 meses.

Detalhes das ferramentas podem ser vistos nos anexos 15, no site da Rede-SANS (www.redesans.com.br/relatorios/) e no próprio site.

META 8 - Identificar e incentivar a evolução no estágio de organização política e social na direção da construção de uma Política Municipal de SAN em ao menos 60% dos 1044 municípios dos Estados de São Paulo e Paraná.

Avaliação da execução: 100%

As oficinas de SAN atingiram a totalidade dos municípios paranaenses. Em São Paulo, a participação se deu prioritariamente nos processos online de cursos e cursos de conferências. Conseguimos prospectar e cadastrar representantes da maioria dos municípios os quais foram contatados para participarem das oficinas de SAN. Constatamos que nem mesmo o Estado tem um interlocutor no município, além dos representados nas CRSANS. Parte do levantamento da secretaria de Estado sobre os conselhos é derivada de dados secundários. Somados São Paulo e Paraná atingimos a interação com mais de 600 municípios.

Em São Paulo, apenas 29% dos municípios responderam o MAPASAN, dos 187 que responderam 86 (46%) tinham conselho funcionando. Em 2016-17, em pesquisa realizada pelo Estado, 327 municípios responderem, dos quais 82 indicaram apresentar Conselhos ativos (25% dos respondentes). Em 2018, o Estado obteve 100% dos dados, encontrou 116 ativos, enquanto 272 afirmaram não ter Conselho. Então, 57% apresentavam em 2018, ao menos lei de criação. No entanto, apenas 12,4% dos municípios haviam feito cadastro no MapaSAN 2018.

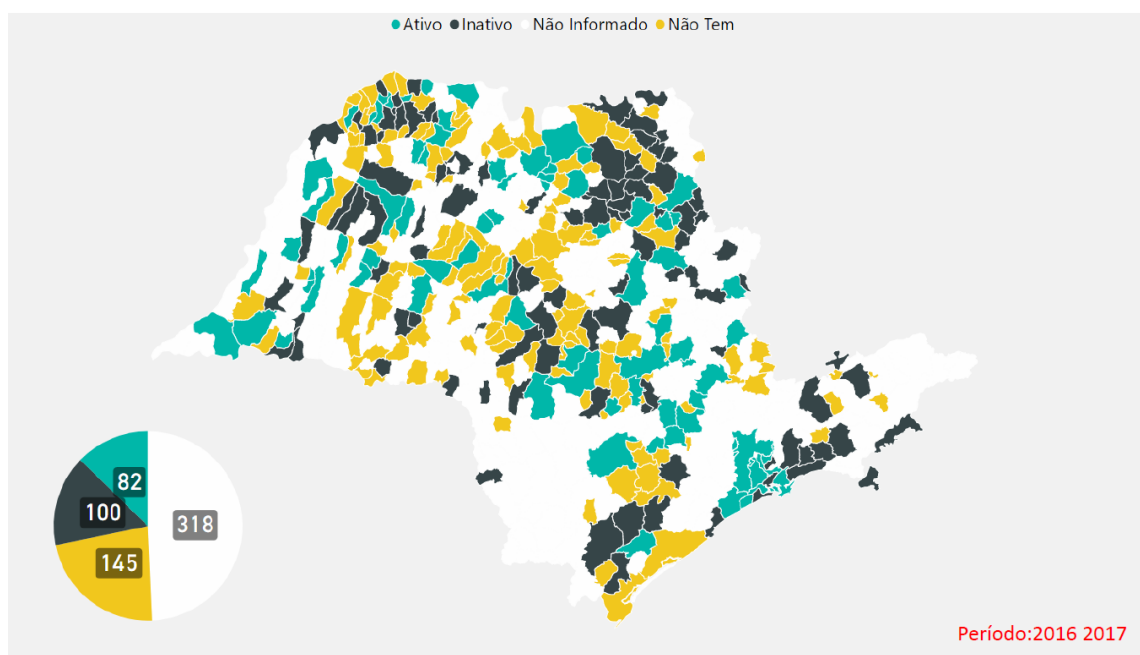


Figura 5.8.1 Situação de São Paulo em 2016-2017. Fonte: CONSEA-SP.

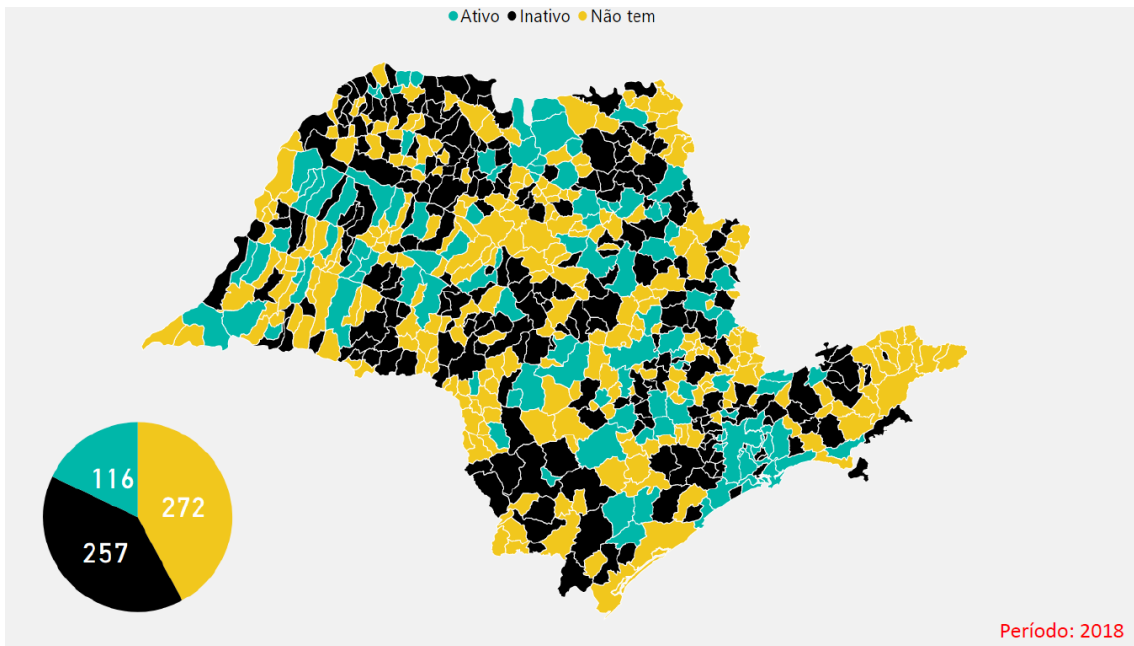


Figura 5.8.2 Situação de Paulo em 2018. Fonte: CONSEA-SP.



Figura 5.8.3 Situação do Paraná em 2015. Fonte: CONSEA-PR.

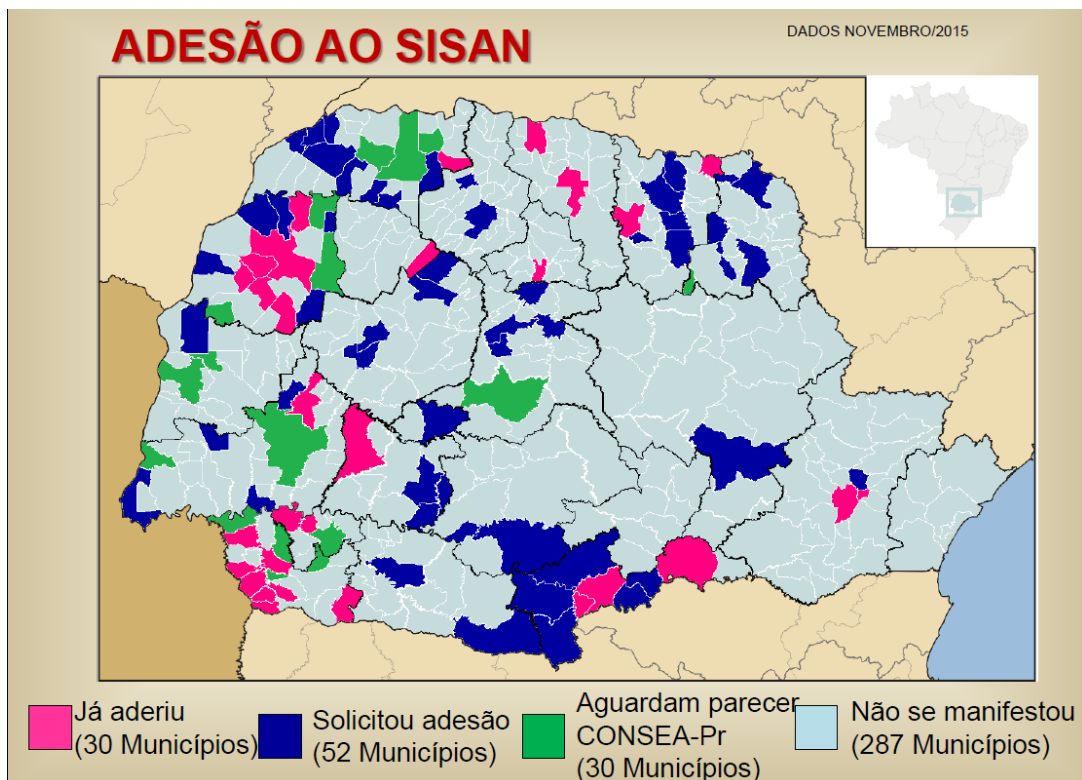


Figura 5.8.4 Situação do Paraná em 2015 (Adesão). Fonte: CONSEA-PR.

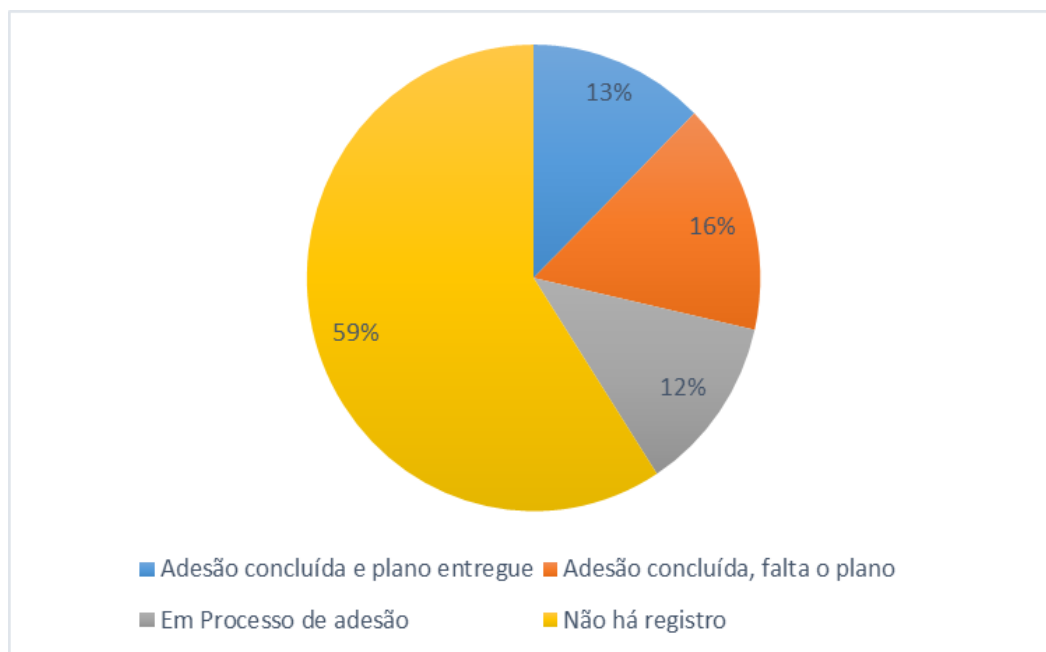


Figura 5.8.5 Situação dos municípios paranaenses quanto à adesão ao SISAN, 2018 (dados CONSEA-PR).

São Paulo e Paraná, cada um com suas próprias motivações tiveram impulsos na Institucionalização da SAN em seus municípios. No Paraná, 41% dos municípios ao menos solicitaram a adesão ao SISAN e 13% já tem seus planos de SAN. Em 2015 eram 28% os que ao menos haviam solicitado a adesão e nenhum tinha seu plano de SAN.

A repercussão do projeto nos resultados é de difícil aferição. Certamente ajudamos nos esforços que existiram por parte dos dois governos e do Ministério Público do Paraná.

Mais detalhes podem ser encontrados nos anexos 16 (www.redesans.com.br/relatorios/).

Meta 9. Oferecer pelo menos 1000 vagas para cursos de extensão a distância voltados à adesão ao SISAN e Fortalecimento da Participação Social.

Avaliação da execução: 100%

Os recursos foram destinados a contratação de estagiários e bolsistas para a elaboração dos conteúdos e manutenção da plataforma Moodle. Foram utilizados recursos de locomoção e pagamento de despesas com hospedagem e alimentação (ajuda de custo a colaborador eventual) dado que esses cursos têm evoluído gravações e depoimentos.

Foram ofertadas 1500 vagas de curso e elaborados conteúdos para as Políticas de SAN. A Saber:

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação para População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e Quilombos de Matriz Africana, APN, 2019

Agricultura Orgânica, Cintra 2019

Brief PNAE para escolas, Lourenzani et al., 2019

Brief PNAE para prefeituras, Lourenzani et al., 2019

Caderno sobre horta educativa, Vanzela et al. 2019

Caderno para conferências de SAN – 2019

Conferências Municipais de SAN - Modelo de Regimento, 2019

Doenças transmitidas por alimentos, Santos et al., 2019

Fitoquímicos e alimentos funcionais, Cintra, 2019

Receitas saudáveis, Santos et al., 2019

Os detalhes sobre o curso de extensão estão descritos na Meta 4 (Curso 6) e nos anexos 7 e 11 (www.redesans.com.br/relatorios/).

6. INDICADORES DE RESULTADOS

Quadro 6.1. Indicadores de resultados.

Ordem	Descrição do indicador
1	O plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo elaborado e aprovado com ativa participação da equipe do projeto.
2	A avaliação dos CONSEA's e CAISAN's de São Paulo e Paraná que atribuem significativa contribuição do projeto à evolução dos conselhos de SAN no Estado de São Paulo e à adesão ao SISAN no Paraná.
3	Curso de especialização com 87 concluintes e a produção de um livro dos trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos por técnicos e agentes de SAN espalhados nas 22 comissões regionais de SAN no Paraná e nas 16 comissões de São Paulo. Esses formandos se tornaram agentes multiplicadores de SAN nos cursos de Extensão e Oficinas.
4	Oferecimento de cursos de extensão oportunizado a participação de 2.910 alunos, além da potencialização de outros 590 alunos de cursos de SAN com recursos de outros convênios.
5	Realização de oficinas de formação em dois momentos do projeto em 100% das regiões de São Paulo e Paraná (76 oficinas), com a participação de aproximadamente 3.097 pessoas.
6	Elaboração de 15 cadernos de formação e educação em SAN e 2 livros.
7	Desenvolvimento de material pedagógico online (três cursos de extensão e 1 de especialização).
8	Produção de 91 vídeos educativos/informativos.
9	Elaboração de ferramentas: sistema de indicadores, roteiro de diagnóstico das ações de SAN nos municípios, roteiros para oficinas.
10	A métrica o Site da Rede-SANS com 45.939 visualizações, 29.993 usuários, dos quais 11% são usuários regulares, nos últimos 6 meses.

No quadro 6.1 foi feita uma síntese dos principais resultados do projeto. Numa avaliação global podemos dizer que as ações do projeto refletiram positivamente no

fortalecimento do SISAN nos dois Estados. No Estado de São Paulo, a aprovação do PLANSAN e no Paraná a o avanço da adesão ao SISAN.

7. JUTIFICATIVA PARA O USO DOS RECURSOS

O quadro 7.1 apresenta um resumo dos recursos destinados ao projeto e para qual finalidade foram utilizados.

Quadro 7.1. Recursos do convênio, contrapartida e rendimento

		REMESSA
3.3.90.18.01	Bolsa/ajuda de custo	523.000,00
3.3.90.30.10	Alimento para oficina	7.299,78
3.3.90.30.21	Gasolina	19.969,40
3.3.90.33.42	Pass. Aérea	31.781,92
3.3.90.36.16	Colaboradores eventuais	49.294,00
3.3.90.14.01	Diárias	118.654,90
	Contrapartida	15.306,12
	Rendimento	151.514,00
		9016.820

Bolsas: Foram bolsas para alunos vinculados à UNESP e alguns professores. Os alunos eram de graduação, pós-graduação e Pós-doutorado. Os professores foram de diferentes áreas envolvidos com o apoio na elaboração de conteúdos e essas bolsas foram imprescindíveis com ajuda de custo, especialmente quando a demanda apresentada foi extra. No caso dos alunos eles estiveram envolvidos com elaboração de conteúdos, planejamento, preparo, realização e divulgação das oficinas.

Gestão da plataforma do curso e muitas outras atividades. Neste item as ajudas de custo ao estudante foram destinadas à ajuda em atividades fora do local de residência.

Alimentos: Na primeira rodada de oficinas fizemos um esforço para fornecer alimentos aos participantes (suco, torradas, manteiga e geleia). Isso foi trabalhoso, ao mesmo tempo percebemos os participantes conseguem se organizar localmente para alimentação. Então modificamos o plano de trabalho, excluindo este item.

Gasolina: Foi imprescindível para a locomoção nos dois estados, levando as equipes e materiais para as oficinas. Temos a disposição um carro oficial do INTERSSAN (apoio MCTIC), para uso precisamos de combustível e diárias de motorista.

Passagem aérea – utilizadas pela equipe e colaboradores eventuais, em especial entre São Paulo, Curitiba e Brasília. Em três ocasiões os recursos foram utilizados para pagamento de colaboradores de outros estados, para participação em evento.

Colaboradores eventuais – esses recursos viabilizaram reuniões com membros dos CONSEA's e a ajuda de custo para realização de oficinas fora da área de residência por voluntários conselheiros. Eventualmente foram pagas diárias para o desenvolvimento de atividades no projeto para membros da Rede-SANS ou outro ator atuante na área.

Diárias – pagas aos servidores da UNESP, em especial professores e motorista quando desenvolveram atividades fora do município de residência.

Contrapartida – foi destinada à impressão de cadernos educativos.

Rendimento – Foi utilizado com bolsas, estagiários, passagem aérea, diárias e ajuda de custo. Esses recursos foram imprescindíveis para a conclusão do projeto e geraram a oportunidade de ampliar a produção de material educativo.

8. LIÇÕES APRENDIDAS

De 2013, quando o projeto foi concebido, até 2019, quando o projeto foi concluído, numa posição menos ingênua, percebemos que a incidência sobre as ações em prol a elaboração das políticas de SAN nos dois Estados é bem mais complexa do que se pode imaginar. Também percebemos que as parcerias para a realização das atividades propostas no projeto se efetivam junto aos CONSEA's e CAISAN's e menos com os atores externos, como se pretendia no início, em especial com outras universidades. Assim, a intenção de envolver outras instituições acadêmicas não se concretizou e os principais parceiros dos trabalhos foram os técnicos que apoiam o SISAN nos dois Estados, sempre com a anuência do CONSEA. Destaca-se aqui o processo de mão dupla deste tipo de proposta, pois processos como este capacitam a academia para que cada vez mais se veja inserida nesta política.

De um lado, os instrumentos para mobilização e as ações de formação foram elaborados/desenvolvidos em formato e quantidade que superaram as expectativas iniciais.

É preciso esperar, dar tempo para que as coisas aconteçam. Em abril de 2018, escrevemos “De outro, esperávamos ter maior atuação na construção de

mapas e políticas/planos de SAN, no entanto, não é simples intervir nessas dinâmicas”. Logo em seguida nossa participação na elaboração do PLANSAN-SP superou nossas expectativas, e pudemos participar de forma consistente.

As oficinas seriam realizadas antes das conferências e com o intuito de promover mobilização, dado que o processo de formação foi previsto pelos cursos EAD. As demandas por formação foram tantas que as oficinas acabaram tomando caráter de formação, para as quais foram elaborados materiais educativos que se somaram às ações de formação EAD. Houve uma intensa atuação EAD, mas não tão sistematizada quanto se previa no início. O emprego do meio virtual para os processos de comunicação e formação ainda não é uma prática bem difundida, não atingindo todos os públicos. Aqui também, a experiência mostra que será preciso caminhar no compasso dos atores, apostar e esperar.

Em abril de 2018 escrevemos “O processo de formação EAD também aconteceu com bastante intensidade, pelo número de inscritos e acessos aos cursos. No entanto, a expectativa de formação de multiplicadores e de desenvolver um processo de assessorias online pelos próprios técnicos, ainda estão para ser concretizados. No Paraná a possibilidade de atuar com multiplicadores vem despontando por meio dos Conselheiros de SAN e de formandos da Especialização em SAN (uma iniciativa incorporada ao projeto com apoio do MCTIC).”. As oficinas do Paraná foram realizadas por multiplicadores em todas as regiões e em São Paulo, tomados por uma nova conjuntura, os conselheiros da Sociedade Civil se organizaram e realizaram as oficinas em todas as regiões. Os caminhos foram outros, mas o desfecho foi o idealizado.

Do ponto de vista da burocracia e gestão de recursos muito se aprendeu e muito há que se aprender.

Parece que construir os projetos a partir de metas e etapas financeiras fica mais fácil administrar os recursos, pois um mesmo recurso financeiro pode atender a mais de uma meta física. O contrário fica mais complicado.

Quanto a morosidade dos processos é importante conhecer os prazos teóricos e reais e não criar expectativas. Exemplo, para a próxima turma da Especialização criamos um termo de ciência de que não temos controle sobre o

processo de emissão de certificados e que isso pode durar um ano. Ao mesmo tempo, vamos continuar cobrando e nos empenhando para mudar essa realidade.

Existem enormes diferenças nas formas de conduzir o SISAN entre os dois Estados, o que pode ter gerado alguns momentos de tensão na condução dos trabalhos. Também existem tensões entre Sociedade Civil e Poder Público. A Universidade pode ser uma mediadora dessas tensões.

No caso deste projeto todos ganharam. O Paraná porque teve oportunidade de sistematizar muito do conhecimento acumulado e mobilizar pessoas; São Paulo porque também teve oportunidade de mobilizar pessoas e fortalecer o processo de construção do PLANSAN e a Academia porque pode contextualizar na realidade o seu processo de ensino, pesquisa e extensão.

9. CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES

Como considerações e conclusões optamos por fazer uma síntese dos principais resultados e transcrever as avaliações de pesquisadores e colaboradores projeto por eixos conforme as suas metas.

Um produto e um processo gerados por este projeto merecem destaque: O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo participativamente elaborado e aprovado no final de 2018. O processo de oficinas e cursos participativamente elaborado e executado ampliando a adesão dos municípios do Paraná ao SISAN, contribuindo com o fortalecimento do SISAN nos estados.

Os principais benefícios do projeto podem ser assim sumarizados:

- 1 – Enriquecimento mutuo (universidade/sociedade civil/poder público). A partilha de saberes e habilidades contextualizam e aprimoram a formação acadêmica e ao mesmo tempo promovem o domínio da temática e qualifica a atuação de cada membro do SISAN e também empodera o usuário.
- 2 – Inserção da Universidade nas Políticas de SAN e Institucionalização da Política de SAN na universidade, reforçando sua função social.
- 3 – Apropriação da SAN como Política intersetorial por gestores públicos recém ingressados na temática e por agentes de planejamento das despesas públicas.
- 4 – Desenvolvimento de tecnologias para promover a governança das políticas de SAN. Processos formativos participativos, indicadores de avaliação, sistematização de documento de consulta e orientação.

- 5 – Fortalecimento da participação social e maior incidência nas políticas de SAN (advocacy) efetivando as propostas oriundas das Conferências de SAN.
- 6 – Arsenal de ferramentas de formação/informação para o funcionamento do SISAN.
- 7 – Difusão das políticas de SAN (das ações locais, regionais, estaduais, nacionais e interacionais) como estratégica para a garantia do direito humano à alimentação e promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, justos e inclusivos.
- 8 – Qualificação dos processos de conferência de SAN e participação social.
- 9 – Consolidação do SISAN nos estados e municípios.
- 10 – Formação de quadros técnicos para atuar no SISAN

Os recursos deste projeto foram imprescindíveis para o fortalecimento da Rede-SANS: rede de defesa e proteção da alimentação saudável, adequada e solidária, que envolve a academia, o poder público e a sociedade civil em ações de fortalecimento das políticas de SAN. Em São Paulo, foi fundamental para a articulação em torno da Política de SAN. Fez importante papel de mediação entre a sociedade civil e o poder público, foi decisivo para a realização das conferências, estruturação da CAISAN e elaboração do Plano de SAN. No Paraná representou importante reforço às ações da CAISAN, CONSEA e Ministério Público.

Avaliação por Eixo Temático

A avaliação realizada foi organizada para os seguintes eixos do Projeto: 1) Fortalecimento do SISAN; 2) Elaboração de Indicadores de avaliação dos planos de SAN nos estados de São Paulo e Paraná; 3) Formação e mobilização da sociedade civil; 4) Processos de conferência e diagnóstico de SAN para os municípios de SP e PR; 5) Estratégias de comunicação no âmbito do SISAN. Como critérios de

avaliação, utilizamos “Que Bom” (aspectos positivos do Projeto), “Que pena” (aspectos de fragilidade do Projeto) e Que tal (propostas de inovação para próximos projetos).

EIXO 1 (meta 1) - Fortalecimento do SISAN;

Que bom (eixo 1)

- ✓ Que houve a presença da UNESP p/ manter as atividades das Regionais do Consea em SP e no Paraná;
- ✓ Fortalecimento e ampliação de público nas atividades de formação, sobretudo com alcance a novos municípios que desconheciam a política de SAN;
- ✓ Que os municípios tiveram acesso ao tema para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança alimentar nas perspectivas do SISAN!
- ✓ As oficinas na Grande São Paulo foram ótimas, a primeira foi a que menos teve participação, por isso houve mais mobilização;
- ✓ Foi evidente o fortalecimento nas regionais do CONSEA SP e PR. Tanto que outros municípios solicitaram mais oficinas;
- ✓ Muito bom ter apoio da Universidade para o fortalecimento das regionais, trazendo para as oficinas conselheiros dos municípios, o que acabou por entusiasmar ainda mais para a adesão ao SISAN;
- ✓ Parceria da Unesp muito positiva para a construção do Plano Estadual de SAN no Estado de São Paulo;
- ✓ Algumas regionais avançaram muito na adesão ao SISAN. A participação no Projeto deu maior ou mais importância ao SISAN, estimulando a adesão;
- ✓ Houve um trabalho importante do aprofundamento sobre os conteúdos, ampliando a apropriação popular sobre o SISAN, bem como dos assuntos diversos relacionados a SAN;
- ✓ Projeto favoreceu a participação social e o monitoramento da Política, que ainda é um desafio;
- ✓ CONSEA PR e SP mobilizou a sociedade civil e o governo por meio do Projeto

- ✓ As oficinas de SAN promoveram a interação entre os municípios;
- ✓ Projeto possibilitou reconhecer os grupos e movimentos que fazem parte de processos de construção das políticas de SAN nos municípios, bem como onde o poder público continua exercendo seu papel de executor e implementador das políticas;

Que pena (eixo 1)

- ✓ A CRSANS Bauru se desmobilizou e não deu sequência ao impulso regional após a oficina
- ✓ Poucos municípios, por meio dos gestores públicos e sociedade civil, participaram das discussões;
- ✓ Algumas regionais não souberam aproveitar a oportunidade;
- ✓ Sem perspectiva de referenciamento federal por falta do CONSEA;
- ✓ Há falta de técnicos nas regionais para manter o trabalho contínuo neste foco;
- ✓ Não houve tempo de mobilização para oficinas;
- ✓ Precisamos de mais participação, articulações e motivação para a sociedade civil;
- ✓ Pouca participação da sociedade civil;
- ✓ Não foi possível envolver maior número de conselheiros e entidades atuantes na área;
- ✓ Em algumas oficinas, o poder público participou pouco do processo;
- ✓ Faltou tempo para consolidação do trabalho e monitoramento envolvendo a sociedade civil e governo;

Que tal (eixo1)

- ✓ Que se escreva um relatório com os resultados das oficinas para ser compartilhado com todas as regionais do CONSEA;
- ✓ Promover mais ações como esta envolvendo mais representações;
- ✓ Divulgar mais as ações;
- ✓ Promover campanhas de conscientização;

- ✓ Manter as oficinas, que elas possam continuar, há necessidade de se atingir mais municípios que estão desarticulados, especialmente em SP;
- ✓ Formar os agentes municipais para realização permanente desta discussão;
- ✓ Mais mobilização envolvendo outros atores e estimular o entrosamento entre CAISAN e CONSEA;
- ✓ Continuidade por meio de mídia digital: Internet, web conferências;
- ✓ O Estado de SP deve retomar as discussões no CONSEA e fortalecer o Fórum de SAN e articulação com frente parlamentar;
- ✓ Continuar o exercício de mobilização do CONSEA;
- ✓ Estimular a interação com os outros conselhos existentes;
- ✓ Atualizar a mobilização para resgate de municípios ainda pouco sensibilizados com a SAN;
- ✓ Fazer mais oficinas nos municípios das CRSANS;
- ✓ Pensar num processo de comunicação mais eficiente e amplo;
- ✓ Reproduzir as oficinas nas 32 subprefeituras do município de SP em parceria com as secretarias que compõe a CAISAN;

EIXO 2 (meta 2) - Elaboração de Indicadores de avaliação dos planos de SAN nos estados de São Paulo e Paraná

Que bom (eixo 2)

- ✓ Projeto auxiliou, por meio da participação de sua equipe no Comitê Técnico, na criação do Plano Estadual de SAN em SP, o qual foi publicado;
- ✓ As oficinas de SAN puderam aproximar dos conselhos de SAN os agricultores locais;
- ✓ O PLANESAN traz indicadores estaduais de SAN e as oficinas estimularam o debate sobre indicadores locais;
- ✓ A construção do PLANESAN serve de inspiração para os gestores públicos;
- ✓ Foram elaborados indicadores para planos estaduais;
- ✓ O PLANESAN criou parâmetros a serem seguidos;

- ✓ As oficinas clarearam sobre o papel do poder público e a necessidade de formação junto aos conselhos municipais e estadual e sobre a alimentação escolar;

Que pena (eixo 2)

- ✓ Algumas secretarias de Estado não tiveram participação efetiva na construção do PLANESAN;
- ✓ Não há ações efetivas do Estado que incentivem a aproximação entre os conselhos municipais e regionais de SAN;
- ✓ Há falta de dados ou acesso aos mesmos;
- ✓ Falta interesse da gestão dos municípios para elaboração dos planos municipais;
- ✓ O plano Estadual ainda não saiu do papel;
- ✓ O Estado de SP tem dificuldades de mostrar a execução do PLANESAN;
- ✓ Não parece haver um plano para avaliação regional coordenado pelos conselheiros estaduais e municipais;
- ✓ Indicadores não são atualizados permanentemente;
- ✓ Houve um lapso temporal entre a 4 conferencia estadual e a construção do 2 plano Estadual de SAN, com perda de algumas informações e sentimento do momento;
- ✓ Falta de recursos para avançar na formação;
- ✓ Ainda há muitas pessoas em insegurança alimentar por falta de acesso a Política SAN e pelo racismo institucional;
- ✓ Ainda é presente a falta de acesso a muitas políticas e programas por racismo institucional;
- ✓ Não discutimos este tema nas oficinas do Noroeste do Paraná;
- ✓ Nem todos os indicadores são usados para ampliar ou melhorar as ações nos municípios e ou Estado;

Que tal (eixo 2)

- ✓ Realizar uma rodada de apresentação do plano nas secretarias Estaduais, coletar novas informações e iniciar a revisão do plano;
- ✓ As oficinas de SAN podem servir de instrumentos de ação dos planos de SAN;
- ✓ Elaborar indicadores de avaliações dos planos municipais de SAN;
- ✓ Levar oficinas de diagnóstico para que os municípios possam desenvolver seus planos municipais;
- ✓ Formação combinada com o monitoramento dos planos;
- ✓ Indicadores do plano devem estar atrelados aos ODS de olho na agenda 2030;
- ✓ Realizar um mapa apresentando os dados por período por pontos estratégicos de SAN, olhando-se para a agricultura Familiar e o PNAE;
- ✓ Procurar uma especialização em indicadores de avaliação;
- ✓ Maior envolvimento do CONSEA nas discussões dos indicadores e na formação dos conselheiros para o trabalho nas regionais envolvendo este tema;
- ✓ Montar agenda de discussões dos planos municipais, regionais e estaduais, de forma a construir estratégias e prioridades de acompanhamento dos indicadores comuns;

EIXO 3 (metas 3, 4 e 9) - *Formação e mobilização da sociedade civil*

Que bom (eixo 3)

- ✓ Foi possível iniciar o processo de mobilização por meio das oficinas;
- ✓ Apropriou-se da metodologia da oficina para formar mais agentes de SAN e ampliar o processo de mobilização e formação, com definição de compromissos relacionados à questão nas oficinas;
- ✓ Possibilitou formação da sociedade civil;
- ✓ Possibilitou vivenciar a realidade de cada região das CRSANS, incluindo desafios, compromissos, diversidade cultural;
- ✓ Ótimos temas, fáceis de participar e de grande alcance;

- ✓ Houve a possibilidade de ampliar a mobilização por meio desse projeto;
- ✓ Sociedade civil foi chamada e participou em peso das oficinas;
- ✓ Sociedade Civil sentiu-se mais valorizada e fortalecida com as oficinas;
- ✓ Houve mobilização da Sociedade Civil na execução do Banquete sobre o tema de SAN e manutenção CONSEA;
- ✓ Foi plantada a semente;
- ✓ A REDESANS apoiou as oficinas a partir do poder público e da sociedade civil;
- ✓ Este tema se torna imprescindível na formação de cidadão conscientes;
- ✓ Parte da sociedade civil pôde participar.

Que pena (eixo 3)

- ✓ Apesar da divulgação poucos participaram;
- ✓ A mobilização foi pequena, não contando com representantes de todas as regiões da cidade;
- ✓ Ainda foi pequena a mobilização dos municípios componentes das CRSANS;
- ✓ As mobilizações não atingem o número esperado de participantes por ser desenvolvido de última hora;
- ✓ O período das oficinas foi curto e as pessoas tem a necessidade de mais dialogo e trocas de experiências;
- ✓ Sociedade civil ainda tem muita falta de informação;
- ✓ Nem todos que precisariam ser capacitados participaram das oficinas;
- ✓ Participação da sociedade civil deixou a desejar;
- ✓ Não tem recursos para que conselhos estejam mais mobilizados e fortalecidos;
- ✓ Não há uma campanha publicitária sobre o que é SAN em toda a sua dimensão;
- ✓ Pouca participação;
- ✓ Faltou estratégia de formação dos conselhos, gestores e integração com outros conselhos;
- ✓ A Sociedade Civil nem sempre tem condições de participar pois dependem de apoio/estrutura/transporte;

Que tal (eixo 3)

- ✓ É necessário criar condições para que essa ação seja continuada;
- ✓ Estabelecer processo de acompanhamento dos compromissos estabelecidos quanto ao processo de formação e mobilização da sociedade civil;
- ✓ Cada município deve construir plano/estratégia de formação permanente de conselheiros e demais atores que atuam na área;
- ✓ Fortalecer os municípios com as oficinas de SAN e não só as regionais;
- ✓ Maior divulgação das oficinas junto ao poder público também;
- ✓ O processo de formação e mobilização devem ser contínuos ao menos sob a forma EAD, para que não tenhamos retrocessos;
- ✓ Utilizar mais encontros e capacitação por outras mídias e acessos, sem serem presenciais;
- ✓ Articular com cursos de comunicação de universidades a elaboração de campanha educativa à população sobre os temas de SAN e sua abrangência;
- ✓ Envolver os gestores de entidades sociais;
- ✓ Criar campanhas de conscientização de SAN;
- ✓ As universidades precisam avançar com mais cursos ligados a SAN;
- ✓ Avançar com mobilização e formação envolvendo sociedade civil e governo;
- ✓ Uma formação de SAN para professores e educadores;
- ✓ Uma formação para o legislativo;
- ✓ Muitos dos conselhos estão sendo restaurados, necessitamos contribuir mais uma vez no sentido de formar novos conselheiros;
- ✓ Envolvimento maior de todos os atores, como Prefeituras, Caisan, Consea, entidades e outros;
- ✓ Independente de nossa atuação em órgãos públicos, precisamos encontrar formas de atuarmos como representantes da sociedade civil.

EIXO 4 (meta 5, 6 e 8) - Processos de conferência e diagnóstico de SAN para os municípios de SP e PR

Que bom (eixo 4)

- ✓ Projeto deu impulso para a realização de conferência nas capitais e regionais de SAN;
- ✓ Igualmente importante que todos saibam da importância das conferências e a contribuição que cada delegado, com Projeto isso ficou mais claro;
- ✓ Os trabalhos desenvolvidos ajudaram a mostrar importância da SAN e SISAN;
- ✓ Houve uma mobilização municipal independente do Estado e Nacional;
- ✓ Municípios estão atentos e animados em realizar conferência, principalmente aqueles que possuem banco de alimentos e outros instrumentos de SAN;
- ✓ A realização do projeto foi importante apesar dos atrasos no cronograma;
- ✓ Os Estados de SP fizeram adesão e o plano;
- ✓ As atividades desenvolvidas em parceria com a CAISAN, CONSEA e Ministério Público contribuíram para que o Estado tivesse conferência em 96% dos municípios;
- ✓ A mobilização ocorreu num ano atípico e em tempo recorde;
- ✓ Muitas cidades vão realizar conferências, mas, ainda, um número muito aquém do esperado de um Estado com 645 cidades (SP).

Quem pena (eixo 4)

- ✓ Que o poder público em SP não vê o cumprindo do seu papel no suporte administrativo, técnico e financeiro para processos de conferências e diagnósticos;
- ✓ O recurso previsto para a conferência estadual deixou de existir, pela decisão unilateral do governo federal, 15 dias antes da realização da mesma;
- ✓ Não teremos um órgão centralizador para colher estas informações e sistematiza-las;
- ✓ A falta de recursos e tempo. " Precisamos uma fábrica de dinheiro"
- ✓ Pouco tempo nas oficinas para apropriação do material;
- ✓ Faltou trabalhar mais o monitoramento, o diagnóstico e um maior envolvimento do gestor público;
- ✓ Não há recursos financeiros disponíveis para a realização das conferências;
- ✓ Tempo foi curto;

- ✓ Os gestores municipais, muitas vezes, não entenderam que a política pública de SAN está prevista na CF e deve ser desenvolvida em território;
- ✓ Cada esfera pública tenha de fazer a sua parte de forma descentralizada.

Que tal (eixo 4)

- ✓ Construir processos de fortalecimento da sociedade civil para conhecer melhor os mecanismos de responsabilidade do poder público quanto ao seu papel na garantia da participação e controle social;
- ✓ Pensarmos uma metodologia que possibilite que tenhamos um diagnóstico fidedigno dos municípios do paraná;
- ✓ Se na próxima fechar com 100% de realizao;
- ✓ Houvesse uma maior divulgao de boas práticas adotadas por municípios e Estados, visando estimular novas adesões e fortalecer o sistema;
- ✓ De alguma forma, buscar recursos em fundaes e empresas nacionais e utilizar o máximo possível as mdias sociais para baratear custos;
- ✓ Publicar junto as CRSANS;
- ✓ Criar uma comunicao de escuta com todos os seguimentos da sociedade;
- ✓ Reativar o conselho e suas atividades no âmbito do Estado;
- ✓ Realizar aes pontuais, via comissões e outros arranjos para chamar ateno dos gestores com encontros ou oficinas;
- ✓ Se as conferências municipal e regional fossem realizadas conjuntamente;
- ✓ Promoo  integrao;
- ✓ Utilizao de instrumentos de diagnóstico de SAN que proponham solues efetivas aos gestores municipais.

EIXO 5 (meta 7) Estratégias de comunicao no âmbito do SISAN

Que Bom (eixo 5)

- ✓ Temos a CAISAN participando do CONSEA;
- ✓ Utilizao da REDESANS para facilitar a comunicao no âmbito do SISAN do Estado de SP;

- ✓ Permitiram aproximar e fortalecer os agentes de SAN no Estado, dando dimensão da inserção do tema e do tamanho do SISAN no Estado;
- ✓ Foram utilizadas ferramentas como email, facebook e plataforma moodle;
- ✓ Houveram os primeiros passos com o projeto, mas essa rede precisa avançar e aumentar;
- ✓ Projeto intensificou comunicação nas regionais de SAN;
- ✓ Há preocupação para melhoria na comunicação;
- ✓ Houve um grupo para divulgação e comunicação;
- ✓ Há manutenção do sistema, o CONSEA RESISTE!

Que Pena (eixo 5)

- ✓ A difusão da comunicação não é suficiente para agregar maior número de municípios e ainda não alcança o poder público de forma mais eficiente;
- ✓ Não é eficiente;
- ✓ Não houve acesso aos integradores do sistema. Ficou em um grupo restrito e governo.
- ✓ Apesar de serem variadas, os nossos recursos ainda não atingem a todos os envolvidos e a todas os que precisam;
- ✓ Falta uma campanha para falar de SAN;
- ✓ A comunicação, se houve, não surtiu o efeito necessário;
- ✓ Pouca divulgação;
- ✓ Que o processo entre CAISAN Nacional e CAISAN Estadual enfraqueceu, Consea nacional e estadual também;
- ✓ Após a posse deste senhor Jair, através de suas ações, muito do que construímos sairá destruído;
- ✓ Parece não ter havido apropriação dos resultados do projeto após mudança de gestão governamental em SP.

Que tal (eixo 5)

- ✓ Construir relatório do processo das oficinas como forma de dar visibilidade e permitir continuidade desse método de educação permanente;
- ✓ A comunicação fosse ampliar e que fossem abertos novos editais para Estados;
- ✓ Mobilizar o poder público;
- ✓ Utilizar mais as redes sociais para comunicação;
- ✓ Promover mais divulgação nos municípios e regionais;
- ✓ Investir em ações de comunicação via programas de rádio, onde o alcance é maior;
- ✓ O governo deve incentivar a estratégia de comunicação do programa de SAN e da agricultura familiar;
- ✓ Maior divulgação nacional, adesão dos municípios ao SISAN e a comunicação sobre importância dessa adesão;
- ✓ Fortalecer os meios já existentes, criar novas plataformas específicas para conselheiros e público interessado;
- ✓ O entrosamento entre CAISAN e CONSEA precisa melhorar e que a divulgação atingisse a todos os interessados;
- ✓ Lutarmos, militarmos, intensificarmos as ações com SAN. O Brasil volta ao mapa da fome.

Discute-se o futuro dessas ações diante de uma nova conjuntura e arranjo político. A opção dos pesquisadores envolvidos foi a de continuar buscando inserção e incidência nas políticas públicas de SAN e outras iniciativas que façam interface com as questões ligadas aos sistemas alimentares, para que sejam saudáveis, sustentáveis e inclusivos.

Frente a elevada demanda para formação há que se buscar recursos em editais públicos, emendas parlamentares e até ajuda internacional. Os processos de formação deverão ser muito abrangentes, em termos de atender a demanda de procura e dos níveis de formação: extensão, especialização e pós-graduação *Stricto Sensu*.

O aprimoramento das Políticas de SAN passa também pelo aprimoramento dos processos de gestão. Para tanto, são necessárias ferramentas de gestão, bancos de dados acessíveis, completos e atualizados e gestores habilidosos. Isso exige investimento e a universidade pode contribuir com esses processos.

Por fim, a transformação dos sistemas alimentares exige inovação e tecnologias que façam frente às atuais exigências de sustentabilidade e desenvolvimento humano e econômico.



Figura 8.1 Reunião de avaliação São Paulo, julho de 2019

ANEXOS

Disponibilizados em www.redesans.com.br/relatários/

Anexos 1: Bolsistas e voluntários, 171 itens - clicando no nome do bolsista se obtém o seu relatório de atividades. Foram 7 docentes e 158 bolsistas. Consta ainda os modelos de editais para seleção de bolsistas. Os editais para a UFPR e USP, não foram implementados, pelas dificuldades burocráticas em se estabelecer convênios.

Anexos 2: Advocacy, 26 itens - Esse grupo de anexos referem-se às apresentações e participações mais relevantes em reuniões dos CONSEA's e CAISAN's. Também se encontram documentos para gestores públicos.

Anexos 3: Planos de SAN, 8 itens - Podem ser encontrados documentos selecionados gerados no processo de elaboração do PLANSAN-SP, bem como os planos vigentes em São Paulo e Paraná em julho de 2019.

Anexos 4: Indicadores de SAN, 19 itens - A sistematização do estudo sobre indicadores foi incluída no corpo do relatório, neste grupo de anexos podem ser encontradas apresentações, relatórios parciais e formulários produzidos no processo.

Anexos 5: Publicações, 23 itens - Aqui foram agrupadas todas as publicações, cadernos, livros e outros documentos gerados no processo.

Anexos 6: Eventos, 31 itens - Por ordem cronológica, são apresentados os eventos aos quais participamos como convidados ou como organizadores, sem distinção. As fotos estão nos anexos de registros fotográficos (Anexos 10), enquanto reuniões dos CONSEA's e CAISAN's no item advocacy (Anexos 2).

Anexos 7: Cursos, 62 itens - Esse grupo de anexos inclui os projetos dos cursos, relação de inscritos e aprovados e outros temas relacionados. A vídeo-aulas podem ser encontradas no grupo de vídeos (anexos 11).

Anexos 8: Oficinas de SAN, 79 itens - São apresentadas planejamentos, roteiros, listas de presenças, relatórios, produções dos grupos, entre outros das oficinas de 2016 e 2019 em São Paulo e de 2017 e 2018 no Paraná. Alguns relatos de oficinas, como as realizadas na Capital-SP estão em eventos (Anexos 6) ou nas conferências de SAN (Anexos 9).

Anexos 9: Conferências de SAN, 18 itens - Apresenta documentos gerados no processo de sistematização e organização das propostas. Os vídeos de apresentação gerados na Conferência+2 de São Paulo encontram-se no grupo de anexos específico (Anexos 11).

Anexos 10: Registros fotográficos, 221 itens identificados- Por ordem cronológica foram resgatadas e organizadas as fotos de eventos, reuniões e oficinas do projeto.

Anexos 11: Vídeos, 91 links - Apresenta o link para o canal do Youtube da Rede-SANS para todos os vídeos produzidos no período. São vídeo aulas, palestras, vídeos informativos e educativos, entre outros.

Anexos 12: Ferramentas de diagnóstico de SAN nos Municípios, 4 itens - São apresentados o diagnóstico original da Rede SANS (2011) e as revisões adaptadas ao PLANSAN-SP e aos desafios do PLANSAN Nacional, bem como o resultado obtido em Botucatu.

Anexos 13: Intercâmbios com outros estados, 4 itens - mostra apresentações feitas em Manaus em colaboração com a Universidade Estadual de Manaus.

Anexos 14: Histórico do convênio, 12 itens - Apresenta o projeto e documentos do processo junto ao MDS.

Anexos 15: Métrica do site da Rede SANS, 9 itens - Apresenta relatórios do movimento do site e a relação de notícias veiculadas no período.

Anexos 16: SAN nos Municípios, 12 itens - Apresenta dados secundários, sistematizados ou não, compilados e utilizados para avaliação do processo.